

2 Relatório Anual

0

0

5



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

SUMÁRIO FINANCEIRO 2001-2005

CAPITAL ORDINÁRIO

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004	2003	2002	2001
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 6.738	\$ 5.468	\$ 6.232	\$ 4.143	\$ 7.411
Desembolsos de empréstimos	4.899	3.768	8.416	5.522	6.037
Amortizações de empréstimos	5.224	5.199	7.279	4.106	1.926
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido, depois dos swaps	\$13.717	\$13.046	\$14.855	\$14.780	\$11.932
Saldo de empréstimos	48.135	49.842	50.655	47.958	44.951
Porção não desembolsada dos empréstimos aprovados	17.000	16.093	15.619	18.570	20.506
Ativo total	65.382	67.346	69.669	65.031	58.581
Saldo de empréstimos, depois dos swaps	43.988	45.144	49.275	48.179	43.588
Patrimônio	18.727	18.511	17.112	14.269	13.254
Dados da demonstração do resultado					
Receita de empréstimos	\$ 2.413	\$ 2.498	\$ 2.711	\$ 2.639	\$ 3.191
Receita de investimentos	403	288	298	319	541
Despesas de captação, depois dos swaps	1.733	1.572	1.636	1.842	2.321
Resultado operacional	712	862	2.434	727	1.009
Relação					
Relação entre patrimônio total e empréstimos	37,3%	36,1%	33,0%	30,9%	30,5%

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004	2003	2002	2001
Destaques operacionais					
Empréstimos aprovados	\$ 410	\$ 552	\$ 578	\$ 406	\$ 443
Desembolsos de empréstimos	424	463	486	313	422
Amortizações de empréstimos	301	294	296	256	268
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido	\$ 1.564	\$ 1.559	\$ 1.591	\$ 1.616	\$ 1.559
Saldo de empréstimos	6.873	7.041	7.216	6.763	6.637
Porção não desembolsada dos empréstimos aprovados	2.051	2.083	2.000	1.920	1.844
Ativo total	9.386	9.662	10.044	9.845	9.624
Saldo do Fundo	9.041	9.194	9.622	9.520	9.490
Dados da demonstração do resultado					
Receita de empréstimos	\$ 149	\$ 145	\$ 153	\$ 115	\$ 135
Despesas de cooperação técnica	28	31	23	31	27
Alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)	76	486	37	38	541
Superávit (déficit)	(3)	(413)	53	12	(440)

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembléia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2005. O relatório contém um breve resumo da situação econômica na América Latina e no Caribe e um exame das atividades do Banco em 2005.

Contém também uma descrição das operações do Banco — empréstimos, garantias, financiamento de pequenos projetos e cooperação técnica —, Capital Ordinário: Análise e Discussão da Administração, as demonstrações financeiras do Banco e os apêndices gerais.

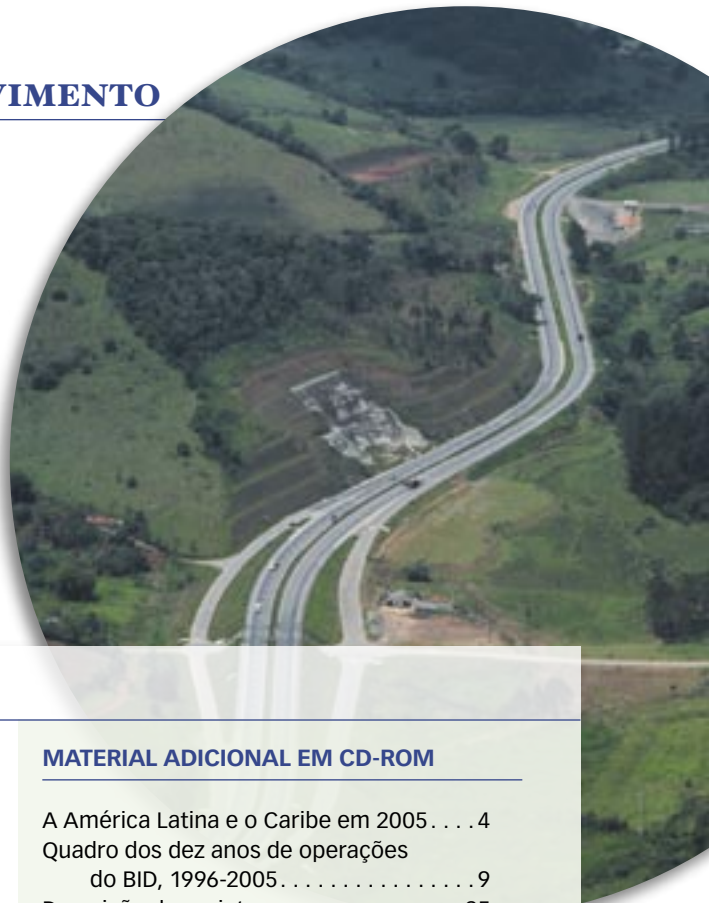
3 de fevereiro de 2006

Relatório 2 Anual

0

0

5



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	1
Diretoria Executiva	3

O BANCO EM 2005

Principais áreas de atuação

Redução da pobreza e promoção da equidade social	10
Crescimento econômico sustentável	11
Modernização do Estado	13
Competitividade	15
Desenvolvimento social	16
Integração	19
Meio ambiente	21
Infra-estrutura	22
Desenvolvimento do setor privado	23
Eficácia no desenvolvimento ...	26

Os empréstimos no ano

Resumo	28
Relação de empréstimos e garantias aprovados	32
Cooperação técnica	57
Co-financiamento	59

MATERIAL ADICIONAL EM CD-ROM

A América Latina e o Caribe em 2005 ...	4
Quadro dos dez anos de operações do BID, 1996-2005	9
Descrição de projetos	35
Administração	78
Quadro das despesas administrativas consolidadas	79
Análise e Discussão da Administração: Capital Ordinário	89
Demonstrações Financeiras	109
Apêndices	161

Fundos em administração	60
Aquisições	63

Aspectos institucionais

Governança, transparência e auditoria	68
Assembléia de Governadores ...	70
Diretoria Executiva	72
Avaliação	74
Representações	75
Escritórios não regionais	76

(continua na p. ii)

NOTA: O Relatório Anual completo, incluindo a Análise e Discussão da Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas (somente as versões em inglês e espanhol são auditadas), está publicado no CD-ROM que se encontra na face interna da quarta capa desta publicação. O Relatório Anual também está disponível online no site do Banco em: www.iadb.org

CAPA: BRASIL • Com um sorriso estampado no rosto, esta menina brinca no *playground* do novo centro comunitário de Itamaracá, que fica na cidade de Goiânia, no Centro-oeste do Brasil. O centro foi financiado com um programa nacional de melhoria de bairros de baixa renda que está atendendo a 70.000 famílias.

NESTA PÁGINA: BRASIL • A rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo e Belo Horizonte, foi modernizada por uma concessão do setor privado.

Destaques financeiros

Capital Ordinário	80
Fundo para Operações Especiais	84

BOXES

1. Programas de transferências de renda condicionadas	12
2. Novo quadro de empréstimos e instrumentos de crédito flexíveis	14
3. A contribuição do BID à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe	18
4. Apoio do Banco ao Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, a América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR)	21
5. Mecanismo de financiamento em moeda local	25
6. Conselho Assessor do Setor Privado	27
7. O papel das operações não reembolsáveis do BID	58
8. Fundo Coreano para Redução da Pobreza	63

QUADROS

I. Distribuição dos empréstimos por setor de atividade	29
II. Empréstimos e garantias anuais (2005) e acumulados (1961–2005)	30

III. Distribuição de cooperação técnica não reembolsável	57
IV. Co-financiamento em 2005	60
V. Fundos em administração ativos	61
VI. Desembolsos em aquisições de bens e serviços (empréstimos para investimentos e em apoio a reformas de políticas)	65
VII. Desembolsos em aquisições de bens e serviços (empréstimos em apoio a reformas de políticas)	66
VIII. Desembolsos em aquisições de bens e serviços (empréstimos para investimentos)	67
IX. Captação de recursos, exercício de 2005	82
X. Dívida pendente por moeda	83
XI. Demonstrativo dos saldos de empréstimos	84
XII. Subscrições do capital realizado, cotas de contribuição e poder de voto	85

FIGURAS

Empréstimos por setor, 2005	28
Empréstimos por setor, 1961-2005	28
Empréstimos e desembolsos, 1996-2005	31
Cooperação técnica não reembolsável por setor, 2005	57
Captações em 2005, antes dos swaps	81
Captações em 2005, depois dos swaps	81

O Relatório Anual é produzido pela Assessoria de Relações Externas

Editor responsável:	John Ferriter
Coordenador de produção:	Rafael Cruz
Editores:	Alexandra Russell-Bitting e Michael Harrup
Assistentes editoriais:	Cathy Conkling-Shaker e Inés Yeh
Edição em espanhol:	Gerardo Giannoni
Edição em francês:	Elisabeth Schmitt
Edição em português:	Eloisa Marques
Desenho:	Leilany Garron e Dolores Subiza
Fotografia:	Willie Heinz (exceto onde indicado abaixo)
	p. 3, Arlette Pedraglio; p. 13, Daniel Drosdoff; p. 20, David Mangurian;
	p. 27, Jorge Hirata; p. 28 (esq.), Paul Constance; p. 63, David Mangurian;
	p. 64, Mariano Matamoros; p. 72, Alberto Muschette;
	p. 80 (dir.), Roger Hamilton.

Este relatório pode ser encontrado online em: www.iadb.org

MENSAGEM DO PRESIDENTE



GRAÇAS À CONTÍNUA APLICAÇÃO DE SÓLIDAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS e a um ambiente externo de modo geral favorável, 2005 foi o segundo ano consecutivo de crescimento para os países da América Latina e do Caribe. O aumento de 4,3% no PIB foi acompanhado pela redução, em toda a região, da inflação, dos déficits fiscais e da taxa de desemprego, bem como de avanços no cumprimento de um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: reduzir a pobreza à metade até 2015.

Para o Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o ano também foi de firme progresso, devido, em larga medida, à liderança de Enrique V. Iglesias, cujas importantes realizações, ao longo de muitos anos, deixou esta casa em ordem e pronta para enfrentar maiores desafios nos anos vindouros. O volume de empréstimos do BID em 2005 foi superior a US\$7 bilhões, um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Os desembolsos cresceram quase 20%, ascendendo a US\$5,3 bilhões. O apoio de assistência técnica, um indicador do esforço do Banco para assegurar que o futuro programa de financiamento seja sustentável e efetivo na obtenção de resultados, também cresceu, excedendo US\$88 milhões.

Com o novo quadro creditício aprovado pela Diretoria Executiva em Okinawa, Japão, durante a 46ª Reunião Anual, o Banco passou a contar com um plano diretor e um conjunto de instrumentos que lhe possibilitarão manter-se como a principal fonte de financiamento de curto e médio prazos para a região. No entanto, também enfrentaremos desafios se quisermos continuar a ser relevantes para a região a que servimos. Em consequência de um maior compromisso com o enfoque de país em nosso programa operacional, refletido no novo quadro, teremos de fazer mudanças nos pressupostos em que se baseia nosso trabalho e no ambiente organizacional em que ele é realizado.

LUIS ALBERTO MORENO
PRESIDENTE DO BID

A aprovação, pela Diretoria Executiva, de um quadro para empréstimos em moeda local, além de outros novos instrumentos, tornará o Banco uma instituição mais flexível e criativa, mas para tirarmos pleno proveito de suas possibilidades devemos harmonizar nosso trabalho com a demanda dos acionistas e as realidades do mercado.

Ao começar meu primeiro ano completo de serviço ao Banco e à Corporação Interamericana de Investimentos, sinto-me grato por trabalhar com pessoas dedicadas e profis-

sionais. Juntamente com os novos membros da administração, já recebi sólida assessoria e calorosos votos de sucesso. Também começamos o ano com um acordo para aumentar os recursos do Fundo Multilateral de Investimentos, uma extraordinária fonte de inovações e melhores práticas em áreas vitais como encaminhamento dos fluxos de remessas, criação de cadeias produtivas e microcrédito.

Nossos desafios no futuro próximo serão em parte articulados por uma série de novos líderes eleitos democraticamente — 12 países da região escolherão novos governantes em 2006. Além da agenda de trabalho que nos proponham, precisamos demonstrar flexibilidade crescente e capacidade de resposta em nossas operações com o setor privado. Tanto os países quanto os mercados exigirão de nós novas abordagens em relação ao

financiamento de infra-estrutura — e a sedimentação da integração hemisférica, regional e sub-regional —, sem o que a região não poderá avançar em direção à maior competitividade reclamada pela economia global.

Estou seguro de que o Grupo do BID continuará a influir, mais do que nunca, na vida dos pobres e desassistidos em nossa região. Podemos fazê-lo com operações inovadoras no financiamento da educação e de pequenas e médias empresas e redobrando nosso compromisso com a democracia financeira, facilitando a empresas e a governos nacionais e sub-nacionais o acesso ao crédito. Podemos colocar uma vida melhor ao alcance de milhões de cidadãos na América Latina e no Caribe — melhor moradia, melhores serviços de saúde e tolerância zero em relação à corrupção e à discriminação —, e a missão do BID deve ser ajudar a concretizar essa meta.



Luis Alberto Moreno

Presidente

Banco Interamericano de Desenvolvimento



**PRESIDENTE LUIS ALBERTO MORENO COM O
EX-PRESIDENTE ENRIQUE V. IGLESIAS (À ESQ.)**

DIRETORIA EXECUTIVA



Membros da diretoria [da esquerda à direita, sentados]: **Luis Linde, Eugenio Díaz-Bonilla, Rogério Studart, Héctor E. Morales, Jaime Pinto Tabini, Luis Cosenza Jiménez, Jorge Crespo Velasco e Giorgio Leccesi.**

[Em pé] **Roberto B. Saladín, Agustín García-López, Fernando Eleta Casanovas, Stewart Mills, Ina-Marlene Ruthenberg, Jan E. Boyer, Charles Bassett, Havelock Brewster, Germán Quintana, Tsuyoshi Takahashi, Adina Bastidas, Jill Johnson, Arlindo Villaschi, Martín Bès, Olivier Myard, Nelly Lacayo-Anderson, Hugo Rafael Cáceres Agüero, Luis Guillermo Echeverri, Jerry Christopher Butler e Gustavo A. Palacio.**

OS ACIONISTAS DO BANCO — OS 47 PAÍSES MEMBROS DO BID — SÃO REPRESENTADOS PELA Assembléia de Governadores, autoridade máxima do Banco. Os Governadores delegam boa parte de seus poderes à Diretoria Executiva, cujos 14 membros eles elegem ou nomeiam por períodos de três anos. Os Diretores Executivos pelos Estados Unidos e pelo Canadá representam seus países apenas; todos os outros representam grupos de países. A Diretoria Executiva também conta com 14 suplentes, que detêm poder de decisão total na ausência do diretor executivo.

A Diretoria Executiva é responsável pelas operações do dia-a-dia do Banco. É ela que estabelece as políticas da instituição, aprova projetos, determina as taxas de juros dos empréstimos do Banco, autoriza captações nos mercados de capital e aprova o orçamento administrativo da instituição. O trabalho da Diretoria Executiva é guiado pelo Regulamento da Diretoria Executiva e pelo Código de Ética para Diretores Executivos.

A agenda e as atas das reuniões da Diretoria Executiva são documentos públicos, assim como o programa anual de trabalho da Diretoria, com suas atualizações trimestrais.

A AMÉRICA LATINA E O CARIBE EM 2005



BOLÍVIA (esq.) • Um agricultor que recebeu crédito da Cooperativa Jesus Nazareno examina sua safra de feijão.

NICARÁGUAA (centro) • Um programa de rede de segurança social para os pobres inclui incentivos para assiduidade de alunos da escola primária La Seiba em Terabona.

MÉXICO (dir.) • Clientes da Financiera Compartamos se beneficiam de garantias em grupo que visam diminuir os prêmios de risco.



Em 2005 o clima internacional foi favorável às economias latino-americanas, que se beneficiaram da expansão do comércio mundial, dos altos preços dos produtos básicos e das condições excepcionalmente atraentes para os empréstimos. Estimase que o crescimento na América Latina e no Caribe tenha sido de 4,3%. Embora alto em comparação com tendências passadas, esse número ficou abaixo do crescimento de 5,9% em 2004. À medida que a recuperação econômica progredia, a demanda interna somava-se ao setor externo como fonte de crescimento, observando-se um incremento do consumo e do investimento internos à proporção que mais crédito era concedido aos setores privados locais.

O vigoroso crescimento das exportações, devido tanto a um aumento nos volumes exportados (8%) quanto a melhoras nos termos de troca (4,8%), juntamente com elevação das remessas de trabalhadores no exterior, traduziu-se num saldo positivo em conta corrente para os países da região em 2005 pelo terceiro ano consecutivo. O saldo externo médio foi de 1,3% do PIB, superando o nível de 2004 (0,9%). Com exceção de alguns países pequenos, as exigências de financiamento externo líquido foram modestas em 2005, e a maioria dos países aumentou suas reservas internacionais. A inflação manteve-se sob controle durante o ano, apesar do aumento da demanda interna e das pressões de custos decorrentes dos altos preços do petróleo. A inflação média nos países da região caiu de 6,7% para 5,5%.

Nos últimos anos a maioria dos países vem manejando a política fiscal como meio de alcançar estabilidade, o que é um fato digno de nota porque a gestão fiscal nos países da região tem sido tradicionalmente procíclica, o que acentuava a instabilidade. O déficit fiscal médio na América Latina caiu de 3,3% em 2002 para 1,7% em 2005.

As políticas monetárias também, de modo geral, têm se orientado para a estabilidade. O sistema de metas de inflação adotado nos últimos anos por algumas das maiores economias da região teve êxito na redução da inflação num ambiente de maior credibilidade da política monetária, sacrificando menos o crescimento. As taxas internas de juros declinaram, num contexto de baixas taxas externas. Não ajustadas pela inflação, as taxas de depósitos nos últimos três anos voltaram a níveis semelhantes aos de 1997, antes da crise russa e do início da fase de recessão na região.

Mesmo com os ganhos em credibilidade das políticas monetárias, as taxas de inflação menores também se devem, em parte, à valorização da taxa de câmbio em vários países. A disponibilidade de financiamento externo contribuiu para a elevação



das taxas de câmbio, em vista dos saudáveis excedentes em conta corrente.

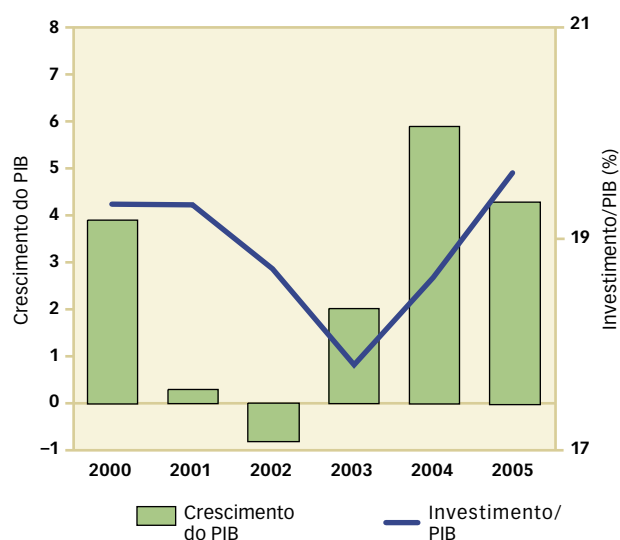
A taxa de câmbio efetiva real bilateral valorizou-se 6,2% em média de janeiro a novembro de 2005, em comparação com o mesmo período um ano antes. As tendências de valorização foram muito fortes no Brasil, Colômbia, Chile e Uruguai. Malgrado as abundantes receitas do petróleo, as

taxas de câmbio do Equador e da Venezuela não se alteraram substancialmente em termos reais no ano passado.

Cada vez mais, pode-se também encontrar agora financiamento nos mercados creditícios internos, que demoraram a reagir nas primeiras fases da recuperação. Em 2005 (até setembro), os empréstimos cresceram 19% em média, em termos reais, nos sete maiores países da região.

CRESCIMENTO DO PIB E INVESTIMENTO

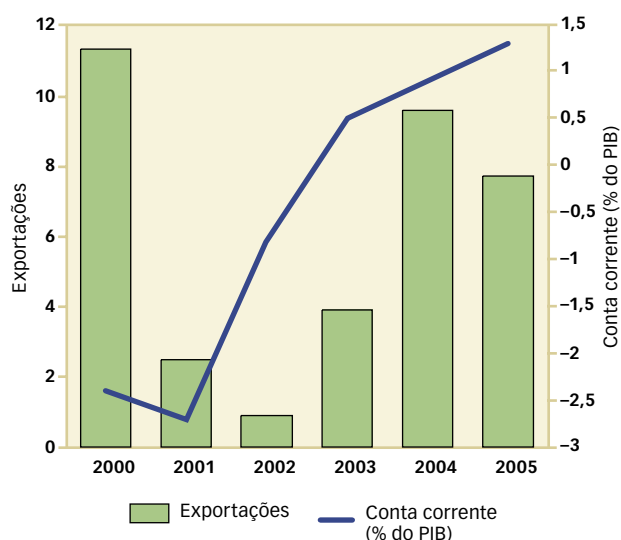
(Variação anual do PIB real em porcentagem)



Fonte: CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2005.

EXPORTAÇÕES E SALDO EM CONTA CORRENTE

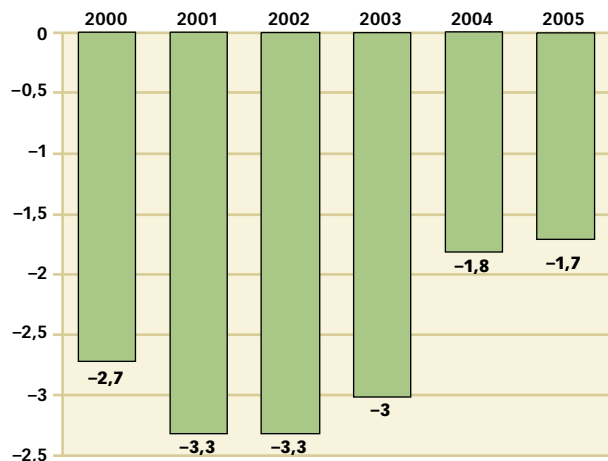
(Variação anual em porcentagem)



Fonte: CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2005.

SALDO FISCAL

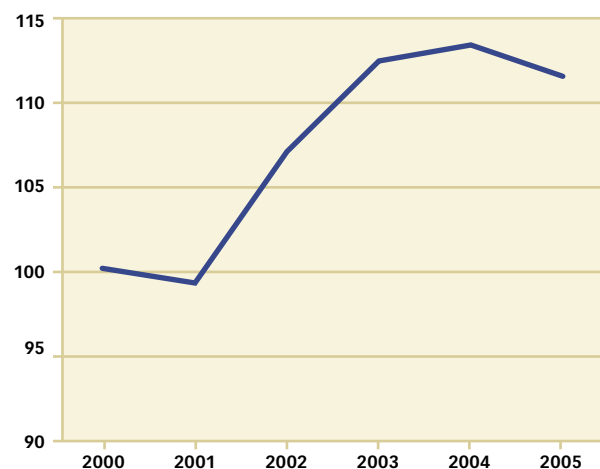
(Porcentagem do PIB)



Fonte: CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2005.

TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL¹

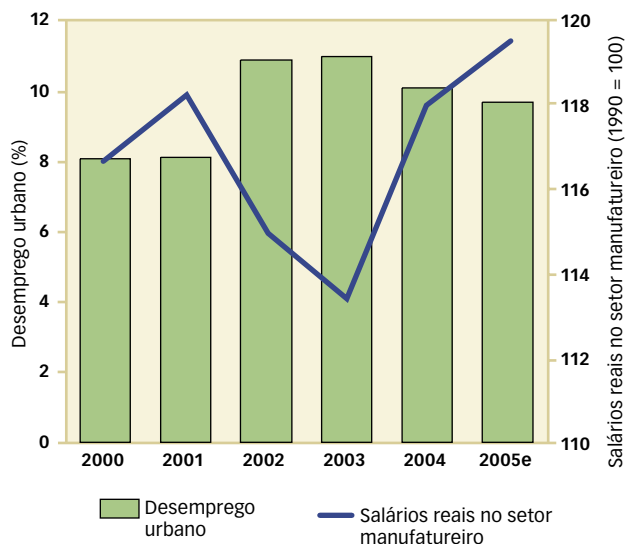
(Índice: 2000 = 100)



¹ Com base nas moedas de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Fonte: CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2005.

DESEMPREGO URBANO ABERTO E SALÁRIOS REAIS NO SETOR MANUFATUREIRO¹



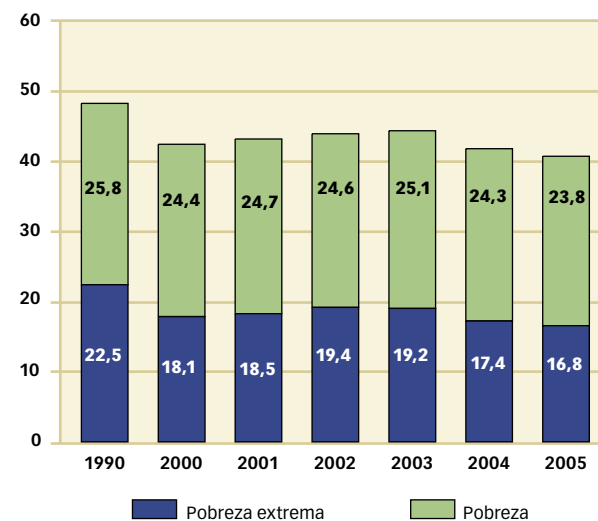
e = estimativa

¹ Para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Fonte: OIT, *Panorama laboral*, 2005.

POBREZA

(Porcentagem da população)



Fonte: CEPAL, *Panorama social de América Latina*, 2005.

Condições sociais

A taxa de desemprego urbano aberto na América Latina, que cresceu continuamente na década de 1990, caiu nos dois últimos anos, de 11,1% em 2003, para 10,2% em 2004 e menos de 10% em 2005, de acordo com estimativas preliminares. Uma análise de gênero não aponta para nenhum grande diferencial entre homens e mulheres nessa queda do desemprego, o que significa que persiste o hiato de

gênero. O desemprego de jovens, em geral mais volátil do que o desemprego geral, mostrou a mesma tendência.

A queda do desemprego na região fez-se acompanhar de um ligeiro aumento nos rendimentos que variou de país para país e por faixa de renda. Os salários no setor manufatureiro aumentaram 8,6% e 3,9%, respectivamente, no Uruguai e na Argentina, mas caíram perto de 2,2% na Venezuela e 7,8% no Equador. Embora a taxa de crescimento anual do salário mínimo real tenha sido de 6,8% no primeiro semes-

tre de 2005 para uma amostra de países da região, a taxa correspondente para os salários médios no setor manufatureiro foi de apenas 1% no mesmo período.

Essa tendência contribuiu para um avanço modesto na redução da pobreza. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 3 milhões de pessoas saíram da pobreza em 2005, juntando-se aos 10 milhões que o fizeram em 2003 e 2004. Por conseguinte, a porcentagem de pobres na região diminuiu de 44,3% em 2003 para 40,6% em 2005, enquanto o índice de pobreza extrema diminuiu de 19,2% para 16,8% no mesmo período.

Esses números mostram que a região percorreu 51% do caminho necessário para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de, até 2015, diminuir pela metade, em relação ao nível de 1990, a proporção de pessoas que vive em condições de pobreza extrema.

Perspectivas para 2006

A perspectiva econômica geral para a América Latina e o Caribe em 2006 não é substancialmente diferente da de um ano antes: o consenso do mercado é que o crescimento prosseguirá a uma taxa aproximada de 4%. Embora Argentina e Venezuela possam perder velocidade, Brasil e México crescerão a taxas um pouco mais altas. Os saldos em conta corrente devem se enfraquecer ligeiramente, na medida em que a demanda interna se recuperar e os preços do petróleo e de alguns produtos básicos voltarem a cair a níveis anteriores. Isso significa que as tendências fiscais, até agora favoráveis, sofrerão modificação em alguns países, e será mais difícil manter sob controle as pressões inflacionárias.

Conquanto as condições macroeconômicas na região sejam satisfatórias, poucos países estão imunes a fatores de risco, externos ou internos. Um desses fatores é uma possível desaceleração do comércio internacional causada por um desaquecimento econômico nos Estados Unidos ou na China. Outros são a instabilidade dos preços do petróleo e a deterioração nos termos das finanças internacionais.

No plano interno, uma dezena de países da região assistirá a transições de governo durante 2006. A sobreposição de ciclos eleitorais na região num único ano coincide, como poucas vezes antes, com um amplo leque de opções políticas e ideológicas oferecidas ao eleitorado. A experiência do passado indica que, nos meses que antecedem eleições, os investidores se mostram receosos, as oscilações do mercado são mais amplas e os países ficam mais vulneráveis a condições internacionais instáveis.



REPÚBLICA DOMINICANA • Escola primária em Azua recebe retoques finais sob um programa para melhorar o ensino básico para crianças de áreas rurais.

As políticas voltadas para a estabilidade que marcaram a recente recuperação têm poucos paralelos no passado. De modo geral, a combinação de políticas fiscais contracíclicas, taxas de câmbio flexíveis e regimes monetários com metas de inflação tem, até agora, dado bons resultados econômicos. Mas para sustentar o progresso e preparar as economias da região contra mudanças no clima internacional, a região precisa continuar a cumprir uma agenda política que responda a uma série de desafios.

Em primeiro lugar, os países da América Latina e do Caribe continuam altamente endividados, apesar das reduções dos últimos anos. As relações médias dívidas/PIB tiveram uma redução de 19% nos últimos três anos, caindo de 72% do PIB no fim de 2002 para 53% do PIB estimados para o fim de 2005. Valorizações das taxas de câmbio respondem por três pontos percentuais do declínio da relação dívida/PIB, ao passo que posições fiscais mais fortes são responsáveis por 9,7 pontos em média, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora as dívidas estejam



ARGENTINA • Proprietários de uma companhia de sistemas de segurança receberam capacitação em padronização técnica para acesso a mercados por meio de um projeto do Fumin.

agora menos vulneráveis às taxas de câmbio, esse nível de endividamento continua a ser um fator de alto risco, sobretudo para os países do Caribe e alguns da América Central.

Os elevados níveis de endividamento na região significam que as políticas fiscais na América Latina e no Caribe ainda são muito vulneráveis a choques internos e externos, de modo que os países deveriam tirar proveito das condições favoráveis, enquanto elas durarem, para diminuir seu nível de endividamento e diversificar os riscos cambiais e de vencimentos. Para os países exportadores de petróleo, as altas cotações do produto oferecem uma oportunidade ímpar de fortalecer as finanças públicas e pôr de lado fundos de reserva para contingências futuras.

Segundo, o êxito das políticas de metas de inflação não deve sugerir que elas serão eficazes indefinidamente. Elas deram resultado porque os bancos centrais gozaram de uma independência política e operacional que deve ser preservada. As condições creditícias internacionais atraentes e a gestão tributária orientada para a estabilidade que predominaram nos últimos tempos também contribuíram para resultados positivos. Qualquer alteração nesses fatores porá à prova a capacidade das políticas de metas de

inflação para preservar a estabilidade de preços sem sacrificar a sustentabilidade fiscal e externa dos países.

Os setores financeiros na América Latina e no Caribe estão muito mais sólidos do que no começo da década de 1990, quando a região passou por um período semelhante de crescimento. Os sistemas regulatórios e de supervisão melhoraram e adquiriu-se uma experiência valiosa em prevenção e gestão de riscos. No entanto, os surtos de crédito são, com muita frequência, períodos de afrouxamento dos controles de risco, e assim são as épocas em que se lançam as sementes da próxima crise

bancária. Altos níveis de dolarização no sistema financeiro, ativos com alta concentração em papéis públicos e regulação insuficiente de derivativos e outros instrumentos de *hedging* são as principais vulnerabilidades financeiras que requerem atenção imediata.

Depois de mais de uma década de reformas intensas para fortalecer o funcionamento do mercado e redefinir o papel do governo, a região está agora examinando os resultados dessas reformas e decidindo que direção seguir em várias áreas de reforma estrutural. Essas questões precisam ser resolvidas para que se consolidem os ganhos alcançados até agora e se definam novos objetivos, pois muitas vezes a eficácia de políticas econômicas e sociais depende menos de sua formulação técnica que do apoio que possam mobilizar na arena política.

DEZ ANOS DE OPERAÇÕES DO BID, 1996–2005*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
CAPITAL										
Subscrições (fim do ano)										
Capital ordinário	80.895	87.557	94.219	100.881	100.959	100.959	100.951	100.951	100.951	100.953
Fundo para Operações Especiais	9.679	9.572	9.643	9.646	9.559	9.480	9.584	9.735	9.802	9.671
Outros fundos ¹	2.498	2.475	2.572	2.634	2.651	2.730	2.772	2.976	3.066	3.113
Total	93.072	99.604	106.434	113.161	113.169	113.169	113.307	113.662	113.819	113.737
CAPTAÇÃO DE RECURSOS²										
Pendente (fim do ano)	26.629	27.331	32.511	38.784	41.394	42.186	47.471	50.821	48.886	46.433
Captação anual bruta	4.250	5.569	5.761	8.865	8.139	7.097	9.340	9.109	4.710	4.937
OPERAÇÕES										
Empréstimos e garantias autorizados (acumulados)³										
Capital ordinário ⁴	66.088	68.739	79.742	88.226	89.959	93.518	100.834	110.436	116.799	118.094
Fundo para Operações Especiais	13.363	13.580	14.273	14.663	14.924	15.328	15.774	16.652	17.391	17.486
Outros fundos	1.648	1.722	1.735	1.726	1.724	1.719	1.736	1.769	1.747	1.743
Total	81.099	84.041	95.750	104.615	106.607	110.565	118.344	128.857	135.937	137.323
Empréstimos e garantias autorizados (anual)⁵										
Capital ordinário ⁴	6.376	5.680	9.364	9.061	4.969	7.411	4.143	6.232	5.468	6.738
Fundo para Operações Especiais	374	283	686	417	297	443	406	578	552	410
Outros fundos	16	85	13	8	—	—	—	—	—	—
Total	6.766	6.048	10.063	9.486	5.266	7.854	4.549	6.810	6.020	7.148
Desembolso de empréstimos (anual)⁵										
Capital ordinário ⁴	3.696	4.958	6.085	7.947	6.683	6.037	5.522	8.416	3.768	4.899
Fundo para Operações Especiais	600	493	535	430	386	422	313	486	463	424
Outros fundos	20	17	15	10	—	—	2	—	1	5
Total	4.316	5.468	6.635	8.387	7.069	6.459	5.837	8.902	4.232	5.328
Reembolsos de empréstimos (anual)⁵										
Capital ordinário	2.287	2.244	1.946	1.988	2.312	1.926	4.106	7.279	5.199	5.224
Fundo para Operações Especiais	289	285	283	289	289	268	256	296	294	301
Outros fundos	36	40	29	29	15	14	13	12	9	5
Total	2.612	2.569	2.258	2.306	2.616	2.208	4.375	7.587	5.502	5.530
Empréstimos pendentes										
Capital ordinário	26.028	27.301	32.635	38.552	41.872	44.951	47.958	50.655	49.842	48.135
Fundo para Operações Especiais	6.547	6.734	6.827	6.955	7.025	6.637	6.763	7.216	7.041	6.873
Outros fundos	241	209	189	164	146	133	118	104	98	94
Total	32.816	34.244	39.651	45.671	49.043	51.721	54.839	57.975	56.981	55.102
Aprovações de cooperação técnica não reembolsável (anual)⁶										
Capital ordinário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Fundo para Operações Especiais	87	88	64	47	36	39	36	30	36	36
Outros fundos	26	21	53	44	34	46	45	47	39	57
Total	113	109	117	91	70	85	81	77	75	105
Operações autorizadas do Fundo Multilateral de Investimentos (anual)⁷										
	76	62	127	141	100	90	99	69	116	113
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas administrativas										
Total - Todos os fundos	334	348	341	335	342	355	376	386	404	473

¹ Inclui o Fundo Multilateral de Investimentos.² Captação de médio e longo prazos, antes de swaps, excluindo ajustes de bases de hedges do SFAS 133 a partir de 2001 e prêmios ou descontos líquidos.³ Menos cancelamentos. Inclui ajustes de transações de câmbio.⁴ Menos participações do setor privado.⁵ Com base nos montantes originais, expressos em equivalentes de dólares dos Estados Unidos.⁶ Inclui o financiamento do Programa de Empreendedorismo Social, programas especiais e outras operações não reembolsáveis.⁷ Inclui operações de cooperação técnica, empréstimos e investimentos de capital.

O BANCO EM 2005

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



PARAGUAI • Alunos da escola agrícola San Francisco em Cerrito praticam técnicas de apicultura aprendidas em programa de capacitação para jovens de áreas rurais.

BRASIL • Operários posicionam tubulação de drenagem para um projeto de desenvolvimento municipal na cidade sulista de Porto Alegre.

BAHAMAS • Alunas da Escola Primária Cleveland, em Nassau, estão entre as beneficiárias de um programa para melhorar o ensino primário e secundário.



Redução da pobreza e promoção da equidade social

Em 2005, o BID continuou a proporcionar apoio a projetos voltados para redução da pobreza e aumento da equidade social, um dos dois objetivos primordiais de sua atuação. Trinta e cinco operações, no montante de US\$3,7 bilhões, foram classificadas como operações de intensificação de equidade social, respondendo por 53% do volume dos empréstimos. Cumpre mencionar entre essas operações os programas de transferência de renda condicionada no México, na Argentina e em El Salvador, nos montantes de US\$1,2 bilhão, US\$700 milhões e US\$57 milhões, respectivamente (ver **Boxe 1**). Os empréstimos freqüentemente contêm elementos no lado da oferta; o programa de transferência de renda em El Salvador, por exemplo, inclui um componente de infra-estrutura para melhorar o acesso a escolas e hospitais.

No setor da educação, o Banco aprovou um empréstimo de US\$22 milhões para financiar um programa de capacitação profissional para jovens no Haiti e um empréstimo de US\$125 milhões à Venezuela para a melhoria do ensino fundamental (da primeira à nona séries). O programa no Haiti vincula as áreas de capacitação aos interesses do mercado de trabalho, ao exigir que empresas formais e informais proporcionem estágios de treinamento a pelo menos 80% dos beneficiários. O programa na Venezuela inclui a construção, a modernização e o equipamento de escolas, além de melhoria geral da qualidade do ensino pré-escolar e fundamental.

Na saúde, o Banco aprovou um empréstimo de US\$107 milhões à Colômbia para intensificar e estender a cobertura do Programa Ampliado de Imunização a famílias de baixa renda. No campo da infra-estrutura e do saneamento, o Banco aprovou um empréstimo de US\$50 milhões ao Peru para um programa de água e saneamento e um empréstimo de US\$20 milhões à Bolívia para um programa de eletrificação rural. Ambos os projetos têm como objetivo aumentar o acesso de famílias de baixa renda a esses serviços e elevar seu padrão de vida.

Durante o ano o Banco continuou a pôr em prática sua Estratégia para Redução da Pobreza e Promoção da Equidade Social, por meio de apoio à implementação de estratégias nacionais de redução da pobreza em países que atendam aos requisitos para alívio da dívida no âmbito da iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados. O BID também formulou estratégias de redução da pobreza para outros países, como a Colômbia, e completou estudos para redução da pobreza no Chile e no Uruguai.

Além disso, o Banco contribuiu para melhorar a qualidade das políticas nacionais de redução da pobreza e de equidade social mediante a organização de encontros



do Diálogo Regional de Políticas Públicas sobre programas de redução da pobreza. O BID continuou também a apoiar as atividades da Rede de Pesquisa sobre Desigualdade e Pobreza, juntamente com a Associação Econômica da América Latina e do Caribe (LACEA) e o Banco Mundial.

Ver www.iadb.org/ar/pov_sp

Crescimento econômico sustentável

A atual Estratégia para Crescimento Econômico Sustentável (o segundo objetivo abrangente do Banco) define um quadro e princípios gerais para nortear quatro áreas prioritárias de ação – modernização do Estado, competitividade, desenvolvimento social e integração regional – juntamente com os campos inter-setoriais de infra-estrutura, meio ambiente, desenvolvimento do setor privado e eficácia no desenvolvimento. Cada uma das quatro áreas prioritárias tem uma estratégia e um plano de ação, que são postos em prática levando-se em consideração as circunstâncias específicas e as necessidades de cada país. Conseqüentemente, todas as estratégias de país do BID aprovadas em 2005 baseiam-se em estratégias para crescimento econômico sustentável fundamentadas em estudos técnicos realizados pelo Banco. As estratégias de crescimento colocam ênfase especial nos resultados e por isso incluem, sempre que possível, parâmetros e metodologia de avaliação de impacto.

O Banco reconhece que uma estratégia para crescimento econômico sustentável não pode basear-se num plano de ação detalhado, mas sim num conjunto de diretrizes cuja

eficácia depende do conhecimento das causas e condições para o crescimento econômico nos países. Por isso, uma parte considerável da pesquisa do Banco visa compreender os problemas do crescimento econômico na região, propor soluções e avaliar os resultados de políticas. Em 2005, os estudos sobre crescimento econômico enfocaram três questões particularmente relevantes para a região: a política das políticas públicas, a sustentabilidade fiscal e o impacto de reformas estruturais.

A importância do processo político na formulação das políticas públicas na América Latina foi o tema escolhido para o mais recente Relatório de Progresso Econômico e Social na América Latina intitulado *A política das políticas públicas*. Na maioria dos países da região, é muito complexa a interação entre a política e as políticas públicas. O processo pelo qual as políticas públicas são debatidas, aprovadas e implementadas (o processo de formulação de políticas) exerce um forte impacto na qualidade das políticas públicas, e também na capacidade dos países para criar um clima de política estável, adaptar as políticas quando necessário, executar e fazer cumprir políticas com eficácia e assegurar que as políticas adotadas estejam voltadas para o interesse público. O relatório demonstra que nos países da região reformas cuidadosas do sistema político, do serviço civil e do judiciário são imperativas, e que a economia política das reformas será tão ou mais importante para o progresso quanto a rodada anterior de reformas.

Ver www.iadb.org/res/ipres/2006

BOXE 1 • PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA CONDICIONADAS

Para reduzir efetivamente a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe, uma das prioridades para a próxima década deve ser adaptar, implementar e ampliar a escala das intervenções bem-sucedidas para formar capital humano e, assim, aumentar a produtividade dos pobres.

Uma nova geração de programas apoiados pelo BID proporciona transferências de renda condicionadas ao aumento da matrícula e da frequência escolar e ao uso de serviços de saúde pelas famílias beneficiárias. Os programas de transferências de renda condicionadas têm sido particularmente eficazes para reduzir a pobreza e promover a acumulação de capital humano e o acesso a serviços sociais básicos.

Doze países da região implementaram programas desse tipo, na maioria dos casos com o apoio do Banco: Argentina (Plan Familias), Brasil (Bolsa Família), Colômbia (Familias en Acción), Costa Rica (Superé-monos), El Salvador (Red Solidaria), Equador (Bono de Desarrollo Humano), Honduras (PRAF), Jamaica (PATH), México (Progres/Oportunidades), Nicarágua (Red de Protección Social), República Dominicana (Solidaridad) e Peru (Juntos). O apoio do Banco aos programas de transferências de renda ascendeu a US\$4,5 bilhões entre 2000 e 2005. Somente em 2005 o Banco aprovou empréstimos de US\$1,2 bilhão para o programa Oportunidades do México, US\$700 milhões para o Plan Familias da Argentina e US\$57 milhões para o Red Solidaria de El Salvador. Os programas de maior envergadura (o Plan Familias, da Argentina, o Bolsa Família, do Brasil, e o Oportunidades, do México) estão ajudando um total de 16,7 milhões de famílias que vivem em extrema pobreza.



O objetivo imediato dos programas de transferências de renda condicionadas é melhorar a nutrição, a frequência à escola e o uso dos serviços preventivos de saúde entre os pobres e os que vivem em pobreza extrema. Os efeitos previstos de longo prazo das intervenções compreendem redução da pobreza e da desnutrição e melhoria da saúde e dos índices de conclusão dos estudos. Essas melhorias conduzirão à acumulação de capital humano, medida pelo aumento da escolaridade e pela queda da mortalidade e da morbidade. Outro resultado final será maior produtividade e retornos no mercado de trabalho.

As avaliações do impacto dos programas de transferências de renda demonstram que eles podem ser instrumentos eficazes para reduzir no longo prazo a pobreza e a desigualdade, e que a condicionalidade é um componente importante dos programas.

Por exemplo, as avaliações do programa do México, um dos pioneiros em programas de transferências de renda, mostram que ele exerceu um efeito positivo substantivo no longo prazo sobre a educação, a nutrição e a saúde dos beneficiários, sobretudo das crianças, e atenuou a pobreza extrema.

As análises demonstraram também que os programas bem-sucedidos combinam incentivos monetários e o uso obrigatório de serviços de educação e saúde e que deve haver uma resposta adequada na oferta a fim de satisfazer uma demanda de serviços maior. As avaliações dos programas renderam importantes lições para a formulação e o aperfeiçoamento dos programas futuros, e em muitos casos possibilitaram a continuação dos programas, apesar das mudanças políticas.

Como em anos anteriores, a situação fiscal continua a ser uma preocupação constante em muitos países da região. Entre as principais causas de fragilidade fiscal estão fatores externos, como instabilidade financeira, volatilidade nos termos de troca e paradas súbitas no financiamento internacional, bem como fatores internos, como a estrutura e as condições cambiais da dívida pública, flutuações da taxa de câmbio e a estrutura dos sistemas tributários e sua capacidade de reação. Em 2005, a pesquisa nessa área enfocou a incorporação desses elementos em vários modelos de projeção fiscal para explicar fatores imprevisíveis.

A pesquisa em 2005 investigou também se os países

deveriam tornar seus sistemas fiscais mais progressivos – por exemplo, orientando os gastos de modo a oferecer a todos educação básica e serviços de saúde de alta qualidade. A idéia é dar aos pobres acesso a recursos que lhes possibilitem produzir e vender coisas que outras pessoas comprem. Nesse contexto, educação, terra e crédito dariam aos pobres autonomia e a possibilidade de ganhar seu sustento numa economia de mercado. Essa análise é compatível com pesquisas que demonstram que a redistribuição dos recursos existentes tem mais impacto quando é canalizada para uma atividade econômica mais produtiva.

Ver www.iadb.org/ar/ecgrowth_sp

De acordo com a Estratégia Institucional do Banco, no âmbito dos objetivos de redução da pobreza e promoção da equidade social e de crescimento econômico sustentável, o Banco tem quatro áreas básicas de atividade ou “pilares”: modernização do Estado, desenvolvimento social, competitividade e integração. Ao mesmo tempo, procura atender aos objetivos intersetoriais de sustentabilidade ambiental e eficácia no desenvolvimento.

Modernização do Estado

Em 2005 foram aprovados 22 projetos de modernização do Estado, que totalizaram mais de US\$ 1 bilhão e compreendem uma ampla gama de categorias, como reforma fiscal, reforma e descentralização do governo, reforma do setor financeiro, reforma do setor público, administração da justiça, modernização do legislativo e outros projetos de reforma do Estado. Esses projetos, que envolvem a maioria dos países da América Latina e do Caribe, foram financiados por empréstimos para apoiar a reforma de políticas, empréstimos para investimento, empréstimos programáticos baseados em políticas (ver o **Boxe 2** sobre o novo quadro para a atividade creditícia do Banco), empréstimos setoriais e cooperação técnica reembolsável.

O BID aprovou também 103 projetos de cooperação técnica não reembolsáveis, nacionais e regionais, no montante de US\$23 milhões, para modernização do Estado. Esses projetos destinam-se a introduzir conceitos e operações inovadores no inventário de projetos do Banco, com base nas quatro áreas principais da Estratégia de Modernização do Estado: governança democrática, gestão pública, estado de direito e inter-relações entre o Estado, o mercado e a sociedade. Eles tratam de questões como segurança do cidadão, participação da sociedade civil, governo eletrônico, administração tributária e política fiscal, por meio de diversas atividades – oficinas financiadas por projetos, seminários, sessões de capacitação e publicações – que visam criar consenso entre todas as partes interessadas.

Entre esses projetos inovadores cabe destacar um programa destinado a fortalecer as funções parlamentares no Chile. O projeto melhorará o funcionamento do Congresso chileno como uma instituição não apenas política, mas eminentemente técnica. O projeto deverá alinhar a organização interna e as capacidades do legislativo com sua visão, montar a arquitetura da tecnologia de informação necessária para que o legislativo preste serviços, redefinir os servi-



EQUADOR • Domicílios e negócios se beneficiam de um programa de modernização do sistema tributário que compreende informatização e melhorias nos serviços de arrecadação.

ços de apoio e consultoria para o legislativo e consolidar a relação entre o Congresso e o povo chileno.

Em 2005 o BID divulgou sua Estratégia de Modernização do Estado por meio de várias atividades: uma oficina de capacitação sobre implementação de estratégias; uma oficina sobre reforma política dirigida pelo ex-presidente equatoriano Osvaldo Hurtado; e um quadro analítico para avaliação das instituições democráticas nacionais nos países membros do Banco. Os projetos do BID incorporaram também componentes a ser executados por organizações da sociedade civil ou que contribuam diretamente para sua formação de capacidade, que se tornou uma importante área de atividade.

BOXE 2 • NOVO QUADRO DE EMPRÉSTIMOS E INSTRUMENTOS DE CRÉDITO FLEXÍVEIS

A necessidade de apresentar resultados mais tangíveis do desenvolvimento num contexto de severas restrições fiscais na região levou o Banco a responder com um quadro de empréstimos para 2005-2008 baseado num modelo empresarial de gestão por resultados com um enfoque programático mais amplo. Nesse novo quadro, recursos do Banco poderão ser utilizados para financiar parte dos esforços dos governos para melhorar o desempenho, a governança e desenvolver capacidade institucional, aumentando aos poucos o uso dos sistemas nacionais para planejamento, gestão de recursos e avaliação do desempenho.

Os elementos centrais do quadro de financiamento são as três categorias de empréstimos do Banco – de investimento, de apoio a reformas de políticas e de emergência –, a eliminação das restrições impostas aos períodos de desembolsos e a flexibilização do volume dos empréstimos.

Como parte do novo modelo, o Banco modernizou seus programas de investimento, instituindo *empréstimos vinculados ao desempenho* e o *enfoque setorial amplo* e suprimindo as restrições às despesas admissíveis e o teto da parcela do custo total dos projetos para a qual podem ser usados recursos do Banco. Essas mudanças permitem ao Banco utilizar cada vez mais os sistemas nacionais e oferecer incentivos para que os países criem sistemas de acompanhamento eficientes e se concentrem em produtos e resultados.

O empréstimo vinculado ao desempenho é um empréstimo de investimento desembolsado em parcelas depois que os resultados do programa são alcançados e o Banco verifica

os gastos realizados pelo mutuário para alcançá-los. Até o fim de 2005 o Banco tinha aprovado empréstimos desse tipo para a Colômbia, Honduras e Nicarágua, todos no setor da saúde.

O enfoque setorial amplo pode ser utilizado com qualquer um dos instrumentos de crédito para investimento do Banco, quando os que colaboram no desenvolvimento apóiam

um programa integral do governo para um setor ou subsetor de forma coordenada, com um exame conjunto do progresso com base em indicadores setoriais e planos anuais de operação. Os recursos dos doadores e do governo podem ser reunidos numa conta comum, e sistemas fiduciários nacionais podem ser utilizados em países que cumpram os requisitos. Até o fim de 2005 tinham sido aprovadas duas operações desse tipo: uma no Brasil e outra em El Salvador.

À semelhança do que se fez com essas reformas nos empréstimos para investimento, em abril de

2005 a Diretoria Executiva aprovou o uso de um *enfoque programático* para os empréstimos em apoio de reformas de políticas, permitindo o respaldo gradual a programas plurianuais de reformas de políticas e fortalecimento institucional dentro de um quadro de médio prazo claramente definido. Esse quadro abarca várias operações de uma só parcela, sendo que cada uma se baseia no empréstimo anterior para contribuir para os objetivos de desenvolvimento, com mecanismos de ativação de desempenho claramente definidos para passar de uma operação à seguinte. Até agora, foram aprovadas três operações desse tipo na Bolívia, Paraguai e Peru.



Ver www.iadb.org/ar/nlf_po

Aprovadas que foram as estratégias para as áreas prioritárias de atividade do Banco e o Plano Integrado de Implementação de Estratégias, essas linhas de ação estão sendo incorporadas a documentos de diálogos de política e a estratégias de país. Em 2005, o Banco preparou estudos sobre governança para Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru e Uruguai, abordando questões de governança nacional e subnacional, assim como diretrizes operacionais de gestão pública, a fim de apoiar a elaboração de projetos.

O BID aumentou seu foco na eficácia no desenvolvimento, adotando para esse fim um Plano de Ação a Médio

Prazo. Reorientou e intensificou suas atividades na área de modernização do Estado, e para tanto fortaleceu a capacidade do setor público nos países membros mutuários, mediante a introdução de técnicas de gestão por resultados nos órgãos responsáveis pela execução de projetos financiados pelo Banco. O instrumento interativo na Internet sobre governança oferecerá uma interface fácil de usar para acessar a maioria dos indicadores referentes a governança democrática.

Ver www.iadb.org/ar/mod_sp

Competitividade

Em 2005 o Banco aprovou 48 empréstimos, no total de US\$2,7 bilhões, a projetos para aumentar a competitividade. As operações abrangeram áreas como transporte aéreo no Equador, estradas em El Salvador, investimento produtivo na Costa Rica, informação e comunicações em Trinidad e Tobago e turismo em Honduras.

Nos últimos anos a competitividade tornou-se uma prioridade na região, sobretudo porque as estratégias de desenvolvimento passaram a enfatizar cada vez mais a integração regional. A experiência recente demonstra que liberalizar o comércio e firmar acordos comerciais não bastam para alcançar um desempenho satisfatório das exportações e gerar os empregos tão necessários nos países da região. É preciso também tomar medidas para melhorar a competitividade por meio de atividades para atrair investimento estrangeiro direto, apoiar as pequenas empresas, promover inovação e desenvolver exportações. Por esse motivo, vários países na região estão implementando projetos que se concentram em gerar empregos de melhor remuneração e incrementar as taxas de crescimento, impulsionando assim o desenvolvimento econômico.

O Banco deu prosseguimento à sua Iniciativa sobre o Clima de Negócios, com a qual ajuda os governos, em consulta com o setor privado, a identificar os principais obstáculos ao investimento privado e a formular planos de ação para eliminar barreiras específicas. Entre as questões que estão sendo tratadas contam-se direitos de propriedade e comércio e códigos comerciais e de investimento. Planos específicos para cada país oferecem um quadro de apoio para promover a competitividade do setor privado, através de programas, empréstimos e cooperação técnica do Banco.

O Banco vem investigando como poderia apoiar a competitividade de modo mais efetivo na região. Uma área importante que está sendo cuidadosamente explorada é a série de intervenções microeconômicas empreendida por vários países. Outras linhas de pesquisa sobre a melhoria da competitividade na região enfocaram o impacto de reformas estruturais, o papel da ajuda externa, a desigualdade e a informalidade. Esses estudos mostram que a privatização, embora encarada de maneira negativa em algumas pesquisas de opinião, na verdade intensificou a competitividade entre as empresas. Além disso, de acordo com os estudos, o impacto geral das reformas estruturais foi positivo, ainda que a ausência de um efeito redistributivo de certas reformas tenha provocado desencanto entre certos segmentos da população.



PERU • A primeira locomotiva movida a gás natural deixa a estação de trem de Chosica, no norte do Peru.

O aumento de competitividade deve estar acompanhado de maior bem-estar, sobretudo em termos de redução da desigualdade e da pobreza. As pesquisas do Banco demonstram que os países devem fortalecer suas instituições, que são os elos vitais que ligam a reforma ao bem-estar. Nos casos em que o tamanho do setor informal num dado país está associado à desigualdade de renda, a qualidade das instituições serve como amortecedor e pode diminuir o impacto negativo transicional das reformas sobre o setor informal. As pesquisas mostram que melhores instituições ajudarão a diminuir a desigualdade.

Produtividade e competitividade dependem do grau de condições propícias que cada país cria ao utilizar de modo inovador a tecnologia de informação e comunicação, desenvolver capital humano por meio de aprendizagem contínua e fortalecer a confiança entre os cidadãos e seus representantes no setor público. Os países da região estão procurando mobilizar recursos para expandir a economia do conhecimento como uma ponte entre o crescimento econômico sustentável e a redução da pobreza com equi-



TRINIDAD E TOBAGO • Astrid Edwards, formanda do Instituto de Hospitalidade e Turismo, responde a perguntas de um colega no Hotel Hilton de Port of Spain.

dade social. O Banco está trabalhando em parceria com os países da região para ajudá-los a alavancar suas economias do conhecimento para que possam alcançar os níveis de produtividade e competitividade regionais necessários para impulsionar o crescimento econômico.

Ver www.iadb.org/ar/comp_sp

Desenvolvimento social

A Estratégia de Desenvolvimento Social do Banco compreende quatro linhas de atividade para ajudar os países da região a acelerar o progresso social e atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: execução de reformas nas áreas de saúde, educação e habitação; promoção do desenvolvimento humano durante toda a vida; fomento da inclusão social e prevenção de males sociais; e prestação de serviços sociais integrados, focalizados geograficamente a fim de reduzir a pobreza (ver **Boxe 3**). Em 2005 o Banco aprovou 32 empréstimos nessas áreas, no total de US\$3,4 bilhões, o que representa 48% de sua atividade creditícia. A maioria dos empréstimos destinou-se a programas de investimento social, seguidos de água e saneamento, educação, saúde, proteção do meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Durante o ano, a carteira de empréstimos do Banco no campo da *educação* refletiu as novas tendências que estão surgindo em toda a região. Entre os empréstimos aprovados em 2005 contaram-se um de US\$18 milhões para as Bahamas, com investimentos em todos os setores, a fim de aumentar os níveis de capital humano e competitividade, e um empréstimo de US\$85 milhões para apoiar o projeto de educação básica para todos em El Salvador.

Outras iniciativas procuraram dar maior visibilidade à educação como tema regional, o que incluiu o presente apoio a avaliações

e provas e a promoção e implementação de bens públicos regionais. Por exemplo, foi aprovado um projeto regional para apoiar a criação de portais de ministérios de educação na Internet, e em escolas de toda a região foram testados módulos preparados como parte do programa interamericano de formação de docentes. Em outubro foi submetido a consultas públicas o projeto da nova Estratégia Consolidada para a Educação.

O BID aprovou operações no campo da *saúde* em vários países. Os projetos incluíram saúde materno-infantil em Honduras, produtividade e gestão de hospitais privados no Chile e institucionalização de contas nacionais de saúde na Colômbia. Além disso, foram aprovadas 15 operações não reembolsáveis, no total de US\$5,3 milhões, para projetos como o de contas de saúde reprodutiva na região e de prevenção de doenças na Guatemala. Em 2005 o Banco formulou sua Estratégia de Saúde, um processo que envolveu diagnósticos e consultas setoriais, entre outras atividades. A estratégia será submetida à consideração da Diretoria Executiva em 2006.

O Banco avançou numa ampla gama de iniciativas de *inclusão social* com a finalidade de melhorar a situação socioeconômica das populações mais excluídas da região. Os afro-descendentes, os povos indígenas, pessoas portadoras de deficiências, portadores de HIV/aids e as mulheres pobres são os principais grupos excluídos e os que apresentam o maior grau de pobreza e desemprego na região. As atividades do BID estão detalhadas no relatório de progresso de 2005 referente ao plano de ação para combater

a exclusão social baseada na raça e na etnia. O Fundo Fiduciário de Inclusão Social, primeiro fundo fiduciário do Banco constituído com recursos de múltiplos doadores, iniciou seu terceiro ano de funcionamento, proporcionando mais de US\$500.000 em operações não reembolsáveis e introduzindo uma linha de atividade especial para melhor integrar a inclusão social nas estratégias de país e nas avaliações de pobreza do BID.

Entre as iniciativas de inclusão social cabe destacar dois projetos realizados no Brasil, um para desenvolvimento com base em direitos e outro para ação afirmativa. No âmbito dos direitos, o BID liderou uma série de esforços de desenvolvimento como parte de um projeto em colaboração com a CEPAL, o Banco Mundial e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, que proporcionaram assistência financeira. Uma perspectiva de direitos incorpora os três princípios básicos, de inclusão, participação e responsabilização, e representa um aprofundamento do trabalho do Banco no campo da inclusão social e dos direitos dos cidadãos.

Em 2005 o Banco aprovou um empréstimo de US\$11,1 milhões a Honduras destinado a facilitar o desenvolvimento comunitário integrado, participativo e culturalmente relevante e a capacitação de pessoal entre populações indígenas e de afro-descendentes. Foram também aprovadas várias operações não reembolsáveis para projetos indígenas de desenvolvimento empresarial, como o Hotel Cuenca Inga-pirca, no Equador, um empreendimento conjunto de uma grande cadeia hoteleira e de migrantes indígenas radicados em Nova York, que utilizará remessas, e um projeto piloto na região de Potosí, nos Andes bolivianos, para fortalecer uma forma tradicional de organização chamada *ayllu*, visando intensificar a gestão produtiva e a conservação do ecossistema.

Após um extenso processo de consultas, foi submetida à apreciação do Comitê de Política e Avaliação da Diretoria Executiva a Política Operacional sobre Povos Indígenas e a Estratégia para o Desenvolvimento Indígena.

A fim de promover a *igualdade de gênero no desenvolvimento*, durante 2005 o Banco continuou a destinar consideráveis recursos para a execução do Plano de Ação de Gênero, que incluiu componentes de 21 empréstimos, seis operações não reembolsáveis e 11 estratégias de país para a integração da perspectiva de gênero em 11 países: Chile, Colômbia, Costa Rica, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Suriname. O



VENEZUELA • Paciente se submete a um exame pré-natal dentro de um programa para fortalecer e modernizar o setor de saúde que enfatiza o atendimento a grupos de baixa renda.

novo Fundo Fiduciário para a Integração de Gênero, criado com contribuições iniciais da Noruega e aportes posteriores de vários doadores, canalizará apoio técnico para a incorporação das questões de gênero nos projetos e programas do Banco.

Ver www.iadb.org/ar/socdev_sp

Indes

Em 2005 o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (Indes), do BID, comemorou seu décimo ano de atividades acadêmicas. Com o prosseguimento de seus cursos presenciais e a considerável ampliação dos cursos pela Internet, o INDES fortaleceu a formação gerencial de funcionários públicos e de figuras decisivas para a formulação da política social na América Latina e no Caribe.

BOXE 3 • A CONTRIBUIÇÃO DO BID À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

O BID desempenha um papel importante ao ajudar os países membros mutuários a acompanhar, adaptar e implementar a agenda para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A missão do Banco de acelerar o desenvolvimento econômico e social e reduzir a pobreza é claramente compatível com os ODM, e seu compromisso com a eficácia no desenvolvimento e a gestão por resultados é relevante para a consecução dos ODM e seu acompanhamento.

Desde que se chegou a um acordo em relação aos ODM, o BID tem apoiado o trabalho dos países, melhorando a capacidade institucional, formulando estratégias e políticas setoriais, promovendo o consenso político, fomentando o diálogo nos países, proporcionando apoio financeiro, monitorando o progresso realizado e identificando as lições aprendidas. O Banco aperfeiçoou sua gama de instrumentos financeiros, tornando-os mais flexíveis e eficazes, e diversificou empréstimos para os setores prioritários dos ODM, abrindo áreas inovadoras, a fim de ampliar a escala das intervenções bem-sucedidas. Além disso, proporcionou apoio a programas bem-sucedidos, como as transferências de renda condicionadas e os fundos de investimento social, e empréstimos para projetos de desenvolvimento urbano, água e esgotos, microfinanças, saúde e educação.

O Banco tem dado ênfase especial à formação de capacidade para o acompanhamento e a avaliação do progresso

na consecução dos ODM, tanto em nível interno quanto nos países mutuários. Entre as iniciativas do Banco nesse campo cabe assinalar os novos mecanismos institucionais para melhorar a avaliação e o acompanhamento de suas próprias operações, assim como os programas para melhorar os sistemas de informação sobre a situação socioeconômica da região, as pesquisas sobre as condições de vida (programa Mecovi), as pesquisas demográficas e os programas de fortalecimento dos institutos nacionais de estatísticas. O Banco também contribuiu para iniciativas interinstitucionais, como a preparação do *Global Monitoring Report*, publicado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Durante o ano o Banco continuou a apoiar a criação de consenso em relação aos ODM nos mais altos níveis políticos. Como complemento da Conferência Internacional de Brasília, em 2003, sobre os ODM na América Latina e no Caribe, o Banco lançou uma ampla campanha para gerar consenso em nível subnacional, fomentando a participação dos governos locais no planejamento e nos projetos para alcançá-los. O Banco tem trabalhado também na formação de consenso em torno de uma agenda regional de coesão social. Por exemplo, em conjunto com a Comunidade Andina e a Comissão Européia, co-patrocinou uma conferência sobre coesão social nos países andinos, realizada em Lima, em maio de 2005.



Durante o ano foram oferecidos 19 cursos regionais para mais de 600 gerentes de setores sociais. Foram dados cursos de gestão social para professores universitários e gerentes, assim como cursos em conjunto com outras unidades do Banco. Cabe destacar o curso sobre eficácia no desenvolvimento, oferecido junto com o Programa de Implementação do Pilar Externo do Plano de Ação a Médio Prazo para Eficácia no Desenvolvimento (Prodev), dois cursos sobre política de redução da pobreza e dois cursos para gerentes e encarregados da formulação da política de gênero.

O Indes ampliou sua oferta de cursos na Internet, aumentando para noveos programas *on-line*, que proporcionaram capacitação a 60 instrutores e a mais de 450 geren-

tes de programas sociais, muitos dos quais viviam fora das capitais. Os cursos cobriram gestão orientada para resultados e execução e condução de programas sociais, incluindo um curso para diretores de escolas.

Além disso, o Indes continuou a oferecer cursos presenciais no Peru e na Guatemala, assim como cursos destinados a formar professores para programas no Chile e na Colômbia. Por sua vez, esses professores ministraram cursos do Indes em seus respectivos centros de treinamento. Os programas combinaram cursos de gestão social (como oficinas destinadas a autoridades de alto nível) para gerentes, treinadores e atores sociais interessados em política social, capacitação para funcionários do governo central e municipal, bem como oficinas sobre temas especializados,

No que se refere ao sexto objetivo do milênio, ou seja, deter e começar a reduzir a propagação do HIV/aids, o Banco aprovou uma operação de cooperação técnica para o Caribe e a região andina e o apoio a um projeto regional para a América Central, financiado pelo Fundo Mundial de Luta contra a Aids.

Em 2005 o Banco aprovou 75 operações de cooperação técnica relacionadas diretamente com questões de gênero (o terceiro ODM), incorporando gênero a componentes programáticos e/ou incluindo as mulheres como uma parte importante de sua população alvo. Além disso, o Banco obteve significativo progresso na incorporação da perspectiva de gênero em oito estratégias de país. Em 2005, o governo da Noruega efetuou a contribuição inicial para um Fundo Fiduciário para Integração de Gênero, para fomentar a incorporação da perspectiva de gênero em todo o ciclo dos projetos. Por meio de seu programa de liderança da mulher (Prolead), o Banco dedicou especial atenção à integração da liderança da mulher em operações de boa governança, modernização do Estado e participação da sociedade civil. O Banco também aprovou em 2005 um empréstimo e duas operações não reembolsáveis que tratam especificamente da redução da mortalidade materna (o quinto ODM) na região.

Operações de assistência técnica específicas nas áreas de conservação da biodiversidade, gestão de recursos hídricos, energia limpa e mudança climática estão ajudando os países da América Latina e do Caribe a adquirir novos conhecimentos e instrumentos para alcançar os ODM de sustentabilidade ambiental. Durante o ano o Banco aprovou vários empréstimos para ampliar a cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento, principalmente em zonas

rurais, e para aumentar o apoio para capacitação técnica a fim de melhorar a qualidade desses serviços. O sétimo ODM consiste em reduzir à metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável.

No tocante à redução das emissões e à eficiência energética, durante o ano o Banco começou a implementar uma agenda dinâmica nas áreas de energia renovável e mitigação da mudança climática, e adotou um Plano de Ação para a Mitigação dos Gases do Efeito Estufa e Financiamento do Carbono. Um conjunto mais amplo de atividades do Banco contribui para os ODM na esfera da sustentabilidade ambiental, mediante operações relativas ao desenvolvimento econômico e à saúde humana, com um enfoque intersetorial, principalmente por meio de iniciativas ligadas à gestão ambiental em zonas urbanas, agricultura sustentável, turismo, mitigação do risco de desastres e comércio e ao meio ambiente.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) Até 2015:

- 1** Erradicar a pobreza extrema e a fome
- 2** Atingir o ensino básico universal
- 3** Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher
- 4** Reduzir a mortalidade infantil
- 5** Melhorar a saúde materna
- 6** Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças
- 7** Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8** Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Ver www.iadb.org/ar/mdg_sp

como multiculturalismo, descentralização, desenvolvimento local e gestão estratégica. No total, 1.050 pessoas receberam capacitação em 33 eventos.

Ver www.iadb.org/ar/indes_sp

Integração

O Banco continuou a prestar amplo apoio aos países para a integração regional. Foram aprovados oito empréstimos contendo componentes de integração regional, num total de US\$205 milhões, para a Argentina, Brasil, Colômbia, Equador e República Dominicana. Além disso, foram aprovadas 39 operações não reembolsáveis, num total de US\$10 milhões, voltadas principalmente para dar apoio,

em vários níveis, a diversas iniciativas de integração sub-regional, hemisférica e inter-regional, assim como às negociações multilaterais da Rodada Doha.

Realizaram-se ainda outras atividades no quadro da Iniciativa Especial sobre Comércio e Integração e um amplo programa de cooperação técnica regional para a integração regional e a cooperação. Essas atividades complementam os três empréstimos para formação de capacidade na esfera comercial aprovados em 2005 para o Chile, o Panamá e o Suriname, assim como a supervisão de outros projetos de formação de capacidade na Bolívia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru e Trinidad e Tobago.

O Banco foi a primeira instituição financeira multilateral a criar um instrumento para proporcionar operações



URUGUAI • Comércio e integração regionais foram impulsionados por um programa de reforma do setor de investimentos.

não reembolsáveis para bens públicos regionais. Por meio de sua Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais, o Banco renovou seu compromisso de promover cooperação entre os países membros, respondendo ao mesmo tempo à demanda crescente de bens públicos regionais.

Após a aprovação da iniciativa em 2004, foi selecionado um grupo inicial de oito projetos, no total de US\$8,8 milhões. Esses projetos, que beneficiam 21 países da região, tratam de meio ambiente e desenvolvimento social, educação, modernização do Estado e mercados financeiros. Em meados de 2005 fez-se uma segunda convocação de propostas, que resultou em pedidos que totalizaram US\$65 milhões para 44 projetos em oito setores estratégicos, com a participação dos 26 países membros mutuários. Por exemplo, o projeto da Rede de Portais de Educação visa a criação de uma comunidade colaborativa para o intercâmbio de conteúdo educativo de boa qualidade a fim de melhorar a qualidade e a acessibilidade da educação em 15 países em toda a região.

O programa de Cooperação Técnica Regional (CTR) tornou-se um instrumento valioso para promover atividades conjuntas nos países da região. Foi dada especial ênfase à assistência para fortalecer programas e processos de integração sub-regional, como o Mercosul e a união alfandegária centro-americana, o Mercado Único da Comunidade do Caribe (Caricom) e o processo de integração andina.

Nos planos hemisférico e internacional, o programa de CTR ajudou a financiar iniciativas de fortalecimento institucional para ajudar países e organizações regionais a participar de forma mais efetiva e equitativa de negociações comerciais e beneficiar-se do efeito positivo de acordos comerciais (ver o **Boxe 4** sobre o apoio do BID ao CAFTA-DR).

O Diálogo Regional de Política e suas sete redes atingiram as metas estabelecidas para 2005, a saber: (i) criar espaços para que os países da América Latina e do Caribe ampliem seu diálogo; (ii) compartilhar experiências; (iii) aprender melhores práticas; e (iv) avaliar áreas de cooperação regional de importância crucial para uma economia cada vez mais globalizada. Os principais participantes da rede são vice-ministros de países membros mutuários com carteiras de financiamento nos setores relevantes.

Em 2005 realizaram-se nove reuniões sub-regionais das redes de Comércio e Integração, Gestão de Desastres Naturais, Educação e Capacitação de Recursos Humanos, Gestão de Políticas Públicas e Transparência e Meio Ambiente. Além disso, realizaram-se na sede do Banco nove reuniões da rede hemisférica sobre Educação, Gestão de Desastres Naturais, Meio Ambiente, Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda, Comércio e Integração e Gestão de Políticas Públicas e Transparência.

Atendendo à demanda de vários países, a Iniciativa Especial do Banco sobre Comércio e Integração proporcionou recursos não reembolsáveis para diversas atividades de formação de capacidade na área de comércio e estudos técnicos sobre assuntos como a dependência do imposto sobre atividades comerciais e o seqüenciamento de integração regional e capacitação, por exemplo, com relação à verificação de regras de origem e segurança de fronteiras no Caribe. Outras atividades de divulgação no quadro da iniciativa compreenderam apresentações na América Latina, na Europa e no Japão sobre o relatório intitulado *The Emergence of China: Challenges and Implications for Latin America and the Caribbean*.

Ver www.iadb.org/ar/int_en

Comemorando seu 40º aniversário, o Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal) do BID deu prosseguimento a seu extenso programa de capa-

citação, em conjunto com a Organização Mundial do Comércio, a fim de fortalecer a capacidade de negociação de comércio dos países, apoiou o trabalho de redes de pesquisas, entre elas a Associação de Economia e Empresas da América Latina/Caribe e Ásia/Pacífico (LAEBA), a Rede Euro-Latino-Americana de Estudos sobre Integração e Comércio (ELSNIT) e a Rede de Pesquisa em Integração (RedINT). Além disso, o Intal também organizou oficinas sobre a participação da sociedade civil na formulação de políticas comerciais e continuou a atuar como secretaria da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

Ver www.iadb.org/ar/intal_sp

Meio ambiente

Em 2005 foram aprovados 15 empréstimos, num montante superior a US\$530 milhões, para projetos de meio ambiente, em áreas como gestão do meio ambiente urbano para proteção de bacias hidrográficas e saneamento, serviços de água e saneamento em zonas rurais, turismo sustentável e gestão de risco de desastres. No decorrer do ano foram aprovadas também mais de 90 operações não reembolsáveis, totalizando mais de US\$28 milhões, para gestão integrada de recursos naturais, água e saneamento, política e instituições ambientais e gestão de risco de desastres, entre outras áreas. Aumentou o apoio técnico para a região nos campos de conservação da biodiversidade, energia renovável, eficiência energética, mitigação dos efeitos da mudança climática e gestão do meio ambiente urbano.

Em 2005, o Banco formulou uma nova Política do Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas, que foi submetida ao Comitê de Política e Avaliação da Diretoria Executiva. A política proposta tem como foco a incorporação das questões ambientais às operações do Banco, para torná-lo mais eficaz, e uma abordagem da gestão de riscos que promova investimentos responsáveis do ponto de vista social e ambiental. No começo de 2005, um painel de alto nível composto por um grupo de especialistas formulou recomendações para reposicionar a agenda ambiental do BID na região.

BOXE 4 • APOIO DO BANCO AO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS, A AMÉRICA CENTRAL E A REPÚBLICA DOMINICANA (CAFTA-DR)

Em 2005, depois de apoiar a capacidade de negociação do Acordo de Livre Comércio Estados Unidos–República Dominicana–América Central (CAFTA-DR) entre os seis países membros latino-americanos, o Banco passou a ajudá-los a pôr o acordo em prática. Proporcionou assistência financeira e técnica para a preparação de um Livro Branco sobre a Dimensão Trabalhista do CAFTA-DR, que inclui um diagnóstico e um plano de ação em nível nacional e sub-regional nos seis países. O documento, redigido pelos vice-ministros de Comércio e Trabalho dos países e aprovado posteriormente pelos respectivos ministros, desempenhou um papel destacado no debate sobre a aprovação do acordo no legislativo dos países envolvidos no acordo. O Banco expressou seu compromisso de continuar apoiando essa importante iniciativa por meio do financiamento de projetos nacionais e regionais para concretizar as recomendações do Livro Branco.

O amplo apoio financeiro e técnico do Banco incluiu um empréstimo de US\$116 milhões para promover a implementação do acordo e a transição para o livre comércio na Costa Rica. Empréstimos de facilitação do setor de comércio foram executados na Guatemala, Nicarágua e República Dominicana, com vistas a fortalecer os órgãos públicos encarregados da agricultura, meio ambiente, trabalho e propriedade intelectual. Além disso, o Banco proporcionou apoio nacional e regional por meio de operações de cooperação técnica direta não reembolsável e operações do Fumin em áreas como têxteis, trabalho, harmonização de procedimentos tributários e aduaneiros, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias.

Um apoio adicional do Banco numa fase complementar ajudará os seis países, bem como outros que se defrontarão com desafios semelhantes, a resolver a questão crucial da adoção de um quadro de política nacional para obter o máximo proveito de acordos de livre comércio. Para isso serão necessários ajustes nas áreas de infra-estrutura, clima de negócios, redes de proteção social e reforma tributária e reestruturação dos setores da indústria, agricultura e serviços.



Ver www.iadb.org/ar/cafta_sp



COLÔMBIA • Especialista monitora mangues no âmbito de um programa para promover a gestão sustentável de recursos naturais.

Para apoiar a formulação de estratégias e programas por país, o Banco realizou análises ambientais em vários países, entre eles Belize, El Salvador e Suriname, e começou a preparar análises para Equador, Honduras, Jamaica, Paraguai, Peru e Uruguai. Esses estudos têm por finalidade buscar oportunidades para vincular as prioridades ambientais a metas sociais e econômicas, sobretudo visando melhorar a competitividade dos países.

O Banco está ampliando suas atividades nos campos de energia renovável, eficiência energética e mitigação da mudança climática, e para tanto mobiliza recursos técnicos e financeiros a fim de aumentar os conhecimentos e as pesquisas nessas áreas. A diretoria referendou a proposta de um plano de ação referente a energia renovável, eficiência energética, mitigação dos gases do efeito estufa e “financiamento do carbono”. O Banco liderou também estudos de casos sobre transporte urbano e gestão de detritos sólidos.

Atender às necessidades de água e saneamento continuará a ser uma das prioridades dos investimentos na

região. Quase um terço do volume dos empréstimos relacionados com o meio ambiente aprovados em 2005 corresponde a essa área. O Banco contribuiu com mecanismos inovadores para o financiamento e a gestão de recursos hídricos por meio de diversos programas e produtos destinados a ajudar os países a corrigir as disparidades nesses serviços vitais, especialmente com vistas a cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de combater as doenças transmitidas pela água na região.

O Banco está desenvolvendo boas práticas e instrumentos para apoiar iniciativas de integração regional como o Plano Puebla-Panamá e a IIRSA. As salvaguardas ambientais e as atividades de incorporação do meio ambiente às operações do Banco somam-se a instrumentos inovadores, como as avaliações ambientais estratégicas. O Banco também está alavancando recursos para bens públicos regionais, criando novas oportunidades de investimentos na conservação da biodiversidade em ecossistemas críticos, como a bacia amazônica.

Na área da gestão de risco de desastres, realizou-se um trabalho analítico e técnico a fim de orientar o Banco na criação de instrumentos financeiros inovadores para a gestão de risco de desastres, técnicas de financiamento de risco para atenuar o impacto econômico dos desastres naturais, sistemas de verificação para incorporar a prevenção de desastres à formulação e à execução de empréstimos de reforma de políticas, e indicadores de risco de desastres para os programas por país e o financiamento de projetos. O Banco deu início à execução de seu Plano de Ação para Melhorar a Gestão de Risco de Desastres, 2005-2008, aprovado pela diretoria em março de 2005.

Ver www.iadb.org/ar/env_sp

Infra-estrutura

A qualidade, o preço e a cobertura de eletricidade, gás, água, saneamento, telecomunicações e transporte são fatores decisivos para determinar se um país conseguirá elevar o nível de vida da população como um todo e ser suficientemente competitivo para sobreviver numa economia cada vez mais globalizada.

Entre 1995 e 2005, o Banco aprovou empréstimos e garantias para 131 projetos de infra-estrutura, num total de aproximadamente US\$8,4 bilhões. Ao longo desse período, uma parcela cada vez maior desses empréstimos foi concedida diretamente ao setor privado.

Entre as operações de infra-estrutura aprovadas em 2005 cabe destacar o sistema integrado de transporte público de Cali, na Colômbia. O projeto de US\$200 milhões financiará um moderno sistema de ônibus que ligará as

áreas de baixa e média renda da cidade às zonas onde se concentram os serviços sociais e as atividades que geram empregos. O projeto visa melhorar a qualidade dos serviços, reduzir o tempo de viagem, os acidentes e a poluição ambiental e aumentar a eficiência e a confiabilidade dos serviços. Um tráfego mais ordenado, menos congestionamentos e uma melhor utilização dos espaços urbanos melhorarão a qualidade de vida da população de Cali. O sistema será implantado e operado por meio de uma parceria público-privada.

Com o apoio do Banco, a IIRSA está promovendo processos de integração setorial relacionados à mitigação de gargalos regulatórios, institucionais e operacionais em áreas de infraestrutura. Um projeto para melhorar a segurança do porto de Callao no Peru foi preparado com o apoio do Fundo Francês para Atividades de Treinamento e Consultoria. Foi criado um fundo de cooperação técnica de US\$20 milhões para apoiar a preparação de projetos de integração de infra-estrutura. Um deles foi o início de um estudo sobre acesso para a infra-estrutura chilena e argentina de cruzamento de fronteira.

O Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) tem também desempenhado um papel importante no sentido de fomentar a participação do setor privado na área de infra-estrutura. Desde sua criação, em 1994, o Fumin realizou mais de 100 operações não reembolsáveis, num total de mais de US\$86,7 milhões, para apoiar reformas regulatórias e legais, privatização de serviços públicos, reestruturação setorial e fortalecimento institucional.

Ver www.iadb.org/ar/infra_sp

Desenvolvimento do setor privado

Durante o ano o Banco aprovou US\$683 milhões em financiamento para 17 projetos do setor privado, sendo seis empréstimos "A" seniores, no total de US\$385 milhões (três dos quais com empréstimos "B" consorciados correspondentes), e 11 garantias, no total de US\$298 milhões. O aumento do número de garantias em relação a anos anteriores reflete o contínuo empenho do Banco em promover o desenvolvimento dos mercados de capital locais e o financiamento do comércio.

No fim do ano, a Assembléia de Governadores do Banco decidiu elevar o teto para projetos do setor privado de US\$75 milhões para US\$200 milhões (e, em circunstâncias excepcionais, quando a Diretoria Executiva autorizar, para US\$400 milhões). A participação máxima do Banco no



ARGENTINA • Estivadores desembarcam contêiner no porto modernizado de Puerto Madryn, na província de Chubut.

financiamento de novos projetos do setor privado continua a ser de 25% do custo total do projeto nos países membros mutuários grandes e 40% nos países menores. O limite para projetos de expansão foi elevado para 50% do custo total do projeto em todos os países membros mutuários.

Foram aprovadas três operações de financiamento de infra-estrutura na região em 2005: um empréstimo de US\$75 milhões para o Aeroporto Internacional de Quito, no Equador, e dois empréstimos de US\$75 milhões para investimentos de capital no setor de energia elétrica nos estados brasileiros de Mato Grosso e Pará. O Banco aprovou também um empréstimo de US\$75 milhões para facilidade de armazenamento de instrumentos hipotecários para um projeto de mercados de capital no Brasil que facilitará o desenvolvimento do setor de habitação. A empresa Brazilian Securi-



JAMAICA • Esta estrada que conecta os pólos turísticos de Montego Bay e Ocho Rios foi reabilitada graças a um programa co-financiado pelo Japão.

ties Companhia de Securitização financiará a originação e acumulação de instrumentos hipotecários até que haja um volume suficiente para colocar títulos com garantia hipotecária nos mercados de capital nacionais. Outra operação do setor privado aprovada em 2005 foi um programa regional de facilitação do financiamento de comércio, no valor de US\$75 milhões, para a Trade Opportunities Fund N.V., que beneficiará exportadores médios que não têm acesso direto ao sistema bancário local.

Em 2005, o Banco aprovou US\$270 milhões em linhas de crédito não comprometidas para dez bancos de seis países da região como parte do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio. No quadro desse programa, o Banco emite garantias parciais de crédito para instrumentos relacionados com comércio em favor de bancos confirmadores, absorvendo o risco dos bancos emissores. Este programa tem sido plenamente operacional desde julho de 2005 e, em 31 de dezembro de 2005, o Banco tinha saldo

de garantias de aproximadamente US\$19 milhões em apoio a transações de financiamento de comércio de cerca de US\$25 milhões.

As atividades do Grupo do Banco no setor privado em 2005 centraram-se nos mercados de capital locais e regionais, na liderança com relação a remessas e no apoio à boa gestão empresarial em toda a região. Visando atender melhor às necessidades de seus clientes, o Banco aprovou um mecanismo de moeda local, que deverá atrair um alto nível de demanda entre tomadores do setor privado, dada sua capacidade de atenuar o risco de câmbio (ver o **Boxe 5**). O Banco continuou a intensificar suas atividades de financiamento do comércio e o uso de garantias parciais de crédito, que atrairão mais investimentos para a região.

No fim de 2005, as aprovações acumuladas desde 1994 totalizavam 83 operações, compreendendo 63 empréstimos "A" seniores e 20 garantias, com um total acumulado de empréstimos e garantias do setor privado de US\$3,5 bilhões. Além do financiamento do Banco, esses projetos receberam mais US\$3,8 bilhões em empréstimos "B" de consórcios bancários e co-garantias e mobilizaram mais de US\$19,6 bilhões em custos totais de projetos.

O Banco organizou em 2005 várias conferências sobre responsabilidade social das empresas, entre elas a Terceira Conferência Ibero-americana sobre Responsabilidade Social Empresarial em Santiago, Chile, e publicou um estudo intitulado *Corporate Social Responsibility in Small and Medium Enterprises in Latin America*.

Ver www.iadb.org/ar/pridev_sp

Corporação Interamericana de Investimentos

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), entidade independente filiada ao Banco, concede empréstimos e realiza investimentos de capital em empresas privadas da América Latina e do Caribe. Em 2005 aprovou 37 projetos e programas em 15 países, além de duas operações regionais, no total de US\$341,7 milhões. Criada em 1989, a CII é a única instituição multilateral de financiamento do desenvolvimento cuja missão específica é promover o desenvolvimento econômico por meio da criação, ampliação e modernização de pequenas e médias empresas.

Essas pequenas e médias empresas em geral não têm acesso a fontes apropriadas de crédito ou capital na região. A CII concede empréstimos e investe nessas empresas diretamente ou lhes proporciona financiamento indiretamente, por meio de intermediários financeiros ou fundos de capital. Não exige garantias do Estado. Para receber financiamento

da CII, os projetos devem promover o desenvolvimento sustentável criando empregos, ampliando a propriedade de capitais, gerando receitas líquidas em divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, utilizando recursos locais de forma ecologicamente sustentável, fomentando a poupança local ou promovendo a integração econômica da região.

Em 2005, a CII fez seus primeiros empréstimos em moeda local a cinco empresas de *leasing* da Colômbia. Esses empréstimos, no total de 150 bilhões de pesos colombianos (US\$66 milhões), assinalam a primeira ocasião em que uma instituição multilateral de investimentos, operando na América Latina, obteve recursos em moeda local para conceder empréstimos em moeda local. As receitas dos empréstimos serão utilizadas para financiar pequenas e médias empresas colombianas através de *leasings* a médio ou longo prazos para modernização ou aquisição de ativos fixos. Essas transações contribuem para a meta, constante da Declaração de Nuevo León, de triplicar os recursos canalizados para pequenas e médias empresas através de intermediários financeiros. Mais de 1.000 dessas empresas deverão ser beneficiadas com as cinco operações financiadas por esses empréstimos.

Para maiores informações sobre as operações da CII, consulte o Relatório Anual de 2005 dessa instituição, publicado separadamente. Para informações gerais sobre a CII e dados sobre operações de anos anteriores, visite seu site em www.iic.int.

Fundo Multilateral de Investimentos

Em 2005, o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), fundo independente administrado pelo BID, aprovou 133 projetos de assistência técnica e investimentos, no total de US\$113 milhões, dos quais 72 consistiram em operações não reembolsáveis que ascenderam a US\$72 milhões, dez consistiram em investimentos de capital ou empréstimos no valor de US\$37 milhões e 51 eram parte do programa de delegação de autoridade do Fumin no valor de US\$4,1 milhões. O enfoque do Fumin é introduzir novos meios para

BOXE 5 • MECANISMO DE FINANCIAMENTO EM MOEDA LOCAL

Em resposta à maior demanda pelos mutuários de financiamento em moeda local como meio de ajudar na gestão do risco cambial, em novembro de 2005 o Banco criou o Mecanismo de Financiamento em Moeda Local. O aprofundamento dos mercados de capital locais e a maior estabilidade macroeconômica da região criaram condições para que o Banco levasse adiante essa iniciativa.

Com esse mecanismo, o Banco passa a poder atender os mutuários com necessidades de financiamento em moeda local, particularmente nos países onde o Banco pode obter financiamento a médio prazo em moeda local, bem como ajudá-los em seus programas de gestão da dívida. O Mecanismo de Financiamento em Moeda Local oferece aos mutuários, tanto do setor privado quanto do setor público, três opções para o financiamento em moeda local: empréstimos por meio da conversão de desembolsos em moeda local (e/ou de saldos de empréstimos pendentes); *swaps* cambiais diretos com mutuários do Banco contra dívidas junto ao Banco; e empréstimos/obrigações em moeda local através da conversão de garantias exigidas. Prevê-se que a demanda de financiamento em moeda local virá de governos centrais e subnacionais, assim como de entidades do setor privado.

Como preparação para essa iniciativa, em abril de 2005 a Diretoria Executiva aprovou uma operação-piloto em moeda local com o Banobras, um banco de desenvolvimento mexicano, permitindo que o mutuário convertesse em pesos mexicanos desembolsos contra um empréstimo denominado em dólares dos Estados Unidos. O primeiro desembolso foi realizado com sucesso em novembro de 2005, e o Banco espera continuar a oferecer moeda local em termos atraentes, sujeitos às condições do mercado.

Embora essas soluções inovadoras possam não ser apropriadas atualmente para todos os clientes em todos os países, o Banco continuará a trabalhar junto com os países para criar as condições necessárias para empréstimos em moeda local no futuro, esperando que esse instrumento se torne um dos produtos financeiros à disposição de todos os mutuários. Nesse sentido, e como parte da iniciativa, o Banco estabeleceu um grupo de trabalho permanente sobre financiamento em moeda local que ajudará a aprofundar os mercados de capitais e desenvolver meios inovadores de financiamento.



fortalecer a capacidade de pequenas e microempresas, melhorar o clima de negócios e fomentar a participação do setor privado no processo de desenvolvimento.

Embora o Fumin seja principalmente um instrumento de assistência técnica não reembolsável, ele utiliza uma ampla gama de mecanismos de empréstimos, quase capital e investimentos. Ademais, 80% dos projetos do Fumin são realizados em colaboração direta com associações empresariais do setor privado, grupos comerciais, fundações e outras organizações não-governamentais, que em geral cobrem metade dos custos dos projetos.

Ainda que a maioria dos projetos do Fumin promova os modelos de empresas socialmente responsáveis como parte integral de sua formulação, em 2005 o Fumin aprovou também sete projetos, no total de US\$8,5 milhões, com o objetivo específico de promover a responsabilidade social das empresas, o turismo sustentável e uma produção menos poluente. O Fumin organizou conferências internacionais no Brasil e no México para destacar as oportunidades de mercado para a maioria de baixa renda da região e três cursos sobre governança corporativa em Lima, na Cidade do México e em Buenos Aires.

Durante o ano, o Fumin continuou mantendo o papel de liderança no campo das remessas, por meio de projetos para aumentar os recursos financeiros dos que recebem remessas e o impacto desses recursos no desenvolvimento. O Fundo realizou 12 estudos e levantamentos, patrocinou nove conferências importantes e publicou um livro sobre o impacto global das remessas no desenvolvimento, intitulado *Remesas de inmigrantes: moneda de cambio económico y social*.

Terminou em 2005 o processo de reposição de recursos do Fumin, com os doadores se comprometendo a contribuir com US\$502 milhões. Os novos acordos do Fumin II reforçam seu papel especial no desenvolvimento e lhe possibilitam elevar ao máximo os resultados no desenvolvimento. Desde sua criação, o Fumin aprovou 791 projetos de assistência técnica e investimentos, totalizando mais de US\$1 bilhão. Contando-se os recursos de contrapartida, cerca de US\$2 bilhões foram comprometidos com projetos do Fumin em toda a região.

Ver www.iadb.org/ar/mif_sp

O Programa de Empresariado Social é um instrumento dinâmico e participativo mediante o qual o Banco conseguiu alavancar recursos externos de outros doadores, do setor privado, de ONGs e beneficiários de projetos, utilizando empréstimos a longo prazo e recursos de cooperação técnica. Em 2005 o Banco aprovou 20 projetos no âmbito desse programa, num total de US\$13,4 milhões. Desse valor, US\$8,3 milhões foram financiados pelo Fundo para Operações Especiais e US\$5,1 milhões por diversos fundos fiduciários administrados pelo Banco.

Os projetos financiados em 2005 no quadro do Programa de Empresariado Social continuam a exercer um efeito importante na melhora da situação econômica e social das micro e pequenas empresas de baixa renda. Alguns exemplos importantes dessas melhorias foram: a promoção do espírito empresarial entre os graduados pobres de centros de formação técnica profissional de Honduras; um projeto para melhorar as condições de vida e a renda dos produtores de coco no Paraguai, mediante o financiamento de uma fábrica de biodiesel a partir de óleo vegetal; o fortalecimento de quatro programas de bancos comunitários que oferecem serviços de microcrédito e poupança a mulheres pobres de zonas rurais do Equador; o apoio a um projeto na Nicarágua que fornecerá eletricidade a famílias de zonas rurais pobres, mediante o financiamento de equipamento de energia solar e o fortalecimento de sua capacidade técnica e gerencial; e um empréstimo a um fornecedor privado de água potável em zonas rurais da Bolívia. (Documentos de trabalho sobre tópicos relativos a pequenas e médias empresas podem ser encontrados em www.iadb.org/ar/micpub_sp)

De conformidade com a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado, aprovada em 2004, o Banco criou o Escritório do Coordenador do Setor Privado, unidade encarregada da coordenação e supervisão de todas as atividades do Grupo do Banco em relação ao setor privado. O coordenador, subordinado diretamente ao presidente do Banco, presta assessoria decisiva sobre a evolução do modelo empresarial do Grupo para suas atividades no setor privado. O novo escritório está trabalhando para aumentar a efetividade dos esforços do Grupo no setor privado como campo prioritário a fim de promover o crescimento e reduzir a pobreza na região. O novo Comitê do Setor Privado do Banco, presidido pelo coordenador, melhorará a coordenação entre os membros do Grupo do Banco, agilizando o processo de aprovação de operações do setor privado e melhorando a capacidade de resposta aos clientes. As atividades de extensão em relação ao Grupo do Banco como um todo melhorou através do recém-instalado Conselho Assessor do Setor Privado (ver **Boxe 6**).

Eficácia no desenvolvimento

O propósito do Banco é promover o desenvolvimento econômico e social dos países membros mutuários. Como o desenvolvimento depende principalmente das medidas adotadas pelos próprios países, o Banco dá prioridade à ajuda destinada a melhorar a gestão do setor público com ênfase nos resultados, garantindo o maior grau possível de apoio por meio de estratégias eficazes e de boa qualidade, empréstimos, operações não reembolsáveis e garantias,

além de uma cultura institucional e práticas de gestão orientadas para resultados.

Com esse fim, em 2004 o Banco aprovou seu Plano de Ação a Médio Prazo para Eficácia no Desenvolvimento (MTAP). O plano consiste em três pilares inter-relacionados, cada um dos quais corresponde a uma das áreas prioritárias acima mencionadas: a externa, a interna e a institucional.

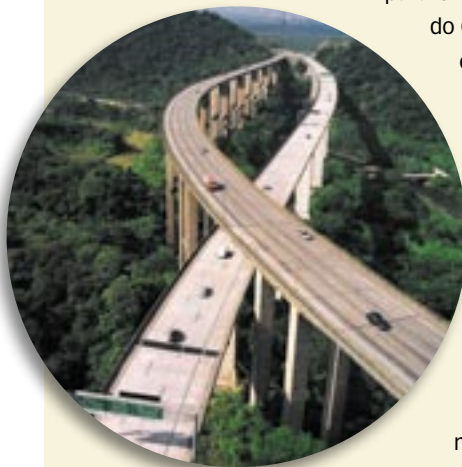
O pilar externo ajuda os países membros mutuários a fortalecer sua capacidade de gestão por resultados e harmonizar seus procedimentos, processos e instrumentos com os de outras instituições multilaterais de desenvolvimento e organismos bilaterais de ajuda. Em 2005 o Programa de Implementação do Pilar Externo do MTAP (Prodev) foi criado e provido de recursos no valor de US\$10 milhões. O programa proporciona recursos em condições concessionais para apoiar o desenvolvimento de capacidade de gestão por resultados nos países membros mutuários. O Banco está engajado em esforços multilaterais para aumentar a eficácia no desenvolvimento por meio de cooperação com outras instituições de desenvolvimento, por exemplo, o Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Assistência, no qual houve consenso entre os participantes com relação a princípios e indicadores da eficácia da assistência.

O pilar interno do MTAP procura melhorar a qualidade das intervenções do Banco, que por sua vez ajudarão os países a alcançar importantes resultados no campo do desenvolvimento. Durante o ano houve grandes progressos nesse sentido no que se refere à qualidade dos projetos e às estratégias. Para melhorar os ciclos dos projetos, realizou-se um exercício sobre a qualidade inicial dos projetos e definiram-se as normas e a metodologia para o exame da qualidade da supervisão. Foram atualizadas as diretrizes para a preparação de estratégias de país e elaborou-se uma proposta sobre as principais características de um quadro integrado com base em risco para as estratégias e os projetos.

O pilar institucional do plano de ação apóia a execução dos pilares externo e interno por meio de três conjuntos de atividades interligadas cuja finalidade é reforçar os incentivos do Banco: incentivos e aprendizagem para o pessoal, relatórios e orçamentos institucionais, e prestação de contas e supervisão. A meta a longo prazo dos incentivos para o pessoal é criar políticas de recursos humanos que promo-

BOXE 6 • CONSELHO ASSESSOR DO SETOR PRIVADO

O Conselho Assessor do Setor Privado, criado pelo Coordenador do Setor Privado em 2005, é constituído por 40 líderes de empresas, todos com uma trajetória de destaque em mais de 20 países de quatro continentes. O conselho se reúne regularmente com funcionários do BID a fim de debater os desafios do desenvolvimento para o setor privado da América Latina e do Caribe e orientar o Grupo do Banco em seu trabalho de apoio ao setor privado na região.



Em sua primeira reunião, em setembro de 2005, o conselho assessor trocou idéias sobre como remover os obstáculos ao crescimento do setor privado, possibilitar às economias da região competir melhor com as economias emergentes de outras regiões do mundo e promover a responsabilidade social das empresas. O conselho abordou também várias questões prementes

para a América Latina e o Caribe, entre elas a competitividade, a globalização, os problemas sociais persistentes e questões institucionais como a reforma do Estado e do judiciário.

Os membros do conselho destacaram a necessidade de se continuar a desenvolver os mercados locais e regionais de capitais a fim de mitigar o risco cambial e melhorar o acesso ao capital. Discutiram a melhor forma de integrar a região por meio de projetos regionais de infra-estrutura e parcerias público-privadas, assim como a necessidade de ressaltar a importância da educação como motor da produtividade.

vam o enfoque do Banco em resultados. Para esse fim, em 2005 foi feita uma análise das práticas atuais em matéria de recursos humanos, entre as quais as que diziam respeito a planejamento do pessoal, abono por mérito e promoções.

Para melhorar o planejamento e a preparação de orçamentos institucionais, os planos de negócios das unidades do Banco estão intensificando seu foco em resultados. Conseqüentemente, o primeiro orçamento plurianual do Banco, quando preparado para o período 2007-2009, basear-se-á em objetivos e prioridades institucionais claros.

Ver www.iadb.org/ar/dev_po

OS EMPRÉSTIMOS NO ANO



HAITI (esq.) • Alunos haitianos da Escola Elementar Des-pas perto de Côtéaux, construída em 2004 com recursos do BID, antes assistiam às classes ao ar livre.

EL SALVADOR (centro) • Operário da ConduSol, pequena empresa que fabrica cabos, emprega padrões de qualidade adotados por um projeto do Fumin para aumentar a competitividade.

PERU (dir.) • A modernização do sistema judicial permitiu o fortalecimento do judiciário em áreas pobres, onde os procedimentos legais eram mais demorados.



Resumo

Esta seção apresenta sumários por país, com breves descrições de empréstimos, garantias, operações de cooperação técnica, pequenos projetos e operações do Fumin aprovados pelo Banco em 2005. Os resumos e parágrafos introdutórios referentes a cada país dizem respeito somente a operações superiores a US\$1 milhão. A seção termina com informações sobre o programa de empréstimos e cooperação técnica.

Os empréstimos e as garantias aprovados pelo Banco e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2005, deduzidos os cancelamentos, vieram das seguintes fontes:

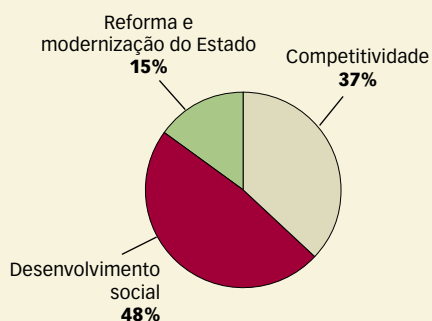
► **Capital Ordinário (CO):** 72 empréstimos no montante de US\$6,4 bilhões e 11 garantias de US\$298 milhões levaram os totais acumulados de empréstimos a 1.780, no montante de US\$117,5 bilhões, e de garantias a 17 operações, no total de US\$630 milhões.

► **Fundo para Operações Especiais (FOE):** 20 empréstimos no montante de US\$410 milhões levaram o total acumulado de empréstimos a 1.173 empréstimos, no montante de US\$17,5 bilhões.

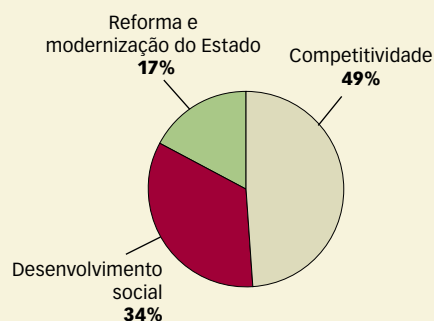
► **Outros fundos:** Não houve aprovação de empréstimos em 2005. Os empréstimos acumulados totalizaram 209, no montante de US\$1,7 bilhão.

O Banco concordou em custear parcialmente até cinco pontos percentuais os juros sobre sete empréstimos, no montante de US\$138 milhões, aprovados em 2005

EMPRÉSTIMOS POR SETOR, 2005



EMPRÉSTIMOS POR SETOR, 1961-2005





QUADRO I • DISTRIBUIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS POR SETOR DE ATIVIDADE¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

SETOR	2005	%	1961-2005	%
Competitividade	\$2.651,6	37,1	\$67.765,9	49,4
Energia	1.122,9	15,7	18.723,1	13,6
Transportes e comunicações	568,0	7,9	14.844,5	10,8
Agricultura e pesca	74,7	1,0	13.334,2	9,7
Indústria, mineração e turismo	68,0	1,0	12.550,4	9,2
Crédito multissetorial e pré-investimento	0,0	0,0	3.623,1	2,6
Ciência e tecnologia	32,3	0,5	1.593,4	1,2
Financiamento do comércio	380,0	5,3	2.011,6	1,5
Infra-estrutura produtiva	227,7	3,2	842,5	0,6
Mercados de capital	178,0	2,5	243,3	0,2
Desenvolvimento social	3.439,0	48,1	46.602,0	33,9
Investimento social	2.505,6	35,1	18.857,4	13,7
Água e saneamento	340,0	4,8	8.978,7	6,5
Desenvolvimento urbano	96,5	1,4	7.295,4	5,3
Educação	250,0	3,5	5.500,0	4,0
Saúde	123,6	1,7	2.816,8	2,1
Meio ambiente	123,4	1,7	2.664,2	1,9
Microempresa	0,0	0,0	489,0	0,4
Reforma e modernização do Estado	1.056,9	14,8	22.956,4	16,7
Reforma e apoio ao setor público	99,5	1,4	11.283,3	8,2
Reforma do setor financeiro	835,2	11,7	6.551,6	4,8
Reforma fiscal	47,9	0,7	3.827,6	2,8
Políticas de descentralização	51,6	0,7	720,9	0,5
Modernização e administração da justiça	4,9	0,1	315,5	0,2
Planejamento e reforma do Estado	0,0	0,0	118,1	0,1
Modernização parlamentar	3,9	0,1	76,1	0,1
Sociedade civil	0,0	0,0	22,0	0,0
Apoio à política comercial	13,9	0,2	27,5	0,0
Governo eletrônico	0,0	0,0	13,8	0,0
TOTAL	\$7.147,6	100%	\$137.323,8	100%

¹ As categorias refletem áreas prioritárias de atividade segundo a Estratégia Institucional do Banco.

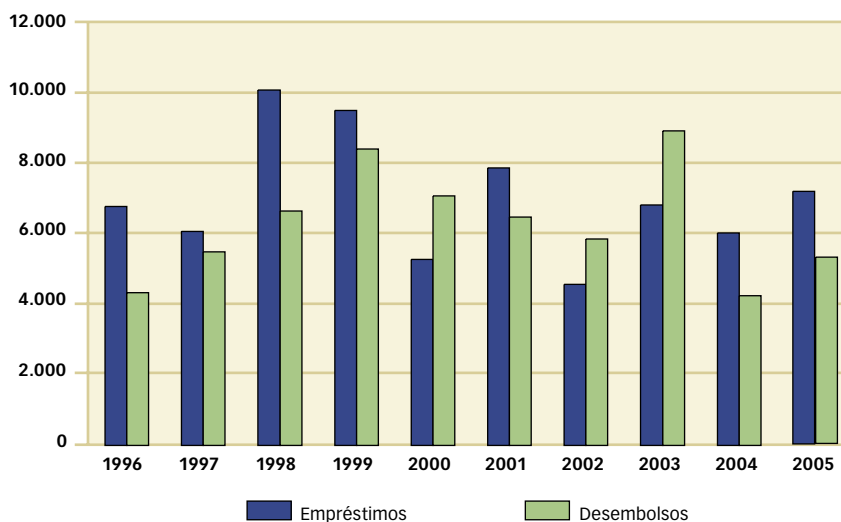
QUADRO II • EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS ANUAIS (2005) E ACUMULADOS (1961-2005)¹
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	CUSTO TOTAL DOS PROJETOS			EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS ¹					DESEMBOLSOS				
	Montante total			Montante total ³		Capital Ordinário ²		Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração		Montante total	
	2005	1961-2005	2005	1961-2005	2005	1961-2005	1961-2005	1961-2005	1961-2005	1961-2005	1961-2005	2005	1961-2005
Argentina	\$1.547,7	\$45.064,3	\$1.078,0	\$20.844,0	\$20.150,0	\$20.150,0	\$644,9	\$49,1	\$581,8	\$17.564,3	\$16.872,1	\$581,8	\$17.564,3
Bahamas	44,3	586,0	35,5	380,8	378,8	378,8	—	2,0	5,0	297,5	295,5	5,0	297,5
Barbados	5,5	792,0	4,4	414,1	355,7	355,7	39,4	19,0	4,4	315,5	257,1	4,4	315,5
Belize	—	145,2	—	87,7	87,7	87,7	—	—	2,9	75,5	75,5	2,9	75,5
Bolívia	53,5	6.046,5	48,2	3.544,2	1.204,1	1.204,1	2.267,6	72,5	142,3	3.104,5	1.188,4	142,3	3.104,5
Brasil	2.113,3	84.842,4	674,9	27.972,5	26.281,3	26.281,3	1.558,3	132,9	1.493,1	23.741,3	22.060,2	1.493,1	23.741,3
Chile	95,5	12.461,8	40,8	5.133,8	4.885,8	4.885,8	204,1	43,9	114,3	4.856,0	4.608,0	114,3	4.856,0
Colômbia	1.459,4	24.148,5	601,0	12.048,8	11.228,0	11.228,0	756,5	64,3	362,7	10.804,7	9.988,5	362,7	10.804,7
Costa Rica	226,3	3.958,0	131,8	2.378,1	1.887,7	1.887,7	352,4	138,0	42,2	2.084,5	1.603,1	42,2	2.084,5
El Salvador	341,9	4.773,5	210,9	3.158,6	2.248,0	2.248,0	765,4	145,2	92,1	2.643,7	1.742,2	92,1	2.643,7
Ecuador	641,3	8.345,4	103,0	4.193,5	3.158,7	3.158,7	944,7	90,1	36,6	3.874,0	2.839,2	36,6	3.874,0
Guatemala	24,0	4.305,1	18,9	2.691,4	1.981,5	1.981,5	639,9	70,0	33,3	2.218,5	1.517,7	33,3	2.218,5
Guiana	1,8	1.150,5	1,8	954,5	113,2	113,2	834,4	6,9	49,6	729,1	113,2	49,6	729,1
Haiti	217,9	1.687,7	201,7	1.166,9	—	—	1.160,6	6,3	70,0	711,8	—	70,0	711,8
Honduras	70,4	4.498,0	62,7	2.723,3	2.112,1	2.112,1	65,4	65,4	66,1	2.206,8	532,1	66,1	2.206,8
Jamaica	—	2.375,3	—	1.758,0	1.393,1	1.393,1	166,0	198,9	12,8	1.595,7	1.230,7	12,8	1.595,7
México	3.942,5	49.741,1	2.050,0	18.849,6	18.235,1	18.235,1	559,0	55,5	949,1	16.482,0	15.867,5	949,1	16.482,0
Nicarágua	90,6	3.611,4	85,1	2.313,0	267,1	267,1	1.980,3	65,6	122,6	1.877,7	267,1	122,6	1.877,7
Panamá	94,7	4.976,2	74,6	2.105,4	1.777,2	1.777,2	285,6	42,6	80,8	1.761,7	1.442,5	80,8	1.761,7
Paraguai	46,1	2.738,4	44,7	1.886,0	1.280,1	1.280,1	593,4	12,5	52,4	1.602,9	997,0	52,4	1.602,9
Peru	558,7	13.391,7	345,0	7.110,8	6.461,0	6.461,0	428,7	221,1	459,9	6.379,9	5.730,1	459,9	6.379,9
República Dominicana	59,8	3.948,9	55,0	2.822,5	2.012,4	2.012,4	722,5	87,6	135,7	2.279,3	1.469,3	135,7	2.279,3
Suriname	4,4	126,1	4,0	104,4	102,4	102,4	2,0	—	4,9	61,8	59,7	4,9	61,8
Trinidad e Tobago	2,3	1.641,7	2,3	1.031,2	975,4	975,4	30,6	25,2	52,7	843,4	787,6	52,7	843,4
Uruguai	272,5	5.376,1	268,3	3.980,2	3.834,5	3.834,5	103,9	41,8	242,3	3.425,2	3.279,5	242,3	3.425,2
Venezuela	3.361,3	16.327,1	910,2	4.800,7	4.626,4	4.626,4	101,4	72,9	74,4	3.663,6	3.489,4	74,4	3.663,6
Regional	211,1	18.469,3	95,0	2.869,4	2.623,1	2.623,1	232,6	13,7	43,9	2.377,6	2.151,3	43,9	2.377,6
TOTAL	\$15.486,5	\$325.528,0	\$7.147,5	\$137.323,7	\$118.094,2	\$118.094,2	\$17.486,4	\$1.743,1	\$5.328,0	\$117.578,5	\$100.464,6	\$5.328,0	\$117.578,5
													\$15.434,6
													\$1.679,2

¹ Após cancelamentos e ajustes cambiais. Devido ao arredondamento, os totais podem não refletir a soma das parcelas.

² Inclui empréstimos do setor privado, líquido de participações.

³ Inclui linhas de crédito autorizadas no total agregado de US\$270 milhões no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio.

EMPRÉSTIMOS E DESEMBOLSOS, 1996-2005*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

com recursos do capital ordinário, com fundos procedentes do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) criado no quadro do Sexto Aumento de Recursos.

Custo total dos projetos

Os US\$7,1 bilhões em empréstimos e garantias aprovados pelo Banco em 2005 ajudarão a financiar projetos que representam um investimento total superior a US\$15,5 bilhões. Os empréstimos do Banco cobrem apenas em parte o custo total dos projetos em execução pelos países mutuários. O restante provém principalmente dos próprios países da América Latina e do Caribe.

Desembolsos

Os desembolsos do Banco correspondentes aos empréstimos aprovados ascenderam a US\$5,3 bilhões em 2005, contra US\$4,2 bilhões em 2004. Em 31 de dezembro de 2005, os desembolsos acumulados, incluídos os ajustes de câmbio, totalizavam US\$117,6 bilhões, ou 86% do montante dos empréstimos aprovados pelo Banco. Os desembolsos de 2005 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2005, por fundo, foram os seguintes:

► **Capital Ordinário:** US\$4,9 bilhões, elevando o total acumulado a US\$100,5 bilhões.

► **Fundo para Operações Especiais:** US\$424 milhões, elevando o total acumulado a US\$15,4 bilhões.

► **Outros fundos:** US\$5 milhões, elevando o total acumulado dos fundos administrados pelo Banco a US\$1,7 bilhão.

Amortizações

As amortizações de empréstimos alcançaram US\$5,5 bilhões em 2005. O montante acumulado das amortizações em 31 de dezembro de 2005 chegou a US\$61,2 bilhões. As amortizações recebidas pelo Banco durante o ano e os totais acumulados, em 31 de dezembro de 2005, foram:

► **Capital Ordinário:** US\$5,2 bilhões, elevando o total acumulado, descontados os reembolsos a participantes, a US\$52,3 bilhões.

► **Fundo para Operações Especiais:** US\$301 milhões, elevando o total acumulado a US\$7,3 bilhões.

► **Outros fundos:** US\$5 milhões, elevando o total acumulado a US\$1,6 bilhão.

Informações sobre projetos do BID estão disponíveis em www.iadb.org/projects/

RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS, 2005**Capital ordinário**

PAÍS	PROJETO	MONTANTE (Em milhões de US\$)
Argentina	Apoio ao Programa Plan Familias	700
	Programa de investimento social na província de Buenos Aires	230
	Desenvolvimento do setor produtivo em Mendoza	70
	Programa para incentivar a competitividade no setor de turismo	33
Bahamas	Reforma da educação e da capacitação (Fase I)	18
	Mecanismo de resposta imediata a emergências causadas por desastres	16,7
Barbados	Modernização da administração alfandegária	4,4
Brasil	Proteção ambiental e social dos igarapés de Manaus	140
	Facilidade de armazenamento de instrumentos hipotecários	75
	Programa de investimento de capital da CELPA ¹	75
	Programa de investimento da CEMAT ²	75
	Programa rodoviário do estado do Espírito Santo	73,5
	Estradas vicinais em Minas Gerais	50
	Modernização dos sistemas de controle externo dos estados e municípios	38,6
	Emissão estruturada de títulos para a Construtora Norberto Odebrecht S.A.	28
	Programa de cadastro e regularização de terras	10,8
	Desenvolvimento do ecoturismo da Mata Atlântica no estado de São Paulo	9
Chile	Revitalização e desenvolvimento urbano de Valparaíso	25
	Fortalecimento institucional da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais	5
	Fortalecimento do apoio ao Congresso	3,9
	Fortalecimento institucional do Poder Judiciário	3,7
	Fortalecimento da Direção Nacional de Serviço Civil	3
Colômbia	Transporte de massa em Cali	200
	Usina hidrelétrica Porce III	200
	Fortalecimento do programa ampliado de imunização	107
	Apoio ao censo geral de 2005	48
	Modelos inovadores de intervenção para o setor cafeeiro	6
Costa Rica	Programa de investimentos produtivos	116,8
	Desenvolvimento sustentável da região atlântica de Huetar	15
El Salvador	Projeto educação básica para todos ³	85
	Rede Solidariedade ³	57
	Estradas sustentáveis em áreas rurais (Fase II) ³	55,4
	Fortalecimento do sistema nacional de estatísticas ³	13,5
Equador	Aeroporto internacional de Quito	75
	Revitalização do centro histórico de Quito (Fase II) ³	8
	Sistema de alerta rápido e gestão de risco ³	5

RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS, 2005**Capital ordinário**

PAÍS	PROJETO	MONTANTE (Em milhões de US\$)
Guatemala	Restauração da bacia do lago Amatitlán	18,9
México	Consolidação e expansão do programa Oportunidades (Fase II)	1.200
	Consolidação do sistema de finanças públicas	600
	Sustentabilidade de serviços rurais de abastecimento de água e saneamento (Fase II)	150
	Financiamento para pequenos exportadores	100
Panamá	Atividades prioritárias na bacia do canal do Panamá	19,9
	Instrumentos operacionais para habitações de baixo custo	10
	Formação de capacidade em comércio internacional	4,7
Paraguai	Reforma das finanças públicas	32,7
	Programa de ciência e tecnologia	6,5
Peru	Mecanismo de melhoria da qualidade e da gestão de gastos públicos	205
	Programa de desenvolvimento do setor de saneamento, fase II	50
	Programa rodoviário departamental	50
	Programa de ciência e tecnologia	25
	Controle e erradicação da mosca-das-frutas em áreas costeiras	15
República Dominicana	Fortalecimento do sistema nacional de estatísticas	10
	Mercados de trabalho e transferências sociais (Fase I)	10
	Prevenção de desastres e gestão de risco	5
Suriname	Programa de apoio ao setor de comércio exterior ³	4
Uruguai	Programa do setor social	250
	Apoio à produtividade e desenvolvimento de novos produtos derivados da pecuária	15,8
	Órgão de gestão da dívida pública	2,5
Venezuela	Usina Hidrelétrica Tocoma	750
	Expansão e melhoria do ensino fundamental	125
	Modernização da administração alfandegária e tributária	18,5
	Gestão integral da bacia do rio Caroní	14
	Desenvolvimento do setor de energia elétrica	2,7
Regional	Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio	270
	Mecanismo de financiamento do IIG para comércio regional	75
	Fundo Crecera de financiamento do comércio regional ⁴	10
TOTAL PARCIAL⁵		6.738

¹ Complementado por um empréstimo consorciado "B" de até US\$141,9 milhões.² Complementado por um empréstimo consorciado "B" de até US\$39,5 milhões.³ Juros parcialmente subsidiados pelo MFI.⁴ Aprovado em 2004 o aumento do empréstimo para US\$15 milhões (1569A/OC-RG).⁵ Os totais parciais e o total geral também incluem os empréstimos no quadro do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto, não incluídos acima.

(Continua na página seguinte)

RELAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS, 2005**Fundo para Operações Especiais**

PAÍS	PROJETO	MONTANTE (Em milhões de US\$)
Bolívia	Programa de eletrificação rural	20
	Aumento da eficiência da gestão pública	15
	Apoio ao sistema nacional de investimento público	13
	Uso de substitutos de garantias para expansão do crédito rural	1
Haiti	Programa de recuperação da infra-estrutura de transportes	62,6
	Programa de recuperação urbana	50
	Projeto de intensificação agrícola Ennery-Quinte	27,1
	Programa de reforma fiscal e governança	25
	Programa de capacitação profissional	22
	Fortalecimento das instituições de governança econômica	5
	Fortalecimento institucional para gestão ambiental	5
	Sistema nacional de alerta rápido contra inundações	5
Honduras	Programa nacional de turismo sustentável	35
	Melhoria das condições de saúde	16,6
	Desenvolvimento integrado para grupos indígenas e afro-caribenhos	11,1
Nicarágua	Programa municipal de investimento social	45
	Plano nacional de desenvolvimento	40,1
Regional	Programa de reconstrução, recuperação e desenvolvimento de Granada	10
TOTAL PARCIAL⁵		410
TOTAL GERAL⁵		7.148

⁵ Os totais parciais e o total geral também incluem os empréstimos no quadro do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto, não incluídos acima.

DESCRIÇÃO DE PROJETOS



ARGENTINA

Em 2005, o Banco aprovou quatro empréstimos e dois financiamentos do Fumin para a Argentina. Desde 1961, o Banco concedeu 239 empréstimos, que somaram US\$20,8 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$17,6 bilhões.

Apoio ao Programa Plan Familias

(Empréstimo de US\$700 milhões do CO)

Os subsídios condicionais em dinheiro concedidos por meio deste programa ajudarão cerca de 500.000 famílias pobres a manter os filhos na escola e a ter acesso a serviços de saúde básicos. O programa também oferecerá incentivos para que adultos jovens completem sua escolarização, assim como formação para o trabalho e capacitação profissional.

Programa de investimento social na província de Buenos Aires

(Empréstimo de US\$230 milhões do CO)

Este empréstimo financiará investimentos em educação, saúde e serviços sociais para os grupos mais pobres da área metropolitana de Buenos Aires. A construção de escolas e laboratórios de informática beneficiará mais de 1,2 milhão de estudantes, enquanto investimentos no sistema de saúde pública fortalecerão os serviços de assistência médica básica e de saúde materno-infantil. A operação melhorará o planejamento, a organização e a prestação de serviços sociais, inclusive os trâmites judiciais de bem-estar social, principalmente para mães e crianças.

Desenvolvimento do setor produtivo em Mendoza

(Empréstimo de US\$70 milhões do CO)

Este programa destina-se a reduzir os obstáculos ao aumento da produtividade e ao crescimento econômico na província de Mendoza, mediante iniciativas de melhoria da infra-estrutura pública, expansão do acesso de pequenas e médias empresas ao crédito para modernização tecnológica, capacitação técnica e profissional para aumentar as qualificações e a empregabilidade da força de trabalho e apoio a pólos industriais nos setores de alimentos, turismo, manufaturados e serviços.

Programa para incentivar a competitividade no setor de turismo

(Empréstimo de US\$33 milhões do CO)

Este projeto apoiará o desenvolvimento de dois circuitos turísticos estratégicos, o dos lagos, na Patagônia, e o das Cataratas do Iguaçu e das missões jesuítas (patrimônio cultural da humanidade da UNESCO), no nordeste do país. Compreende atividades para melhorar a infra-estrutura e, particularmente, o acesso aos parques nacionais e às missões, fomentar um sistema de marketing e informação, elaborar planos de competitividade e fortalecer as autoridades nacionais de turismo.

Exportações de pequenas e médias empresas para a Ásia

(CT não reembolsável de US\$1,6 milhão do Fumin)

Este projeto permitirá a elaboração e execução de um modelo padronizado para ajudar pequenas e médias

empresas da Argentina a ter acesso aos mercados do Leste da Ásia, seja como novos exportadores, com um novo produto ou para um novo mercado. O projeto beneficiará várias províncias argentinas.

Competitividade de empresas dirigidas pelos trabalhadores

(CT não reembolsável de US\$1,5 milhão do Fumin)

Para melhorar a competitividade e a sustentabilidade de pequenas empresas dirigidas pelos próprios trabalhadores, este programa sistematizará e comparará os modelos de gestão dessas empresas, e ajudará a divulgar as lições extraídas de suas experiências.

BAHAMAS

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos para as Bahamas, um deles no quadro do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto (PROPEF). Desde 1977, o Banco concedeu 21 empréstimos, que somaram US\$381 milhões, com os desembolsos totalizando US\$298 milhões.

Reforma da educação e da capacitação (Fase I)

(Empréstimo de US\$18 milhões do CO)

Esta operação contribuirá para a formulação dos sistemas de planejamento e programação necessários para melhorar a gestão geral da educação e criar quadros regulatórios e de políticas públicas que compatibilizem as qualificações dos estudantes com as necessidades do mercado de trabalho. A iniciativa beneficiará anualmente cerca de 50.000 estudantes em todos os níveis do sistema educacional, inclusive estudantes com necessidades especiais.

Mecanismo de resposta imediata a emergências causadas por desastres

(Empréstimo de US\$16,7 milhões do CO, com um total de US\$2 milhões dos Estados Unidos, Trinidad e Tobago, Turks e Caicos, República Popular da China, Malta, Japão e Maurício)

Este programa tem por finalidade recuperar os serviços de infra-estrutura básica nas ilhas mais atingidas pelos furacões Frances e Jeanne. O financiamento será usado para adquirir *trailers* nos quais alojar desabrigados provisoriamente, reparar escolas e prédios públicos, como armazéns de produtos agrícolas, estabilizar pontes e lim-

par destroços em estradas. Esta é a primeira operação de empréstimo do novo Mecanismo de Resposta Imediata a Emergências Causadas por Desastres Naturais e Inesperados.

BARBADOS

Em 2005, o Banco aprovou um empréstimo para Barbados. Desde 1969, o Banco concedeu 40 empréstimos, que somaram US\$414 milhões, com os desembolsos totalizando US\$316 milhões.

Modernização da administração alfandegária

(Empréstimo de US\$4,4 milhões do CO, com co-financiamento de US\$1 milhão do Centro de Assistência Técnica Regional do Caribe, CARTAC)

Este empréstimo fortalecerá a capacidade do Departamento de Alfândega e Impostos para arrecadar, aplicar as leis, facilitar as operações de comércio exterior e reduzir custos. Capacitação, reformas nos procedimentos e melhorias na tecnologia de informática acelerarão a liberação das importações e reduzirão os atrasos no pagamento do imposto sobre o valor agregado e o número de declarações tardias de impostos, além de promover a apresentação de declarações eletrônicas de imposto de renda.

BELIZE

Em 2005, o Banco não aprovou novos empréstimos para Belize. Desde 1992, o Banco concedeu nove empréstimos, que somaram US\$88 milhões, com os desembolsos totalizando US\$76 milhões.

As atividades do Banco durante 2005 concentraram-se na implementação de cooperação técnica essencial e na preparação de produtos não financeiros para aumentar a capacidade do setor público de fomentar o desenvolvimento e a competitividade do setor privado. O Banco colaborou estreitamente com as autoridades do país nas áreas de estabilidade macroeconômica, facilitação do comércio e competitividade.

Foi aprovada uma operação de cooperação técnica de US\$150.000 para melhorar a capacidade de negociação no quadro do acordo da Área de Livre Comércio das Américas. Foram aprovadas também uma cooperação técnica do Fumin de US\$580.000 para melhorar a competitividade

de pequenas firmas da indústria de turismo e uma segunda cooperação técnica do Fumin, de US\$142.880, destinada a fortalecer a segurança aeroportuária. Além disso, concluíram-se três estudos de diagnóstico: um estudo de reforma tributária, um estudo de diagnóstico dos problemas financeiros da Corporação Financeira de Desenvolvimento e um plano de ação com medidas para sua liquidação imediata. Um quarto estudo que analisa as despesas públicas foi iniciado durante o ano.

BOLÍVIA

Em 2005, o Banco aprovou cinco empréstimos, inclusive um no quadro do PROPEF, e dois financiamentos do Fumin para a Bolívia. Desde 1961, o Banco concedeu 175 empréstimos, que somaram US\$3,5 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$3,1 bilhões.

Programa de eletrificação rural

(Empréstimo de US\$20 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$124 milhões da Corporação Andina de Fomento, US\$32 milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento, US\$6,9 milhões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e US\$6,1 milhões da Alemanha)

Este programa incentivará o investimento privado em eletrificação rural, mediante a ampliação da rede elétrica e a descentralização dos sistemas, usando energia renovável ou gás natural. Cerca de 44.000 domicílios em áreas rurais passarão a ter acesso a eletricidade, o que ajudará a reduzir a pobreza, elevar os padrões de vida e aumentar a eficiência no uso de recursos públicos e privados no setor.

Aumento da eficiência da gestão pública

(Empréstimo de US\$15 milhões do FOE)

Este empréstimo apoiará medidas de política para consolidar mecanismos de gastos públicos baseados em resultados que sejam efetivos, eficientes e transparentes. O programa aumentará a qualidade e a coordenação do ciclo orçamentário, integrará os sistemas de gestão financeira em nível central e subnacional, ajudará a controlar os gastos do governo, aumentará a transparência e combaterá a corrupção. Com o objetivo de alinhar a política pública com as alocações de recursos, serão oferecidos cursos de capacitação para definir melhor os programas setoriais, fixar prioridades e criar classificações orçamentárias funcionais.

Apoio ao sistema nacional de investimento público

(Empréstimo de US\$13 milhões do FOE)

Este programa melhorará a qualidade e a eficiência dos projetos de investimento social e econômico dos governos nacional, departamentais e municipais. O programa usará o apoio do BID para levar adiante o processo de descentralização administrativa, que já transferiu atribuições técnicas e administrativas aos governos subnacionais e lhes delegou responsabilidade para definir prioridades, projetar e executar um número crescente de projetos de investimento.

Uso de substitutos de garantias para expansão do crédito rural

(Empréstimo de US\$1 milhão e CT não reembolsável de US\$57.000 do FOE)

Este projeto tem como objetivo expandir a oferta de serviços de crédito rural para pequenos agricultores de baixa renda na região de Los Valles, no departamento de Cochabamba, mediante o estímulo ao uso de bens de família, como florestas, gado e maquinaria, como substitutos de garantias para a obtenção de empréstimos.

Financiamento para atividades rurais produtivas

(Empréstimo de US\$2 milhões e CTs não reembolsáveis de US\$265.000 do Fumin)

Esta operação de cooperação técnica destina-se a elevar os níveis de rendimentos e melhorar a competitividade da economia rural mediante a ampliação da oferta de serviços financeiros. O objetivo específico é fortalecer a capacidade institucional da Fundación Agrocapital e aumentar sua atividade creditícia, mediante financiamento para repasse a terceiros.

Promoção de uma cultura empreendedora

(CT não reembolsável de US\$ 1,6 milhão do Fumin)

O objetivo geral desta operação é proporcionar assistência técnica e financiamento, além de intensificar o uso de mecanismos sustentáveis de divulgação de informações, a fim de criar e desenvolver novas empresas e empreendimentos comerciais de risco, principalmente em La Paz e El Alto.

BRASIL

Em 2005, o Banco aprovou 10 empréstimos e seis financiamentos do Fumin para o Brasil. Desde 1961, o Banco concedeu 324 empréstimos, que somaram US\$28 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$23,7 bilhões.

Proteção ambiental e social dos igarapés de Manaus *(Empréstimo de US\$140 milhões do CO)*

Esta operação visa solucionar os problemas ambientais e sociais causados pelo rápido crescimento, sem infraestrutura adequada, da cidade de Manaus ao longo dos anos. Com foco na área densamente povoada do centro da cidade na bacia Educandos-Quarenta – atravessada por igarapés que provocam enchentes com a subida das águas do rio Negro na época das chuvas –, o programa instalará e recuperará sistemas de drenagem, abastecimento de água potável e disposição de lixo sólido, além de focar o ordenamento territorial e o registro e a regularização dos títulos de propriedades.

Facilidade de armazenamento de instrumentos hipotecários *(Empréstimo de US\$75 milhões do CO)*

A facilidade de armazenamento de instrumentos hipotecários apoiada por este empréstimo à Brazilian Securities Companhia de Securitização do Brasil financiará a origem e acumulação de instrumentos hipotecários para aquisição e melhoramentos da casa própria, bem como para a compra de escritórios ou lojas. A iniciativa impulsionará os mercados hipotecários primário e secundário no Brasil e também os esforços do governo para eliminar o hiato habitacional e promover o crescimento da construção civil.

Programa de investimento de capital da CELPA *(Empréstimo de US\$75 milhões do CO, com um empréstimo "B" de US\$141,9 milhões)*

A CELPA–Centrais Elétricas do Pará é uma empresa privada de distribuição de eletricidade que serve o estado do Pará. Metade de seus clientes residenciais é formada de pessoas de baixa renda que são alvo desta operação. O empréstimo permitirá que a CELPA forneça eletricidade a novos clientes rurais e urbanos, obtenha ganhos de produtividade, reduza custos e melhore a qualidade e confiabilidade de sua rede de distribuição. O empréstimo

consorciado "B" consiste em recursos provenientes de instituições financeiras que subscrevem acordos de participação com o BID.

Programa de investimento da CEMAT

(Empréstimo de US\$75 milhões do CO, com um empréstimo "B" de US\$39,5 milhões)

Este empréstimo permitirá à CEMAT–Centrais Elétricas Matogrossenses, empresa privada de distribuição de eletricidade que serve o estado de Mato Grosso, expandir e modernizar sua rede elétrica e seus sistemas de apoio à gestão de negócios. O programa expandirá as linhas de distribuição e eletrificação de alta voltagem, renovará as linhas de distribuição e melhorará a qualidade do sistema de distribuição. O empréstimo "B" consorciado consiste em recursos provenientes de instituições financeiras que subscrevem acordos de participação com o BID.

Programa rodoviário do estado do Espírito Santo *(Empréstimo de US\$73,5 milhões do CO, com co-financiamento de US\$36 milhões do Banco Mundial)*

Este empréstimo financiará reparos em trechos críticos do sistema rodoviário no estado do Espírito Santo, cuja capital, Vitória, é um dos principais portos brasileiros. O projeto reduzirá os custos operacionais dos transportes terrestres, encurtará os tempos de percurso, aumentará a segurança, melhorará o acesso a mercados e serviços básicos, e fomentará o desenvolvimento econômico e a competitividade.

Estradas vicinais em Minas Gerais

(Linha de crédito condicional de US\$50 milhões do CO)

Esta linha de crédito condicional financiará projetos de investimento em municípios remotos e pobres de Minas Gerais. As estradas que ligam 22 municípios ao sistema rodoviário principal serão pavimentadas, reduzindo os tempos de viagem, baixando os custos de transporte e melhorando a segurança e confiabilidade. Os municípios foram selecionados com base numa inovadora metodologia de critérios múltiplos que considera tanto os benefícios sociais em potencial quanto a rentabilidade econômica dos investimentos. Linhas de crédito condicional são um novo instrumento de empréstimo do Banco para financiar operações em que existe um histórico comprovado de operações bem-sucedidas do BID em determinado país e setor.

Modernização dos sistemas de controle externo dos estados e municípios

(Empréstimo de US\$38,6 milhões do CO)

Este programa destina-se a fortalecer o sistema de controle externo dos governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, melhorando o fluxo de informações entre os Tribunais de Contas e várias instituições e níveis de governo, aperfeiçoando o quadro de políticas públicas e o sistema de informação, e reformulando os procedimentos de controle para assegurar o pleno cumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

Emissão estruturada de títulos para a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(Garantia parcial de crédito de US\$28 milhões do CO)

Esta emissão de títulos, colocada no mercado por uma subsidiária da Construtora Norberto Odebrecht S. A., uma das maiores empresas brasileiras de engenharia e construção, é a primeira transação estruturada com garantia parcial de crédito feita por uma instituição multilateral junto aos mercados de capital brasileiros. A garantia parcial de crédito do BID cobrirá até 25% da emissão e ajudará a empresa a obter financiamento em reais a prazos mais longos do que poderia conseguir normalmente no mercado.

Programa de cadastro e regularização de terras

(Empréstimo de US\$10,8 milhões do CO)

Este programa ajudará o governo federal e alguns governos estaduais selecionados a pôr em vigor a Lei de Registro e Informação de Terras, a fim de melhorar a qualidade da informação sobre as propriedades rurais e aumentar a segurança da propriedade predial. Cerca de 144.000 propriedades em cinco estados serão medidas e cadastradas, o que lançará os alicerces para projetos de gestão de uso da terra, facilitará programas do governo de acesso a terra e melhorará a arrecadação do imposto territorial rural.

Desenvolvimento do ecoturismo da Mata Atlântica no estado de São Paulo

(Empréstimo de US\$9 milhões do CO)

Este projeto financiará atividades de capacitação, modernização das instalações e melhorias na gestão do ecoturismo em seis parques estaduais a fim de torná-los mais atraentes como destinações turísticas. A iniciativa

promoverá a conservação da Mata Atlântica e fomentará o desenvolvimento socioeconômico por meio do crescimento sustentável do potencial de ecoturismo nos parques, que cobrem uma área de aproximadamente 320.000 hectares no estado de São Paulo.

Programa nacional para o desenvolvimento institucional de parcerias público-privadas

(CT não reembolsável de US\$ 2,5 milhões do Fumin)

O objetivo desta operação é aumentar a disponibilidade de serviços de infra-estrutura pública, mediante a promoção da participação do setor privado que fomente a alocação eficiente dos recursos públicos disponíveis. O objetivo específico consiste em institucionalizar a metodologia da parceria público-privada como um novo modelo de contratação que aumente a participação do setor privado na prestação de serviços públicos e de infra-estrutura.

Fundo de capital semente Novarum

(Investimento de capital de US\$2 milhões e CT não reembolsável de US\$60.000 do Fumin)

Este fundo, administrado pela Jardim Botânico Partners Investimentos, proporciona capital semente para novas empresas tecnológicas no Brasil. O fundo começou a operar em 2004 e está procurando expandir-se a fim de exercer um maior efeito de demonstração. O enfoque serão empresas inovadoras que atuem nos setores de telecomunicações, informática e biociências, incluindo desenvolvimento de novos materiais, biotecnologia, agronegócios, ecoindústria e ecoenergia.

Rede Estrada Real de pequenas e médias empresas de turismo em Minas Gerais

(CT não reembolsável de US\$1,7 milhão do Fumin)

A Estrada Real é uma malha de caminhos de 1.400 km de extensão que liga sítios históricos da era da mineração no Brasil colonial no estado de Minas Gerais. Alguns desses locais foram declarados patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO. Este projeto permitirá que uma rede de pequenos negócios seja convertida em um pólo produtivo para desenvolver e comercializar produtos turísticos selecionados. O projeto avaliará necessidades de desenvolvimento das empresas, proporcionará recursos de contrapartida e capacitará profissionais, beneficiando 700 firmas.

Empreendedores de kasségui

(CT não reembolsável de US\$1,6 milhão do Fumin)

Os brasileiros constituem a terceira maior comunidade de imigrantes no Japão. Este projeto ajudará os nipo-brasileiros que retornam ao Brasil a abrir negócios, mediante cursos de capacitação e financiamento para abertura e desenvolvimento de firmas. O projeto deverá beneficiar cerca de 10.000 de kasségui (trabalhadores brasileiros no Japão).

Programa de competitividade para pequenas e médias empresas de software

(CT não reembolsável de US\$1,3 milhão do Fumin)

Este programa tem por finalidade ajudar 3.000 pequenas e médias empresas de *software* a melhorar sua competitividade, tanto no mercado interno quanto no internacional, por meio da adoção de uma norma de qualidade no desenvolvimento de *softwares*, capacitação em técnicas de internacionalização e criação de vínculos entre empresas.

Responsabilidade social empresarial em pequenas e médias empresas

(CT não reembolsável de US\$1,3 milhão do Fumin)

Este projeto implementará práticas de responsabilidade social empresarial em 120 pequenas e médias empresas que fazem parte de cadeias de valor em setores econômicos estratégicos selecionados. O objetivo é aumentar a competitividade e a sustentabilidade de empresas brasileiras e ampliar suas oportunidades mercadológicas. Outras 680 empresas receberão informações sobre os benefícios da responsabilidade social empresarial.

CHILE

Em 2005, o Banco aprovou seis empréstimos, inclusive um no quadro do PROPEF, e dois financiamentos do Fumin para o Chile. Desde 1961, o Banco concedeu 142 empréstimos, que somaram US\$5,1 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$4,9 bilhões.

Revitalização e desenvolvimento urbano de Valparaíso

(Empréstimo de US\$25 milhões do CO)

Esta operação revitalizará o histórico porto de Valparaíso, financiando investimentos econômicos, culturais e sociais baseados no patrimônio cultural da cidade. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade e promover o turismo. Os recursos serão usados para integrar áreas do centro histórico, melhorar os serviços e os espaços públicos, ruas e edifícios e modernizar a gestão do desenvolvimento urbano. O programa dará apoio também a iniciativas de cooperação público-privadas.

Fortalecimento institucional da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais

(Empréstimo de cooperação técnica de US\$5 milhões do CO)

Este projeto visa contribuir para tornar mais competitivos os bens e serviços comercializáveis do Chile e aperfeiçoar suas transações comerciais, mediante a modernização da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais. As atividades previstas no projeto fortalecerão a estrutura organizacional para administração e execução de acordos comerciais, promoverão o cumprimento dos acordos, aproveitarão as oportunidades geradas por esses acordos e aperfeiçoarão os procedimentos internos do departamento e sua tecnologia de informação.

Fortalecimento do apoio ao Congresso

(Empréstimo de US\$3,9 milhões do CO)

O objetivo geral deste empréstimo de mecanismo setorial consiste em fortalecer a capacidade da Biblioteca do Congresso do Chile para apoiar o funcionamento da legislatura e dinamizar as relações parlamentares com os cidadãos. Isso será atingido mediante a formulação e implementação de uma estratégia de gestão, serviços de informática e serviços de consultoria para a legislatura e para seus serviços de extensão aos cidadãos.

Fortalecimento institucional do Poder Judiciário*(Empréstimo de US\$3,7 milhões do CO)*

Este programa visa fortalecer o Poder Judiciário chileno mediante o apoio a medidas que melhorem a administração de recursos humanos, consolidem o sistema estatístico utilizado para respaldar os processos decisórios e reorganizem a Corporação Administrativa do Poder Judiciário, o que inclui preparar o terreno para a descentralização administrativa.

Fortalecimento da Direção Nacional de Serviço Civil*(Empréstimo de US\$3 milhões do CO)*

Este programa tem por finalidade aprofundar a modernização e a profissionalização da gestão do funcionalismo público mediante o fortalecimento institucional da Direção Nacional de Serviço Civil (DNSC). O programa incrementará a capacidade de gestão da DNSC, apoiará o sistema de gestão dos funcionários de alto escalão e modernizará a gestão de recursos humanos.

Produtividade hospitalar e instrumentos de gestão*(CT não reembolsável de US\$ 1,7 milhão do Fumin)*

Esta operação de cooperação técnica para o Hospital da Universidade do Chile promoverá a competitividade do setor de saúde, por meio da qualificação de prestadores de serviços para seguradoras públicas e privadas. Hospitais de pequeno e médio porte tornar-se-ão mais produtivos, graças à introdução de sistemas de informática e outros modernos instrumentos de gestão e prestação de serviços, possibilitando-lhes prestar serviços dentro do Plano de Atendimento Universal com Garantias Explícitas.

Faturamento eletrônico e portal tributário para micro, pequenas e médias empresas*(CT não reembolsável de US\$1,3 milhão do Fumin)*

O Serviço de Impostos Internos do Chile está trabalhando em parceria com duas associações empresariais para desenvolver um sistema de faturamento eletrônico e um portal tributário para micro, pequenas e médias empresas, as quais receberão também informação e capacitação. A utilização da tecnologia de informação e comunicações em sua gestão contábil e tributária aumentará a competitividade das empresas e contribuirá para sua formalização.

COLÔMBIA

Em 2005, o Banco aprovou cinco empréstimos e um financiamento do Fumin para a Colômbia. Desde 1961, o Banco concedeu 207 empréstimos, que somaram US\$12 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$10,8 bilhões.

Sistema integrado de transporte de massa em Cali*(Empréstimo de US\$200 milhões do CO, com co-financiamento de US\$250 milhões do Banco Mundial)*

Este programa destina-se a melhorar as opções de transporte para a população de Cali, principalmente para grupos de baixa renda. Com esse objetivo, financiará um moderno sistema de transporte por ônibus para ligar as áreas de baixa e média rendas da cidade com as zonas que concentram atividades geradoras de emprego e serviços sociais. O programa melhorará a qualidade, a eficiência e a confiabilidade do serviço de transporte, reduzindo os tempos de viagem e os acidentes.

Usina hidrelétrica Porce III*(Empréstimo de US\$200 milhões do CO)*

Este empréstimo às Empresas Públicas de Medellín financiará a construção de uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 660 megawatts. A produção gerada será conectada à rede nacional e contribuirá para atender à crescente demanda de energia na Colômbia. O empréstimo financiará obras civis, equipamentos eletromecânicos e linhas de transmissão. A operação incluirá ainda diversas medidas ambientais e sociais importantes.

Fortalecimento do programa ampliado de imunização*(Empréstimo de US\$107 milhões do CO)*

Este empréstimo baseado em resultados fortalecerá o programa colombiano de vacinação para crianças até cinco anos de idade, concentrando-se na melhoria do sistema em 71 municípios de baixa renda onde a cobertura está abaixo da média nacional. Comunidades de afro-descendentes e indígenas, nas quais as taxas de vacinação são as mais baixas do país, estarão entre os principais beneficiários do programa. A imunização na idade indicada reduzirá surtos futuros de doenças que podem ser evitadas por vacinas.

Apoio ao censo geral de 2005

(Empréstimo de US\$48 milhões do CO)

A capacitação e os equipamentos financiados por este empréstimo possibilitaram ao órgão de estatísticas do governo aplicar as mais recentes metodologias e técnicas para realizar um recenseamento confiável da população atual, da habitação e de outros fatores econômicos. Dados censitários atualizados são fundamentais para a formulação de políticas públicas, principalmente para dirigir os investimentos sociais para grupos e regiões vulneráveis. O Banco está prestando assistência à Colômbia mediante a coordenação do apoio de renomadas instituições demográficas internacionais e a promoção da participação de especialistas locais nas atividades censitárias.

Modelos inovadores de intervenção para o setor cafeeiro

(Empréstimo de US\$6 milhões do CO)

A Colômbia especializa-se em cafés de alta qualidade, mas seus custos de produção são elevados, e o sistema de apoio tecnológico e organizacional precisa ser aperfeiçoado. Os modelos institucionais e as atividades desenvolvidas por esta operação expandirão o acesso a recursos produtivos e aumentarão a qualidade e a competitividade da indústria, mediante tecnologia, modernização e cooperação indústria-governo. Empresas *holding* chamadas “incubadoras de empresas” serão criadas em dez departamentos para incentivar a formação de pequenos negócios e parcerias.

Franquias para pequenas e médias empresas

(CT não reembolsável de US\$1,4 milhão do Fumin)

Um sistema de franquias confiável e eficiente pode proporcionar importantes oportunidades de crescimento para pequenas e médias empresas e beneficiar toda a economia. Este programa, que será coordenado em nível nacional pela Câmara de Comércio de Medellín, proporcionará assistência técnica, capacitação, sistemas informáticos e um quadro institucional para lançar os alicerces de um sistema seguro, transparente, previsível e sustentável de franquias comerciais.

COSTA RICA

Em 2005, o Banco aprovou dois empréstimos e dois financiamentos do Fumin para a Costa Rica. Desde 1961, o Banco concedeu 101 empréstimos, que somaram US\$2,4 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,1 bilhões.

Programa de investimentos produtivos

(Empréstimo de US\$116,8 milhões do CO)

Formulado de modo a facilitar a transição para o livre comércio, este programa melhorará o ambiente empresarial e a competitividade na Costa Rica por meio de investimentos em setores estratégicos, como comércio exterior, ciência e tecnologia e estradas rurais. Será dado apoio a pequenas e médias empresas, ao aumento da produtividade e da gestão comercial por parte do setor privado, ao investimento privado e à recuperação de 3.500 km de estradas rurais, com manutenção participativa local.

Desenvolvimento sustentável da região atlântica de Huetar

(Empréstimo de US\$15 milhões do CO)

A região Huetar no litoral atlântico da Costa Rica tem potencial turístico, mas também altos níveis de pobreza e vulnerabilidade a desastres naturais. Este programa em várias fases fomentará a diversificação da produção e a criação de empregos, com ênfase nas necessidades de grupos pobres e vulneráveis, bem como na prevenção e mitigação de desastres. O programa inclui ainda um componente para fortalecer o governo local.

Promoção da indústria de factoring

(Linha de crédito de US\$5 milhões e CTs não reembolsáveis de US\$220.000 do Fumin)

O *factoring* consiste em serviços administrativos e financeiros prestados por meio da concessão de crédito comercial com base nos bens ou serviços do tomador. Este projeto destina-se a desenvolver a oferta e a demanda de serviços de *factoring* como financiamento alternativo para a obtenção de capital de giro por parte de pequenas e médias empresas. Ao proporcionar financiamento de longo prazo a duas instituições financeiras costa-riquenhas bem posicionadas no mercado local de *factoring* e que também atuam fora do país, a operação aprofundará esse mercado também em outras áreas da América Central.

Apoio a pequenas e médias empresas de tecnologia (CTs não reembolsáveis e empréstimos de US\$4,2 milhões do Fumin, com co-financiamento da Corporação Andina de Fomento)

Para estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de negócios dinâmicos, este programa proporcionará financiamento para incubar novas empresas de *software*, ajudá-las a ter acesso a mercados internacionais, formar uma rede de investidores “anjos” e desenvolver mecanismos de financiamento do setor privado. O programa possibilitará que a Parque-Tec, primeira incubadora privada de empresas de *software* na Costa Rica, ajude profissionais, técnicos, pesquisadores e graduados de universidades a desenvolver suas idéias empresariais.

EL SALVADOR

Em 2005, o Banco aprovou quatro empréstimos para El Salvador. Desde 1961, o Banco concedeu 107 empréstimos, que somaram US\$3,2 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,6 bilhões.

Projeto educação básica para todos

(Empréstimo de US\$85 milhões do CO, com juros subsidiados pelo MFI)

Este projeto criará maiores oportunidades para que crianças das famílias salvadorenhas mais vulneráveis frequentem escolas e completem sua educação fundamental. Dirigido aos municípios rurais mais pobres e às escolas urbanas mais problemáticas, o projeto atualizará os currículos para melhorar o desempenho dos estudantes, dará capacitação para o desenvolvimento profissional dos docentes, melhorará a infra-estrutura e fortalecerá o sistema nacional de avaliação do ensino.

Rede Solidariedade

(Empréstimo de US\$57 milhões do CO, com juros subsidiados pelo MFI, com co-financiamento de US\$21 milhões do Banco Mundial)

Este programa combinará transferências condicionais de renda, maior acesso a educação, serviços de saúde e nutrição e modernização de sistemas de água e saneamento para melhorar as condições de vida dos pobres. Famílias selecionadas em municípios-alvo receberão quantias modestas de dinheiro desde que os filhos frequentem a escola e elas compareçam regularmente a

consultas médicas infantis e pré-natais. ONGs especializadas prestarão serviços de saúde comunitários, e serão reparados escolas, postos de saúde e estradas.

Estradas sustentáveis em áreas rurais (Fase II)

(Empréstimo de US\$55,4 milhões do CO)

Nesta segunda fase de um programa para reconstruir e melhorar estradas rurais, serão recuperados mais 300 quilômetros de estradas terciárias. O objetivo é servir melhor as comunidades rurais, elevar seu padrão de vida e revitalizar a agricultura. O programa inclui também um sistema de manutenção de estradas.

Fortalecimento do sistema nacional de estatísticas

(Empréstimo de US\$13,5 milhões do CO)

Esta operação atualizará o banco de dados estatísticos do país mediante o apoio aos censos demográfico, habitacional e agrícola. O Departamento de Estatísticas e do Censo, órgão público incumbido de coordenar o sistema nacional de estatísticas, será modernizado e fortalecido.

EQUADOR

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos e três financiamentos do Fumin para o Equador. Desde 1961, o Banco concedeu 174 empréstimos, que somaram US\$4,2 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$3,9 bilhões.

Aeroporto internacional de Quito

(Empréstimo de US\$75 milhões do CO)

Este empréstimo ao setor privado financiará a construção e operação de uma concessão de 35 anos de um novo aeroporto internacional – o “Quiport” – para servir a capital. O aeroporto, que será construído num planalto perto de Puembo, a 24 quilômetros de Quito, será maior, mais seguro e mais confiável que o aeroporto Mariscal Sucre, que enfrenta limitações insuperáveis devido a sua localização no centro dessa cidade rodeada de montanhas.

Revitalização do centro histórico de Quito (Fase II)

(Empréstimo de US\$8 milhões do CO, com juros subsidiados pelo MFI)

Este projeto permitirá à prefeitura de Quito manter os investimentos em infra-estrutura e programas sociais

para promover o desenvolvimento econômico, com base no turismo cultural e no comércio. Pequenas e médias empresas receberão assistência técnica e financeira, serão executadas obras para reduzir o congestionamento do tráfego e se levará a cabo uma campanha de informação pública.

Sistema de alerta rápido e gestão de risco

(Empréstimo de US\$5 milhões do CO, com juros subsidiados pelo MFI)

Este programa apoiará os esforços do Equador para fortalecer a gestão de risco natural mediante a implementação de um sistema técnico e científico de alerta rápido, em vista da ameaça representada pelos vulcões Cotopaxi e Tungurahua, e a modernização da estrutura organizacional de órgãos governamentais, sobretudo na área de planejamento.

Serviços financeiros em áreas rurais

(CT não reembolsável de US\$2 milhões do Fumin)

Esta operação destina-se a melhorar o acesso de micro, pequenas e médias empresas a serviços financeiros em áreas rurais mediante a criação de um mecanismo de mobilização de recursos de contrapartida para financiar parte dos projetos. A iniciativa ampliará os empréstimos concedidos por instituições financeiras reguladas e fortalecerá as cooperativas rurais de poupança e crédito para que possam ser mais tarde regularizadas. Cerca de 10.000 domicílios e empresas rurais serão beneficiados graças ao maior acesso a crédito e a outros serviços financeiros.

Desenvolvimento sustentável do setor produtivo nas ilhas Galápagos

(CT não reembolsável de US\$1,9 milhão do Fumin)

Por meio da melhoria da capacidade de micro, pequenas e médias empresas de setores produtivos locais para vincular-se ao desenvolvimento econômico baseado no turismo, este projeto apoiará o desenvolvimento sustentável das ilhas Galápagos, onde a atividade econômica depende da conservação do meio ambiente. Os setores produtivos compreendidos neste projeto são a pesca, a produção agropecuária e o turismo.

Operações cooperativas de pequenas e médias empresas de floricultura

(CT não reembolsável de US\$1,6 milhão do Fumin)

Utilizando uma estratégia comercial de cadeia de suprimento, este projeto formulará e implementará um modelo para ajudar parcerias de pequenas e médias empresas de floricultura a ter acesso a mercados dos Estados Unidos e da Europa. A operação abrangerá as áreas de padronização, diversificação, assistência técnica, logística de transporte e canais de distribuição.

GUATEMALA

Em 2005, o Banco aprovou um empréstimo e dois financiamentos do Fumin para a Guatemala. Desde 1961, o Banco concedeu 113 empréstimos, que somaram US\$2,7 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,2 bilhões.

Restauração da bacia do lago Amatitlán

(Empréstimo de US\$18,9 milhões do CO, com co-financiamento de US\$5 milhões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo)

Para reverter a degradação ambiental da bacia do lago Amatitlán e assim melhorar a qualidade de vida na área metropolitana da Cidade da Guatemala, este empréstimo financiará o fortalecimento institucional e estudos para um plano de gestão ambiental a médio prazo, melhorará a coleta e disposição de lixo e estabilizará o leito do rio Villalobos, para reduzir o volume de sedimentos carregados para o lago.

Fortalecimento do impacto das remessas de trabalhadores no desenvolvimento

(Empréstimo subordinado de US\$5 milhões e CT não reembolsável de US\$200.000 do Fumin)

Este projeto aumentará o impacto no desenvolvimento das remessas de trabalhadores que vivem nos Estados Unidos para a Guatemala através de uma inovadora transação estruturada para financiar a expansão do crédito de médio a longo prazo a pequenos negócios e às famílias que recebem as remessas. O principal meio para isso serão empréstimos hipotecários feitos às famílias e pagos pelos fluxos de remessas.

Desenvolvimento de turismo cultural em comunidades indígenas

(CT não reembolsável de US\$1,2 milhão do Fumin)

Uma rede de turismo cultural criada por meio deste programa ajudará comunidades maias a gerir empresas de turismo e auferir benefícios com elas. A operação fortalecerá a capacidade de comunidades e empresas indígenas, inclusive muitas microempresas de maias, para oferecer bens e serviços diretamente aos visitantes. Os participantes receberão capacitação sobre desenvolvimento de empresas, planejamento de marketing e procedimentos para obter acesso a crédito.

GUIANA

Em 2005, o Banco aprovou dois empréstimos no quadro do PROPEF para a Guiana. Desde 1976, o Banco concedeu 54 empréstimos, que somaram US\$955 milhões, com os desembolsos totalizando US\$729 milhões.

Programa de segurança do cidadão

(Empréstimo de US\$1 milhão do FOE no quadro do PROPEF)

Realizado no âmbito do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto (PROPEF), este empréstimo contribuirá para a preparação do planejado programa de segurança pública nacional, parte do programa de operações do BID na Guiana. O PROPEF deverá também prestar apoio adicional ao eventual início do projeto antes do primeiro desembolso e garantir sustentabilidade institucional.

HAITI

Em 2005, o Banco aprovou oito empréstimos para o Haiti. Desde 1961, o Banco concedeu 58 empréstimos, que somaram US\$1,2 bilhão, com os desembolsos totalizando US\$712 milhões.

Programa de recuperação da infra-estrutura de transportes

(Empréstimo de US\$62,6 milhões do FOE)

Este programa financiará reparos em estradas primárias, secundárias e terciárias, bem como no aeroporto internacional de Porto Príncipe. O objetivo é restaurar uma infra-

estrutura de transportes eficiente que contribua para incentivar a recuperação econômica e melhorar a qualidade de vida da população haitiana por meio de serviços de transportes ininterruptos e seguros.

Programa de recuperação urbana

(Empréstimo de US\$50 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$8 milhões da Canadian International Development Agency)

Para melhorar os padrões de vida e o acesso a serviços públicos, este empréstimo financiará a construção de prédios do governo central e instalações para serviços municipais, sociais e comunitários em nove capitais de departamentos e em Carrefour, parte da área metropolitana de Porto Príncipe. Os prédios abrigarão diversas repartições públicas sob um mesmo teto. Em Carrefour, área densamente povoada, o programa melhorará também o acesso à água e a serviços sociais, modernizará os serviços de coleta de lixo e os mercados públicos, reduzirá o congestionamento do tráfego e criará parques públicos.

Projeto de intensificação agrícola Ennery-Quinte

(Empréstimo de US\$27,1 milhões do FOE)

Este projeto ajudará cerca de 10.000 famílias rurais a intensificar e diversificar seus métodos agrícolas, de modo a aumentar sua renda, conservar o solo e os recursos hídricos e reduzir os riscos de inundações e aluviões. A operação será executada na bacia de Ennery-Quinte, nos contrafortes ao norte da cidade de Gonaïves, área sujeita a inundações decorrentes da erosão.

Programa de reforma fiscal e governança

(Empréstimo de US\$25 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$61 milhões da International Development Association)

Este empréstimo em apoio a reformas de políticas destina-se a melhorar a efetividade, a eficácia e a transparência da gestão dos recursos públicos, por meio de reforma das políticas de gestão macroeconômica, aquisições do governo, preparação de orçamentos, supervisão financeira e arrecadação de impostos.

Programa de capacitação profissional

(Empréstimo de US\$22 milhões do FOE)

Este programa permitirá que jovens desempregados ou subempregados, de 15 a 24 anos de idade, recebam capa-

citação como profissionais para os quais haja demanda, como pedreiros, carpinteiros, eletricitas, encanadores, mecânicos de automóveis, metalúrgicos, confeccionistas e técnicos em eletrônica. Será dada atenção especial à capacitação de mulheres. O programa incluirá ainda estágios para estudantes, formação de professores e preparação de materiais de ensino.

Fortalecimento das instituições de governança econômica

(Empréstimo de US\$5 milhões do FOE)

Esta operação tem por finalidade fortalecer a capacidade institucional do Ministério de Assuntos Econômicos e Finanças, mediante a melhoria da governança econômica a curto e médio prazos. O programa se concentrará em aumentar a eficiência da gestão das aquisições governamentais em cinco ministérios (Obras Públicas, Educação, Saúde, Justiça e Agricultura), melhorar a capacidade de preparação de orçamentos nos órgãos beneficiados e fortalecer o serviço alfandegário e a arrecadação tributária.

Fortalecimento institucional para gestão ambiental

(Empréstimo de US\$5 milhões do FOE)

Esta operação financiará o fortalecimento institucional de atividades destinadas a estabelecer uma estrutura de governança ambiental funcional. O programa proporcionará capacitação em gestão profissional, executará projetos piloto em gestão e restauração de recursos e fortalecerá o sistema nacional de informações ambientais, incluindo a elaboração de aplicativos para definir as prioridades de gestão e restauração.

Sistema nacional de alerta rápido contra inundações

(Empréstimo de US\$5 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$12 milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento e de US\$500.000 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Este mecanismo de financiamento setorial será usado para criar alarmes automáticos em comunidades situadas em áreas de elevado risco de inundações. O programa financiará melhorias nos sistemas de monitoramento e previsão de inundações em 13 bacias hidrográficas prioritárias, estabelecerá um sistema básico de comunicação para alertas contra inundações e promoverá a prontidão das comunidades e a conscientização pública.

HONDURAS

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos para Honduras. Desde 1961, o Banco concedeu 152 empréstimos, que somaram US\$2,7 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,2 bilhões.

Programa nacional de turismo sustentável

(Empréstimo de US\$35 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$7 milhões do Banco Centro-americano de Integração Econômica)

Este programa fortalecerá e diversificará os serviços e produtos turísticos a fim de melhorar a posição do país como destino para os mercados regional e internacional. Os investimentos protegerão bens públicos que representam o patrimônio natural, cultural e histórico do país e melhorarão os serviços públicos essenciais nas áreas de maior potencial para o turismo, como Copán, onde há importantes ruínas maias, e praias litorâneas.

Melhoria das condições de saúde

(Empréstimo de US\$16,6 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$20 milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento)

Este empréstimo baseado em resultados visa melhorar os indicadores associados à cobertura de saúde e à qualidade dos serviços de saúde materno-infantis, como consultas pré-natais e partos em instituições médicas. O objetivo é apoiar o progresso na consecução do principal objetivo de desenvolvimento do milênio relacionado à saúde – melhoria da saúde materna e redução da taxa de mortalidade infantil. As atividades ligadas ao projeto se concentrarão em quatro departamentos com indicadores de saúde inferiores à média nacional. Os desembolsos serão feitos à medida que forem alcançados os indicadores alvo, como o número de vacinações e de visitas pré e pós-parto.

Desenvolvimento integrado para grupos indígenas e afro-caribenhos

(Empréstimo de US\$11,1 milhões do FOE)

Este empréstimo será usado para criar o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, acessível aos nove grupos indígenas e afro-caribenhos do país, para projetos que melhorem e ampliem os serviços de educação e reduzam os índices de mortalidade materno-infantil e doenças como a malária e HIV/aids. Os projetos refletirão as

prioridades de cada comunidade e financiarão também a gestão sustentável de florestas nativas, pesqueiros, ecoturismo e desenvolvimento de microempresas.

JAMAICA

Em 2005, o Banco não aprovou novos empréstimos para a Jamaica. Desde 1969, o Banco concedeu 89 empréstimos, que somaram US\$1,8 bilhão, com os desembolsos totalizando US\$1,6 bilhão.

Em 2005, o Banco se dedicou à gestão de carteira enquanto preparava uma nova estratégia de país com a Jamaica. Em fevereiro, o Banco participou da primeira consulta conjunta com a sociedade civil sobre o quadro de política socioeconômica de prazo médio do governo e as estratégias para o país do BID, do Banco Mundial e do Departamento para Desenvolvimento Internacional do Reino Unido. O Banco também levou a cabo uma avaliação do setor privado e um estudo sobre instituições políticas, o processo de formulação de políticas públicas e seus resultados como base para a preparação da estratégia.

Em vista dos desafios para o desenvolvimento da Jamaica e das prioridades do governo, os pilares da nova estratégia de país do BID são: (i) desenvolvimento do setor privado; (ii) obtenção de mais valor para os gastos públicos; e (iii) redução da vulnerabilidade aos desastres naturais. A estratégia deverá ser apresentada à Diretoria Executiva no começo de 2006.

Em colaboração com o Banco Mundial e com o apoio da Auditoria Nacional do Reino Unido, o Banco preparou uma avaliação conjunta da capacidade de gestão financeira do país e um diagnóstico dos procedimentos de aquisições do país que serviram de base para uma operação de cooperação técnica não reembolsável de US\$450.000 para fortalecimento da capacidade do governo da Jamaica de adotar a gestão por resultados.

MÉXICO

Em 2005, o Banco aprovou quatro empréstimos e quatro financiamentos do Fumin para o México. Desde 1961, o Banco concedeu 184 empréstimos, que somaram US\$18,8 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$16,5 bilhões.

Consolidação e expansão do programa Oportunidades (Fase II)

(Empréstimo de US\$1,2 bilhão do CO, com co-financiamento de US\$300 milhões do Banco Mundial)

O programa de desenvolvimento humano Oportunidades do México é uma iniciativa reconhecida internacionalmente para melhorar a educação, a nutrição e a saúde de milhões de famílias pobres, mediante a concessão de subsídios em dinheiro às mães, desde que mantenham os filhos na escola, levem-nos a consultas médicas periódicas e assistam a palestras sobre nutrição, higiene e planejamento familiar. A segunda fase desse programa concentra-se mais em melhorar os serviços de assistência e aconselhamento para as famílias do que em ampliar o número de participantes do programa. O Oportunidades já funciona em todos os estados do México, beneficiando cerca de 25 milhões de pessoas.

Consolidação do sistema de finanças públicas

(Empréstimo de US\$600 milhões do CO)

Esta operação tem por finalidade aprofundar os mercados financeiros, de modo a contribuir para dar maior solidez aos intermediários financeiros, melhorar a transparência nos serviços financeiros e incrementar o crédito bancário ao setor privado. A nova legislação sobre o mercado de valores mobiliários apoiada pelo programa promoverá o desenvolvimento dos mercados de títulos e ações.

Sustentabilidade de serviços rurais de abastecimento de água e saneamento (Fase II)

(Empréstimo de US\$150 milhões do CO, com co-financiamento de US\$225,5 milhões do Banco Mundial)

Este programa, que beneficiará cerca de 900.000 pessoas em 2.000 comunidades rurais, visa garantir o abastecimento sustentado de serviços de água e saneamento, usando um modelo de autogestão que estimula a participação dos beneficiários. O programa tem como base as realizações de uma operação semelhante, financiada pelo BID e aprovada em 1998, que apoiou a construção e

melhorias de sistemas de água e saneamento em mais de 5.000 comunidades.

Financiamento para pequenos exportadores

(Empréstimo de US\$100 milhões do CO)

Este empréstimo ao Banco Nacional de Comércio Exterior (Bancomext) permitirá que cerca de 700 pequenas e médias empresas exportadoras tenham acesso a crédito para expandir ou melhorar suas operações por meio de investimentos de capital, capital de giro ou serviços técnicos e de gestão em apoio de investimento e modernização. Os recursos serão canalizados por bancos e outras instituições financeiras para empresas que exportam até US\$20 milhões anuais.

Poupança direta para mexicanos que vivem nos Estados Unidos para compra de casa própria no México

(Empréstimo de US\$5 milhões e CT não reembolsável de US\$250,000 do Fumin)

Este empréstimo e a CT não reembolsável à Hipotecaria Su Casita ajudarão mexicanos que vivem nos Estados Unidos a financiar a compra de casa no México. O financiamento possibilitará a Su Casita, que tem 107 filiais em todo o México e também escritórios nos Estados Unidos, conceder empréstimos em dólares e com taxas de juros inferiores às cobradas em empréstimos em pesos no México.

Nova instituição financeira especializada em pequenas propriedades rurais e em pequenas e médias empresas

(Investimento de capital de US\$2,5 milhões, empréstimo subordinado de US\$2,5 milhões e CT não reembolsável de US\$75.000 do Fumin)

Este projeto tem como objetivo estender a cobertura do sistema financeiro mexicano a propriedades rurais de pequeno porte e a pequenas e médias empresas, por meio de investimento em capital social e financiamento de dívidas subordinadas para um novo intermediário financeiro especializado, o Banco Ve por Más. O programa testará novas maneiras de resolver os problemas de financiamento, custos de transações e redução dos riscos que limitam a concessão de crédito a essas pequenas propriedades e empresas.

Desenvolvimento de oportunidades de mercado na "base da pirâmide"

(CT não reembolsável de US\$2 milhões do Fumin)

Este projeto estimulará micro, pequenas e médias empresas a buscar as oportunidades de mercado denominadas "na base da pirâmide" a fim de oferecer melhores produtos e serviços a consumidores de baixa renda. Os recursos serão utilizados para planejar novos produtos e serviços e para ajudar empreendimentos apoiados por companhias, associações de pequenos negócios e organizações não-governamentais. Os subsídios não reembolsáveis, concedidos por concurso, proporcionarão recursos de contrapartida para as iniciativas que atendem aos requisitos.

Acesso a financiamento imobiliário para recipientes de remessas

(CT não reembolsável de US\$1,7 milhão do Fumin)

Este projeto piloto, a ser executado pela Sociedad Hipotecaria Federal, uma instituição pública de segunda linha, especializada em financiamento hipotecário, dará a famílias mexicanas que recebem remessas do exterior maior acesso a hipotecas e empréstimos para melhoria de casas. O projeto visa eliminar alguns dos principais obstáculos que impedem o país de tirar proveito da força econômica das remessas para financiamento habitacional.

NICARÁGUA

Em 2005, o Banco aprovou dois empréstimos e um financiamento do Fumin para a Nicarágua. Desde 1961, o Banco concedeu 132 empréstimos, que somaram US\$2,3 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$1,9 bilhão.

Programa municipal de investimento social

(Empréstimo de US\$45 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$10 milhões da Alemanha)

Esta operação estabelecerá mecanismos para canalizar recursos a municípios, em base competitiva, para projetos prioritários dirigidos a grupos de baixa renda. Os municípios participantes podem propor projetos próprios ou junto com outros municípios, doadores, ONGs ou empresas a fim de melhorar a qualidade de serviços sociais básicos, aumentar a cobertura e eliminar as barreiras ao acesso.

Plano nacional de desenvolvimento*(Empréstimo de US\$40,1 milhões do FOE)*

Ao apoiar a execução do plano nacional de desenvolvimento, este empréstimo fomentará crescimento econômico, gerará empregos, elevará os rendimentos e incentivará investimentos e exportações. O programa terá como foco promover maior produtividade em três setores industriais que respondem por cerca de um terço do PIB: a produção de carnes e laticínios, o café e o turismo. Os investimentos melhorarão estradas, aeroportos, instalações de armazenagem e outras instalações de infra-estrutura, modernizarão a tecnologia de produção e os processos de certificação, e proporcionarão capacitação em gestão empresarial.

Apoio a factoring*(Linha de crédito de US\$1 milhão, investimento de capital de US\$100.000 e CTs não reembolsáveis de US\$235.000 do Fumin)*

Este projeto dará apoio à atividade de *factoring* na Nicarágua, para aumentar a competitividade de pequenas e médias empresas. O *factoring* é uma forma de financiamento baseado em ativos no qual uma empresa de *factoring* fornece crédito a seu cliente (o tomador) com base no valor das contas a receber desses tomadores. O *factoring* é de especial importância na Nicarágua devido à escassez de crédito na economia.

PANAMÁ

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos para o Panamá. Desde 1961, o Banco concedeu 125 empréstimos, que somaram US\$2,1 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$1,8 bilhão.

Atividades prioritárias na bacia do canal do Panamá*(Empréstimo de US\$19,9 milhões do CO)*

Este projeto financiará investimentos prioritários com base na demanda das comunidades locais e em atividades vitais para a gestão integrada da bacia do canal do Panamá, como proteção, conservação e manejo de recursos naturais, prevenção de desastres naturais, infra-estrutura básica (incluindo estradas rurais), sistemas de abastecimento de água, escolas e centros de saúde, bem como incentivos para a adoção de práticas de produção sustentáveis.

Instrumentos operacionais para habitações de baixo custo*(Empréstimo de US\$10 milhões do CO)*

Este empréstimo para operações de inovação contribuirá para financiar projetos piloto destinados a testar diversos instrumentos criados para ampliar o acesso a casa própria para pessoas de renda baixa e moderada. O programa incluirá um projeto piloto para melhoramentos de favelas e outro para financiar a construção de unidades habitacionais básicas para famílias pobres, que em geral constroem suas próprias casas mas vivem em condições precárias. Dois outros projetos ajudarão famílias de baixa renda a adquirir suas casas mediante subsídios diretos.

Formação de capacidade em comércio internacional*(Empréstimo de US\$4,7 milhões do CO, com co-financiamento de US\$13,5 milhões do Banco Mundial)*

Este mecanismo de financiamento setorial tem por objetivo melhorar a gestão do comércio exterior do Panamá mediante o fortalecimento da capacidade de funcionários do governo de formular, negociar e executar políticas eficazes de comércio exterior e investimentos.

PARAGUAI

Em 2005, foram aprovados sete empréstimos, incluindo três no quadro do PROPEF, para o Paraguai. Desde 1961, o Banco concedeu 120 empréstimos, que somaram US\$1,9 bilhão, com os desembolsos totalizando US\$1,6 bilhão.

Reforma das finanças públicas*(Empréstimo de US\$30 milhões e empréstimo de CT de US\$2,7 milhões do CO)*

Esta operação criará, mediante o fortalecimento do sistema financeiro do país, instrumentos de poupança e crédito de médio e longo prazos para setores produtivos, como a agricultura e o agronegócio. Reformas legais contribuirão para o estabelecimento de uma entidade financeira de segunda linha, e investimentos e cooperação técnica fortalecerão o setor de cooperativas.

Programa de ciência e tecnologia

(Empréstimo de US\$6,5 milhões do CO e empréstimo de US\$750.000 no quadro do PROPEF)

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia executará este programa para aumentar a capacidade de pesquisa e inovação mediante o financiamento de projetos e cursos de capacitação. Serão concedidos subsídios por concurso a instituições acadêmicas, para pesquisa básica e aplicada, e a empresas, para inovações tecnológicas que melhorem produtos e processos. A iniciativa fortalecerá também a área de recursos humanos, apoiando programas de pós-graduação e ampliando o número de profissionais em ciência e desenvolvimento tecnológico.

Programa de desenvolvimento costeiro de Assunção

(Empréstimo de US\$3,5 milhões do CO no quadro do PROPEF)

Este programa está sendo financiado pelo Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto (PROPEF), que se destina a melhorar a qualidade dos projetos financiados pelo BID, abreviar o tempo de preparação e promover o fortalecimento institucional e a avaliação de projetos. Os recursos do programa podem ser utilizados para preparação de projetos, formação de capacidade para sua execução, pequenos investimentos, fortalecimento institucional dos órgãos executores e avaliações *ex post* dos projetos.

Fortalecimento do sistema judiciário

(Empréstimo de US\$1,2 milhão do CO no quadro do PROPEF)

Este programa, que também está sendo preparado com apoio do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto (PROPEF), modernizará o Supremo Tribunal de Justiça e ajudará a melhorar a administração da justiça. Os recursos do programa podem ser usados para preparação de projetos, formação de capacidade para sua execução, pequenos investimentos, fortalecimento institucional dos órgãos executores e avaliações *ex post* dos projetos.

Programa global de microcrédito rural

(Empréstimo de CT de US\$1,2 milhão e CT não reembolsável de US\$241.000 do Fundo Norueguês de Desenvolvimento para a América Latina)

Pequenos agricultores e microempresários rurais muitas vezes não têm acesso a crédito para atender suas necessidades de investimento e capital de giro. Esta operação

proporcionará capacitação e oferecerá empréstimos a organizações não-governamentais selecionadas com programas de microcrédito a fim de atender à crescente demanda de crédito rural. Cerca de 5.200 microempresários e pequenos produtores em áreas normalmente não servidas por bancos comerciais obterão acesso sustentável a crédito mediante o programa.

PERU

Em 2005, o Banco aprovou seis empréstimos para o Peru. Desde 1961, o Banco concedeu 182 empréstimos, que somaram US\$7,1 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$6,4 bilhões.

Mecanismo de melhoria da qualidade e da gestão de gastos públicos

(Empréstimo de US\$200 milhões e empréstimo setorial institucional de US\$5 milhões do CO)

Esta operação de reforma de políticas apoiará os esforços do governo para modernizar e racionalizar o investimento público e o orçamento por resultados, melhorar a qualidade da gestão pública, da supervisão dos gastos e da gestão dos sistemas administrativo e financeiro, e expandir as parcerias público-privadas nos investimentos e nos serviços. Será criado um fundo de estabilização fiscal como parte de um amplo esforço para fortalecer e estabilizar o processo de descentralização. O projeto foi estruturado com um enfoque programático para promover as reformas no médio e longo prazos. O empréstimo é o primeiro de uma série prevista de três operações de uma parcela.

Programa de desenvolvimento do setor de saneamento, fase II

(Empréstimo de US\$50 milhões do CO, com co-financiamento de US\$10 milhões da Alemanha)

Este programa dará apoio a parcerias público-privadas para reparos, ampliação, operação e manutenção de sistemas básicos de água potável e saneamento que beneficiem grupos de baixa renda em áreas remotas. Para se habilitar a financiamento, os municípios devem aceitar executar projetos que sejam eficientes e sustentáveis a longo prazo e que envolvam operadores especializados do setor público ou privado para a administração dos serviços. Os dois primeiros projetos de parcerias público-privadas serão executados em Tumbes e Piura.

Programa rodoviário departamental

(Empréstimo de US\$50 milhões do CO, com co-financiamento de US\$50 milhões do Banco Mundial)

Este programa apoiará a descentralização do sistema rodoviário mediante o aumento da capacidade técnica e institucional dos governos dos departamentos responsáveis pelas estradas secundárias. Por meio de investimentos em recuperação e manutenção da malha viária, e também de modernização no sistema de gestão das estradas e dos transportes, o programa melhorará a integração e a interligação das estradas secundárias, garantirá que sejam transitáveis e reduzirá os custos dos transportes e os tempos de viagem.

Programa de ciência e tecnologia

(Empréstimo de US\$25 milhões do CO)

Este programa de cinco anos destina-se a melhorar a competitividade do país mediante o fomento da inovação tecnológica e da capacidade de pesquisa. O programa expandirá a capacidade de gerar conhecimentos científicos e tecnológicos, promoverá a inovação empresarial e a participação do setor privado em atividades de ciência e tecnologia e fomentará a cooperação entre os setores científico, acadêmico e produtivo.

Controle e erradicação da mosca-das-frutas em áreas costeiras

(Empréstimo de US\$15 milhões do CO)

Este projeto financiará o controle da mosca-das-frutas mediterrânea em certos vales costeiros por meio da liberação de moscas estéreis que atuam como um inseticida biológico inócuo para o meio ambiente. O objetivo é reduzir os prejuízos econômicos causados pela infestação e aumentar o potencial exportador do país e sua competitividade internacional. O projeto abrange os primeiros quatro anos de um plano estratégico decenal para erradicar a mosca-das-frutas da produção agrícola nas áreas costeiras.

REPÚBLICA DOMINICANA

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos e um financiamento do Fumin para a República Dominicana. Desde 1961, o Banco concedeu 90 empréstimos, que somaram US\$2,8 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,3 bilhões.

Fortalecimento do sistema nacional de estatísticas

(Empréstimo de US\$10 milhões do CO)

Este programa aumentará a capacidade de gestão técnica e administrativa do órgão nacional de estatísticas para produzir, analisar e divulgar informações precisas e atualizadas. O programa capacitará tanto produtores quanto usuários de estatísticas, digitalizará o mapa censitário e apoiará a georeferência de dados estatísticos prioritários e o desenvolvimento da arquitetura de processamento de dados para o sistema estatístico nacional.

Mercados de trabalho e transferências sociais (Fase I)

(Empréstimo de US\$10 milhões do CO)

Orientado por uma comissão composta por representantes do governo, do setor privado e dos trabalhadores, este programa proporcionará capacitação profissional para jovens adultos, principalmente mulheres, sem educação formal. Os cursos abrangerão qualificações básicas para o trabalho, como planejamento, organização e atendimento a clientes, bem como treinamento técnico e estágios. As operações do programa incluem um banco de empregos *on-line*, oito escritórios regionais de emprego e feiras de empregos.

Prevenção de desastres e gestão de risco

(Empréstimo de US\$5 milhões do CO)

A República Dominicana, como outros países do Caribe, é particularmente vulnerável a desastres naturais que causam perdas de vida e de propriedades. Este programa ajudará a obter informações vitais sobre o impacto potencial de ameaças naturais, apoiará a elaboração de estratégias de risco em oito municípios e em nível nacional, financiará projetos de atenuação de desastres em pequena escala, sistemas de informática e equipamentos básicos de emergência, protegerá a infra-estrutura de escolas e dará capacitação em procedimentos de resposta a emergências.

Modelo para gestão de turismo sustentável em Bayahibe

(CT não reembolsável de US\$1,3 milhão do Fumin)

Este projeto tem como meta valorizar as atrações naturais, ecológicas e culturais de Bayahibe, de modo a tornar a região mais competitiva como destinação turística internacional. O projeto formulará e executará um modelo de gestão de turismo sustentável, baseado em melhores práticas de desenvolvimento local, responsabilidade social e turismo sustentável, que integre as empresas locais na prestação de serviços de turismo e na preservação dos recursos.

SURINAME

Em 2005, o Banco aprovou um empréstimo para o Suriname. Desde 1980, o Banco concedeu 16 empréstimos, que somaram US\$104 milhões, com os desembolsos totalizando US\$62 milhões.

Programa de apoio ao setor de comércio exterior

(Empréstimo de US\$4 milhões do CO, com juros subsidiados pelo MFI)

Este empréstimo fortalecerá a capacidade técnica e institucional do Suriname para formular, negociar e executar políticas e acordos comerciais. O programa facilitará os esforços do Ministério do Comércio e da Indústria para coordenar e apoiar a formulação de políticas comerciais e criar mecanismos de consulta entre o governo e o setor privado. Estabelecerá um sistema eficaz de informações comerciais, dará capacitação para recursos humanos relacionados com comércio e ajudará instituições especializadas a abordar questões comerciais nas áreas de agricultura, normas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

TRINIDAD E TOBAGO

Em 2005, foram aprovados dois empréstimos para Trinidad e Tobago no quadro do PROPEF. Desde 1967, o Banco concedeu 37 empréstimos, que somaram US\$1 bilhão, com os desembolsos totalizando US\$843 milhões.

Programa de tecnologia de informação e comunicações

(Empréstimo de US\$1,5 milhão do CO no quadro do PROPEF)

Este empréstimo, realizado no quadro do Mecanismo de Preparação e Execução de Projeto (PROPEF), ajudará a preparar o programa de comunicações e tecnologia do país, parte do programa de operações do BID em Trinidad e Tobago. O PROPEF destina-se também a prestar apoio adicional para um eventual lançamento do projeto antes do primeiro desembolso e a garantir sustentabilidade institucional.

URUGUAI

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos para o Uruguai. Desde 1961, o Banco concedeu 123 empréstimos, que somaram US\$4 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$3,4 bilhões.

Programa do setor social

(Empréstimo de US\$250 milhões do CO, com co-financiamento de US\$75,4 milhões do Banco Mundial)

Este programa destina-se a ajudar os segmentos mais pobres da população que mais foram afetados pelas crises econômicas dos últimos anos, principalmente os jovens, quase metade dos quais vive em condições de miséria. O programa financiará medidas tendentes a promover um ambiente macroeconômico estável e ajudará a lançar imediatamente medidas abrangentes para atenuar a pobreza entre as famílias mais necessitadas, além de um novo quadro institucional para a coordenação, monitoramento e avaliação de políticas econômicas.

Apoio à produtividade e desenvolvimento de novos produtos derivados da pecuária

(Empréstimo de US\$15,8 milhões do CO, com co-financiamento de US\$19 milhões do Banco Mundial e US\$14 milhões do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola)

Este programa tem como objetivo aumentar a produtividade e elevar os rendimentos de pequenos e médios pecuaristas. O programa visa também desenvolver novos produtos e abrir novos mercados, por meio do apoio à inovação em toda a cadeia de oferta da pecuária. Os criadores receberão subsídios que cobrirão em parte o custo dos investimentos em gestão rural inovadora e planos de negócios. A pecuária responde por mais de metade do valor das exportações uruguaias.

Órgão de gestão da dívida pública

(Empréstimo de US\$2,5 milhões do CO)

Este programa financiará a criação de um moderno sistema para melhorar a gestão integrada da dívida pública interna e externa, como também de todos os passivos do governo.

VENEZUELA

Em 2005, o Banco aprovou cinco empréstimos para a Venezuela. Desde 1961, o Banco concedeu 82 empréstimos, que somaram US\$4,8 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$3,7 bilhões.

Usina Hidrelétrica Tocoma

(Empréstimo de US\$750 milhões do CO e financiamento paralelo de US\$300 milhões da Corporação Andina de Fomento)

Esta operação contribuirá para atender à crescente demanda de eletricidade na Venezuela, mediante o financiamento da construção de uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 2.160 megawatts na bacia do baixo Caroní. A usina será construída, operada e mantida pela CVG Electrificación del Caroní S.A., uma empresa estatal. O empréstimo do BID financiará as atividades de engenharia e administração, obras civis, equipamentos, o sistema de transmissão e um plano de gestão ambiental e social sustentável.

Expansão e melhoria do ensino fundamental

(Empréstimo de US\$125 milhões do CO)

Ao financiar a expansão do ensino fundamental, esta operação dará maiores oportunidades a grupos de baixa renda em áreas mal atendidas. Os recursos serão usados para a construção e reparos de 300 escolas em municípios com os maiores níveis de pobreza e demanda não atendida. O programa financiará também capacitação de professores, mobiliário escolar, equipamentos de informática e investimentos em bibliotecas e salas de multimídia.

Modernização da administração alfandegária e tributária

(Empréstimo de US\$18,5 milhões do CO)

Este empréstimo contribuirá para a criação de um órgão alfandegário e tributário mais moderno, integrado e transparente e aumentará a arrecadação fiscal de fontes não petroleiras. A operação apoiará as iniciativas para modernizar a gestão institucional dos serviços alfandegários e tributários, melhorar a auditoria e o cumprimento das normas tributárias, simplificar os procedimentos aduaneiros, melhorar a capacidade para evitar e combater a fraude e modernizar a infra-estrutura tecnológica.

Gestão integral da bacia do rio Caroní

(Empréstimo de US\$14 milhões do CO)

Aprovada em conjunção com o empréstimo para a usina hidrelétrica Tocoma, esta operação elaborará e executará o quadro institucional para gestão da bacia do rio Caroní, apoiará comunidades vulneráveis de indígenas e não indígenas, implementará ações para evitar e controlar a degradação ambiental, e reabilitará áreas degradadas por atividades agrícolas e de mineração. As terras pertencentes a povos indígenas serão demarcadas, e a operação também aumentará a capacidade dos residentes na área de aproveitar as oportunidades de desenvolvimento sustentável. Os instrumentos de gestão incluirão a criação de tarifas de uso da água, um cadastro completo de usuários e um sistema para concessões.

Desenvolvimento do setor de energia elétrica

(Empréstimo de CT de US\$2,7 milhões do CO)

Este empréstimo de cooperação técnica permitirá que o Ministério de Energia e Petróleo realize uma avaliação ampla do setor elétrico para identificar as medidas necessárias para melhorar as operações, as normas, a super-

visão, os mecanismos de fixação de tarifas, os subsídios, a confiabilidade do sistema e a proteção ambiental e dos consumidores. Os recursos serão usados na elaboração de planos financeiros e em atividades de consultoria necessários para implementar um novo modelo para o setor.

REGIONAL

Em 2005, o Banco aprovou três empréstimos, cinco CT não reembolsáveis e 8 financiamentos do Fumin para a região. Desde 1963, o Banco concedeu 66 empréstimos, que somaram US\$2,9 bilhões, com os desembolsos totalizando US\$2,4 bilhões.

Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio

(Até US\$270 milhões do CO)

No âmbito de seu Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio, aprovado em 2004, o BID autorizou novas linhas de crédito para os seguintes bancos emissores: BBVA Banco Francés e Banco Río de la Plata S/A na Argentina; Unibanco-Brasil, Banco Votorantim e Banco Industrial e Comercial S. A. no Brasil; BBVA Colombia na Colômbia; Banco Popular Dominicana C. por A. e Banco Hipotecario Dominicano na República Dominicana; Banco de la Producción, S. A. no Equador; e Banco del Istmo (Banistmo) no Panamá. Segundo o programa, o Banco garante parcialmente os riscos assumidos por bancos internacionais com relação a instrumentos de financiamento de comércio emitidos por bancos na região. O mecanismo possibilitará a importação de bens de capital e bens intermediários críticos, permitindo aos bancos emissores conceder mais empréstimos a exportadores locais.

Mecanismo de financiamento do IIG para comércio regional

(Empréstimo de US\$75 milhões do CO)

Este mecanismo de crédito rotativo de cinco anos, que será usado para apoiar um fundo de financiamento de comércio cuja gestão estará a cargo do International Investment Group, é um novo veículo para proporcionar financiamento de comércio fora do sistema bancário tradicional, ajudando assim a diversificar as fontes de financiamento para exportadores/importadores de porte médio.

Fundo Crecera de financiamento do comércio regional

(Empréstimo de até US\$10 milhões do CO)

Este empréstimo do setor privado suplementa um empréstimo anterior de US\$15 milhões para apoiar um mecanismo de financiamento de comércio administrado pela Crecera Finance Company, que proporciona financiamento anterior e posterior às exportações a exportadores de porte médio da América Latina. O mecanismo possibilitará à Crecera fornecer recursos de comércio críticos e estáveis para exportadores durante períodos de dificuldades econômicas, complementando o financiamento disponível através do sistema bancário tradicional.

Programa de reconstrução, recuperação e desenvolvimento de Granada

(Empréstimo de US\$10 milhões do FOE, com co-financiamento de US\$42 milhões dos Estados Unidos e US\$20 milhões do Banco Mundial)

Este programa tem como objetivo proporcionar recursos ao Banco de Desenvolvimento do Caribe para projetos de viabilidade social e econômica em Granada, a fim de apoiar a recuperação econômica desse país atingido pelo furacão Ivan. O BID dispensou suas comissões habituais e expandiu os critérios de elegibilidade de países de modo a incluir membros do Banco de Desenvolvimento do Caribe que não são membros do BID.

Promoção de bens públicos regionais

(CTs não reembolsáveis de US\$8,9 milhões da Iniciativa para Promoção de Bens Públicos Regionais)

Esta iniciativa apóia projetos de bens públicos regionais que envolvem a gestão regional conjunta em várias áreas: uso sustentável da biodiversidade amazônica; consolidação da rede latino-americana de portais educativos; aprimoramento da administração pública por meio de melhores práticas em governo eletrônico; aumento da capacidade institucional dos órgãos de gestão da dívida pública; fortalecimento dos mercados de ações; melhorias nas estatísticas de mensuração das condições de vida; manejo de recursos hídricos na bacia do alto Lempa; e unificação do banco de dados do sistema usado pelo Mercosul para transferência e validação de dados relativos à seguridade social.

Proteção ambiental e controle da poluição por transportes marítimos no golfo de Honduras

(CT não reembolsável de US\$4,8 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente)

No quadro de um plano de ação estratégica coordenado regionalmente, este projeto evitará a poluição causada por transportes marítimos nos principais portos e canais de navegação, aumentará a segurança da navegação e reduzirá as fontes terrestres de poluição do golfo. O objetivo é reverter a degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos no golfo de Honduras, que está afetando Belize, Guatemala e Honduras.

Cursos de capacitação do Indes em gestão social

(CT não reembolsável de US\$2,9 milhões do FOE)

O objetivo dessa iniciativa do Instituto Interamericano de Desenvolvimento Social (Indes) é melhorar o conhecimento e o uso eficaz de melhores práticas em programas e elaboração e gestão de políticas para os setores sociais na América Latina e no Caribe. Cerca de 2.300 gestores, especialistas e capacitadores, provenientes de todos os níveis de governo, de organizações não-governamentais e da sociedade civil, receberão capacitação presencial, parcialmente presencial e à distância.

Energia renovável e eficiência energética

(CT não reembolsável de US\$1,2 milhão do Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, dentro do Acordo de Parceria Estratégica para Cooperação no Desenvolvimento de Energia Renovável)

Este programa visa formular, avaliar e divulgar melhores práticas em energia renovável e eficiência energética na região, além de prestar apoio analítico para identificação de projetos e avaliação inicial. A meta é contribuir para o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos, através de investimento em energia renovável e eficiência energética.

Programa de bolsa de estudos de pós-graduação para funcionários públicos de nível médio

(CT não reembolsável de US\$1 milhão do FOE)

Este programa concederá bolsas de estudo a funcionários públicos de nível médio da América Latina e do Caribe para que façam cursos de mestrado em áreas prioritárias para o desenvolvimento. O objetivo é aumentar a efetivi-

dade e eficácia dos governos da região, por meio de capacitação técnica e gerencial especializada.

Fundo de Crescimento Centro-Americano L.L.C

(Investimento de capital de US\$10 milhões e CT não reembolsável de US\$1 milhão do Fumin)

O Fundo de Crescimento Centro-Americano proporcionará financiamento de capital e quase-capital, serviços de consultoria técnico-financeira e governança de valor agregado a 15 pequenas e médias empresas na sub-região. Esse fundo destina-se a promover investimento privado em empresas competitivas e inovadoras por meio da indústria de capital de risco.

Integração de grupos de baixa renda ao sistema produtivo

(CT não reembolsável de US\$3,5 milhões do Fumin)

Este programa utilizará uma metodologia desenvolvida no Chile para ajudar instituições da Argentina, Colômbia, El Salvador, México, Peru e Uruguai a melhorar a oferta de habitação e a desenvolver atividades produtivas para grupos de baixa renda em áreas marginais. A metodologia dá ênfase a participação social ativa, desenvolvimento comunitário, capacitação profissional e apoio para o desenvolvimento de negócios.

Apoio à liberalização do comércio e à integração do Mercosul

(CT não reembolsável de US\$3,2 milhões do Fumin)

Esta operação de cooperação técnica não reembolsável contribuirá para que os países do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) fortaleçam a capacidade de negociação de organizações do setor agrícola, a fim de incrementar seu envolvimento em processos de integração e acordos internacionais de comércio. O programa apoiará 14 importantes grupos agrícolas na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, por meio de avaliações setoriais, seminários de capacitação e modernização da tecnologia da informação.

Apoio a pequenas e médias empresas para compras eletrônicas do setor público

(CT não reembolsável de US\$1,9 milhão do Fumin)

Cerca de 4.000 pequenas e médias empresas da Argentina, Chile e Peru serão beneficiadas por este programa, que proverá capacitação, assistência técnica e serviços

de informática para ajudá-las a se tornar mais competitivas e ter acesso a novos mercados. Os governos dos países participantes serão beneficiados por diversificação de fornecedores, menores custos e maior atividade exportadora.

Desenvolvimento do mercado de seguros agrícolas na América Central

(CT não reembolsável de US\$1,8 milhão do Fumin)

Este projeto visa eliminar limitações ao desenvolvimento de seguros agrícolas acessíveis em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, principalmente para pequenas e médias empresas. A operação abordará questões legais e regulatórias, além de atender à necessidade de dados precisos e em tempo hábil, por meio de uma plataforma informática para a análise, supervisão e gestão de riscos no setor agrícola. Será oferecida também capacitação em instrumentos inovadores de seguros agrícolas.

Fortalecimento da gestão financeira de organizações de produtores rurais

(Financiamento de US\$1,6 milhão do Fumin)

Esta operação visa melhorar a gestão financeira de organizações de pequenos produtores rurais para que possam consolidar e expandir seu acesso aos mercados. O objetivo é implementar e fortalecer o uso de métodos e princípios de gestão financeira nessas organizações.

Integração de microprodutores centro-americanos em cadeias internacionais de valor

(CT não reembolsável de US\$1,1 do Fumin)

Este projeto destina-se a aumentar a competitividade de mais de 1.000 artesãos na Guatemala, Honduras e Nicarágua e integrá-los em cadeias de valor que fornecem produtos a varejistas de decoração de interiores em mercados estrangeiros. O projeto baseia-se na experiência de uma operação anterior, financiada pelo Fumin, que vinculou três firmas de exportação centro-americanas a grandes compradores globais de móveis artesanais e artigos de decoração.

Aperfeiçoamento dos informes e procedimentos do banco central sobre remessas

(CT não reembolsável de US\$1 milhão do Fumin)

Este projeto contribuirá para que bancos centrais da América Latina e do Caribe melhorem seus sistemas de informações e estatísticas relativas a remessas de trabalhadores no exterior, que são um componente cada vez mais importante do balanço de pagamentos de muitos países. Com dados mais confiáveis será possível ressaltar o impacto econômico e social das remessas e promover maior transparência nos sistemas de transferência de dinheiro, mais concorrência entre os prestadores de serviços e maior acesso a serviços financeiros formais para as famílias que recebem esses recursos.

Cooperação técnica

Em 2005, o Banco financiou 427 projetos de cooperação técnica (CT), no montante de US\$89,6 milhões. O programa de cooperação técnica proporciona um importante apoio para a implementação da Estratégia Institucional do Banco. Suas atividades transferem conhecimentos e compartilham experiências em todas as quatro áreas abrangidas pela estratégia (ver **Boxe 7**).

Como parte do programa nacional de CT, foram aprovados 169 projetos para desenvolvimento social, no total de US\$40,9 milhões. Esses projetos têm por objetivo promover a equidade social, melhorar a eficiência dos gastos sociais e fortalecer os sistemas de apoio a programas sociais e foram executados nos setores de educação, desenvolvimento rural, microempresa, juventude, prevenção da violência e proteção de grupos vulneráveis, desenvolvimento urbano e proteção ambiental.

Como parte de sua estratégia de reforma do setor social, o Banco proporcionou recursos de cooperação técnica no montante de US\$2 milhões destinados a operações não reembolsáveis para alívio de emergências em países membros atingidos por desastres naturais. O Banco respondeu rapidamente a emergências decorrentes de fortes chuvas, furacões e inundações que assolaram a região, causando muitos danos materiais e perda de vidas.

A cooperação técnica em apoio à competitividade compreendeu 136 projetos, no total de US\$21,2 milhões. O Banco proporcionou apoio aos países membros mutuários em suas iniciativas para melhorar a competitividade mediante a instalação de infra-estrutura produtiva, o uso de tecnologias inovadoras e o apoio a pequenas e médias empresas. O Banco proporcionou também recursos não reembolsáveis para apoiar várias iniciativas de comércio, integração e desenvolvimento sustentável.

No âmbito do programa de modernização do Estado foram aprovados 95 projetos, no montante de US\$23,1 milhões, entre os quais projetos para fortalecer os aspectos institucionais, regulatórios e gerenciais da administração pública, assim como boa governança e gestão baseada em resultados nas áreas tributária, fiscal, alfandegária e de despesas públicas, entre outras. Governo eletrônico e apoio à tecnologia da informação também foram áreas importantes apoiadas pelo programa de CT.

Na esfera da integração foram aprovados 27 projetos, no total de US\$4,4 milhões. O Banco continuou a apoiar os países em seus processos de integração sub-regional, hemisférica e internacional, com especial ênfase no comércio. Também proporcionou assistência técnica para a consolidação de planos sub-regionais de integração.

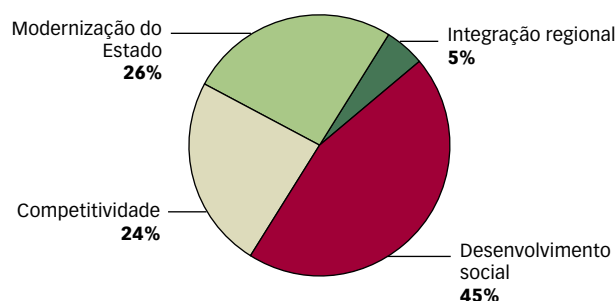
QUADRO III • DISTRIBUIÇÃO DE OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NÃO REEMBOLSÁVEL¹

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

País	2005	1961-2005
Argentina	\$ 189	\$ 69.594
Bahamas	445	18.749
Barbados	148	21.187
Belize	149	7.159
Bolívia	2.700	83.066
Brasil	2.560	164.246
Chile	887	14.487
Colômbia	1.937	60.766
Costa Rica	1.056	48.654
El Salvador	2.642	56.689
Equador	3.735	71.080
Guatemala	4.906	60.862
Guiana	1.957	54.933
Haiti	2.717	56.603
Honduras	2.594	71.412
Jamaica	242	39.468
México	2.000	27.261
Nicarágua	2.318	77.112
Panamá	1.217	38.423
Paraguai	2.081	66.162
Peru	3.566	88.802
República Dominicana	1.602	56.576
Suriname	2.404	28.915
Trinidad e Tobago	816	20.533
Uruguai	814	32.658
Venezuela	290	12.299
Regional	43.578	762.304
TOTAL	\$89.552	\$2.110.001

¹ Não inclui financiamentos para o Programa de Empreendedorismo Social. Devido ao arredondamento, os totais podem não refletir a soma das parcelas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA NÃO REEMBOLSÁVEL POR SETOR, 2005



BOXE 7 • O PAPEL DAS OPERAÇÕES NÃO REEMBOLSÁVEIS DO BID

As operações não reembolsáveis financiadas por países doadores e por recursos do Banco desempenham um papel vital na missão do Banco desde sua fundação. Têm sido utilizadas para apoiar uma ampla gama de atividades de assistência técnica, entre as quais pesquisas sobre o desenvolvimento, fortalecimento da capacidade institucional, promoção de bens públicos mundiais e regionais e estudos de viabilidade para possíveis empréstimos do Banco. Além disso, essas operações têm financiado atividades piloto, abordagens experimentais e inovações em políticas públicas, bem como certos tipos de investimentos que geram externalidades públicas mas produzem retornos econômicos e sociais só a médio e longo prazos.

Em 2005, o Banco aprovou operações não reembolsáveis no total de US\$89,6 milhões, enquanto o Fundo Multilateral de Investimentos contribuiu com outros US\$76 milhões. Por ter a capacidade de detectar justaposições nas prioridades das políticas de desenvolvimento de doadores e receptores, o Banco ocupa uma posição singular como a principal instituição de financiamento multilateral da região para mobilizar recursos e utilizá-los para fortalecer a política de desenvolvimento dos países receptores e melhorar sua aplicação, aumentando, assim, a eficácia geral e a relevância de suas operações.

Desde 1999, o Banco está implementando sua estratégia institucional, reconfigurando-se e adaptando-se à evolução dos desafios na região. Continua a ampliar e diversificar seus fundos fiduciários, além de criar outros mecanismos não reembolsáveis, como as doações de co-financiamento especiais conhecidas como COFABs. Embora o financiamento de operações não reembolsáveis já ocupe um lugar importante entre os instrumentos do BID, há margem para que o Banco desempenhe um papel mais estratégico como intermediário de recursos não reembolsáveis entre a comunidade internacional de doadores e os países da América Latina e do Caribe.

O foco nos países e a ênfase na eficácia no desenvolvimento levaram o Banco a atualizar e aprimorar o enfoque estratégico e os mecanismos específicos que utiliza para mobilizar recursos não reembolsáveis a fim de apoiar a política de desenvolvimento dos países membros mutuários. O Banco trabalha em estreita cooperação com os países doadores e com a comunidade internacional, que está compatibilizando e harmonizando a assistência para o desenvolvimento de conformidade com as declarações de Roma (2003) e de Paris (2005).

Ver www.aidharmonization.org



O programa de **Cooperação Técnica Regional (CTR)** complementou os programas nacionais, criando sinergias na superação dos desafios que afetam grupos de países e a região como um todo. O programa acentuou também a criação de vínculos entre o programa de empréstimos do Banco e suas estratégias institucional e operacional, e contribuiu para o apoio à região em seus esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas áreas de pobreza, educação, saúde e meio ambiente.

Como parte do programa geral de CT, em 2005 o Banco financiou 68 operações de CTR, no montante de US\$15,2 milhões. As operações do programa de CTR enfocadas na integração deram suporte aos processos de integração nos planos sub-regional, hemisférico e internacional. É particularmente notável a campanha de informação pública regional sobre a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul (IIRSA).

As operações não reembolsáveis na área de reformas do setor social incluíram tanto áreas em que a experiência do Banco é amplamente reconhecida, como questões inovadoras acrescentadas recentemente à agenda do Banco. O primeiro grupo compreende apoio para o fortalecimento de sistemas de proteção social, questões relacionadas com a qualidade do ensino e a formação de professores e apoio ao setor de saúde. As questões mais recentes compreendem: apoio a iniciativas de desenvolvimento infantil; apoio a pessoas portadoras de deficiências; projetos que envolvem os direitos e o desenvolvimento geral de crianças e idosos; projetos envolvendo tecnologias de informação e redução da pobreza; e esforços de combate ao tráfico de seres humanos.

Os projetos de CTR enfocados na modernização do Estado destinaram-se a duas áreas principais. A primeira compreendia a continuação do apoio à capacitação de recursos humanos em administração pública e gestão social. A segunda, o financiamento de projetos para identificação e sistematização de melhores práticas na administração pública e para implementação de métodos destinados

a fortalecer a gestão por resultados e a eficácia no desenvolvimento.

Os projetos de competitividade apoiados pela CTR incluíram financiamento para pesquisas sobre o desempenho empresarial na América Latina. Os recursos canalizados para projetos agrícolas concentraram-se na transferência e implementação de inovações tecnológicas em manejo do solo para aumentar a produtividade da indústria bananeira na América Latina e no Caribe. No setor de energia, o principal projeto referiu-se à integração do mercado de gás do Cone Sul por meio do “anel energético do Sul”.

Ver www.iadb.org/ar/tc_po

Co-financiamento

As transações de co-financiamento multilateral e bilateral, sem contar os empréstimos do setor privado, da CII, do Fumin e dos fundos fiduciários, totalizaram cerca de US\$2,2 bilhões em 2005, cifra bastante superior à média de US\$1,6 bilhão dos últimos cinco anos. O número de projetos co-financiados, países beneficiários e co-financiadores aumentou consideravelmente. Esse progresso continuado das operações de co-financiamento do Banco reflete uma relação mais estreita com outras instituições multilaterais, uma maior cooperação programática com parceiros bilaterais e a liderança crescente do BID em integração regional e empréstimos para programas de fases múltiplas, setoriais e em apoio de reformas de políticas.

O co-financiamento favorece todas as partes envolvidas: os países mutuários são beneficiados por influxos de capital maiores e mais diversificados, com condições financeiras favoráveis e assistência técnica, e os doadores podem efetuar contribuições mais eficazes para o desenvolvimento com menores custos de transação. As operações do Banco são facilitadas pelo aumento do teto de riscos e/ou diminuição das restrições às contrapartes locais. O co-financiamento também melhora a base para o êxito dos diálogos de política, o que aumenta a eficácia no desenvolvimento das operações com enfoque setorial amplo.

Durante 2005, foram aprovadas 29 operações de co-financiamento para 16 países, as quais compreenderam 24 empréstimos de investimento, três empréstimos para reforma de política e duas operações de emergência. O apoio proveio de 21 co-financiadores, sendo nove multilaterais e 12 bilaterais. O Banco Mundial continuou a ser o principal parceiro do BID, participando de 18 projetos em 12 países. Outras contribuições multilaterais importantes vieram da



GUATEMALA • Esta empresa familiar na Cidade da Guatemala recebeu apoio de um projeto do Fumin para desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.

Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (CABEI), do Fundo Nórdico para o Desenvolvimento, do Fundo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), enquanto o apoio bilateral proveio principalmente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da Alemanha, da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (SIDA), do Departamento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do ministério de Relações Exteriores da Finlândia (FINNIDA) e dos Países Baixos. Quase metade do volume de co-financiamento beneficiou projetos sociais, enquanto cerca de um terço destinou-se a infra-estrutura.

QUADRO IV • CO-FINANCIAMENTO EM 2005^{1,2,3}

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Co-financiador	Montante
Instituições multilaterais	
Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA)	8,00
Banco Centro-Americano para Integração Econômica (CABEI)	14,00
Centro Caribenho de Assistência Técnica Regional (CARTAC)	1,00
Corporação Andina de Fomento (CAF)	423,80
Fundo da OPEP para Desenvolvimento Internacional	5,00
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)	14,00
Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF)	2,35
Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF)	6,40
Grupo do Banco Mundial (IBRD/IDA)	1.566,38
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	7,39
Subtotal	2.048,32
Contribuições bilaterais	
Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)	0,06
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	42,95
Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA)	20,00
Alemanha – Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)	38,41
Finlândia – Departamento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores (FINNIDA)	7,10
Países Baixos	10,00
Trinidad e Tobago	0,50
Outros contribuintes bilaterais ⁴	0,48
Subtotal	119,50
Montante total de contribuições em 2005	2.167,82

¹ Esta lista apresenta os projetos para os quais o co-financiamento foi aprovado em 2005 ou antes por todos os co-financiadores envolvidos.

² Para detalhes dos projetos co-financiados, ver a versão em CD-ROM do Relatório Anual.

³ Operações de co-financiamento não reembolsáveis administradas pelo Banco no montante de US\$2,4 milhões não foram incluídas neste quadro. Entre os principais doadores estão a Alemanha-GTZ, Reino Unido-DFID e Suécia-SIDA.

⁴ Doadores que não são membros do BID: República Popular da China (US\$150.000), Turks e Caicos (US\$200.000), Malta (US\$100.000) e Maurício (US\$30.000).

Além do apoio para projetos, o Banco recebeu 12 doações especiais (operações de co-financiamento não reembolsáveis administradas pelo Banco), que ascenderam a US\$2,4 milhões, para apoiar atividades destinadas a aumentar a eficácia no desenvolvimento, como análise de governança, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de povos indígenas, indicadores sociais e equidade, e obtenção de consenso político para reformas fiscais, que foram co-financiadas pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, enquanto a Suécia subscreveu o programa de consenso fiscal. A Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) da Alemanha doou €1 milhão para um programa de energia renovável e eficiência energética, e o setor privado fez numerosas contribuições para o patrocínio de fóruns sobre desenvolvimento de microempresas e responsabilidade social das empresas.

O aumento da cooperação com o Banco Europeu de Investimentos, formalizado num memorando de entendi-

mento firmado em dezembro de 2004, começou com seminários conjuntos sobre os requisitos para a execução eficaz de projetos de infra-estrutura e o potencial para parcerias público-privadas. Foram assinados memorandos semelhantes com o Banco de Exportação e Importação da República da Coreia, o mais recente membro do Banco, e o Instituto de Crédito Oficial da Espanha. Entre as atividades especiais de divulgação do trabalho de co-financiamento incluíram-se seminários sobre projetos de integração regional para participantes dos setores público e privado em vários países doadores.

Ver www.iadb.org/ar/cof_en

Fundos em administração

Durante 2005 o Banco administrou 47 fundos fiduciários ativos para atividades de cooperação técnica, entre os quais o Fundo Regional para Tecnologia Agropecuária (Fontagro), o

QUADRO V • FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS

País	Nome	Contribuições acumuladas¹ (no equivalente a milhões de US\$)
Áustria	Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica da Áustria	1,0
	Fundo do BID de Ajuda e Reconstrução em Caso de Desastres	4,1
Banco Mundial	BID/Fundo Mundial para o Meio Ambiente	14,2
Bélgica	Fundo Fiduciário Belga para Consultores	3,1
Canadá	Programa Canadense de Cooperação Técnica	13,2
	Fundo de Comércio BID/Canadá	4,7
Coréia, República da	Fundo Fiduciário Coreano	1,0
	Fundo Fiduciário Coreano para a República da Colômbia	1,0
	Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação	14,0
	Fundo da Coreia para Redução da Pobreza	14,0
Dinamarca	Fundo Dinamarquês para Consultores	1,9
Espanha	Fundo Espanhol para Consultores (ICEX)	13,8
	Quadro Espanhol–Fundo de Cooperação Geral	44,4
Estados Unidos	Fundo Evergreen de Assistência Técnica da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento do Comércio e do BID	6,6
	Fundo de Energia Sustentável do Hemisfério do Departamento de Energia dos EUA	1,3
	Fundo Fiduciário de Progresso Social	525,0
Finlândia	Programa Finlandês de Assistência Técnica	1,3
França	Fundo Francês de Cooperação Técnica para Atividades de Treinamento e Consultoria	19,5
Israel	Fundo Fiduciário de Israel para Consultores (Banco de Israel)	0,7
Itália	Fundo Italiano para Firms de Consultoria e Instituições Especializadas	15,8
	Fundo Fiduciário da Itália para Consultores Individuais	7,2
	Fundo Fiduciário da Itália para Preparação de Projetos do Fumin	3,2
	Fundo Fiduciário da Itália para o Desenvolvimento da Microempresa	8,8
	Fundo Italiano de Tecnologia de Informação e Comunicação	7,0
	Fundo Italiano para Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável	2,1
Japão	Fundo Especial do Japão	216,1
	Programa de Bolsas de Pós-graduação do BID	29,4
	Fundo Fiduciário do Japão para Serviços de Consultoria	33,5
Noruega	Fundo Norueguês de Desenvolvimento para a América Latina	2,0
	Fundo Norueguês para a Mulher no Desenvolvimento	8,6
	Fundo Fiduciário Norueguês de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria	8,7
	Fundo Norueguês para Inovação em Programas Sociais	5,6
	Fundo Norueguês para o Desenvolvimento de Microempresas	1,9
	Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria	1,0
	Fundo de Capital Social, Ética e Desenvolvimento	0,9
	Fundo Fiduciário para a Integração de Gênero	2,8
Noruega e Reino Unido	Fundo de Inclusão Social	3,1
Países Baixos	Programa de Parceria Ambiental	7,0
	Programa Holandês de Parceria para Gestão de Água	7,3
Portugal	Fundo Português de Cooperação Técnica	1,6
Regional	Fundo Indígena	15,7
	Fundo Regional para Tecnologia Agropecuária (Fontagro)	35,1
Reino Unido	Fundo Fiduciário Enlace DFID–BID	1,0
Suécia	Quadro Sueco–Programa de Parceria Aids/BID	3,8
	Fundo Sueco para Pequenos Projetos e Assistência Técnica para a América Latina	5,3
	Fundo Fiduciário da Suécia para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento	3,1
Suíça	Fundo Suíço para Consultores	5,2

¹ Os montantes refletem taxas de câmbio históricas e não refletem saldos disponíveis atualmente.



SURINAME • Uma das 4.000 casas novas para moradores de renda baixa e moderada está quase pronta no bairro de Clevia, perto da capital de Paramaribo.

Fundo Indígena, fundos fiduciários para o desenvolvimento de microempresas, fundos independentes criados pela Áustria, República da Coreia, Espanha, Estados Unidos e Japão, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial e 32 fundos do Programa de Fundos Fiduciários para Cooperação Técnica entre países membros do Banco (Programa Fundos/CT), além de cinco acordos para provisão de serviços em espécie.

Os fundos fiduciários tornaram-se a segunda maior fonte de financiamento de projetos de cooperação técnica não reembolsável do Banco depois do Fundo para Operações Especiais.

Em 2005, do total de US\$89,6 milhões aprovado dentro do programa de cooperação técnica não reembolsável, 242 operações foram financiadas com recursos de fundos fiduciários no valor de US\$41,6 milhões. Desse total, os fundos fiduciários japoneses contribuíram com US\$12 milhões para 38 projetos. Além disso, os fundos fiduciários financia-

ram 13 operações especiais em apoio ao Banco no valor de US\$6 milhões.

Os fundos fiduciários foram criados pelos doadores com a finalidade de proporcionar apoio aos países membros mutuários do BID por meio de serviços de consultoria, capacitação e, em alguns casos, co-financiamento de empréstimos do Banco e projetos de desenvolvimento de microempresas. Entre os fundos em administração, o Programa Fundos/CT é atualmente a principal fonte de recursos, e compreende 53 fundos fiduciários estabelecidos desde 1991, com contribuições totais de US\$247,4 milhões. Em 2005, 12 países membros não mutuários contribuíram com US\$63,7 para os fundos fiduciários do Banco.

O Japão contribuiu com o total acumulado de US\$278,9 milhões para vários fundos fiduciários. O Fundo Especial do Japão (FEJ), criado em 1988, é uma fonte importante de recursos não vinculados para as atividades de cooperação técnica do Banco e um dos maiores e mais antigos fundos para cooperação técnica administrados pelo Banco. Em 2001 o governo do Japão criou o Programa de Redução da Pobreza, destinando US\$30 milhões provenientes do FEJ. Esse programa proporciona assistência direta a grupos pobres e vulneráveis, estimulando a participação de organizações da sociedade civil, como ONGs e grupos comunitários. Outro guichê é o Fundo Fiduciário do Japão para Serviços de Consultoria (JCF), que foi criado em 1995 visando mobilizar especialistas japoneses para projetos de desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Os consultores japoneses ou as firmas de consultoria do Japão que trabalham com consultores locais podem receber financiamento do JCF.

Em 2005, a República da Coreia criou dois fundos fiduciários, comprometendo-se a destinar US\$50 milhões a cada um, em apoio a projetos voltados à redução da pobreza e ao desenvolvimento tecnológico. O Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação apóia a preparação e execução de projetos de desenvolvimento da capacidade tecnológica, e o Fundo Coreano para Redução da Pobreza ajuda a financiar atividades dirigidas aos grupos mais vulneráveis e economicamente desfavorecidos, o que inclui a prevenção de desastres (ver **Boxe 8**).

Além disso, o Banco e a Noruega estabeleceram três fundos novos: o Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria, com contribuição de US\$1 milhão; o Fundo Fiduciário para a Integração de Gênero, criado com uma contribuição inicial da Noruega e que depois recebeu aportes de vários doadores, para intensificar a integração de gênero em todo o ciclo de projeto das operações finan-

ciadas pelo BID; e o Fundo de Capital Social, Ética e Desenvolvimento, que apoiará a cooperação técnica para promoção, criação, consolidação e difusão de conhecimentos sobre o papel da ética e do capital social no desenvolvimento.

O Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido criou o Fundo Fiduciário de Mercados e Governança para Redução da Pobreza (£3.6 milhões) para apoiar o acesso dos pobres a mercados e ao comércio internacionais, bem como administrações do setor público e sistemas políticos responsáveis e que prestem contas. O Fundo Fiduciário de Comércio e Pobreza foi criado como um fundo com aporte de múltiplos doadores, com uma doação inicial (£850.000) para a elaboração e implementação de estratégias de comércio e integração que incluam os pobres.

Ver www.iadb.org/ar/tec

Aquisições

As normas do Banco determinam que as aquisições de bens, obras e serviços de consultoria destinadas a projetos financiados pela instituição devem satisfazer quatro requisitos: economia e eficiência na execução de projetos; acesso por parte de todos os licitantes qualificados de países desenvolvidos e em desenvolvimento à mesma informação e igualdade de oportunidades para competir; desenvolvimento de indústrias nacionais no país mutuário; e transparência.

As aquisições devem ser feitas com base num processo de seleção aberto e competitivo. Para contratos acima de determinados montantes, devem-se empregar licitações públicas internacionais. Somente empresas de países membros da instituição (exceto no caso de empréstimos com *enfoque setorial amplo* em que haja financiamento consorciado) podem participar de licitações para contratos financiados pelo BID.

Os mutuários são responsáveis pela execução e administração de projetos, incluindo o processo de licitação, desde a preparação de documentos de licitação até a adjudicação e administração de contratos.

BOXE 8 • FUNDO COREANO PARA REDUÇÃO DA POBREZA

Em 16 de março de 2005, a República de Coreia tornou-se o 47º membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nessa ocasião, a República da Coreia se comprometeu a efetuar uma contribuição especial de US\$200 milhões ao Grupo do Banco. Em julho de 2005, criou o Fundo Coreano para Redução da Pobreza e o Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação, com o compromisso de destinar US\$50 milhões para cada um deles. Em 31 de dezembro de 2005, o país tinha feito contribuições em dinheiro de US\$14 milhões para cada fundo.

A redução da pobreza e a promoção da equidade social na América Latina e no Caribe constituem uma das duas metas fundamentais do BID. No entanto, vários estudos e a experiência no combate à pobreza mostram que, conquanto o crescimento econômico sustentável, a estabilidade macroeconômica e a boa governança sejam indispensáveis para reduzir a pobreza, não são suficientes para garantir o resultado.

As médias regionais dos indicadores sociais ocultam grandes disparidades de renda, ativos, bem-estar social e qualidade de vida, tanto entre os países da região como em cada um deles. Essas disparidades do desenvolvimento são uma barreira à redução da pobreza e ao desenvolvimento econômico e social na região. É preciso, antes de mais nada, tomar medidas concretas para garantir maior equidade e redução efetiva da pobreza.

Nesse contexto, o Fundo Coreano para Redução da Pobreza será utilizado para financiar projetos de cooperação técnica não reembolsável e outras atividades de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento social, entre elas a prevenção de desastres e serviços de socorro dirigidos aos grupos mais vulneráveis e economicamente desfavorecidos da região, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Durante os últimos 30 anos, quatro milhões de pessoas na América Latina e no Caribe foram afetadas por desastres que causaram 5.000 mortes e prejuízos totais de US\$3,2 bilhões. Com uma média de 40 desastres de proporções significativas ao ano, a América Latina está apenas depois da Ásia em frequência de desastres. Uma grande porcentagem da população em risco é pobre. O Fundo Coreano para Redução da Pobreza contribuirá para apoiar operações de cooperação técnica para prevenção e resposta a desastres na região.

A República da Coreia, antes um país subdesenvolvido, superou a extrema pobreza e tornou-se um parceiro importante no comércio internacional. Como novo membro do BID, fortalecerá sua cooperação com a América Latina e o Caribe por intermédio da instituição.

Ver www.iadb.org/ar/korea_fund





COSTA RICA • Corrida das crianças para chegar à nova escola construída para prover ensino secundário a cerca de 9.000 estudantes de todo o país.

As Representações do BID são responsáveis pela supervisão desse processo e colaboram com os órgãos executores para garantir a plena observância das normas e dos procedimentos do Banco.

Em janeiro de 2005 o Banco adotou novas diretrizes para a aquisição de bens e obras e para a seleção e contratação de consultores, inteiramente harmônicas com as do Banco Mundial. Essa harmonização reduz os custos de transação e agiliza os trâmites dos órgãos executores, dos licitantes e de outras partes envolvidas no processo de aquisições. Foram realizados seminários em vários países e na sede do BID para divulgar as novas políticas. Estas, juntamente com guias para sua aplicação e uma coleção de documentos padronizados de licitação, uma solicitação padrão de propostas e documentos de pré-qualificação para obras, foram publicadas nos quatro idiomas oficiais do Banco.

Durante o ano, o Banco continuou a promover o uso de compras eletrônicas do setor público nos processos de aquisições que financia, o que levou à elevação significativa nos padrões de eficiência e transparência. O Banco continuou a proporcionar assistência técnica aos países que procuram adotar métodos eletrônicos para as compras do setor público. Como parte de um grupo de trabalho formado

pelo Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento, o BID ajudou a elaborar instrumentos para as compras eletrônicas do setor público nos países membros mutuários, como banco de dados, diretrizes, normas e um guia para o planejamento de soluções de compras eletrônicas do setor público. Todos esses instrumentos podem ser encontrados no site conjunto www.mdb-egp.org.

O Comitê de Aquisições do Banco examina e supervisiona as políticas e os procedimentos de aquisições, inclusive os pedidos de isenção em relação às

exigências do processo de licitação e todas as queixas de licitantes ou licitantes potenciais em qualquer fase do processo de aquisições. Sinopses das decisões tomadas pelo comitê em 2005 podem ser encontradas no site do Banco, em www.iadb.org/ar/proc_en.

No site do Banco estão disponíveis, gratuitamente, informações sobre aquisições, inclusive anúncios específicos e gerais de aquisições. Como parte de seu programa de extensão junto à comunidade de negócios, o Banco organiza regularmente seminários para fornecedores, empreiteiros e consultores em Washington e em muitos dos países membros mutuários e não mutuários. A fim de proporcionar às empresas e ao público em geral informações sobre aquisições, o site do Banco contém e atualiza regularmente os planos de aquisição para operações aprovadas pela Diretoria Executiva.

O desembolso de moedas conversíveis para a aquisição de bens, obras e serviços de consultoria no caso de empréstimos para investimento e reforma de políticas totalizou US\$4,8 bilhões em 2005. Os países membros mutuários receberam US\$3,8 bilhões, ou 79,3% do valor. As aquisições locais de bens, obras e serviços de consultoria para projetos nos países mutuários totalizaram US\$3,2 bilhões. Os países não mutuários receberam um total de US\$985 milhões.

Ver www.iadb.org/ar/proc_en

QUADRO VI • DESEMBOLSOS EM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS POR PAÍS DE ORIGEM (EMPRÉSTIMOS PARA INVESTIMENTOS E EM APOIO A REFORMAS DE POLÍTICAS)¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Compras locais 2005		Exportações ² 2005		Total 2005		Compras locais 1961-2005		Exportações 1961-2005		Total 1961-2005	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PAÍSES MUTUÁRIOS												
Argentina	456,7	14,3	87,6	5,6	544,3	11,4	4.622,7	9,8	2.097,4	4,1	6.720,1	6,9
Bahamas	4,2	0,1	0,0	0,0	4,2	0,1	45,8	0,1	91,2	0,2	137,0	0,1
Barbados	6,4	0,2	0,6	0,0	7,0	0,1	104,5	0,2	8,6	0,0	113,1	0,1
Belize	2,6	0,1	0,0	0,0	2,6	0,1	61,0	0,1	30,1	0,1	91,1	0,1
Bolívia	75,8	2,4	10,4	0,7	86,2	1,8	1.066,3	2,3	217,2	0,4	1.283,5	1,3
Bolívia	989,0	30,9	198,6	12,7	1.187,6	24,9	14.000,6	29,6	5.517,3	10,9	19.517,9	20,0
Brasil	106,8	3,3	43,7	2,8	150,5	3,2	2.611,7	5,5	693,5	1,4	3.305,2	3,4
Chile	174,7	5,5	54,1	3,4	228,8	4,8	2.481,9	5,3	567,5	1,1	3.049,4	3,1
Colômbia	14,7	0,5	9,9	0,6	24,6	0,5	437,8	0,9	309,7	0,6	747,5	0,8
Costa Rica	38,3	1,2	4,3	0,3	42,6	0,9	933,8	2,0	102,4	0,2	1.036,2	1,1
El Salvador	37,8	1,2	37,0	2,4	74,8	1,6	1.789,3	3,8	468,7	0,9	2.258,0	2,3
Ecuador	32,2	1,0	9,1	0,6	41,3	0,9	695,1	1,5	154,3	0,3	849,4	0,9
Guatemala	17,5	0,5	0,1	0,0	17,6	0,4	142,9	0,3	3,2	0,0	146,1	0,2
Guiana	27,1	0,8	0,0	0,0	27,1	0,6	282,3	0,6	9,6	0,0	291,9	0,3
Haiti	51,6	1,6	0,4	0,0	52,0	1,1	698,7	1,5	54,0	0,1	752,7	0,8
Honduras	125,1	3,9	8,0	0,5	133,1	2,8	2.040,9	4,3	319,4	0,6	2.360,3	2,4
Jamaica	10,9	0,3	0,2	0,0	11,1	0,2	641,6	1,4	37,6	0,1	679,2	0,7
México	622,8	19,5	49,9	3,2	672,7	14,1	8.829,5	18,7	1.586,9	3,1	10.416,4	10,7
Nicaragua	97,6	3,1	1,5	0,1	99,1	2,1	643,2	1,4	31,1	0,1	674,3	0,7
Panamá	42,1	1,3	2,5	0,2	44,6	0,9	743,2	1,6	117,1	0,2	860,3	0,9
Paraguai	58,8	1,8	27,9	1,8	86,7	1,8	862,4	1,8	193,2	0,4	1.055,6	1,1
Peru	125,1	3,9	8,0	0,5	133,1	2,8	2.040,9	4,3	319,4	0,6	2.360,3	2,4
República Dominicana	58,8	1,8	0,2	0,0	59,0	1,2	641,6	1,4	37,6	0,1	679,2	0,7
Suriname	3,7	0,1	0,6	0,0	4,3	0,1	9,1	0,0	2,0	0,0	11,1	0,0
Trinidad e Tobago	41,0	1,3	9,2	0,6	50,2	1,1	363,8	0,8	150,5	0,3	514,3	0,5
Uruguai	43,3	1,4	4,1	0,3	47,4	1,0	1.220,6	2,6	289,5	0,6	1.510,1	1,5
Venezuela	57,7	1,8	22,0	1,4	79,7	1,7	1.615,1	3,4	1.176,5	2,3	2.791,6	2,9
Total países mutuários	3.197,2	100,0	583,1	37,2	3.780,3	79,3	47.227,1	100,0	14.321,6	28,3	61.548,7	62,9
PAÍSES NÃO MUTUÁRIOS												
Alemanha	62,3	4,0	62,3	4,0	62,3	1,3	3.187,4	6,3	3.187,4	6,3	3.187,4	3,3
Áustria	4,0	0,3	4,0	0,3	4,0	0,1	151,6	0,3	151,6	0,3	151,6	0,2
Bélgica	11,1	0,7	11,1	0,7	11,1	0,2	292,2	0,6	292,2	0,6	292,2	0,3
Canadá	28,2	1,8	32,5	2,1	32,5	0,7	856,3	1,7	856,3	1,7	856,3	0,9
Coreia, República da	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	5,0	0,0	5,0	0,0
Croácia	4,2	0,3	4,2	0,3	4,2	0,1	182,2	0,4	182,2	0,4	182,2	0,2
Dinamarca	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	45,7	0,1	45,7	0,1	45,7	0,1
Espanha	50,1	3,2	50,1	3,2	50,1	1,1	1.736,7	3,4	1.736,7	3,4	1.736,7	1,8
Estados Unidos	586,6	37,4	586,6	37,4	586,6	12,3	17.951,8	35,5	17.951,8	35,5	17.951,8	18,4
Finlândia	4,6	0,3	4,6	0,3	4,6	0,1	147,7	0,3	147,7	0,3	147,7	0,2
França	31,0	2,0	31,0	2,0	31,0	0,7	2.250,2	4,5	2.250,2	4,5	2.250,2	2,3
Israel	4,5	0,3	4,5	0,3	4,5	0,1	209,8	0,4	209,8	0,4	209,8	0,2
Itália	36,8	2,3	36,8	2,3	36,8	0,8	3.104,8	6,1	3.104,8	6,1	3.104,8	3,2
Iugoslávia ³	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	14,3	0,0	14,3	0,0
Japão	56,7	3,6	56,7	3,6	56,7	1,2	2.510,5	5,0	2.510,5	5,0	2.510,5	2,6
Noruega	2,0	0,1	2,0	0,1	2,0	0,0	63,5	0,1	63,5	0,1	63,5	0,1
Países Baixos	12,2	0,8	12,2	0,8	12,2	0,3	686,7	1,4	686,7	1,4	686,7	0,7
Portugal	3,7	0,2	3,7	0,2	3,7	0,1	80,4	0,2	80,4	0,2	80,4	0,1
Suécia	8,7	0,6	8,7	0,6	8,7	0,2	640,3	1,3	640,3	1,3	640,3	0,7
Suíça	15,1	1,0	15,1	1,0	15,1	0,3	891,3	1,8	891,3	1,8	891,3	0,9
Reino Unido	30,6	2,0	30,6	2,0	30,6	0,6	1.187,2	2,3	1.187,2	2,3	1.187,2	1,2
Total países não mutuários	985,1	62,8	985,1	62,8	985,1	20,7	0,0	0,0	36.228,1	71,7	36.228,1	37,1
TOTAL	3.197,2	100,0	1.568,2	100,0	4.765,3	100,0	47.227,1	100,0	50.549,7	100,0	97.776,8	100,0

¹ Os empréstimos em apoio a reformas de políticas começaram em 1990.

² Desde 1998, a informação deste quadro reflete os desembolsos dos empréstimos ajustados a cada mutuário como participação *pro rata* das importações elegíveis desse mutuário provenientes de países fornecedores, utilizando os últimos dados disponíveis sobre importações extraídos das estatísticas de comércio das Nações Unidas.

³ In 1993, a República Federal Socialista da Iugoslávia deixou de ser membro do Banco.

QUADRO VII • DESEMBOLSOS EM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS POR PAÍS DE ORIGEM (EMPRÉSTIMOS EM APOIO A REFORMAS DE POLÍTICAS)¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exportações ² 2005		Total 2005		Compras locais 1990-2005		Exportações 1990-2005		Total 1990-2005	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PAÍSES MUTUÁRIOS										
Argentina	74,9	5,7	74,9	5,7	30,0	40,2	1.185,8	4,2	1.215,8	4,3
Bahamas	0,0	0,0	0,0	0,0			6,4	0,0	6,4	0,0
Barbados	0,4	0,0	0,4	0,0			6,4	0,0	6,4	0,0
Belize	0,0	0,0	0,0	0,0			29,9	0,1	29,9	0,1
Bolívia	9,6	0,7	9,6	0,7			120,4	0,4	120,4	0,4
Brasil	165,3	12,6	165,3	12,6			3.443,6	12,3	3.443,6	12,4
Chile	42,9	3,3	42,9	3,3			582,7	2,1	582,7	2,1
Colômbia	34,5	2,6	34,5	2,6			372,7	1,3	372,7	1,3
Costa Rica	4,3	0,3	4,3	0,3			119,7	0,4	119,7	0,4
El Salvador	0,4	0,0	0,4	0,0			54,8	0,2	54,8	0,2
Equador	36,6	2,8	36,6	2,8			409,0	1,5	409,0	1,5
Guatemala	6,5	0,5	6,5	0,5			71,8	0,3	71,8	0,3
Guiana	0,1	0,0	0,1	0,0			2,5	0,0	2,5	0,0
Haiti	0,0	0,0	0,0	0,0	14,6	19,5	0,0	0,0	14,6	0,1
Honduras	0,0	0,0	0,0	0,0			14,8	0,1	14,8	0,1
Jamaica	0,0	0,0	0,0	0,0			3,7	0,0	3,7	0,0
México	46,8	3,6	46,8	3,6			825,4	3,0	825,4	2,9
Nicarágua	1,3	0,1	1,3	0,1	0,4	0,5	6,6	0,0	7,0	0,0
Panamá	0,5	0,0	0,5	0,0	29,7	39,8	69,6	0,2	99,3	0,4
Paraguai	27,9	2,1	27,9	2,1			145,2	0,5	145,2	0,5
Peru	7,5	0,6	7,5	0,6			143,8	0,5	143,8	0,5
República Dominicana	0,0	0,0	0,0	0,0			0,6	0,0	0,6	0,0
Suriname							1,0	0,0	1,0	0,0
Trinidad e Tobago	3,7	0,3	3,7	0,3			75,8	0,3	75,8	0,3
Uruguai	19,4	1,5	19,4	1,5			241,7	0,9	241,7	0,9
Venezuela							960,3	3,4	960,3	3,4
Total países mutuários	482,6	36,7	482,6	36,7	74,7	100,0	8.894,2	31,8	8.968,9	32,1
PAÍSES NÃO MUTUÁRIOS										
Alemanha	52	4,0	52,0	4,0			1.772,0	6,3	1.772,0	6,4
Austria	3,2	0,2	3,2	0,2			76,2	0,3	76,2	0,3
Bélgica	9,8	0,7	9,8	0,7			195,3	0,7	195,3	0,7
Canadá	19,2	1,5	19,2	1,5			479,0	1,7	479,0	1,7
Coreia, República da	32,4	2,5	32,4	2,5			32,4	0,1	32,4	0,2
Croácia	0,0	0,0	0,0	0,0			2,6	0,0	2,6	0,0
Dinamarca	3,3	0,3	3,3	0,3			78,1	0,3	78,1	0,3
Eslôvenia	0,2	0,0	0,2	0,0			7,5	0,0	7,5	0,0
Espanha	31,6	2,4	31,6	2,4			845,3	3,0	845,3	3,1
Estados Unidos	508	38,7	508,0	38,7			10.449,8	37,4	10.449,8	37,2
Finlândia	4,6	0,3	4,6	0,3			97,0	0,3	97,0	0,3
França	26,9	2,0	26,9	2,0			879,6	3,2	879,6	3,1
Israel	3,8	0,3	3,8	0,3			77,3	0,3	77,3	0,3
Itália	31,1	2,4	31,1	2,4			1.047,9	3,8	1.047,9	3,7
Iugoslávia ³	0,0	0,0	0,0	0,0			0,8	0,0	0,8	0,0
Japão	54,5	4,1	54,5	4,1			1.267,1	4,5	1.267,1	4,6
Noruega	1,6	0,1	1,6	0,1			48,5	0,2	48,5	0,2
Países Baixos	11,9	0,9	11,9	0,9			487,9	1,7	487,9	1,7
Portugal	1,1	0,1	1,1	0,1			27,6	0,1	27,6	0,1
Reino Unido	17,7	1,3	17,7	1,3			542,6	1,9	542,6	1,9
Suécia	8,3	0,6	8,3	0,6			260,6	0,9	260,6	0,9
Suíça	12,2	0,9	12,2	0,9			358,2	1,3	358,2	1,3
Total países não mutuários	833,4	63,3	833,4	63,3	0,0	0,0	19.033,3	68,2	19.033,3	67,9
TOTAL	1.316,0	100,0	1.316,0	100,0	74,7	100,0	27.927,5	100,0	28.002,2	100,0

¹ Os empréstimos em apoio a reformas de políticas começaram em 1990.

² Desde 1998, a informação deste quadro reflete os desembolsos dos empréstimos ajustados a cada mutuário como participação *pro rata* das importações elegíveis desse mutuário provenientes de países fornecedores, utilizando os últimos dados disponíveis sobre importações extraídos das estatísticas de comércio das Nações Unidas.

³ In 1993, a República Federal Socialista da Iugoslávia deixou de ser membro do Banco.

QUADRO VIII • DESEMBOLSOS EM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS POR PAÍS DE ORIGEM (EMPRÉSTIMOS PARA INVESTIMENTOS)

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Compras locais 2005		Exportações ¹ 2005		Total 2005		Compras locais 1961-2005		Exportações 1961-2005		Total 1961-2005	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
PAÍSES MUTUÁRIOS												
Argentina	456,7	14,3	12,7	5,0	469,4	13,6	4.592,7	9,7	911,6	4,0	5.504,3	7,9
Bahamas	4,2	0,1	0,0	0,0	4,2	0,1	45,8	0,1	84,8	0,4	130,6	0,2
Barbados	6,4	0,2	0,2	0,1	6,6	0,2	104,5	0,2	2,2	0,0	106,7	0,2
Belize	2,6	0,1	0,0	0,0	2,6	0,1	61,0	0,1	0,2	0,0	61,2	0,1
Bolívia	75,8	2,4	0,8	0,3	76,6	2,2	1.066,3	2,3	96,8	0,4	1.163,1	1,7
Brasil	989,0	30,9	33,3	13,2	1.022,3	29,6	14.000,6	29,7	2.073,7	9,2	16.074,3	23,0
Chile	106,8	3,3	0,8	0,3	107,6	3,1	2.611,7	5,5	110,8	0,5	2.722,5	3,9
Colômbia	174,7	5,5	19,6	7,8	194,3	5,6	2.481,9	5,3	194,8	0,9	2.676,7	3,8
Costa Rica	14,7	0,5	5,6	2,2	20,3	0,6	437,8	0,9	190,0	0,8	627,8	0,9
El Salvador	38,3	1,2	3,9	1,5	42,2	1,2	933,8	2,0	47,6	0,2	981,4	1,4
Ecuador	37,8	1,2	0,4	0,2	38,2	1,1	1.789,3	3,8	59,7	0,3	1.849,0	2,6
Guatemala	32,2	1,0	2,6	1,0	34,8	1,0	695,1	1,5	82,5	0,4	777,6	1,1
Guiana	17,5	0,5	0,0	0,0	17,5	0,5	142,9	0,3	0,7	0,0	143,6	0,2
Haiti	27,1	0,8	0,0	0,0	27,1	0,8	267,7	0,6	9,6	0,0	277,3	0,4
Honduras	51,6	1,6	0,4	0,2	52,0	1,5	698,7	1,5	39,2	0,2	737,9	1,1
Jamaica	10,9	0,3	1,4	0,6	12,3	0,4	283,3	0,6	89,4	0,4	372,7	0,5
México	622,8	19,5	3,1	1,2	625,9	18,1	8.829,5	18,7	761,5	3,4	9.591,0	13,7
Nicarágua	97,6	3,1	0,1	0,1	97,8	2,8	642,8	1,4	24,5	0,1	667,3	1,0
Panamá	42,1	1,3	2,0	0,8	44,1	1,3	713,5	1,5	47,5	0,2	761,0	1,1
Paraguai	58,8	1,8	0,0	0,0	58,8	1,7	862,4	1,8	48,0	0,2	910,4	1,3
Peru	125,1	3,9	0,5	0,2	125,6	3,6	2.040,9	4,3	175,6	0,8	2.216,5	3,2
República Dominicana	58,8	1,8	0,2	0,1	59,0	1,7	641,6	1,4	37,0	0,2	678,6	1,0
Suriname	3,7	0,1	0,6	0,2	4,3	0,1	9,1	0,0	1,0	0,0	10,1	0,0
Trinidade e Tobago	41,0	1,3	9,2	3,6	50,2	1,5	363,8	0,8	74,7	0,3	438,5	0,6
Uruguai	43,3	1,4	0,4	0,2	43,7	1,3	1.220,6	2,6	47,8	0,2	1.268,4	1,8
Venezuela	57,7	1,8	2,6	1,0	60,3	1,7	1.615,1	3,4	216,2	1,0	1.831,3	2,6
Total países mutuários	3.197,2	100,0	100,5	39,8	3.297,7	95,6	47.152,4	100,0	5.427,4	24,0	52.579,8	75,4
PAÍSES NÃO MUTUÁRIOS												
Alemanha			10,3	4,1	10,3	0,3			1.415,4	6,3	1.415,4	2,0
Áustria			0,8	0,3	0,8	0,0			75,4	0,3	75,4	0,1
Bélgica			1,3	0,5	1,3	0,0			96,9	0,4	96,9	0,1
Canadá			9,0	3,6	9,0	0,3			377,3	1,7	377,3	0,5
Coreia, República da			0,1	0,0	0,1	0,0			0,1	0,0	0,1	0,0
Croácia			0,0	0,0	0,0	0,0			2,4	0,0	2,4	0,0
Dinamarca			0,9	0,4	0,9	0,0			104,1	0,5	104,1	0,1
Eslôvenia			0,0	0,0	0,0	0,0			38,2	0,2	38,2	0,1
Espanha			18,5	7,3	18,5	0,5			891,4	3,9	891,4	1,3
Estados Unidos			78,6	31,2	78,6	2,3			7.502,0	33,2	7.502,0	10,8
Finlândia			0,0	0,0	0,0	0,0			50,7	0,2	50,7	0,1
Frância			4,1	1,6	4,1	0,1			1.370,6	6,1	1.370,6	2,0
Israel			0,7	0,3	0,7	0,0			132,5	0,6	132,5	0,2
Itália			5,7	2,3	5,7	0,2			2.056,9	9,1	2.056,9	2,9
Iugoslávia ²			0,0	0,0	0,0	0,0			13,5	0,1	13,5	0,0
Japão			2,2	0,9	2,2	0,1			1.243,4	5,5	1.243,4	1,8
Noruega			0,4	0,2	0,4	0,0			15,0	0,1	15,0	0,0
Países Baixos			0,3	0,1	0,3	0,0			198,8	0,9	198,8	0,3
Portugal			2,6	1,0	2,6	0,1			52,8	0,2	52,8	0,1
Reino Unido			12,9	5,1	12,9	0,4			644,6	2,8	644,6	0,9
Suécia			0,4	0,2	0,4	0,0			379,7	1,7	379,7	0,5
Sulca			2,9	1,1	2,9	0,1			533,1	2,4	533,1	0,8
Total países não mutuários	0,0	0,0	151,7	60,2	151,7	4,4	47.152,4	100,0	17.194,8	76,0	17.194,8	24,6
TOTAL	3.197,2	100,0	252,2	100,0	3.449,4	100,0	47.152,4	100,0	22.622,2	100,0	69.774,6	100,0

¹ Desde 1998, a informação deste quadro reflete os desembolsos de empréstimos ajustados a cada mutuário como participação *pro rata* das importações desse mutuário provenientes de países fornecedores, utilizando os últimos dados disponíveis sobre importações extraídos das estatísticas de comércio das Nações Unidas.

² Em 1993, a República Federal Socialista da Iugoslávia deixou de ser membro do Banco.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS



(Esq.) • O Escritório de Integridade Institucional (OII) do BID recebe e investiga alegações de fraude ou corrupção em atividades financiadas pelo Banco.

GUATEMALA (centro) • Líderes indígenas em Jacaltenango recebem treinamento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Comunitário para a Paz.

(Dir.) • O Tribunal Administrativo do Banco analisa as reclamações dos funcionários.



Governança, transparência e auditoria

Desde que adotou o Quadro Sistêmico contra a Corrupção, em 2001, o Banco vem prestando atenção especial em três campos estreitamente inter-relacionados: assegurar que seu pessoal atue conforme as normas mais elevadas de integridade e de que as políticas e os procedimentos internos facilitem a consecução dessa meta; garantir que as atividades que financia estejam isentas de fraude e corrupção e sejam executadas num ambiente devidamente controlado; e apoiar programas que ajudem os países membros mutuários a fortalecer a boa governança, aplicar as leis e combater a corrupção.

O *Escritório de Integridade Institucional (OII)* foi criado em 2003 como uma unidade independente subordinada diretamente ao Presidente e tem a incumbência de receber e investigar todas as denúncias de fraude e corrupção em atividades financiadas pelo Banco. A pedido do Comitê de Ética ou do Comitê de Revisão de Conduta, o Escritório investiga denúncias de infrações do Código de Ética ou das políticas sobre o respeito no trabalho. Além disso, apóia as iniciativas do Banco no sentido de ajudar os governos a melhorar sua capacidade de prevenir e combater a corrupção.

Em 2005 o Escritório recebeu 138 denúncias. Tal como em 2004, a maioria delas estava relacionada com atos de fraude e corrupção em atividades financiadas pelo Banco. Só 10%, aproximadamente, se referiram a infrações de conduta do pessoal. O Escritório apresentou mais de 100 relatórios sobre investigações ao Comitê de Fiscalização contra Fraude e Corrupção (CFFC) durante o ano.

O CFFC, encabeçado pelo Vice-presidente Executivo, inclui o Vice-Presidente de Finanças e Administração, o Consultor Jurídico e o Auditor Geral e decide as medidas a tomar em relação aos resultados das investigações do Escritório, podendo recomendar que um caso seja remetido às autoridades nacionais apropriadas.

O OII trabalha também para prevenir a fraude e a corrupção, por meio do incremento da conscientização, por exemplo. No começo de 2005, o Escritório apresentou seu primeiro relatório anual, "Sobre a formação de consciência, investigação de denúncias e adoção de medidas contra práticas de corrupção", que contém dados estatísticos sobre os resultados das investigações realizadas pelo OII e descreve suas atividades para intensificar o trabalho do Banco de modo a prevenir a corrupção por meio de conscientização e recomendações.

Ver www.iadb.org/oii/reports.cfm



Durante 2005, o Escritório ampliou suas atividades de divulgação e seus esforços para desenvolver entidades anticorrupção fortes na região ao organizar uma oficina para promotores e investigadores de 19 países da América Latina e do Caribe a fim de melhorar sua capacidade de investigação de casos de fraude e corrupção. O OII foi anfitrião da Sexta Conferência Anual de Investigadores Internacionais e organizou uma reunião com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, com o propósito de harmonizar as diretrizes para investigações. O OII organizou dois seminários contra a corrupção em Buenos Aires, em conjunto com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos.

Ver www.iadb.org/oii

Em 2005, o Banco estabeleceu o Fundo de Capital Social, Ética e Desenvolvimento, com uma contribuição inicial da Noruega e aportes posteriores de vários doadores. Reconhecido internacionalmente como uma abordagem pioneira no quadro da Iniciativa Interamericana sobre Capital Social, Ética e Desenvolvimento (www.iadb.org/etica), esse fundo contou também com o apoio do Canadá. O propósito da iniciativa é fomentar o desenvolvimento de capital social, o trabalho voluntário e a ética na luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação nas operações financiadas pelo Banco. Como parte da iniciativa, foi organizada uma rede de 120 universidades em 18 países da região

com a finalidade de incrementar a conscientização sobre questões relacionadas com capital social, ética e desenvolvimento por meio de um portal de informação e capacitação para economistas, engenheiros, contadores e outros profissionais importantes para o desenvolvimento.

A primeira metade de 2005 foi marcada por esforços para consolidar e padronizar os procedimentos para implementação da Política de Divulgação de Informações do Banco, que entrou em vigor em 2004. O pessoal da sede e das Representações recebeu ampla capacitação no uso do sistema de manejo de documentos e arquivos do Banco, como meio de facilitar a pronta divulgação de informações relacionadas com seu programa de operações, assim como de documentação referente às suas atividades financeiras e institucionais, inclusive as deliberações da Diretoria Executiva. Durante 2005, após um período de consultas públicas, a diretoria da Corporação Interamericana de Investimentos aprovou uma nova Política de Divulgação de Informações. No fim do ano, a diretoria concluiu o exame do caso do Mecanismo de Investigação Independente relativo ao projeto da usina hidrelétrica de Cana Brava no Brasil.

A Auditoria Geral (AUG) contribui para a governança interna do Banco mediante a provisão de análises independentes e objetivas de suas atividades para ajudar a assegurar gestão efetiva de risco, controles internos e governança. O Auditor Geral presta contas ao Presidente e atua sob supervisão do Comitê de Auditoria da diretoria. Esse sistema de prestação de contas promove a obje-



BRASIL • Estudantes se concentram na aula de ciências do Colégio Conjunto Veneza, construído com fundos do BID na cidade de Curitiba, no Sul do país.

tividade e a consideração adequada dos resultados das auditorias.

Em 2005, a Auditoria Geral empreendeu projetos nas áreas de finanças, administração, tecnologia da informação e operações para promover práticas de gestão de risco, melhorar o cumprimento das políticas e procedimentos do Banco e aumentar a eficiência e efetividade do uso de recursos. Além disso, como parte de seu contínuo compromisso com a qualidade, a AUG atualizou seu estatuto de auditoria interna tendo em conta as mudanças nos padrões internacionais para a prática profissional de auditorias internas. Submeteu-se a um exame externo de garantia de qualidade e recebeu a mais alta classificação possível.

Nos departamentos de operações e nas Representações, a Auditoria Geral concentrou-se no sistema de supervisão de projetos do Banco. Os exames abrangeram processos operacionais nas Representações, tais como visitas de inspeção de projetos, administração de fundos rotativos,

responsabilidade dos auditores externos em relação às demonstrações financeiras auditadas de projetos e o exame *ex post* dos desembolsos. Ademais, a Auditoria Geral examinou a adequação dos requisitos vigentes de apresentação de relatórios, processos e gestão de risco de projetos.

Na sede, a Auditoria Geral continuou a monitorar e analisar a seleção, implementação, atualização e funcionamento de programas informáticos e da infra-estrutura de redes, entre eles o PeopleSoft (o sistema de informação de recursos humanos para folha de pagamentos da sede e das Representações, horas trabalhadas e serviços prestados e contratação de consultores); o Lawson (o sistema de gestão orçamentária e financeira para a preparação de orçamentos, livro razão, contas a pagar, aquisições e contabilidade das Representações); a substituição do sistema de administração de investimentos do Banco; e a migração do sistema de administração de empréstimos.

Durante o ano a Auditoria Geral realizou análises de derivativos financeiros, investimentos líquidos, normas relativas ao pessoal (incluindo políticas de contratação e vistos), faturamento e cobrança de empréstimos, contratação de consultores, contabilidade administrativa e monitoramento de projetos do setor privado. Continuou também a apoiar as iniciativas do Banco em matéria de governança institucional, reconfiguração das operações do Banco, gestão integrada de risco em toda a instituição, verificação de controles internos e questões afins. A Auditoria Geral dá apoio de auditoria a pedido do Escritório de Integridade Institucional e freqüentemente trabalha junto com esse escritório para identificar as melhorias nos controles internos que possam ser necessárias como resultado das lições aprendidas a partir das investigações.

Ver www.iadb.org/ar/aug_po

Assembléia de Governadores

A autoridade máxima do Banco é a Assembléia de Governadores, na qual estão representados todos os países membros. Os Governadores geralmente são ministros da economia ou da fazenda, presidentes de bancos centrais ou funcionários de hierarquia comparável.

A 46ª Reunião Anual do Banco teve lugar em Okinawa, Japão, de 10 a 12 de abril de 2005. Nessa ocasião, a Assembléia de Governadores aprovou as demonstrações financeiras do Capital Ordinário, do Fundo para Operações Especiais e da Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário correspondentes a 2004 e designou a firma Ernst & Young

LLP para realizar as auditorias externas do Banco durante o exercício fiscal de 2005. Além disso, a Assembléia de Governadores destinou à Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário um montante agregado equivalente a US\$62,3 milhões em moedas conversíveis da Reserva Geral do Fundo para Operações Especiais. A Assembléia aprovou também modificações do quadro de financiamento aprovado originalmente em 2002, a eliminação do limite na porcentagem do financiamento do Banco estabelecido pela Matriz de Financiamento e a continuação do Programa de Reativação do Financiamento de Comércio Internacional para o Setor Privado. Por fim, decidiu realizar sua 47ª Reunião Anual em Belo Horizonte, Brasil, de 3 a 5 de abril de 2006, e sua 48ª Reunião Anual na Cidade da Guatemala, de 19 a 21 de março de 2007.

Antes da abertura formal da Reunião Anual realizaram-se em Okinawa duas reuniões especiais da Assembléia de Governadores. Uma enfocou os vínculos econômicos e a cooperação entre a Ásia e a região da América Latina e do Caribe, e a outra foi dedicada à questão da reposição de recursos do Fundo Multilateral de Investimentos, cujas negociações culminaram com a aprovação e a assinatura do Convênio Constitutivo e do Convênio de Administração do Fumin II pelos Governadores dos países doadores. O texto de ambos os convênios já havia sido acertado entre os Governadores numa reunião especial realizada em Windsor, Reino Unido, em 24 e 25 de janeiro de 2005, quando a maioria dos doadores anunciou o montante de suas contribuições ao Fumin II. Os Governadores que não anunciaram o montante de sua contribuição na reunião de Windsor fizeram-no na de Okinawa, antes da aprovação e assinatura dos convênios. Cinco países membros do Banco que antes não eram membros do Fumin se incorporaram como doadores ao Fumin II: França, Haiti, Reino Unido, Suécia e Suíça.

Em março, a República da Coréia incorporou-se oficialmente ao Grupo do BID, tornando-se seu 47º membro. Ao mesmo tempo, tornou-se membro da Corporação Interamericana de Investimentos e do Fundo Multilateral de Investimentos.

O Comitê da Assembléia de Governadores também realizou em Okinawa sua 89ª reunião antes da abertura formal da Reunião Anual de 2005. Nessa oportunidade, o comitê debateu o processo de avaliação e as recomendações relativas ao novo quadro de financiamento aprovado pela



HONDURAS • A operação desta usina de purificação de água em San Pedro Sula foi dada em concessão ao consórcio Aguas de San Pedro S.A. de C.V.

Assembléia de Governadores em março de 2002. Seguiu-se uma reunião conjunta dos Comitês das Assembléias de Governadores do Banco e da Corporação Interamericana de Investimentos, em que foi discutido o papel do Grupo do Banco no desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe.

Em 27 de julho de 2005, teve lugar em Washington, D. C., uma reunião extraordinária da Assembléia de Governadores, convocada para eleger o Presidente do Banco. Nessa oportunidade a Assembléia de Governadores aceitou a renúncia de Enrique V. Iglesias ao cargo de Presidente e elegeu Luis Alberto Moreno para um mandato de cinco anos a partir de 1º de outubro de 2005.



PANAMÁ • O Hospital Cecilio Castellero modernizou a prestação de serviços aos pobres dentro de um programa nacional de transformação institucional da saúde.

Em 30 de dezembro de 2005, a Assembléia de Governadores aprovou uma resolução para aumentar os limites de financiamento para empréstimos diretos e garantias ao setor privado sem a garantia de governos.

Ver www.iadb.org/ar/bog_po

Diretoria Executiva

O BID tem 14 diretores executivos, que representam seus 47 países membros. Os diretores executivos desempenham seu cargo em tempo integral, com um mandato de três anos. Em 2005 a Diretoria Executiva aprovou as operações de empréstimos e cooperação técnica descritas na seção sobre os empréstimos do ano. Os principais assuntos institucionais abordados pela diretoria são descritos a seguir.

O *Comitê de Auditoria* continuou seu trabalho de supervisão dos relatórios financeiros do Banco, da gestão do risco e dos controles internos, das auditorias internas e externas e das atividades para promover a integridade institucional. Durante o ano, o comitê examinou o trabalho dos auditores externos com relação às demonstrações financeiras anuais do Banco e analisou as demonstrações finan-

ceiras do Banco a cada trimestre. O comitê examinou também a documentação relacionada com o sistema de integridade do Banco, como o Código de Ética atualizado e os procedimentos para a aplicação de sanções em nome da Diretoria Executiva. Além disso, o comitê realizou um exame pormenorizado dos mecanismos de auditoria e investigação do Banco.

O *Comitê de Programação* analisa os documentos de programação regional e por país, bem como os relatórios de progresso sobre os empréstimos, as operações de cooperação

técnica e os serviços não financeiros em tramitação. Além disso, avalia diretrizes para a alocação de recursos concessionais e examina os relatórios do Escritório de Avaliação e Supervisão em temas relacionados com a programação por país.

Em 2005 o comitê examinou as estratégias com El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá e República Dominicana. Em suas deliberações, o comitê concentrou-se na qualidade das metas e dos indicadores, para que no futuro as estratégias possam ser mais bem avaliadas. Como em 2006 serão apresentadas à Diretoria Executiva as novas diretrizes relativas às estratégias de país, o comitê organizou várias reuniões informais com a administração para chegar a um acordo sobre os requisitos dessas estratégias. O comitê discutiu também as alocações de 2005 para o Fundo para Operações Especiais (FOE) e para o Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI), recomendou que fossem aprovadas e retomou as deliberações sobre uma nova metodologia para destinar recursos para o FOE.

O *Comitê de Organização, Recursos Humanos e Assuntos da Diretoria* trata de questões organizacionais relacionadas com a administração da diretoria, ajustes na estrutura da instituição, recursos humanos, o Mecanismo de Investigação Independente do Banco e a Reunião Anual do BID. Em 2005, o comitê discutiu uma avaliação externa da política de remuneração do Banco e o exercício em curso de avaliação da carga de trabalho. Examinou também o relatório de um painel apresentado no quadro do Mecanismo de Investigação Independente, e autorizou a divulgação para comen-

tários do público de uma minuta de política de consulta e revisão de cumprimento de normas para substituir o atual mecanismo.

O *Comitê de Política e Avaliação* analisa as políticas e estratégias que orientam as operações do Banco na região, assim como os instrumentos utilizados em sua execução, e supervisiona o trabalho do Escritório de Avaliação e Supervisão. Durante o ano, o comitê dedicou especial atenção a assuntos relacionados com o setor privado. Primeiro, examinou um relatório do Escritório de Avaliação e Supervisão sobre a experiência do Banco com empréstimos ao setor privado entre 1995 e 2003. O relatório concluiu que se obteve grande êxito em áreas como a inovação e efeitos de demonstração e recomendou a formulação e execução de um plano de ação para esses empréstimos. O comitê examinou também políticas que prescrevem limites financeiros para as operações com o setor privado. Um amplo consenso entre os Diretores levou a diretoria a recomendar que os Governadores elevem os limites segundo a proposta da administração.

Com base na recomendação do comitê, a diretoria aprovou propostas para a criação de um mecanismo para a concessão de empréstimos em moeda local. As deliberações entre os membros do comitê mostraram que, embora os primeiros clientes a recorrer a empréstimos em moeda local provavelmente seriam governos subnacionais do México, previa-se que o novo mecanismo despertaria grande interesse entre os mutuários do Banco no setor privado.

O comitê trabalhou no sentido de modificar a política do Banco com relação a desastres naturais para torná-la proativa. Após um exame da experiência do Banco nessa área, realizado pelo Escritório de Avaliação e Supervisão, a administração formulou um plano de ação para promover um papel mais proativo por parte do Banco visando ajudar os países a administrar os riscos e a vulnerabilidade antes de ser atingidos por desastres. A diretoria aprovou o plano e posteriormente autorizou financiamento de cooperação técnica a fim de executar em três países projetos-piloto de incorporação da gestão de risco de desastres às estratégias de país do Banco.

O comitê conduziu debates sobre políticas em várias áreas importantes, como salvaguardas ambientais, projetos do setor energético, povos indígenas e empréstimos a empresas estatais sem garantia de governos. Prevê-se que essas deliberações estarão concluídas em 2006.

O *Comitê de Orçamento e Políticas Financeiras* tam-



CHILE • Um projeto de pesquisa e desenvolvimento está ajudando a incentivar a indústria pesqueira no país, o qual tem milhares de quilômetros de costa.

bém atuou ativamente em questões de política. Em resposta a uma solicitação da diretoria, a administração apresentou uma proposta para a definição de critérios de aprovação para uma categoria de gastos (“programas e operações não reembolsáveis especiais”) que apoiaria diretamente atividades nos países membros. A diretoria aprovou os critérios, bem como mecanismos específicos para os orçamentos e os relatórios financeiros desses programas.

O comitê examinou também uma nova política de liquidez para o Banco que daria à administração mais flexibilidade para emitir títulos no momento mais oportuno e tirar proveito de condições financeiras favoráveis. Além disso, deu início a deliberações sobre as opções financeiras à disposição do Banco quando este superar as metas de capital definidas em sua política de suficiência do capital.

O exame do orçamento para 2006 realizado pelo comitê levou ao consenso na diretoria sobre um aumento nominal de 4,2% no orçamento administrativo discricionário do

Banco e um orçamento de capital como solicitado. A diretoria frisou que se tratava de uma medida de transição que respondia a mudanças em muitos governos da região e na administração do Banco.

Ver www.iadb.org/ar/exd_po

Avaliação

O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID funciona independentemente da administração do Banco e está subordinado única e diretamente à Diretoria Executiva. A avaliação impulsiona os processos decisórios do Banco e proporciona meios para determinar a eficácia da instituição e garantir responsabilização. Durante o ano, o Escritório executou uma ampla gama de atividades em cinco áreas: supervisão; avaliação de programas de país; avaliações setoriais, temáticas e *ex post*; avaliação de políticas e instrumentos; e desenvolvimento da capacidade de avaliação na região.



BARBADOS • A atualização de laboratórios de informática nas escolas, como este na escola para meninos Christ Church, era parte de um programa de melhoria do setor educacional.

Como parte de sua função de *supervisão*, o Escritório examinou 11 estratégias de país e validou 20 relatórios de conclusão de projetos preparados no quadro das novas diretrizes para a apresentação de relatórios estabelecidas pela administração, com o que o Banco ficou mais próximo do cumprimento das normas básicas endossadas pelo Grupo de Cooperação sobre Avaliação dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Foram realizados dois estudos de supervisão adicionais, um sobre exames das carteiras de país e outro sobre a avaliação de risco nos projetos. O Escritório também prestou serviços de avaliação à Corporação Interamericana de Investimentos para ajudar a criar um sistema interno de acompanhamento e avaliação compatível com as boas práticas tais como foram estabelecidas pelo Grupo de Cooperação sobre Avaliação.

Em 2005 o Escritório de Avaliação e Supervisão realizou oito *avaliações de programas de país* para a Argentina, Barbados, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Panamá, República Dominicana e Uruguai. As avaliações são usadas para formular futuras estratégias de país do Banco.

No setor da modernização do Estado, o Escritório realizou *avaliações setoriais e temáticas* sobre preparação de orçamentos do setor público, aprovação legislativa, administração financeira e trabalho de controle das entidades fiscalizadoras superiores. Empreendeu duas avaliações setoriais, uma no setor de saúde e outra no setor de tributação e reforma fiscal, que deverão ser submetidas à diretoria em 2006.

A diretoria adotou durante o ano uma nova política sobre avaliação *ex post* destinada a melhorar os relatórios de conclusão de projetos como forma antecipada de *avaliação ex post* pela administração e decidiu que o Escritório de Avaliação e Supervisão realizaria avaliações *ex post* de desempenho e de sustentabilidade, assim como relatórios *ex post* de avaliação de impacto. No decorrer do ano, o Escritório examinou seis avaliações piloto de impacto já concluídas, e 13 avaliações *ex post* de desempenho e sustentabilidade, extraindo as lições aprendidas com o primeiro ano de aplicação da nova política.

No final de 2004, o Escritório completou uma importante *avaliação global dos instrumentos de crédito do Banco*, que concluiu que eles em geral não continham salvaguardas suficientes para garantir a avaliação dos benefícios futuros dos projetos de empréstimo. Isso levou o Banco a aprofundar as bases analíticas de suas operações para aumentar sua eficácia no desenvolvimento e concentrar-se mais nos países do que nos instrumentos, com intervenções centradas em programas e não em projetos.

Em uma avaliação do programa de empréstimos do Banco para o setor privado entre 1995 e 2003, o Escritório examinou 55 empréstimos ao setor privado, que representam 82% dos empréstimos aprovados e 91% dos projetos com contratos assinados. A avaliação chegou à conclusão que o financiamento do Banco combinava montantes, condições e taxas de juros que as empresas dificilmente encontram no mercado, e que essa combinação tinha ainda o valor agregado da garantia implícita ou “comodidade” oferecida pela participação do Banco.

Em 2005 foram realizadas *avaliações de instrumentos* dos diálogos regionais de política e do trabalho econômico e setorial. Em 2006 será concluída a avaliação do plano de ação do setor privado para os países dos grupos C e D com base na análise de dados de todo o ano de 2005.

O Escritório de Avaliação e Supervisão contribuiu para o *desenvolvimento da capacidade de avaliação* na América Latina e no Caribe por meio de assistência técnica a equipes de projeto, exame e comentário das iniciativas da administração na área de avaliação e gestão baseada em resultados e da formação de parcerias com organizações regionais e nacionais. Através dessas parcerias foram realizados vários estudos sobre o estado da função de avaliação na região e está sendo formalizada uma rede de avaliadores (REDVAL).

Ver www.iadb.org/ove

Representações

As Representações do Banco desempenham um papel importante no sentido de garantir a efetividade das operações do Banco, principalmente ao prestar assistência aos mutuários no que se refere à administração da carteira e ao acompanhamento e à supervisão de projetos. Entre os elementos fundamentais dessa função cabe destacar o fomento proativo da gestão por resultados no constante diálogo estratégico do Banco com os países e o fortalecimento dos quadros de resultados usados para avaliar o desempenho nos níveis de país, setor e projeto.

Ajudar os mutuários a supervisionar a execução de suas operações sempre foi uma das principais funções das Representações. No entanto, as mudanças na forma como o Banco trabalha com os mutuários, em resposta à evolução de suas necessidades, tornou necessário mudar o modo como as Representações operam. Por exemplo, devido à



BAHAMAS • Dano causado por furacão a este muro de proteção em Nassau foi reparado sob o Mecanismo de Resposta a Desastres Naturais e Outras Emergências.

maior ênfase no enfoque e nos sistemas de país, implícita na adoção do novo quadro de financiamento do Banco, as Representações devem agilizar seus procedimentos e processos internos a fim de dedicar mais atenção à gestão de riscos e ao desenvolvimento da capacidade do país.

Deu-se início a várias iniciativas piloto para reorganizar as Representações do Banco de maneira que os especialistas setoriais dediquem menos tempo a tarefas administrativas rotineiras e mais tempo à participação no diálogo de programação, na preparação de projetos e na solução de questões substantivas na execução de projetos.

De modo geral, as iniciativas envolveram um exame global dos procedimentos operacionais e administrativos



BOLÍVIA • A Catedral de São Francisco ergue-se majestosa no centro de La Paz, onde um programa de investimento melhorou a qualidade do meio ambiente urbano.

internos, mudanças no perfil do pessoal, capacitação e delegação gradual de funções rotineiras a pessoal auxiliar qualificado. Num nível mais fundamental, essas iniciativas deixaram implícita a necessidade de uma mudança de “cultura”, para que os mutuários assumam maior responsabilidade pela supervisão dos projetos, permitindo às Representações dedicar mais atenção às funções fiduciárias do Banco, como certificar-se de que os mutuários estão acompanhando corretamente o desempenho técnico, institucional, financeiro e de desenvolvimento das operações financiadas pelo Banco e dando as devidas informações a esse respeito.

Entre os exemplos concretos desse processo de reconfiguração estão: a eficiência interna gerada pela con-

tratação de auxiliares para tarefas administrativas rotineiras no Paraguai; o envio temporário de pessoal da sede às Representações para apoiar a supervisão de projetos; o agrupamento de especialistas setoriais a fim de promover o desenvolvimento de um enfoque setorial integral no Brasil; a delegação de autoridade adicional ao representante do Banco no Haiti, para acelerar o processo decisório e a implementação de projeto; e a adoção de novos modelos de supervisão de projeto em diversos países andinos, incluindo o Equador e o Peru, o que exigiu o realinhamento do trabalho tradicional das Representações e o estabelecimento de uma nova parceria com os órgãos executores. O Banco porá em prática as lições extraídas dessas experiências e estenderá as iniciativas frutíferas a outras Representações na região nos próximos anos.

Ver www.iadb.org/ar/countries_sp

Escritórios não regionais

Escritório Especial na Europa

O Escritório Especial na Europa, localizado em Paris, atua no sentido de fortalecer a cooperação entre o Banco, a região e os países membros extra-regionais na Europa, além de Israel, da União Européia e de organizações internacionais com sede na Europa. São elementos fundamentais da missão do Escritório promover um

melhor conhecimento do mandato do Banco, dar-lhe maior visibilidade, fortalecer a cooperação com a Europa e fomentar a troca de experiências entre a Europa e a América Latina e o Caribe.

O Escritório continuou a coordenar o trabalho do Banco com a Comissão Européia, dando ênfase especial a diversas iniciativas conjuntas de integração regional e coesão social, entre as quais o programa da CE para a coesão social na América Latina, conhecido como “EUROSociAL”.

Durante o ano, o Escritório Especial na Europa participou de atividades conjuntas de capacitação e pesquisa com a Organização Mundial do Comércio sobre temas relacionados com a América Latina e com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em apoio ao Terceiro Fórum Latino-americano sobre Concorrência.

O Escritório deu prosseguimento a seu apoio a redes de pesquisadores europeus e latino-americanos em diferentes campos, como a Rede Euro-Latina de Estudos sobre Integração e Comércio e a Rede Euro-Latina de Governança

para o Desenvolvimento. Além disso, organizou seminários sobre governança e desenvolvimento social, a respeito de temas como governança indígena, reforma judicial, constituições e a integração, descentralização e desenvolvimento social, justiça criminal e o Tribunal Criminal Internacional, corrupção e proteção dos direitos econômicos e sociais.

O Escritório intensificou suas atividades de divulgação, organizando junto com a revista *Problèmes d'Amérique Latine* e o governo da França uma conferência em Paris sobre as relações entre a Europa e a América Latina, e uma conferência em Londres, em cooperação com a revista *The Economist*, sobre as perspectivas da democracia na América Latina.

Ver www.iadb.org/europe

Escritório no Japão

O Escritório do BID no Japão busca fomentar parcerias e cooperação para o desenvolvimento entre o Banco, os países membros mutuários da América Latina e do Caribe, o Japão, a República da Coreia e outros países do Leste da Ásia, em consonância com as prioridades do Banco em relação a desenvolvimento e programas operacionais. Durante o ano o Escritório realizou um amplo leque de atividades de extensão e difusão de conhecimentos, sobretudo por meio de seminários, conferências, oficinas, mesas-redondas, reuniões de negócios e publicações.

O apoio do Escritório foi vital para a organização eficaz das reuniões anuais da Assembléias de Governadores do BID e da CII, bem como dos seminários e das atividades oficiais que tiveram lugar em Okinawa, Japão, de 6 a 12 de abril de 2005. Sua participação foi de especial importância em vários seminários oficiais sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Escritório contribuiu para os esforços de integração regional na América Latina e no Caribe, apoiando eventos para comemorar o 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Japão e os países centro-americanos. Além disso, organizou atividades de informa-



GUIANA • A enfermeira Arvil Smith faz uma apresentação sobre amamentação para futuras mães como parte de um programa de melhoria da nutrição para mulheres e crianças de comunidades pobres.

ção pública sobre iniciativas na esfera de infra-estrutura e comércio regionais e realizou reuniões com empresas japonesas interessadas em fazer negócios com os países da região por meio de operações financiadas pelo Banco.

Por ocasião do décimo aniversário do Escritório, o Presidente do BID Luis Alberto Moreno viajou ao Japão e participou de seminários para promover as relações entre a América Latina, o Japão e outros países do Leste da Ásia. No quadro de um acordo de cooperação com o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Escritório realizou várias atividades conjuntas no Japão, nas Filipinas e na Argentina. Durante o ano, o Escritório realizou também sua primeira missão de divulgação na República da Coreia.

Com o objetivo de mobilizar recursos para projetos do Banco, o Escritório organizou reuniões com o Banco do Japão para Cooperação Internacional e com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional, assim como consultas com o Ministério das Finanças do Japão e outras instituições financeiras e empresas privadas japonesas.

Ver www.iadb.org/japan

Administração

De conformidade com a estratégia institucional do Banco, com o Plano de Ação de Médio Prazo de Eficácia para o Desenvolvimento e com o novo quadro de empréstimos, em 2005 o Banco continuou os esforços para proporcionar a seus funcionários competência técnica, básica e de supervisão, sem deixar de atrair, formar e manter um pessoal altamente qualificado e dedicado.

O Banco continuou a implementar a estratégia de recursos humanos adotada em 2001. Com o objetivo de promover a diversidade do pessoal, o Banco lançou um Programa de Diversidade de Jovens Profissionais para Afro-

descendentes e Povos Indígenas, além do Programa de Diversidade nos Estágios que tinha instituído no ano anterior. Esses complementam os programas regulares de estágios e de jovens profissionais do Banco. Entre outras atividades para atrair mais candidatos qualificados destacam-se as visitas a universidades e missões de recrutamento com a finalidade de divulgar informações sobre o BID em países sub-representados e entre populações de afro-descendentes e indígenas.

O Banco tem trabalhado numa nova estratégia de progresso na carreira, analisando diferentes estratégias para alinhar os processos de identificação, avaliação e aperfeiçoamento de qualificações dos atuais funcionários com as prioridades institucionais e as necessidades relativas à gestão da sucessão nos cargos. Durante 2005, o Banco concentrou-se na mobilidade com o anúncio de transferências laterais, que reduzem ao mínimo o tempo gasto no processo de seleção. Em 2005, o Banco atingiu as metas de mobilidade estabelecidas pela diretoria. Houve progresso também no fortalecimento das Representações.

O Escritório de Aprendizagem do Banco tem como missão atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos técnicos e as qualificações do pessoal do Banco, tanto na sede como nas Representações. Em 2005 sua meta primordial consistiu em harmonizar essas qualificações com os desafios gerados pelo novo quadro de empréstimos. O Escritório trabalhou também no desenvolvimento das qualificações de liderança e no fortalecimento da gestão de recursos humanos e orçamentários e das competências básicas de supervisão. Lançou o Programa de Apoio ao Pessoal, visando alinhar melhor a aprendizagem do pessoal com as necessidades institucionais do Banco, e reestruturou o programa de capacitação em comunicação oral e escrita.

No quadro da iniciativa sobre a carga de trabalho, durante o ano a Diretoria Executiva examinou os resultados de uma avaliação realizada em todo o Banco que será usada como referência para medir as mudanças na carga de trabalho nos anos subseqüentes. Os dados obtidos com este exercício permitirão identificar possíveis substituições no contexto de um orçamento plurianual e avaliar as qualificações e a mescla de aptidões dos empregados do Banco para que se possa determinar o perfil da



BELIZE • Gilbert Miralda mostra, orgulhoso, o título de propriedade de seu terreno em Esperanza Village, no distrito de Cayo, que conseguiu graças a um programa de regularização de terras.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS*(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)*

Categoria	2003 Efetivo	2004 Efetivo	2005 Efetivo
Assembléia de Governadores	3.247,6	2.469,9	3.797,5
Diretoria Executiva	15.745,0	16.332,3	17.630,2
Escritório de Avaliação	5.036,5	5.491,0	6.397,3
Sede e Representações	348.446,3	373.063,8	397.417,8
Total antes de reembolsos^{1,2,3,4}	372.475,5	397.357,0	425.242,8
Reembolso de Fundos em Administração e da CII	(2.671,3)	(2.678,1)	(3.776,3)
Total administrativo	369.804,2	394.678,9	421.466,5
Capital	17.607,4	35.521,6	23.904,1
Total administrativo e capital	387.411,7	430.200,5	445.370,7

¹ Exceto depreciação, que totalizou US\$11,1 milhões em 2003, US\$11,1 milhões em 2004 e US\$15,7 milhões em 2005.

² Líquido de certos itens da receita no montante de US\$9,2 milhões, US\$9,8 milhões e US\$9,5 milhões em 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

³ Exceto custos acumulados de benefícios de aposentadoria, no montante de US\$7,7 milhões em 2005. Em 2004 e 2003, inclui custos pré-pagos de benefícios de aposentadoria, que totalizaram US\$9,8 milhões e US\$11,1 milhões, respectivamente.

⁴ Exceto US\$14,8 milhões de despesas em 2005 relativas a anos anteriores.

carga de trabalho do pessoal atual e projetar as necessidades futuras com base na orientação estratégica do Banco.

Ao mesmo tempo, a administração continuou a tomar medidas para reduzir o número de funcionários do Banco, de acordo com as instruções da Diretoria Executiva. O Banco foi incumbido de eliminar 100 cargos no período 2004-2006. No final de 2005 haviam sido eliminados 67 e identificados 31 para eliminação até o fim de 2006. A administração tem trabalhado também em diretrizes sobre recursos humanos referentes a cargos nos quais ocorrem mudanças frequentes de pessoal a fim de alinhá-los mais de perto com as necessidades institucionais do Banco.

No fim de 2005, o Banco tinha 1.852 funcionários remunerados por conta do orçamento administrativo — sem contar a Diretoria Executiva, o Escritório de Avaliação e Supervisão e o Fundo Multilateral de Investimentos —, dos quais 1.411 pertenciam ao quadro profissional e 441 eram funcionários administrativos. Os funcionários da sede totalizavam 1.332, e os das Representações, 520. Em 31 de dezembro de 2005, havia no Banco 558 cargos profissionais ocupados por mulheres, constituindo 39,5% do pessoal profissional.

Durante o ano, Ciro De Falco foi nomeado Vice-presidente Executivo do Banco. Carlos N. Guimarães foi indicado para ocupar o cargo executivo sênior de Coordenador do Setor Privado.

Na área da gestão de risco institucional, em setembro de 2005 o Banco inaugurou seu novo edifício de escritórios em Ashburn, Virgínia; são instalações alternativas para a instituição em caso de desastre que lhe permitirão continuar suas principais operações caso ocorra uma séria interrupção na sede. Como parte dessa iniciativa, o centro de produção informática do Banco foi transferido da sede para um novo centro de dados em Ashburn, o qual, juntamente com o centro de operações em rede, proporciona ao Banco capacidade extra para o processamento de dados numa situação de emergência.

Em abril foi aprovada uma nova política de aquisições institucionais que estabelece um quadro para aumentar a transparência, a eficiência, a equidade e a concorrência nas compras administrativas de bens, obras e serviços pelo Banco. Foi criada uma nova divisão no Departamento de Orçamento e Aquisições Institucionais e elaboraram-se guias para usuários e fornecedores, com provimento de capacitação e programas de extensão para fornecedores em potencial.

DESTAQUES FINANCEIROS



(Esq.) • O Banco proporciona garantias para ajudar a desenvolver mercados de capital locais e financiamento de comércio em toda a região.

GUATEMALA (centro) • O complexo maia de Tikal atrai turistas para a área de um amplo programa de desenvolvimento sustentável.

MÉXICO (dir.) • Um microempresário que recebeu crédito da Financiera Compartamos, instituição de microfinanciamento, vende seu produto.

Capital Ordinário

Durante 2005 o Banco aprovou 72 empréstimos, num total de US\$6,4 bilhões, com recursos do Capital Ordinário, em comparação com 56 empréstimos, que ascenderam a US\$5,3 bilhões, em 2004. O aumento do número de empréstimos aprovados deveu-se principalmente a um aumento dos empréstimos para investimento, compensado em parte por um decréscimo em empréstimos em apoio a reformas de políticas. Além disso, sobretudo devido ao aumento do número de empréstimos aprovados e às condições de desembolso mais flexíveis do Novo Quadro de Empréstimos aprovado em 2005, os desembolsos alcançaram o equivalente a US\$4,9 bilhões, cifra bastante superior aos US\$3,8 bilhões desembolsados em 2004. A porção não desembolsada dos empréstimos passou de US\$16,1 bilhões em 2004 para US\$17 bilhões em 2005. O Banco aprovou também 11 garantias sem contragarantias de governos, no montante de US\$298 milhões, em 2005, em comparação com quatro garantias, no total de US\$185 milhões, em 2004.

Desde o início de suas operações, o Banco não cancelou nenhum empréstimo da carteira com garantia de governos, que em 31 de dezembro de 2005 representava 97% dos US\$48,1 bilhões em saldo de empréstimos. Naquela data, todos os empréstimos eram realizáveis, com exceção de alguns empréstimos concedidos a tomadores do setor privado sem garantia de governos, no total de US\$196 milhões (2004—US\$216 milhões), que foram classificados como prejudicados e colocados em regime de caixa. As reservas para perdas com empréstimos e garantias ascenderam a US\$188 milhões, em comparação com US\$199 milhões em 2004.

O Banco emitiu obrigações num valor nominal equivalente a US\$4,9 bilhões (2004—US\$4,7 bilhões) e produto líquido de US\$4,9 bilhões (2004—US\$4,6 bilhões), com prazo médio de 6,3 anos (2004—5,5 anos). As captações feitas em um dado ano são usadas para operações gerais, entre elas o desembolso de empréstimos e o refinanciamento de dívidas em seu vencimento. Em 2005 o Banco emitiu suas primeiras obrigações em coroas islandesas e pesos chilenos e, além disso, lançou uma obrigação global de referência no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2015. Durante 2005 foram emitidas obrigações em moedas de países membros mutuários, no total de US\$496 milhões (2004—US\$563 milhões), assim discriminados: pesos chilenos, US\$66 milhões; pesos colombianos, US\$72 milhões; e pesos mexicanos, US\$358 milhões (2004: pesos colombianos, US\$44 milhões; pesos mexica-





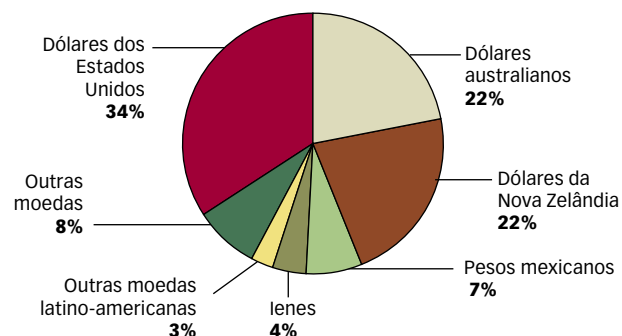
nos, US\$269 milhões; e reais brasileiros, US\$250 milhões). A emissão de obrigações em moedas de países membros mutuários foi eficaz em função do custo para o Banco, contribuiu, em parte, para o desenvolvimento dos mercados locais de capital e amplia a demanda exterior efetiva de moeda local. Além disso, o Banco transacionou diversas obrigações denominadas em dólares australianos, dólares dos Estados Unidos, dólares neozelandeses, ienes japoneses e rands sul-africanos. Os quadros IX e X apresentam maiores detalhes sobre as captações de 2005 e o saldo de captações em 31 de dezembro de 2005, por moeda, antes dos *swaps*.

Em 2005, como vem ocorrendo todos os anos desde a primeira vez que foi classificado, o Banco recebeu a classificação AAA dos principais serviços de classificação de crédito.

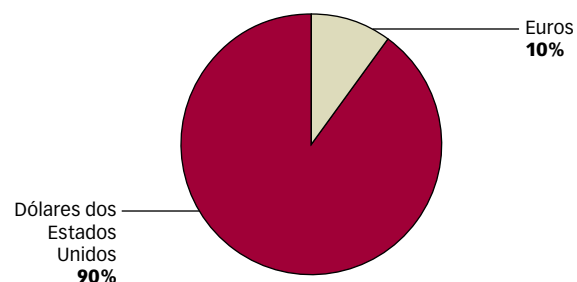
As figuras que se seguem mostram as emissões de valores de dívida do Banco durante 2005 por moeda, antes e depois dos *swaps*.

A receita operacional ascendeu a US\$712 milhões em 2005, em comparação com US\$862 milhões em 2004. A diminuição decorreu, em larga medida, de uma redução da receita líquida de juros gerada pela carteira de empréstimos (devido em parte a um substancial pagamento antecipado de um empréstimo de emergência) e de um aumento de gastos líquidos exceto juros, que foram parcialmente compensados por uma redução das perdas decorrentes de

CAPTAÇÕES EM 2005, ANTES DOS SWAPS



CAPTAÇÕES EM 2005, DEPOIS DOS SWAPS



QUADRO IX • CAPTAÇÃO DE RECURSOS¹, EXERCÍCIO DE 2005*(Em milhões de unidades da moeda tomada)*

Tipo	Emissão	Montante	Montante (US\$ equiv.)
Coroas islandesas	9,00%, vencimento em 2007	5.000	\$ 79
Dólares australianos	4,82%, vencimento em 2007	649	505
	4,89%, vencimento em 2008	58	43
	5,00%, vencimento em 2008	37	27
	5,75%, vencimento em 2010	625	457
	5,75%, vencimento em 2011	100	79
Dólares da Nova Zelândia	6,50%, vencimento em 2007	200	140
	6,07%, vencimento em 2007	270	190
	6,24%, vencimento em 2008	372	262
	6,25%, vencimento em 2015	100	68
	6,00%, vencimento em 2017	600	426
Dólares dos Estados Unidos	4,38%, vencimento em 2007	500	500
	3,80%, vencimento em 2009	159	159
	4,25%, vencimento em 2015	1.000	1.000
Ienes japoneses	2,35%, vencimento em 2020 ⁴	21.000	199
Pesos chilenos	2,15%, vencimento em 2010 ²	36.303	66
Pesos colombianos	Ajustável, vencimento em 2012 ³	168.547	72
Pesos mexicanos	9,25%, vencimento em 2010	750	69
	7,65%, vencimento em 2010	492	45
	8,67%, vencimento em 2015	2.000	187
	9,50%, vencimento em 2015	500	46
	7,65%, vencimento em 2011 ⁵	118	11
Rands sul-africanos	7,05%, vencimento em 2009	600	89
	7,05%, vencimento em 2010	1.000	158
	7,25%, vencimento em 2010	300	45
	7,30%, vencimento em 2012	100	15
Captações totais			\$ 4.937

¹ Captações a médio e longo prazos ao valor nominal, antes de swaps.² Título em pesos chilenos vinculado à inflação.³ Inflação colombiana mais 0,395%.⁴ Ajustável a partir de 24 de fevereiro de 2006.⁵ A obrigação foi negociada em dezembro de 2005, mas a transação foi efetuada em janeiro de 2006.

empréstimos e garantias. Para o segundo semestre de 2005 apenas, a Diretoria Executiva reduziu os encargos aplicáveis a empréstimos com garantia soberana e sem caráter emergencial a uma margem de juros de 0,10% e uma comissão de crédito de 0,10%, sem taxa de supervisão e inspeção. (Os encargos que o Banco cobra normalmente pelos empréstimos consistem numa margem de juros de 0,30% ao ano sobre o montante pendente e uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre a parcela não desembolsada do empréstimo. Não é cobrada taxa de supervisão e inspeção.)

Desde a adoção da política de suficiência do capital, em 2003, a relação total entre patrimônio e empréstimos (TEL), que o Banco utiliza como indicador de suficiência do capital com base no risco, aumentou constantemente,

avancando para o nível desejado de 38%. No fim de 2005, a TELR havia chegado a um nível de 37,3%.

Fatos importantes de 2005

A Assembléia de Governadores aprovou um Novo Quadro de Empréstimos que, entre outros pontos, estabelece um financiamento anual flexível até um montante cumulativo máximo de US\$20,6 bilhões para empréstimos de investimento e de US\$9,8 bilhões para empréstimos de apoio a reformas de políticas no período de 2005 a 2008, e limita a US\$6 bilhões o saldo pendente para empréstimos de emergência. O Novo Quadro de Empréstimos também elimina os períodos mínimos de desembolso para empréstimos de

QUADRO X • DÍVIDA PENDENTE¹ POR MOEDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Moeda	Montante
Coroas islandesas	\$ 79
Dólares australianos	5.035
Dólares canadenses	2.664
Dólares da Nova Zelândia	2.382
Dólares de Hong Kong	97
Dólares dos Estados Unidos	24.821
Dólares novos de Taiwan	152
Euros	3.747
Franco suíço	760
Ienes japoneses	2.798
Libras esterlinas	2.319
Pesos chilenos	70
Pesos colombianos	113
Pesos mexicanos	625
Rands sul-africanos	450
Reais brasileiros	321
Total	\$ 46.433

¹ Captações a médio e longo prazos, antes de swaps, ajustes de bases de hedges de obrigações exigidos pelo SFAS 133 e descontos líquidos a amortizar.

investimento e de apoio a reformas de políticas, e permite ao Banco oferecer empréstimos de apoio a reformas de políticas com desembolso em uma só parcela (ver **Boxe 2**).

O Banco aprovou um novo Mecanismo em Moeda Local, em virtude do qual os mutuários dos setores público e privado têm três diferentes opções com relação ao financiamento em moeda local: (i) conversão em moeda local dos futuros desembolsos de empréstimos e/ou dos saldos de empréstimos pendentes; (ii) swaps diretos em moeda local contra a dívida atual do Banco; e (iii) conversão em moeda local das garantias exigidas. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do instrumento apropriado de mitigação de risco nos mercados financeiros. O Banco efetuou a primeira conversão em moeda local do desembolso de um empréstimo de US\$19 milhões (ver **Boxe 5**).

A Diretoria Executiva aprovou uma iniciativa relacionada a melhores práticas para controles internos que inclui a implantação do Quadro Integrado de Controles Internos do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway e a criação de um procedimento anual para que a administração informe sobre a eficácia dos controles internos dos relatórios financeiros e para que os auditores externos certifiquem os relatórios da administração. Prevê-se que o primeiro relatório da administração sobre os



HONDURAS • Um provador de café experimenta variedades especiais produzidas pela Cooperativa Cafetalera Siguatepeque Limitada (COHORSIL), que recebeu assistência técnica dentro de um programa de agroexportação.

controles internos, relativo aos dados financeiros em 31 de dezembro de 2006, assim como a certificação dos auditores, sejam emitidos em fevereiro de 2007.

O Banco adotou uma nova política de liquidez que estabelece níveis mínimos e máximos de liquidez anual de 20% e 40%, respectivamente, do saldo projetado dos empréstimos pendentes no fim de ano, e um nível desejado de 30%. Embora a anterior política de liquidez haja dado bons resultados e permitido ao Banco manter um nível de liquidez compatível com sua classificação AAA, durante os últimos anos essa política já não refletia os requisitos de liquidez gerados pela combinação de produtos creditícios

**QUADRO XI • DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País membro em cujo território foram feitos empréstimos	Capital ordinário			Fundo para Operações Especiais	Total
	Setor público	Setor privado	Subtotal		
Argentina	\$ 8.474	\$ 141	\$ 8.615	\$ 118	\$ 8.733
Bahamas	71	—	71	—	71
Barbados	150	—	150	13	163
Belize	71	—	71	—	71
Bolívia	282	123	405	889	1.294
Brasil	10.820	298	11.118	309	11.427
Chile	535	21	556	1	557
Colômbia	3.570	10	3.580	140	3.720
Costa Rica	569	12	581	81	662
El Salvador	1.099	—	1.099	467	1.566
Equador	1.286	—	1.286	525	1.811
Guatemala	874	—	874	344	1.218
Guiana	9	—	9	402	411
Haiti	—	—	0	550	550
Honduras	120	—	120	1.167	1.287
Jamaica	594	30	624	48	672
México	7.597	275	7.872	20	7.892
Nicarágua	92	8	100	922	1.022
Panamá	767	12	779	50	829
Paraguai	627	—	627	311	938
Peru	3.401	92	3.493	66	3.559
República Dominicana	999	—	999	366	1.365
Suriname	44	—	44	1	45
Trinidad e Tobago	414	—	414	9	423
Uruguai	2.230	12	2.242	22	2.264
Venezuela	1.723	—	1.723	—	1.723
Regional	579	104	683	52	735
Total	\$46.997	\$1.138	\$48.135	\$6.873	\$55.008

do Banco. Prevê-se que a nova política elevará as posições de ativos líquidos em 2006 e 2007, reduzirá sua volatilidade de um ano para outro e oferecerá maior flexibilidade para as operações de mercados de capital. Em 2005, a faixa de liquidez situou-se entre US\$9,8 bilhões e US\$19,6 bilhões, com um nível desejado de US\$14,7 bilhões. Em 31 de dezembro de 2005, a liquidez do Banco era de US\$12,6 bilhões.

Os limites dos empréstimos diretos e garantias para o setor privado sofreram modificação, com o aumento do teto de financiamento para o menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total de projetos de ampliação e garantias, e 25% do custo total do projeto (40% para certos países) para novos projetos. Em circunstâncias excepcionais a Diretoria Executiva poderá aprovar financiamentos de até

US\$400 milhões para projetos. A exposição máxima do Banco a qualquer mutuário por operações do setor privado não pode exceder 2,5% de seu patrimônio líquido.

Fundo para Operações Especiais

Em 2005 foram aprovados 20 empréstimos, no montante de US\$410 milhões, do Fundo para Operações Especiais (FOE), o guichê concessional do banco, em comparação com 27 empréstimos que ascenderam a US\$552 milhões em 2004. Em 31 de dezembro de 2005, a carteira de empréstimos chegava a US\$6,9 bilhões (2004—US\$7 bilhões) e se mantinha plenamente realizável. As operações do FOE geraram superavit de US\$101 milhões, antes da dedução dos gas-

QUADRO XII • SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL REALIZADO, COTAS DE CONTRIBUIÇÃO E PODER DE VOTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Países membros	Capital ordinário			% do número total de votos ^{1,3}	Cotas de contribuição para o FOE
	Capital realizado subscrito				
	Integralizado	Exigível	Total		
Países regionais em desenvolvimento					
Argentina	\$ 465,1	\$ 10.393,8	\$ 10.858,9	10,752	\$ 507,7
Bahamas	11,6	198,3	209,9	0,209	10,6
Barbados	5,6	124,3	129,9	0,130	1,8
Belize	7,2	103,5	110,7	0,111	7,6
Bolívia	37,3	834,4	871,7	0,865	48,7
Brasil	465,1	10.393,8	10.858,9	10,752	544,4
Chile	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	157,7
Colômbia	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	153,7
Costa Rica	18,7	417,1	435,7	0,433	23,4
El Salvador	18,7	417,1	435,7	0,433	21,4
Equador	24,9	556,8	581,7	0,577	30,3
Guatemala	24,9	556,8	581,7	0,577	32,8
Guiana	7,8	153,8	161,6	0,162	8,3
Haiti	18,7	417,1	435,7	0,433	21,8
Honduras	18,7	417,1	435,7	0,433	26,5
Jamaica	24,9	556,8	581,7	0,577	28,8
México	299,0	6.681,3	6.980,3	6,912	329,0
Nicarágua	18,7	417,1	435,7	0,433	24,2
Panamá	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Paraguai	18,7	417,1	435,7	0,433	27,9
Peru	62,3	1.390,7	1.453,0	1,440	79,8
República Dominicana	24,9	556,8	581,7	0,577	33,9
Suriname	5,7	82,9	88,6	0,089	6,3
Trinidad e Tobago	18,7	417,1	435,7	0,433	20,9
Uruguai	49,9	1.114,3	1.164,2	1,154	55,9
Venezuela	249,3	5.568,5	5.817,8	5,761	315,3
Total dos países regionais em desenvolvimento	2.170,5	48.311,4	50.481,1	50,016	2.544,1
Canadá	173,7	3.866,2	4.039,9	4,001	316,7
Estados Unidos	1.303,0	29.006,7	30.309,7	30,007	4.839,0
Países não regionais					
Alemanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	237,7
Áustria	6,9	153,7	160,6	0,161	19,6
Bélgica	14,2	316,8	331,0	0,329	44,8
Coreia, República da	0,1	2,1	2,2	0,004	—
Croácia	2,1	46,4	48,5	0,050	5,7
Dinamarca	7,3	163,4	170,8	0,171	20,8
Eslovênia	1,3	28,1	29,4	0,031	3,4
Espanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	218,1
Finlândia	6,9	153,7	160,6	0,161	19,0
França	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	230,9
Israel	6,8	151,5	158,3	0,158	18,6
Itália	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	219,6
Japão	217,1	4.833,2	5.050,3	5,001	580,0
Países Baixos	14,6	325,6	340,3	0,338	38,4
Noruega	7,3	163,4	170,8	0,171	20,1
Portugal	2,3	51,7	54,0	0,055	7,6
Reino Unido	41,8	929,9	971,7	0,964	177,6
Suécia	14,1	314,8	328,9	0,327	38,8
Suíça	20,4	454,2	474,7	0,472	64,9
Total dos membros não regionais	692,4	15.414,3	16.106,9	15,976	1.965,6
Total antes do montante não alocado	4.339,4	96.598,5	100.937,9		9.665,4
Não alocado ²	0,9	14,8	15,7		5,2
TOTAL GERAL	\$ 4.340	\$ 96.613	\$ 100.953	100,000	\$ 9.671

¹ Devido ao arredondamento dos dados, os subtotais e o total geral podem não refletir a soma das parcelas.

² Representa as ações e cotas de contribuição restantes da ex-República Federal Socialista da Iugoslávia.

³ O poder votante de cada país membro é o mesmo na tomada de decisões referentes ao capital ordinário e ao FOE. Exceto nos casos expressamente contemplados no Convênio Constitutivo do Banco, todas as questões são decididas pela maioria dos votos dos países membros.



ARGENTINA • A microfinanceira FIE Gran Poder expandiu seus serviços para microempresários, muitos deles imigrantes de países vizinhos.

tos de cooperação técnica e de alívio da dívida de Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), em comparação com US\$104 milhões em 2004.

O montante de US\$62 milhões (2004—US\$73 milhões) foi transferido em 2005 do FOE para a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) para suas operações normais, para a Iniciativa HIPC e em conexão com o acordo sobre recursos concessionais aprovado pela Assembléia de Governadores in 1999.

Durante 2005, o Banco continuou a proporcionar alívio da dívida a Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua, de acordo com os compromissos que assumiu em virtude das iniciativas HIPC original e reforçada. Tal como previsto originalmente, o Banco está financiando sua participação nessas iniciativas por meio de conversões em moeda local de países membros mutuários, contribuições do Fundo Fiduciário para os HIPC recebidas de países membros não mutuários e de recursos internos do FOE. Em 2005, o montante nominal do alívio da dívida proporcionado como parte das iniciativas

HIPC original e reforçada ascendeu a US\$648 milhões: US\$297 milhões para Bolívia, US\$111 milhões para Guiana, US\$71 milhões para Honduras e US\$169 milhões para Nicarágua. Todos os países membros mutuários que reúnem os requisitos para o alívio da dívida dos HIPC chegaram ao ponto de conclusão da Iniciativa HIPC Reforçada. Em consequência, o Banco deu baixa dos empréstimos do FOE para Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua nos montantes de US\$505 milhões, US\$64 milhões, US\$85 milhões e US\$409 milhões, respectivamente. Essas cifras representam o componente esti-

mado de principal do alívio da dívida remanescente a ser proporcionado com recursos internos do FOE no quadro da Iniciativa Reforçada, líquido do alívio da dívida proporcionado anteriormente. No quadro da iniciativa original, em 1998 foi dada baixa em empréstimos no valor de US\$177 milhões.

Fatos importantes de 2005

O Grupo de Oito Países propôs a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI) pela qual seria perdoada a dívida dos HIPC com a Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional e com o Fundo Africano de Desenvolvimento. A MDRI não inclui o Banco. A administração está analisando as implicações de diferentes opções que poderiam levar a uma proposta a ser apresentada à Diretoria Executiva, e mais tarde à Assembléia de Governadores, que poderia incluir alívio adicional da dívida e um realinhamento do guichê concessional do Banco. A Diretoria Executiva formou um Comitê *Ad Hoc* para estudar o assunto.

Ver www.iadb.org/ar/fin_sp

Análise e Discussão da Administração e Demonstrações Financeiras

PANORAMA FINANCEIRO

Salvo indicação em contrário, todas as informações financeiras apresentadas nesta Análise e Discussão da Administração se referem ao Capital Ordinário do Banco.

O objetivo do Banco é fomentar o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, promovendo a redução da pobreza e a igualdade social, bem como um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. O Banco é uma instituição internacional constituída em 1959, de acordo com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), e seus proprietários são os países membros. Ao todo, são 26 países membros mutuários e 21 não mutuários. Os cinco membros com maior participação acionária são Estados Unidos, Argentina, Brasil, México e Venezuela.

Os recursos do Banco consistem no Capital Ordinário, Fundo para Operações Especiais (FOE) e na Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI).

A solidez financeira do Banco fundamenta-se no respaldo recebido de seus membros e em suas políticas e práticas financeiras. Esse respaldo se reflete nos aportes de capital recebidos e na diligência com que os membros mutuários cumprem suas obrigações de serviço da respectiva dívida. A prudência nas práticas e políticas financeiras levou o Banco a construir seu saldo de lucros retidos, diversificar suas fontes de captação de recursos, manter uma grande carteira de investimentos líquidos e limitar diversos riscos, incluindo os de crédito, mercado e liquidez. O objetivo do Banco é auferir rendimentos em um nível adequado para preservar sua solidez financeira e sustentar suas atividades de desenvolvimento. O **Boxe 1** apresenta dados financeiros selecionados para os últimos cinco anos.

Os principais ativos do Banco são os empréstimos concedidos aos países membros. Até 10% do saldo de empréstimos e garantias (exceto empréstimos de emergência) podem beneficiar diretamente entidades do setor privado sem garantia soberana, respeitadas certas restrições. Em 31 de dezembro de 2005, mais de 97% do saldo de empréstimos contavam com garantia soberana e menos de 3% eram compostos de empréstimos ao setor privado sem garantia soberana.

O Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas, colocados com investidores em todo o mundo. Essas captações de recursos, juntamente com o patrimônio do Banco, são usadas para financiar as atividades de empréstimo e investimento, bem como as operações do Banco em geral.

Os ativos e passivos são denominados principalmente em dólares dos Estados Unidos, euros, ienes ou francos suíços. O Banco minimiza o risco de taxa de câmbio conjugando seus passivos com ativos na mesma moeda. Os valores informados para os ativos, passivos, receitas e despesas são afetados pelos movimentos das taxas de câmbio entre essas principais moedas e a moeda de relatório, que é o dólar dos Estados Unidos. O Banco conjuga as moedas em que está expresso seu patrimônio com as moedas em que estão expressos os empréstimos que concede;

por isso, as flutuações de taxa de câmbio não têm impacto significativo sobre a capacidade do Banco de arcar com riscos.

Destaques financeiros

Em 2005, a Assembléia de Governadores aprovou o Novo Quadro de Financiamento (NLF) para 2005–2008. Entre outras disposições, o NLF estabelece um sistema de empréstimos flexível, com um valor máximo cumulativo de US\$20,6 bilhões para empréstimos direcionados a projetos de investimento e US\$9,8 bilhões para empréstimos direcionados a reformas de políticas, aplicável ao período 2005 a 2008, e limites ao saldo de US\$6 bilhões para os empréstimos de emergência. Além disso, foram eliminados pelo NLF os períodos mínimos de desembolso para empréstimos destinados a reformas de políticas, e o Banco agora pode oferecer esses empréstimos com desembolso de uma única parcela.

O Banco aprovou um novo Mecanismo em Moeda Local (MML), que faculta aos mutuários dos setores público e privado a opção de ter seus financiamentos liberados em moeda local sob três diferentes modalidades: i) conversão de futuros desembolsos e/ou saldos devedores para moeda local; ii) *swaps* diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade, nos mercados financeiros, de recursos na respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) para mitigação de risco. Durante 2005, o Banco fez a sua primeira conversão para moeda local, envolvendo um desembolso de financiamento no valor de US\$19 milhões.

Em 30 de dezembro de 2005, a Assembléia de Governadores aprovou mudanças nos limites aos empréstimos concedidos pelo Programa do Setor Privado, incluindo um aumento no teto para o financiamento de projetos individuais até um valor equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto no caso de projetos de expansão e garantias, e 25% do custo total do projeto (40% para certos países) no caso de novos projetos. Em circunstâncias excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos de até US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer mutuário por operações do setor privado não pode exceder 2,5% do patrimônio líquido do Banco.

Durante 2005, o Banco aprovou 72 novos empréstimos, num valor total de US\$6,4 bilhões, em comparação com 56 novos empréstimos, num total de US\$5,3 bilhões, aprovados em 2004. O aumento no valor das aprovações deve-se substancialmente a um aumento em empréstimos para investimento, parcialmente compensado por uma queda em empréstimos de apoio a reformas de políticas. Em grande parte devido ao aumento no número de empréstimos aprovados e na flexibilidade de condições proporcionadas pelo novo NLF, os desembolsos em 2005 totalizaram o equivalente a US\$4,9 bilhões, um valor significativamente mais alto que os US\$3,8 bilhões desembolsados em 2004. A parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados aumentou para US\$17,0 bilhões no fim de 2005, ao passo que no fim de 2004 totalizava US\$16,1 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2005, não havia empréstimos em liquidação, exceto certos empréstimos do setor privado

sem garantia soberana, com valor agregado de US\$196 milhões (2004 — US\$216 milhões). As provisões para créditos e garantias de liquidação duvidosa totalizaram US\$188 milhões, em comparação com US\$199 milhões em 2004.

Em 2005, o Banco emitiu títulos de dívida de médio e longo prazo com um valor nominal total equivalente a US\$4,9 bilhões (2004 — US\$4,7 bilhões), que geraram recursos líquidos equivalentes a US\$4,9 bilhões (2004 — US\$4,6 bilhões), com uma vida média de 6,3 anos (2004 — 5,5 anos). Esses títulos de dívida foram emitidos de acordo com uma estratégia de combinar obrigações referenciais globais de alto valor com transações de valor menor orientadas para segmentos de demanda particulares. O ligeiro aumento nas captações para 2005 pode ser atribuído principalmente à crescente flexibilidade das operações do Banco no mercado de capitais, resultante da nova política de liquidez aprovada em 2005.

O Banco usa *swaps* cambiais e de taxa de juros na gestão de suas exposições de taxas de juros e câmbio, como parte de suas operações de captação. Como exigido pelo SFAS 133, esses derivativos são demonstrados ao seu valor justo, e as mudanças no valor justo são refletidas no resultado do exercício. A administração acredita que a volatilidade do resultado, quando aplicadas as disposições do SFAS 133, não é representativa dos aspectos econômicos das transações, porque o Banco de modo geral mantém seus derivativos e as respectivas obrigações em carteira até a data do vencimento. Por essa razão, o Resultado antes da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio¹ é entendido aqui como “Resultado operacional”, que é mais representativo dos resultados líquidos alcançados pelas operações do Banco. Os efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio são demonstrados separadamente na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e excluídos da determinação de índices e outros parâmetros financeiros.

O Resultado operacional totalizou US\$712 milhões em 2005 em comparação com os US\$862 milhões de 2004. A queda se deve em grande parte a uma redução na receita de juros líquida gerada pela carteira de empréstimos (em parte devida à antecipação da amortização de um empréstimo de emergência significativo) e ao aumento em outras despesas (não de juros), com compensação parcial pela queda em perdas com empréstimos e garantias. Exclusivamente para o segundo semestre de 2005, a Diretoria Executiva reduziu os encargos sobre os empréstimos não emergenciais com garantia soberana para uma margem de 0,10% e comissão de crédito de 0,10%, sem

aplicação de taxa de supervisão e inspeção, em razão do firme crescimento da relação entre patrimônio total e empréstimos (TELR)², nos últimos anos, a qual superou temporariamente 38% durante este período. As alterações nas taxas de juros praticadas pelo mercado, de modo geral não exercem efeito significativo sobre o Resultado operacional, porque, em boa parte dos empréstimos, o custo é repassado ao mutuário e porque o Banco conjuga as estruturas de taxas de juros de seus ativos líquidos com as dos passivos captados para financiá-los.

Os Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio para 2005 tiveram um valor substancialmente menor que no ano anterior (US\$50 milhões versus US\$314 milhões) principalmente devido a uma queda na amortização de captações e ajuste de base de empréstimos resultantes da contabilização de *hedges* em uso no passado, valorização do dólar dos Estados Unidos em relação a outras moedas importantes (desvalorização no ano anterior) e movimentos nas taxas de juros durante o ano. Em 2005, a amortização de ajustes da base de captações e empréstimos, juntamente com o impacto líquido das taxas de câmbio sobre as transações de captação e o impacto das taxas de juros sobre *swaps* de captações e empréstimos, ocasionaram aumentos (reduções) no resultado de US\$85 milhões (US\$32) milhões e US\$5 milhões, respectivamente, em comparação com os US\$250 milhões, US\$27 milhões e US\$48 milhões, respectivamente, em 2004.

A gestão da posição financeira do Banco é efetuada pela monitoração de certos índices financeiros, particularmente da TELR. A TELR em 31 de dezembro de 2005 atingiu 37,3%, comparados com os 36,1% de 31 de dezembro de 2004, um aumento resultante, principalmente, da redução no saldo de empréstimos. Segundo dispõe a política de adequação do capital do Banco, enquanto o Resultado operacional for positivo e a TELR estiver entre 32% e 38% e aumentando no médio prazo, o Banco aplica aos empréstimos os encargos normais, equivalentes a uma margem de 0,30%, mais uma comissão de crédito de 0,25%, porém sem taxa de supervisão e inspeção. A administração apresentou à Diretoria Executiva um documento de consulta com opções para o uso do patrimônio quando este exceda o limite superior da TELR (32% — 38%) estabelecido pela política de adequação do capital do Banco. A Diretoria Executiva está estudando a questão.

²A TELR é a relação entre a soma de “Patrimônio total” (definido como capital acionário realizado, lucros retidos e as provisões para perdas com empréstimos e garantias, menos saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, valores líquidos a receber de países membros, custos de benefícios de pensão antecipados e efeito cumulativo da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio) e o saldo de empréstimos e a exposição líquida por garantias.

¹As referências a títulos nas demonstrações financeiras e respectivas notas são identificadas pelo nome do título com inicial maiúscula sempre que aparecem nesta Análise e Discussão da Administração.

As informações acima estão sujeitas às ressalvas contidas nas informações detalhadas e demonstrações financeiras em outras partes desta seção. Além disso, esta Análise e Discussão da Administração contém informações relativas ao futuro que podem ser identificadas por termos tais como “crê”, “espera”, “pretende” ou palavras com significados similares. Essas afirmações envolvem alguns pressupostos e estimativas baseados em expectativas atuais, sujeitas a riscos e incertezas fora do controle do Banco. Por esse motivo, pode haver diferenças relevantes entre os resultados futuros alcançados e os previstos atualmente. O Banco não se obriga a atualizar nenhuma das observações sobre o futuro.

Boxe 1: Informações financeiras selecionadas

As informações abaixo se baseiam nas informações detalhadas desta Análise e Discussão da Administração e nas demonstrações financeiras do Capital Ordinário, incluídas neste Relatório Anual, e devem ser lidas em conjunto com elas.

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2005	2004	2003	2002	2001
Dados do Balanço Patrimonial					
Caixa e investimentos (líquido) ⁽¹⁾ após os <i>swaps</i>	\$13.717	\$13.046	\$14.855	\$14.780	\$11.932
Empréstimos aprovados					
Saldo da carteira de empréstimos	48.135	49.842	50.655	47.958	44.951
Parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados . . .	17.000	16.093	15.619	18.570	20.506
Total do ativo	65.382	67.346	69.669	65.031	58.581
Saldo da carteira de empréstimos ⁽²⁾ , após os <i>swaps</i>	43.988	45.144	49.275	48.179	43.588
Patrimônio					
Capital exigível	96.613	96.611	96.611	96.611	96.619
(parcela subscrita pelos Estados Unidos, Japão, Canadá e outros membros extra-regionais)	48.302	48.300	48.300	48.300	48.307
Capital realizado	4.340	4.340	4.340	4.340	4.341
Lucros retidos ⁽³⁾	14.387	14.171	12.772	9.929	8.913
Patrimônio total	18.727	18.511	17.112	14.269	13.254
Dados da Demonstração do Resultado					
Receita de empréstimos	\$ 2.413	\$ 2.498	\$ 2.711	\$ 2.639	\$ 3.191
Receita de investimentos	403	288	298	319	541
Despesas de captação, após os <i>swaps</i>	1.733	1.572	1.636	1.842	2.321
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias ⁽⁴⁾	(14)	21	(1.370)	100	147
Despesas líquidas, exceto juros	385	331	309	289	254
Resultado operacional	712	862	2.434	727	1.010
Efeito da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	50	314	(1)	(19)	11
Resultado líquido	762	1.176	2.433	708	1.021
Índices					
Captações líquidas ⁽⁷⁾ como porcentagem do capital acionário exigível subscrito pelos Estados Unidos, Japão, Canadá e membros extra-regionais	63,5%	67,3%	72,1%	70,0%	66,6%
Índice de cobertura de juros ⁽⁴⁾	1,41	1,55	2,49	1,40	1,44
Relação entre patrimônio total ⁽⁸⁾ e empréstimos (TELR) . .	37,3%	36,1%	33,0%	30,9%	30,5%
Caixa e investimentos como porcentagem do saldo de captações, após os <i>swaps</i>	31,2%	28,9%	30,1%	30,7%	27,4%
Retornos e custos, após os swaps					
Retorno sobre:					
Saldo médio de empréstimos	5,04%	5,02%	5,51%	5,73%	7,48%
Investimentos líquidos médios	3,29%	2,17%	2,00%	2,28%	4,13%
Ativos remunerados médios	4,68%	4,42%	4,70%	4,91%	6,65%
Custo médio de:					
Saldo de captações durante o exercício	4,07%	3,40%	3,37%	3,97%	5,34%
Total dos fundos disponíveis	2,92%	2,53%	2,57%	3,09%	4,17%
Duração (em anos)					
Investimentos e empréstimos	4,41	4,36	4,33	4,13	4,34
Endividamento	4,00	4,15	4,46	3,66	3,88

(1) Líquido do Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento.

(2) Líquido de prêmios e descontos.

(3) Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

(4) O índice de cobertura de juros é calculado usando o Resultado operacional e, em 2003, refletiu uma redução não recorrente na Provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de US\$1,4 bilhão, creditada ao resultado.

(5) SFAS 133 significa a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira nº 133, "Contabilização de certos instrumentos derivativos e certas atividades de *hedging*", com suas emendas.

(6) Em 1º de janeiro de 2004, o Banco cessou a contabilização de *hedge*, medida que aumentou o impacto da aplicação das disposições do SFAS 133.

(7) Captações (após *swaps*) e exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados (após *swaps*) e ativos da reserva especial.

(8) Capital acionário realizado, lucros retidos e provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias, menos os saldos de caixa de países mutuários em moeda local, valores líquidos a receber de membros, custos de benefícios de pensão antecipados e efeitos cumulativos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio.

(9) Inclui: saldo de empréstimos e exposição líquida por garantias.

OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Informações gerais

O Banco oferece empréstimos e garantias a governos e entidades governamentais, empresas ou instituições de apoio ao desenvolvimento dos países membros mutuários, como auxílio para que atendam a suas necessidades de desenvolvimento. Respeitadas certas condições e restrições, também podem ser concedidos empréstimos e garantias diretamente a entidades do setor privado que estejam levando a cabo projetos nos territórios dos países membros mutuários sem garantia soberana (Programa do Setor Privado). Além disso, o Banco oferece financiamento aos países membros mutuários para assistência não reembolsável e de recuperação contingente, alinhada com sua estratégia global para a região.

Objetivos de desenvolvimento

As duas principais metas do banco são a promoção do crescimento ambientalmente sustentável, bem como redução da pobreza e promoção da equidade social. Para atingir essas metas, o Banco foca seu trabalho em quatro áreas prioritárias:

- Fomento à competitividade, por meio de apoio a políticas e programas que aumentem o potencial dos países para o desenvolvimento em uma economia global aberta.
- Modernização do Estado mediante o fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas.
- Investimentos em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres.
- Promoção da integração econômica regional, forjando elos entre comunidades de modo a desenvolver

mercados mais amplos para os bens e serviços que produzem.

Ciclo de empréstimos

O processo de identificar e avaliar um projeto, aprovar e desembolsar um empréstimo muitas vezes se estende por vários anos. Entretanto, em várias ocasiões o Banco abreviou o ciclo de preparação e aprovação em resposta a situações de emergência, tais como desastres naturais ou crises econômicas. De modo geral, o pessoal operacional do Banco (economistas, engenheiros, analistas financeiros e outros especialistas em setores e países diversos) avalia os projetos. Com certas exceções, nenhum empréstimo é liberado sem a aprovação da Diretoria Executiva.

Os empréstimos são desembolsados somente quando satisfeitas as condições estabelecidas no contrato de mútuo. Durante a fase de implementação de operações respaldadas pelo Banco, profissionais experientes do quadro de pessoal do Banco analisam o andamento do projeto, monitoram a conformidade com as políticas do Banco e ajudam a resolver os eventuais problemas. Uma unidade independente do Banco, o Escritório de Avaliação e Supervisão, avalia certas operações, de acordo com um plano de trabalho anual aprovado pela Diretoria Executiva, com o objetivo de determinar até que ponto seus principais objetivos foram atingidos, e entrega suas avaliações diretamente à Diretoria Executiva.

As operações de crédito do Banco estão de acordo com certos princípios que, quando combinados, buscam a segurança de que os recursos gerados pelos empréstimos concedidos aos países membros serão usados para objetivos financeira e economicamente sólidos aos quais o país beneficiado atribui uma alta prioridade e de que os recursos são usados como previsto. Esses princípios são detalhados no **Boxe 2**, abaixo.

Boxe 2: Princípios que regem as operações de crédito

- (i) O Banco concede empréstimos e garantias principalmente aos governos do setor público, bem como entidades governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento dos países membros mutuários. Além disso, o Banco concede empréstimos a entidades do setor privado, por intermédio do Programa do Setor Privado.
- (ii) Os candidatos a empréstimo tem como obrigação apresentar ao Banco uma proposta detalhada, onde especifiquem os méritos técnicos, econômicos e financeiros do projeto. É obrigatória a inclusão no projeto de uma descrição dos riscos ou impacto ambiental e das medidas mitigatórias propostas, bem como o impacto sobre mulheres e grupos indígenas, conforme aplicável.
- (iii) O Banco não renegocia acordos de reescalonamento de dívida nem participa de acordos de reescalonamento, quando se trata de empréstimos com garantia soberana.
- (iv) Os contratos de empréstimo geralmente contêm uma cláusula de não oneração a qual, em termos gerais, proíbe que o mutuário onere seus ativos ou resultados com respeito a suas dívidas em moeda estrangeira, salvo se houver garantia igual e proporcional em favor do Banco. A Diretoria Executiva concedeu isenções parciais ao cumprimento dessa disposição no passado.
- (v) Na concessão de empréstimos, o Banco considera a capacidade do mutuário para cumprir as obrigações financeiras assumidas sob o contrato de mútuo, o clima macroeconômico e o ônus da dívida do país, bem como políticas e questões institucionais consideradas relevantes para o empréstimo.
- (vi) O Banco considera a capacidade do mutuário para obter financiamento privado em termos e condições razoáveis. O Banco serve como catalisador para promover o investimento privado, não como concorrente deste.
- (vii) O uso dos recursos de financiamento é supervisionado. Por intermédio das Representações em cada um dos 26 países mutuários, a equipe do Banco monitora e supervisiona o andamento do projeto com relação aos objetivos de desenvolvimento de cada operação, e, além disso, há mecanismos fiduciários em vigor para garantir que os recursos do Banco sejam utilizados de modo apropriado para alcançar os objetivos da operação.

Empréstimos

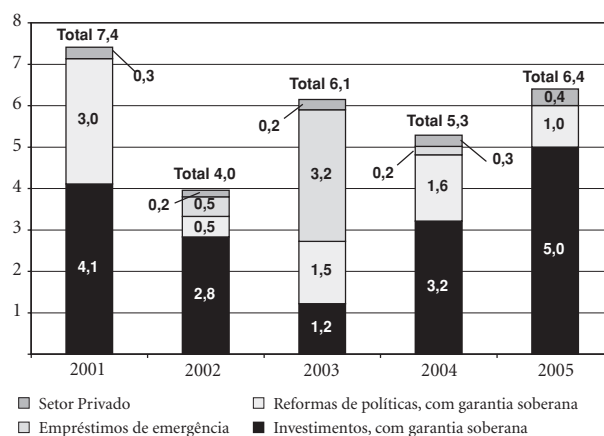
Os empréstimos com garantia soberana concedidos pelo Banco de modo geral pertencem a uma de duas categorias: financiamentos de investimento em projetos específicos ou empréstimos setoriais para reformas de políticas. Os financiamentos para investimento normalmente são usados para financiar a aquisição, obras e serviços em apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social em uma ampla gama de setores. Os empréstimos de apoio a reformas de políticas geralmente respaldam reformas sociais, estruturais e institucionais, com o objetivo de aprimorar determinados setores da economia do país mutuário e promover o crescimento sustentável. Esses empréstimos apoiam os seguintes setores da economia: energia, indústria e mineração, agricultura e pesca, transportes e comunicações, financiamento ao comércio, educação, ciência e tecnologia, água, saúde e saneamento, turismo, urbanismo, planejamento e reforma, modernização do Estado e meio ambiente, bem como preparação de projetos. O Banco também instituiu um programa de empréstimos de emergência, para enfrentar crises econômicas ou financeiras.

Além disso, o Banco tem um Programa do Setor Privado mediante o qual concede empréstimos e garantias de risco parciais diretamente a entidades do setor privado sem garantia soberana, principalmente para o financiamento de investimentos privados em infra-estrutura, atividades de desenvolvimento de mercados de capitais e financiamento ao comércio. Esses empréstimos e garantias são regidos pelas condições de mercado e estão sujeitos a certas exigências de qualificação, além de não poderem representar mais de 10% do saldo total de empréstimos e garantias do Banco, excluindo os empréstimos de emergência. Esses empréstimos e garantias também estão sujeitos a certas restrições, inclusive um teto para os financiamentos equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total para projetos de expansão e garantias e 25% do custo total do projeto (40% para certos países) no caso de novos projetos. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos com valor máximo de US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer mutuário por operações do setor privado não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco.

A Figura 1 apresenta uma análise dos projetos aprovados por tipo de empréstimo durante os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos o total dos empréstimos para projetos de investimento com garantia soberana flutuou entre US\$1,2 bilhão e US\$5,0 bilhões, e os empréstimos de apoio a reformas de políticas, entre US\$0,5 bilhão e US\$3,0 bilhões. Os empréstimos aprovados sob as disposições do Mecanismo de Empréstimos de Emergência totalizaram US\$0,5 bilhão, US\$3,2 bilhões e US\$0,2 bilhão em 2002, 2003, e 2004, respectivamente, sem aprovações em 2001 e 2005.

As disposições do recém-aprovado NLF dão ao Banco maior flexibilidade nos empréstimos, até um valor cumulativo máximo de US\$20,6 bilhões em empréstimos para projetos de investimento e US\$9,8 bilhões em empréstimos para reformas de políticas durante o período de 2005 a 2008 e um limite de US\$6 bilhões para o saldo da carteira de empréstimos emergenciais. Foram eliminados os períodos mínimos de desembolso

Figura 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS, POR TIPO
Anos findos em 31 de dezembro, 2001 a 2005
(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



para empréstimos destinados a investimentos e reformas de políticas, e o Banco agora pode oferecer empréstimos para reformas de políticas com desembolso de uma única parcela.

Durante 2005, o total de empréstimos aprovados foi de US\$6,4 bilhões (2004 — US\$5,3 bilhões). Um sumário dos empréstimos aprovados, por país, durante 2005 e 2004 é apresentado no Quadro 1. As aprovações de empréstimos cresceram durante 2005, como resultado do aumento de US\$1,8 bilhão no valor dos empréstimos para investimento aprovados, que foi parcialmente compensado pela queda de US\$0,6 bilhão nos empréstimos para projetos destinados a reformas de políticas.

Quadro 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS POR PAÍS⁽¹⁾⁽²⁾
Anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

PAÍS	2005	2004
Argentina.....	\$1.033	\$ 528
Bahamas	35	4
Barbados	4	—
Bolívia	—	31
Brasil	547	2.542
Chile	41	23
Colômbia.....	561	737
Costa Rica	132	11
El Salvador	211	—
Ecuador.....	88	17
Guatemala.....	19	101
Jamaica	—	57
México.....	2.050	410
Panamá	35	—
Paraguai.....	45	—
Peru	345	351
República Dominicana	25	337
Suriname.....	4	11
Trinidad e Tobago	2	—
Uruguai.....	268	77
Venezuela	910	6
Regional.....	85	40
Total.....	<u>\$6.440</u>	<u>\$5.283</u>

⁽¹⁾ No quadro do Mecanismo de Empréstimos de Emergência, foi aprovado em 2004 um empréstimo à República Dominicana, no valor de US\$200 milhões, e em 2005 não foram aprovados empréstimos.

⁽²⁾ Inclui empréstimos do Programa do Setor Privado.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de empréstimos totalizava US\$48,1 bilhões, US\$1,7 bilhão abaixo dos US\$49,8 bilhões do saldo em 31 de dezembro de 2004. O principal motivo dessa redução foi o fato de que os recebimentos de empréstimos (US\$5,2 bilhões, incluindo antecipações no valor de US\$1,7 bilhão, na sua maior parte relacionadas com empréstimos de emergência) excederam os desembolsos (US\$4,9 bilhões) e os ajustes de tradução de valores em moeda estrangeira, que totalizaram US\$1,4 bilhão. Os saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2005 totalizavam US\$17,0 bilhões, um aumento de US\$0,9 bilhão em relação a 31 de dezembro de 2004. Essa alteração se deve principalmente aos novos empréstimos, só parcialmente compensados pelos desembolsos e cancelamentos.

De acordo com os termos do Convênio, o valor total dos empréstimos e garantias não pode exceder, em momento algum, o valor total do capital subscrito, somado às reservas e superávit, excluídos os resultados destinados a certas reservas, incluindo uma reserva especial para satisfazer obrigações relacionadas com captações e garantias. A política do Banco, entretanto, é mais estrita e limita o valor total dos empréstimos e garantias ao seu capital realizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. Em 31 de dezembro de 2005, o valor total do saldo de empréstimos, somado à exposição bruta por garantias, expresso como porcentagem do limite estabelecido na política, que é de US\$64,2 bilhões após a exclusão dos efeitos cumulativos da aplicação SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio, era de 75,4 %, comparados com os 78,3% em 2004.

O Anexo I-3 das demonstrações financeiras apresenta um resumo da posição de empréstimos do Banco em 31 de dezembro de 2005 e 2004, classificado por país.

Condições financeiras dos empréstimos

Condições financeiras oferecidas atualmente

O Banco atualmente oferece uma composição de produtos que proporciona ao mutuário a flexibilidade de selecionar condições compatíveis com suas próprias estratégias de administração de dívidas. Em 31 de dezembro de 2005, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimo, ambos denominados na moeda ou moedas de escolha do mutuário, como disponíveis sob os programas: Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única (MMU) com taxa reajustável e empréstimos do MMU baseados na LIBOR. Os empréstimos do MMU com taxa reajustável, introduzidos em 1996, são remunerados a uma taxa de juros repactuada semestralmente, de modo a refletir o custo efetivo para a moeda específica da cesta de captações alocada para financiar esses empréstimos, mais a margem do Banco. Os empréstimos do MMU baseados na LIBOR, introduzidos em 2003, são remunerados a uma taxa de juros repactuada trimestralmente, com base na LIBOR para três meses na moeda específica, mais uma margem baseada na cesta de captações que reflete o custo de captação sub-LIBOR do Banco, bem como os custos de mitigação de riscos, juntamente com a margem do Banco.

Além disso, o Banco oferece empréstimos emergenciais, empréstimos do Guichê em Dólares dos Estados Unidos (atualmente limitado a US\$500 milhões de novas aprovações por ano-calendário), para repasse a mutuários do setor privado,

com garantia soberana, e empréstimos do Programa do Setor Privado, sem garantia soberana, sujeitos a diversos tipos de condições.

Os empréstimos do Programa do Setor Privado são denominados em dólares dos Estados Unidos, e os mutuários podem optar entre taxas de juros flutuantes ou fixas com base na LIBOR. No caso dos empréstimos sujeitos a taxas fixas, a taxa é estabelecida na celebração do contrato, ou separadamente para cada desembolso, de acordo com o custo de captação baseado na LIBOR, somado à margem de empréstimo. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. O estabelecimento das margens de crédito e encargos é feito separadamente para cada operação.

De acordo com o Mecanismo em Moeda Local (MML) recém-aprovado, os mutuários dos setores público e privado têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) conversão de futuros desembolsos e/ou saldos devedores para moeda local; ii) *swaps* diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade, nos mercados financeiros, de recursos na respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) para mitigação de risco. Os saldos dos empréstimos do MML podem ser remunerados a taxas de juros fixas, flutuantes ou atreladas à inflação que representem o equivalente em moeda local da soma de: i) o custo projetado das captações necessárias, expresso em dólares dos Estados Unidos; ii) um prêmio para cobrir o risco de refinanciamento; e iii) a margem para empréstimos não emergenciais com garantia soberana ou uma margem de risco de crédito específica para o projeto, no caso de empréstimos sem garantia soberana.

As principais condições financeiras aplicáveis a produtos de empréstimo com garantia soberana atualmente disponíveis são resumidas no **Quadro 2**.

Condições disponíveis anteriormente

Anteriormente, o Banco oferecia empréstimos através de um Fundo Comum de Moedas (FCM) estabelecido em 1982 e cujas operações foram encerradas em 2003. O Banco mantém uma meta de composição para as moedas incluídas no FCM de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas européias. Os empréstimos aprovados antes de 1989 estão sujeitos a uma taxa de juros fixa, ao passo que os aprovados entre 1990 e 2003 estão sujeitos a taxas reajustáveis. A taxa reajustável, repactuada duas vezes ao ano, representa o custo efetivo, durante os seis meses anteriores, de uma cesta de captações usada para financiar esses empréstimos, ao qual se adiciona a margem do Banco. Em 31 de dezembro de 2005, esses empréstimos representavam 36,9% (2004 — 42,5%) do saldo total.

O **Quadro 3** apresenta uma análise da carteira de empréstimos por produto de crédito. Para mais informações, ver Anexo I-4 das demonstrações financeiras.

Dos US\$17,0 bilhões de saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2005, 50% se referem ao MMU com taxas de juros reajustáveis e 35% ao MMU com taxas de juros baseadas na LIBOR.

Quadro 2: CONDIÇÕES ATUALMENTE DISPONÍVEIS PARA EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA⁽³⁾

	Mecanismo de Moeda Única		Guichê em Dólares dos Estados Unidos		Empréstimos de Emergência
Opção de taxa de juros	Empréstimos com taxa reajustável	Empréstimos baseados na LIBOR	Empréstimos com taxa fixa	Empréstimos baseados na LIBOR	Empréstimos baseados na LIBOR
Moedas disponíveis	Dólares dos EUA, euros, francos suíços, ienes ou uma combinação dessas moedas		Dólares dos EUA		Dólares dos EUA
Base de custo	Custo médio ponderado das dívidas alocadas	LIBOR para 3 meses	Custo de captação baseado na LIBOR	LIBOR para 6 meses	LIBOR para 6 meses
Margem do custo de captação		Margem de custo médio ponderado das captações alocadas a este produto		Margem de custo médio ponderado das captações alocadas a este produto	
Custo de mitigação de risco ⁽¹⁾	Não aplicável	50	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Margem de crédito ⁽¹⁾⁽²⁾	30	30	30	30	400
Comissão de crédito ⁽¹⁾⁽²⁾	25	25	25	25	75
Taxa inicial ⁽¹⁾	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100
Taxa de supervisão e inspeção ⁽¹⁾	0	0	0	0	Não aplicável
Prazo	15–25 anos		12 anos	20 anos	5 anos
Carência	Para financiamentos de projetos de investimento: período de desembolso original Para financiamentos de reformas de políticas: 5 anos		5 anos		3 anos

⁽¹⁾ Encargos dos empréstimos em pontos-base (bps).

⁽²⁾ Os encargos sobre os empréstimos não emergenciais com garantia soberana estão sujeitos a aprovação semestral pela Diretoria Executiva.

⁽³⁾ Sob os termos do MML, os mutuários podem converter os desembolsos futuros e/ou saldos de empréstimos em moeda local, cumpridas certas exigências e condições.

Quadro 3: SALDOS DE EMPRÉSTIMOS, POR PRODUTO DE CRÉDITO

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005		2004	
	Valor	%	Valor	%
Mecanismo de Moeda Única - reajustável	\$23.293	48,4	\$21.953	44,0
Mecanismo de Moeda Única - baseado na LIBOR	2.478	5,1	608	1,2
Guichê em Dólares dos Estados Unidos	777	1,6	850	1,7
Empréstimos de emergência	2.520	5,2	3.820	7,7
Programa do Setor Privado	1.138	2,4	1.244	2,5
Fundo Comum de Moedas	17.753	36,9	21.158	42,5
Outros	176	0,4	209	0,4
Total	<u>\$48.135</u>	<u>100,0</u>	<u>\$49.842</u>	<u>100,0</u>

Encargos sobre empréstimos com garantia soberana (exclusive empréstimos emergenciais)

Os encargos normais exigidos pelo Banco para os empréstimos do MMU, do Guichê em Dólares dos Estados Unidos e do FCM consistem em uma margem de 0,30% por ano sobre o saldo devedor e uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre a parcela do empréstimo a desembolsar, sem taxa de supervisão e inspeção. Os encargos estão sujeitos a aprovação semestral pela Diretoria Executiva e, de modo geral, se mantêm constantes, salvo circunstâncias extraordinárias. Para o segundo semestre

de 2005 exclusivamente, a Diretoria Executiva aprovou encargos mais baixos, devido à firme alta do TELR nos últimos anos, a qual atingiu temporariamente um nível superior a 38% durante este período. Antes de julho de 2003, as margens e encargos eram estabelecidos de acordo com a política de meta de resultados líquidos então em vigor. O **Quadro 4** mostra os encargos prevalentes durante os períodos indicados.

Quadro 4: ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS

	Margem de crédito	Comissão de crédito	Taxa de supervisão e inspeção
	%	%	%
2003:			
Primeiro semestre	0,50	0,50	0,50
Segundo semestre.	0,30	0,25	—
2004	0,30	0,25	—
2005:			
Primeiro semestre	0,30	0,25	—
Segundo semestre.	0,10	0,10	—

Garantias

O Banco pode prestar garantias parciais de risco ou crédito, com ou sem contragarantia soberana, dentro do limite de 10% aplicável às operações do Programa do Setor Privado mencionadas

acima, ou para operações do setor público, com contragarantia governamental. As garantias do Programa do Setor Privado são denominadas em dólares dos Estados Unidos. As garantias das operações do setor público são oferecidas em moeda local ou moedas conversíveis. As garantias em moedas locais exigem contragarantia soberana em moeda conversível dada por um país membro. Independentemente da moeda em que a garantia for denominada, a exposição do Banco, em todos os casos, é limitada a um valor em dólares dos Estados Unidos determinado no momento em que a garantia é aprovada. Em 31 de dezembro de 2005, o Banco não tinha aprovado nenhuma garantia com contragarantia soberana.

Como parte do Programa do Setor Privado, o Banco prestou garantias de crédito e risco político parciais, concebidas para encorajar investimentos do setor privado em projetos de infra-estrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento ao comércio. As garantias parciais de riscos políticos e garantias parciais de créditos podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias parciais de riscos políticos cobrem eventos de risco específicos relacionados com fatores não comerciais, tais como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência por parte de governos. As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento específicos para financiamentos de certos projetos de infra-estrutura, emissões de instrumentos de dívida ou transações de financiamento de comércio. Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente nos respectivos contratos e estão vinculados principalmente a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida, ou a transações de financiamento de comércio. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias, para reduzir sua exposição. A exposição por garantias é medida como os fluxos de caixa garantidos futuros, líquidos de resseguro, quando aplicável, descontados para o período atual.

Em 2005, foi aprovada uma garantia do Programa do Setor Privado sem relação com comércio, no valor de US\$28 milhões, em comparação com as quatro, totalizando US\$185 milhões, aprovadas em 2004. O Banco também tem um Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio para prestar garantias de crédito parciais com contragarantias soberanas para transações de financiamento do comércio. Esse programa, cujas operações começaram em julho de 2005, autoriza até US\$40 milhões em respaldo de crédito para cada banco aprovado para operações de financiamento de comércio e um saldo agregado de até US\$400 milhões a qualquer tempo. Foram autorizadas dez linhas de crédito de garantia para financiamento de comércio no valor agregado de US\$270 milhões, enquanto foram prestadas nove garantias durante o ano no total de US\$19 milhões.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US\$319 milhões (2004 — US\$331 milhões). Jamais foi exigida garantia nenhuma. O valor presente líquido da exposição por garantias, líquido de resseguros, que é o valor levado em conta no cálculo do limite de 10%

do Programa do Setor Privado, era de US\$203 milhões em 31 de dezembro de 2005 (2004 — US\$191 milhões).

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O Banco investe seus ativos líquidos em instrumentos de dívida de renda fixa e depósitos bancários com alta classificação de crédito. Esses instrumentos incluem obrigações com alta classificação de crédito emitidas por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades societárias, incluindo títulos garantidos por ativos. Além disso, o Banco usa derivativos, na sua maior parte *swaps* cambiais e de taxas de juros, na gestão de suas carteiras de investimento.

A liquidez desempenha um papel de capital importância na gestão dos riscos de captação do Banco, porque cuida do risco de que o Banco não tenha fundos suficientes para satisfazer obrigações futuras de desembolso e serviço da dívida. O objetivo da gestão de liquidez é garantir a existência de recursos suficientes para satisfazer obrigações contratuais previstas, bem como para assegurar a continuidade das operações financeiras, caso o Banco tenha de se abster de captar recursos como reação a condições de mercado pouco atraentes ou a qualquer outra restrição. Os princípios de gestão de liquidez do Banco são apresentados no **Boxe 3**.

Boxe 3: Princípios de gestão de liquidez

O principal objetivo da gestão de liquidez do Banco é limitar a exposição a riscos de mercado, crédito e liquidez. Dentro das restrições determinadas por esse objetivo principal, o Banco procura maximizar os retornos sobre a carteira de ativos investidos, enquanto limita a volatilidade de sua receita de investimentos, que reflete a margem entre retorno sobre o investimento e custos de captação.

O Banco gere sua liquidez por meio de políticas, instrumentos e diretrizes financeiras que servem como regras, procedimentos e ferramentas que definem sua gestão de liquidez. A Resolução sobre Investimento aprovada pela Diretoria Executiva é o instrumento que proporciona a autoridade fundamental de que a liquidez é investida. As Diretrizes de Investimento aprovadas pela administração estabelecem os pormenores das condições operacionais, de conformidade legal e monitoração para a implementação da gestão de liquidez. Ambos os documentos foram projetados para garantir que o Banco avalie os riscos de crédito e mercado e estabeleça restrições de investimento de acordo com o seu nível de tolerância ao risco. Para obter informações sobre a gestão de exposição ao risco em liquidez, veja a seção “Gestão de risco financeiro” adiante.

Em 2005, foi adotada uma nova política de liquidez, cujo objetivo principal é aumentar a flexibilidade das operações do Banco no mercado de capitais. A nova política estabelece limites máximos e mínimos anuais para a liquidez, calculados em 20% e 40%, respectivamente, do saldo de empréstimos projetado no encerramento do exercício, e um nível desejado de 30%. Espera-se que a nova política eleve o valor das posições de liquidez e exigências de captação em 2006 e 2007 e reduza a volatilidade das posições de liquidez em relação ao ano anterior. Para 2005, a faixa estabelecida para o nível de liquidez vai de US\$9,8 bilhões a US\$19,6 bilhões, com o ponto médio em US\$14,7 bilhões, o nível desejado. Em 31 de dezembro de 2005, a liquidez do banco (em grande parte composta de caixa e investimentos, após os *swaps*, menos captações de curto prazo e saldos de caixa dos países mutuários em moeda local) totalizava US\$12,6 bilhões. Durante o ano, a liquidez média totalizou US\$11,9 bilhões, em comparação com os US\$13,0 bilhões de 2004.

O Banco tem um sistema de captações a curto prazo sob o qual emite notas com deságio e mantém linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas com deságio é de US\$100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Esses tipos de captação a curto prazo são usados para cobrir necessidades de fluxo de caixa a curto prazo.

Os investimentos líquidos são mantidos em três subcategorias distintas: transacional, operacional e de posições detidas até o vencimento (DAV), cada uma delas com perfis de risco e referenciais de desempenho distintos. A carteira transacional é usada para atender a necessidades de fluxo de caixa do dia-a-dia. A carteira operacional detém a maior parte das posições líquidas do Banco. A carteira DAV consiste principalmente nos ativos da reserva especial.

Os retornos proporcionados pelas carteiras de investimentos de liquidez em 2005 e 2004 são demonstrados no **Quadro 5**. O crescimento nos rendimentos da carteira total em 2005, em relação a 2004, se deve principalmente ao aumento global nas taxas de juros a curto prazo, já que mais de 75% dos investimentos são remunerados a taxas flutuantes (indexadas pela LIBOR). O nível de rendimento dos investimentos

baseados na LIBOR não afeta o resultado líquido, porque é financiado com captações igualmente indexadas pela LIBOR. O rendimento dos títulos DAV permaneceu substancialmente o mesmo durante o ano.

Obrigações contratuais

Durante o curso de suas operações normais, o Banco assume diversas obrigações contratuais que exigem pagamentos em dinheiro em datas futuras. As obrigações contratuais mais significativas se relacionam com a amortização de captações. A estrutura de vencimentos das captações a médio e longo prazos em 31 de dezembro de 2005 é apresentada no Anexo I-5 das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco tem algumas outras obrigações a ser satisfeitas em numerário, as quais são refletidas em suas demonstrações financeiras, incluindo empréstimos a desembolsar, captações a curto prazo, valores a pagar relacionados com *swaps* cambiais e de taxa de juros, e valores a pagar pela compra de títulos adquiridos para fins de investimento.

ORIGENS DE FUNDOS

Patrimônio

O patrimônio total, em 31 de dezembro de 2005, somava US\$18,7 bilhões, em comparação com os US\$18,5 bilhões de 31 de dezembro de 2004. O aumento reflete, principalmente, o resultado líquido do exercício, que foi substancialmente compensado por ajustes de tradução negativos no valor de US\$554 milhões.

A base patrimonial é fator crítico para que o Banco atinja seus objetivos financeiros, permitindo absorver riscos com seus próprios recursos, dessa forma protegendo os países membros contra a possibilidade de uma chamada do capital exigível. Para fins de gestão, o Banco monitora o patrimônio como definido e utilizado na TELR, que mede a adequação de sua capacidade para suportar riscos. O **Quadro 6** apresenta a composição dessa medida em 31 de dezembro de 2005 e 2004. Veja “Gestão de Risco Financeiro — Risco de Crédito — Estrutura de adequação de capital”, adiante, para mais informações sobre a TELR.

Como demonstrado no **Quadro 6**, a TELR aumentou de 36,1% em 31 de dezembro de 2004, para 37,3% em 31 de dezembro de 2005, valor que está dentro da faixa de adequação de capital estabelecida para 2003, que é de 32% a 38%. O aumento se deve principalmente à queda de US\$1,7 bilhão no saldo de empréstimos. A TELR aumentou firmemente durante os últimos cinco anos, como mostra a **Figura 2**, porque a base patrimonial cresceu mais rapidamente que os empréstimos.

Capitalização

O apoio dado ao Banco pelos seus acionistas se reflete nos aportes de capital recebidos. Em 31 de dezembro de 2005, o capital subscrito totalizava US\$100,9 bilhões, dos quais US\$4,3 bilhões tinham sido realizados e US\$96,6 bilhões eram exigíveis.

Quadro 5: CARTEIRAS DE INVESTIMENTO LÍQUIDAS⁽¹⁾
31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Carteira	2005		2004	
	Saldo no final do exercício	Retorno financeiro (%) ⁽²⁾	Saldo no final do exercício	Retorno financeiro (%) ⁽²⁾
Transacional.	\$ 267	3,32	\$ 67	1,41
Operacional.	9.851	3,28	8.980	1,74
Detidos até o vencimento.	3.376	3,33	3.789	3,32
Total da carteira.	\$13.494	3,29	\$12.836	2,17

⁽¹⁾ Após os *swaps* e líquido do valor a pagar sobre compra de títulos para investimento.

⁽²⁾ Retorno combinado para todas as moedas da carteira.

Quadro 6: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2005 e 2004

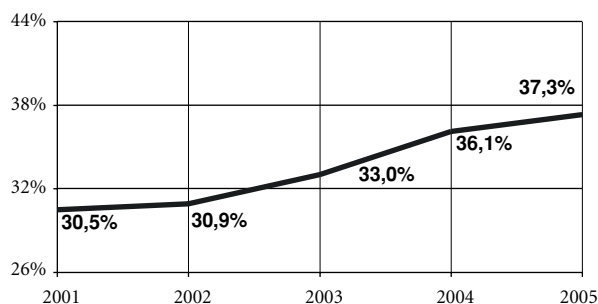
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004
Patrimônio		
Capital realizado	\$ 4.340	\$ 4.340
Lucros retidos:		
Reserva geral ⁽¹⁾	11.921	11.636
Reserva especial ⁽¹⁾	2.466	2.535
Mais:		
Provisões para perdas com empréstimos e garantias	188	199
Menos:		
Saldos de caixa em moeda local dos países mutuários	137	143
Valores a receber de países membros, líquido	255	95
Custos de benefícios de pensão antecipados	136	138
Efeito cumulativo do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio ⁽²⁾	348	289
Parcela do patrimônio usada na relação entre patrimônio total e empréstimos	\$18.039	\$18.045
Saldo de empréstimos e exposição por garantias, líquido	\$48.338	\$50.033
Relação entre patrimônio total e empréstimos. . .	<u>37,3%</u>	<u>36,1%</u>

⁽¹⁾ Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

⁽²⁾ Inclui reclassificação para resultado — *hedges* de fluxo de caixa de US\$8 milhões e US\$11 milhões em 2005 e 2004, respectivamente.

Figura 2: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS



Em 16 de março de 2005 a República da Coreia ingressou no banco como seu 47º membro e subscreveu oito ações de capital realizado e 176 de capital exigível. Nos Apêndices I-6 e I-7 das demonstrações financeiras, há uma lista das subscrições de capital, poder de voto e número de ações subscritas pelos membros.

As subscrições de capital realizadas e exigíveis são integralizáveis como descrito abaixo:

Capital realizado: As subscrições de capital realizado foram pagas, integral ou parcialmente, em ouro, dólares dos Estados Unidos, ou na moeda do respectivo estado membro. Para a maioria dos pagamentos feitos na moeda do respectivo país

membro, o país membro tomou providências que o Banco considera satisfatórias para garantir que, respeitadas as disposições do Convênio, sua moeda será mantida livremente conversível (ou, ao menos, o país membro se compromete a converter sua moeda em nome do Banco) nas moedas de outros países, para fins das operações do Banco. O Banco aceitou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar de pagamento imediato, total ou parcial, das subscrições de capital realizado dos países membros. De acordo com as disposições do Convênio, aceitam-se essas obrigações quando as moedas não são necessárias para as operações do Banco.

Capital acionário exigível: A parcela exigível das subscrições de capital poderá ser exigida somente quando e na extensão necessária para satisfazer as obrigações do Banco com relação a captações de fundos ou de garantias. Em caso de chamada de capital, o pagamento poderá ser feito, segundo a opção do membro, em ouro, dólares dos Estados Unidos, em moeda plenamente conversível do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco que levaram à chamada de capital. As chamadas de capital serão obrigatoriamente uniformes, mas as obrigações dos membros de efetuar pagamentos quando são feitas essas chamadas são independentes entre si. A falta de um ou mais pagamentos por parte de qualquer dos membros não escusará nenhum outro membro de sua obrigação de integralizar seus pagamentos, e são permitidas sucessivas chamadas contra os membros não inadimplentes, se necessário para satisfazer as obrigações do Banco. Entretanto, nenhum membro será obrigado a pagar valor maior que o saldo a realizar de sua subscrição de capital. Jamais foi feita chamada de capital exigível do Banco.

Em 31 de dezembro de 2005, a subscrição total dos Estados Unidos, o maior acionista do Banco, era de US\$30,3 bilhões, dos quais US\$1,3 bilhão tinha sido pago como subscrições de capital realizado. Da parcela exigível do capital subscrito pelos Estados Unidos, que totalizava US\$29,0 bilhões, US\$3,8 bilhões tinham sido plenamente autorizados e apropriados, sem limitação de ano fiscal, pela legislação daquele país, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não precisa de outras apropriações para integralizar o valor, caso qualquer parcela dele seja exigida com o objetivo de satisfazer as obrigações do Banco. O saldo da subscrição de capital exigível dos Estados Unidos, totalizando US\$25,2 bilhões, foi autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos, mas ainda não foi apropriado. Em 1979, em conexão com a subscrição, pelos Estados Unidos, de um aumento no capital exigível, o Banco obteve um parecer do Departamento Jurídico do Tesouro daquele país, segundo o qual não é necessária nenhuma apropriação orçamentária para tais subscrições, enquanto os Estados Unidos não tiverem de fazer pagamentos em conexão com uma chamada de capital feita pelo Banco. O parecer ainda afirma que não é necessária apropriação orçamentária para tornar as subscrições de capital exigível feitas pelos Estados Unidos, autorizadas por sua legislação, obrigações com plena garantia do governo, e que uma obrigação contraída pelos Estados Unidos de acordo com uma autorização concedida pelo Congresso para fins constitucionais obriga o

país, embora possa ser necessária uma apropriação futura para financiar a obrigação.

Captações

O Banco capta fundos nos mercados de capitais internacionais principalmente pela emissão de títulos de dívida. Para diversificar suas fontes de captação, o Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas para atender às necessidades dos investidores globais, tanto institucionais como varejistas. De acordo com os termos do Convênio, o Banco pode captar fundos somente com a aprovação do país membro em cujos mercados os títulos de dívida forem vendidos e do país membro em cuja moeda as captações forem denominadas. Além disso, o Banco é obrigado a obter o compromisso de cada um desses países membros de que os recursos obtidos poderão ser convertidos pelo Banco na moeda de qualquer outro país membro, sem restrição. A política de captações do Banco é resumida no **Boxe 4**.

Boxe 4: Política de captações

A política do Banco é limitar o total das Captações Líquidas ao capital subscrito exigível dos países não mutuários (Estados Unidos, Japão, Canadá e outros membros extra-regionais). A Captação de recursos líquida é o valor das captações mais exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados e ativos da reserva especial. Os ativos da reserva especial podem ser usados exclusivamente para atender às obrigações do Banco relacionadas com captações e garantias. Em 31 de dezembro de 2005, as Captações Líquidas representavam 63,5% do capital exigível subscrito dos membros não mutuários, em comparação com os 67,3% que representavam em 2004.

Os objetivos da política de captação do Banco são obter acesso ao mercado de capitais a longo prazo, com volume e eficácia de custos. O Banco utiliza instrumentos derivativos, principalmente *swaps* cambiais e de taxa de juros, para fins de *hedge*, como parte de sua estratégia de gestão de passivo, com o fim de manter a composição de moedas e estrutura de taxa de juros desejada e de reduzir os custos de captação. O Banco atentamente monitora e regula suas atividades com distribuidoras de valores e contrapartes (veja “Gestão de risco financeiro — Risco de crédito — Risco de crédito comercial” adiante). O valor e momento das captações do Banco são determinados parcialmente pelos desembolsos de empréstimos, vencimento de obrigações e níveis de liquidez (veja “Gestão de liquidez” acima).

Em 2005, o resultado líquido das operações passivas a médio e longo prazos envolvendo diretamente os mercados financeiros totalizou US\$4,9 bilhões, em comparação com os US\$4,6 bilhões atingidos em 2004. O ligeiro au-

mento nas captações para 2005 pode ser atribuído principalmente à crescente flexibilidade das operações do Banco no mercado de capitais, resultante da nova política de liquidez. As operações de captação de 2005 e 2004 são resumidas no **Quadro 7**.

Quadro 7: RESUMO DAS OPERAÇÕES ANUAIS DE CAPTAÇÃO

Anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004
Captações totais a médio e longo prazos ⁽¹⁾	\$4.922	\$4.618
Duração média (anos) ⁽²⁾	6.3	5.5
Número de transações	32	19
Número de moedas	9	9

⁽¹⁾ Representa o produto líquido, com base na data das operações.

⁽²⁾ Prazo médio para primeira data de exigência.

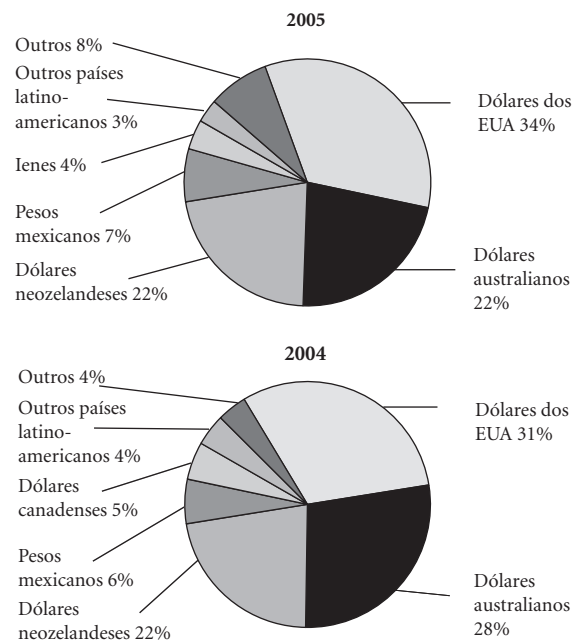
Os recursos captados em qualquer ano são usados nas operações gerais, incluindo desembolsos de empréstimos e refinanciamento de dívidas próximas ao vencimento. Em 2005, o banco fez sua primeira emissão de obrigações denominadas em pesos chilenos e coroas islandesas. O Banco também emitiu uma obrigação referencial global de US\$1 bilhão, vencível em 2015. Foram emitidas obrigações denominadas em moedas de outros países membros num total agregado de US\$496 milhões em 2005 (2004 — US\$563 milhões), nas seguintes moedas: pesos mexicanos, US\$358 milhões, pesos colombianos, US\$72 milhões, e pesos chilenos, US\$66 milhões (2004 — pesos mexicanos, US\$269 milhões, pesos colombianos, US\$44 milhões, e reais, US\$250 milhões). Além disso, o Banco transacionou diversas obrigações denominadas em coroas islandesas, dólares australianos, dólares dos Estados Unidos, dólares neozelandeses, ienes e rands sul-africanos.

As novas captações de recursos de médio e longo prazos em 2005, classificadas por moeda e em comparação com 2004, são apresentadas na **Figura 3**. Em 2005, a maioria das captações feitas em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos foi objeto de *swaps* por captações em dólares dos Estados Unidos (2004 — todas as captações foram transformadas em dólares por meio de *swap*).

O Banco readquire, resgata ou paga antecipadamente suas obrigações, estrategicamente, com o objetivo de reduzir o custo das captações e a exposição à necessidade de refinanciamento em um determinado ano ou para atender a outras necessidades operacionais. Em resposta às condições de mercado, durante 2005, o Banco resgatou US\$28 milhões de suas captações, em comparação com US\$183 milhões em 2004.

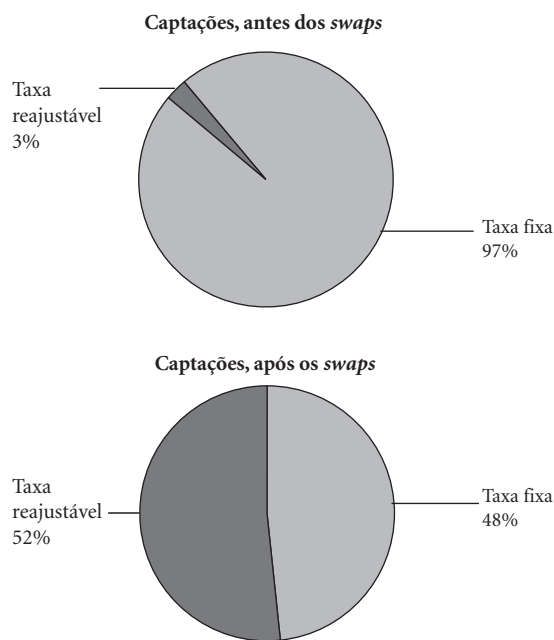
Uso de derivativos: O Banco pode participar de *swaps* de taxa de juros e cambiais contemporaneamente com suas captações, com o objetivo de converter os recursos gerados em euros, ienes, francos suíços ou dólares dos Estados Unidos e financiamentos com taxas fixas ou flutuantes, de modo a cumprir suas obrigações de desembolso. Em 2005, 84% das novas captações foram

Figura 3: CAPTAÇÕES POR MOEDA⁽¹⁾
Anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004



⁽¹⁾ Inclui captações de médio e longo prazos, exclusive swaps, e representa o produto líquido, com base na data das operações.

Figura 4: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A ESTRUTURA DE TAXAS DE JUROS DO SALDO DE CAPTAÇÕES⁽¹⁾
31 de dezembro de 2005

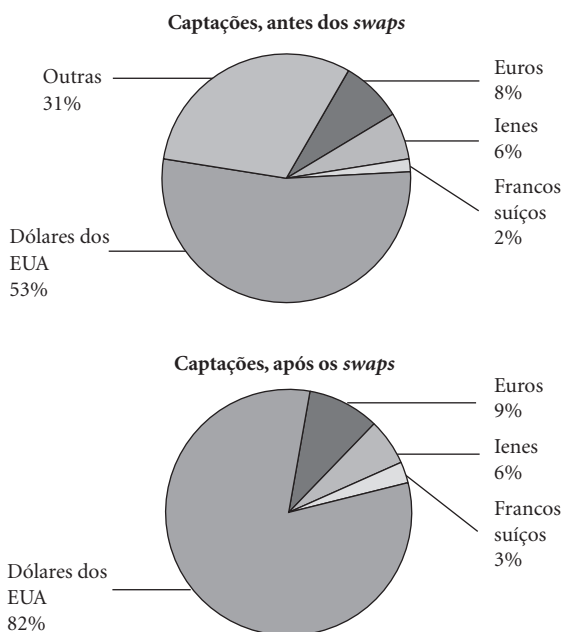


⁽¹⁾ Exclusivamente captações de médio e longo prazos.

convertidas em dólares dos Estados Unidos e 10% em euros, em ambos os casos a taxas flutuantes, por meio de *swaps*, e posteriormente convertidas em captações a taxa fixa, de acordo com as necessidades de captação. Como parte do componente de mitigação de risco da alternativa de precificação de empréstimos baseada na LIBOR oferecida pelo MMU, o Banco compra *caps* para reduzir sua exposição a aumentos repentinos na taxa de juros. As Figuras 4 e 5 ilustram o efeito dos *swaps* tanto na estrutura de taxa de juros como na composição de moedas de captações a médio e longo prazos em 31 de dezembro de 2005.

As Notas G e H e o Anexo I-5 das demonstrações financeiras apresentam informações mais detalhadas sobre as captações e derivativos utilizados pelo Banco.

Figura 5: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A COMPOSIÇÃO DE MOEDAS DO SALDO DE CAPTAÇÕES⁽¹⁾
31 de dezembro de 2005



⁽¹⁾ Exclusivamente captações de médio e longo prazos.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Resultado operacional

O resultado operacional reflete a receita de juros líquida sobre ativos remunerados e a contribuição ao resultado feita pelo capital do Banco, outras receitas de empréstimos, a provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias, e despesas líquidas, exceto juros. O **Quadro 8** mostra a composição do resultado operacional dos últimos três anos.

Quadro 8: RESULTADO OPERACIONAL
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004	2003
Receita de juros sobre empréstimos. . .	\$2.368	\$2.446	\$ 2.602
Receita de investimentos.	403	288	298
	<u>2.771</u>	<u>2.734</u>	<u>2.900</u>
Menos:			
Despesas de captação	1.733	1.572	1.636
Receita de juros líquida.	1.038	1.162	1.264
Outras receitas de empréstimos. . . .	45	52	109
Outras despesas:			
Provisão (crédito) para perdas			
com empréstimos e garantias	(14)	21	(1.370)
Despesas líquidas, exceto juros	385	331	309
Total	<u>371</u>	<u>352</u>	<u>(1.061)</u>
Resultado operacional.	<u>\$ 712</u>	<u>\$ 862</u>	<u>\$ 2.434</u>

Ano de 2005 comparado com 2004: Em 2005, o Resultado operacional totalizou US\$150 milhões menos que no ano anterior, devido a uma redução do rendimento líquido de juros produzido pela carteira de empréstimos (em parte devido à antecipação de uma amortização significativa de um empréstimo de emergência e à queda nas margens sobre empréstimos não emergenciais com garantia soberana) e a um aumento em despesas não relacionadas com juros, que fundamentalmente refletem despesas administrativas, parcialmente compensados por uma queda nas perdas com empréstimos e garantias.

Ano de 2004 comparado com 2003: Em 2004, o Resultado operacional caiu para US\$862 milhões, comparado com os

US\$1.064 milhões atingidos em 2003, após a exclusão de uma redução não recorrente na Provisão para perdas com empréstimos no valor de US\$1.370 milhões. A queda foi devida em sua maior parte a uma redução no resultado da carteira de empréstimos e a um aumento em despesas não relacionadas com juros, que fundamentalmente refletem despesas administrativas. Em 2003, como resultado de alterações na avaliação que a administração faz das perdas com empréstimos, o Banco alterou algumas estimativas usadas para calcular a provisão para perdas com empréstimos. A alteração nas estimativas resultou na redução não recorrente mencionada acima, que foi creditada ao resultado do exercício.

Receita de juros líquida

Os saldos médios das carteiras de ativos e passivos remunerados, após os *swaps*, bem como seus respectivos retornos e custos para 2005, 2004 e 2003 são demonstrados no **Quadro 9**.

Ano de 2005 comparado com 2004: A receita de juros líquida reduziu-se US\$124 milhões em 2005, em relação a 2004, principalmente devido a uma redução no saldo de empréstimos de emergência (que geram uma margem de juros de 4%), à queda das margens sobre empréstimos não emergenciais com garantia soberana, bem como a uma redução no valor e margem de juros líquida dos empréstimos normais do Banco. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento nos recursos patrimoniais e uma alteração na classificação dos recebimentos de rendimentos de empréstimos do setor privado classificados como prejudicados e/ou contabilizados em regime de caixa (ver Nota E das demonstrações financeiras).

O aumento da receita de investimento deveu-se principalmente à alta geral nas taxas de juros de curto prazo. Esse aumento foi substancialmente compensado por uma elevação correspondente das despesas de captação, já que os investimentos baseados na LIBOR (que compreendem mais de três quartos do total) são financiados com captações equivalentes indexadas à LIBOR.

Ano de 2004 comparado com 2003: A receita de juros líquida reduziu-se em US\$102 milhões em 2004, em relação a 2003, principalmente devido à redução nas margens, à queda no saldo de

Quadro 9: CARTEIRAS DE ATIVOS E PASSIVOS, COM SEUS CUSTOS E RETORNOS
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005		2004		2003	
	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %
Empréstimos ⁽¹⁾	\$47.837	4,95	\$49.721	4,92	\$49.193	5,29
Investimentos líquidos.	12.341	3,29	13.415	2,17	15.014	2,00
Total dos ativos remunerados.	60.178	4,61	63.136	4,34	64.207	4,52
Captações	42.609	4,07	46.200	3,40	48.590	3,37
Margem de taxa de juros.		<u>0,54</u>		<u>0,94</u>		<u>1,15</u>
Margem de juros líquida ⁽²⁾		<u>1,72</u>		<u>1,84</u>		<u>1,97</u>

⁽¹⁾ Exclui encargos sobre empréstimos.

⁽²⁾ Representa a receita de juros líquida como porcentagem do saldo médio de ativos remunerados.

empréstimos de emergência, retornos mais baixos do componente dos empréstimos financiado pelo capital próprio e à defasagem de seis meses inerente ao cálculo das taxas incidentes sobre os empréstimos baseadas em cestas. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento nos recursos patrimoniais.

Despesas líquidas, exceto juros

Os principais componentes das despesas líquidas, exceto juros são apresentados no **Quadro 10**.

Quadro 10: DESPESAS LÍQUIDAS, EXCETO JUROS
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2005	2004	2003
Despesas administrativas			
Custos de pessoal.	\$331	\$279	\$257
Honorários de consultores.	47	44	43
Viagens operacionais.	21	19	19
Outras despesas.	74	62	67
Total das despesas administrativas brutas ...	473	404	386
Menos: parcela do Fundo para			
Operações Especiais.	(86)	(62)	(58)
Despesas administrativas líquidas.	387	342	328
Receitas de tarifas de serviço.	(6)	(6)	(6)
Receitas de planos de pensões			
e pós-aposentadoria.	—	—	(8)
Programas especiais.	12	—	—
Outras receitas.	(8)	(5)	(5)
Despesas líquidas, exceto juros.	\$385	\$331	\$309

Ano de 2005 comparado com 2004: As despesas líquidas, exceto juros, aumentaram em US\$54 milhões em 2005, principalmente devido aos aumentos nos custos de pensões e benefícios pós-aposentadoria (US\$20 milhões), aumentos regulares nos salários e benefícios (US\$11 milhões), provisões para outros benefícios aos funcionários (US\$8 milhões), e despesas sob programas especiais aprovadas pela Diretoria Executiva (US\$12 milhões).

Ano de 2004 comparado com 2003: As despesas líquidas, exceto juros, aumentaram em US\$22 milhões em 2004, principalmente devido ao aumento de US\$20 milhões nos custos dos benefícios de pensões e pós-aposentadoria (custo de benefícios de US\$19 milhões em 2004 comparados com as receitas de benefícios líquidos de US\$1 milhão em 2003) que resultaram da queda nos retornos sobre os investimentos esperados desses planos.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Como parte de seus serviços como banco de desenvolvimento, o Banco fica exposto a riscos de crédito (risco de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país e risco de crédito comercial); risco de mercado (taxa de juros, spread e taxa de câmbio); risco de liquidez (captação e liquidação); e risco operacional.

Governança

O Banco conduz suas operações dentro de uma estrutura de políticas financeiras, usa exclusivamente instrumentos financeiros especificamente autorizados e aplica um processo decisório bem definido à gestão de riscos.

O Banco gere seus riscos de acordo com as disposições do Convênio e outras políticas que tenham sido aprovadas pela Assembleia de Governadores, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Finanças, composto por membros da administração. Além disso, há o comitê do Departamento Financeiro para a gestão de ativos e passivos, dirigido pelo Gerente Financeiro, que desenvolve diretrizes e supervisiona a implementação e aplicação da abordagem do Banco ao risco financeiro em questões de risco, gestão de ativos e passivos, captação e investimento, bem como de planejamento financeiro estratégico.

Risco de crédito

Risco de crédito é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de mutuários (quer dizer, risco de crédito de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país), ou da inadimplência/degradação da classificação de crédito de uma contraparte de investimentos, negociações ou *swaps* por uma agência especializada, quer dizer, risco de crédito comercial. Quase todos os empréstimos do Banco contam com garantia soberana.

Risco de crédito da carteira de empréstimos: O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco não receba a amortização do principal ou os juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Está diretamente relacionado com o negócio fundamental do Banco e é o maior risco financeiro que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, incluindo uma limitação geral aos empréstimos, uma estrutura abrangente de adequação do capital (projetada para assegurar que o Banco detenha capital suficiente em qualquer ocasião, considerada a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de empréstimos em liquidação e uma política para a manutenção de uma provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela exposição a ele.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2005, como é representada pelas classificações de crédito em moeda estrangeira a longo prazo atribuídas a cada país mutuário pelas agências classificadoras, aparece na **Figura 6**. A qualidade de crédito da carteira de empréstimos do Banco melhorou depois de 31 de dezembro de 2004. Cinco países tiveram sua classificação de crédito melhorada em 2005, merecendo destaque especial a ascensão da Argentina, que representava 17% da carteira, de inadimplência seletiva (SD) para a classificação B-. Somente um país teve sua classificação rebaixada durante o ano.

A exposição do Banco reflete o porte e a concentração gerais da carteira. A exposição é limitada exclusivamente pela capacidade do Banco de conceder empréstimos; não há limites

Figura 6: QUALIDADE DE CRÉDITO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS REFLETIDA NAS CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES MEMBROS MUTUÁRIOS
31 de dezembro de 2005 e 2004

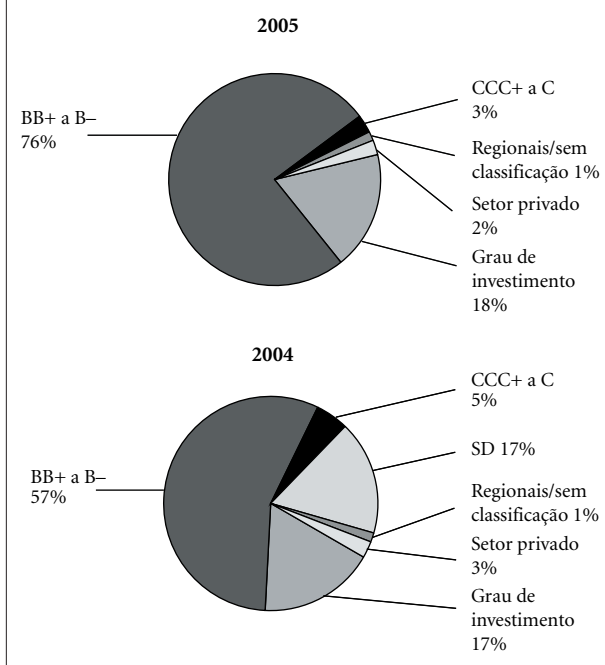
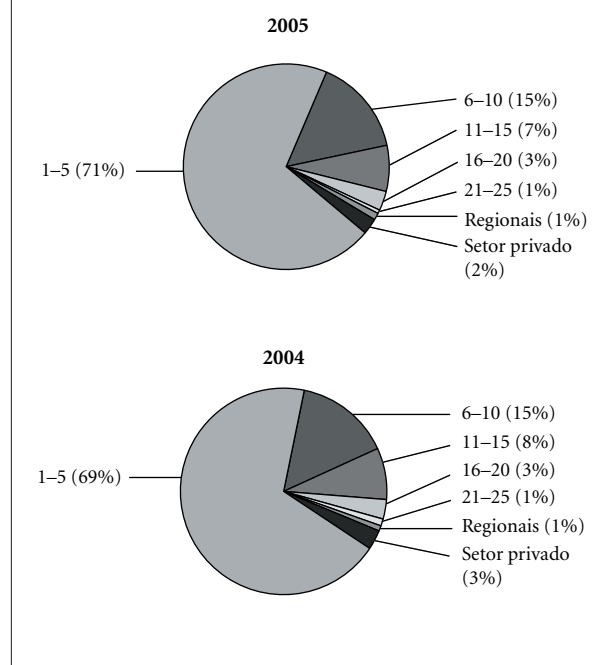


Figura 7: CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
31 de dezembro de 2005 e 2004



específicos para nenhum país. Levando em consideração a natureza regional das suas operações e os portes relativos das economias dos países mutuários, o Banco espera que sua carteira se mantenha concentrada. Como mostra a **Figura 7**, em 31 de dezembro de 2005, 71% da carteira estavam em mãos dos cinco maiores mutuários. Para mais informações, ver o Anexo I-3 das demonstrações financeiras.

Limitação aos empréstimos: Com respeito à limitação global aos empréstimos, a política do Banco limita o valor total dos empréstimos e garantias ao seu capital realizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. O limite aos empréstimos é mais estrito do que o prescrito no Convênio, que também inclui o capital exigível dos membros mutuários.

Estrutura de adequação de capital: A estrutura de adequação de capital do Banco consiste em um modelo de risco de crédito, uma política de adequação de capital e a respectiva metodologia de precificação de empréstimos. A estrutura permite ao Banco a gestão do risco inerente à sua carteira de empréstimos devido à qualidade de crédito de seus mutuários e à concentração de seus empréstimos, ao mesmo tempo que oferece aos seus mutuários encargos baixos e estáveis sobre os empréstimos concedidos.

O capital econômico do Banco é medido pela TELR, cujo nível desejado, 38%, foi determinado com base em uma análise das necessidades de capital econômico do Banco sob vários cenários hipotéticos de tensão financeira. Enquanto o Resultado

operacional for positivo e a TELR estiver entre 32% e 38% e aumentando no médio prazo, o Banco continuará a aplicar encargos padrão aos empréstimos concedidos. Esses encargos geram receita suficiente para cobrir as despesas do Banco e continuar a aumentar o saldo de lucros retidos.

Empréstimos inadimplentes: Exceto nos casos de empréstimos ao setor privado sem garantia soberana, os atrasos no serviço do empréstimo por parte de um credor em qualquer país membro impedem a aprovação de novos empréstimos a mutuários no país membro, podem conduzir à suspensão de desembolsos e podem resultar na contabilização do empréstimo em regime de caixa e também gerar a declaração de que o empréstimo está vencido e é devido e pagável. O Banco exerce sua política de acordo com uma abordagem graduada, que aparece resumida no **Quadro 11**.

Se um empréstimo concedido a qualquer país membro pelo FOE ou por qualquer outro fundo de propriedade do Banco ou por ele administrado for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos concedidos ao governo desse país membro ou por ele garantidos também serão colocados em regime de caixa. O Banco mantém um diálogo contínuo com seus mutuários para garantir que todos os empréstimos sejam prontamente quitados.

No caso de empréstimos diretos ao setor privado, um comitê interno do Banco determina quando a contabilização do empréstimo deve ser colocada em base de caixa, o que pode acontecer em qualquer momento entre 30 e 90 dias após o

Quadro 11: TRATAMENTO DE EMPRÉSTIMOS SOBERANOS INADIMPLENTES

30 dias após a data do vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre o empréstimo em mora e outros empréstimos do mesmo mutuário. O Banco informa o garantidor de que o mutuário se encontra em mora e solicita o pronto pagamento do valor em mora. O Banco não celebra mais nenhum contrato de empréstimo com mutuários no país em questão e não se aprova mais nenhuma proposta de empréstimo.
120 dias após a data do vencimento	Caso o garantidor deixe de pagar os valores devidos, o Banco suspende os desembolsos sobre todos os empréstimos ao garantidor e aqueles garantidos por ele.
180 dias após a data do vencimento	O Banco coloca em regime de caixa a contabilização de todos os empréstimos ao país cujo governo, banco central ou qualquer entidade governamental seja mutuário ou garantidor, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processo e serão recebidos no futuro imediato. A colocação em regime de caixa implica o estorno da receita acumulada até a data e a cessação de novas acumulações, até que os valores pendentes sejam recebidos. Todas as missões do Banco ao país, destinadas a programação, preparação ou processamento de empréstimos, são suspensas.

vencimento ou, em casos especiais, a qualquer tempo antes de decorridos os 30 dias. Em 31 de dezembro de 2005, todos os empréstimos estavam adimplentes, exceto certos empréstimos do Programa do Setor Privado que foram classificados como prejudicados e estavam em regime de caixa (Nota E das demonstrações financeiras).

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana sejam liquidados. Além disso, o Banco mantém uma carteira de empréstimos com garantia soberana essencialmente sem empréstimos em liquidação desde sua fundação. Durante os 46 anos de história do Banco, somente cinco países mutuários foram incluídos no regime de caixa, durante períodos variáveis, entre 1988 e 1992. O saldo máximo agregado dos empréstimos em regime de caixa jamais excedeu 8% do saldo total de empréstimos, e o Banco sempre acabou por receber integralmente o valor do principal e os juros sobre esses empréstimos. O Banco mantém provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias para reconhecer as possíveis perdas inerentes a suas carteiras de empréstimos e garantias, principalmente relacionadas com financiamentos ao setor privado. De acordo com as políticas do Banco, foi debitada uma provisão de US\$14 milhões ao resultado durante 2005, para uma provisão total de US\$188 milhões em 31 de dezembro de 2005 (2004 — US\$199 milhões). Em 31 de dezembro de 2005, a provisão para perdas com empréstimos e garantias do Programa do Setor Privado era de 12,3% do saldo da carteira combinada correspondente (2004 — 10,5%).

Risco de crédito comercial: Risco de crédito comercial é a perda potencial que pode resultar ou da inadimplência ou da degradação por parte de uma agência de classificação de crédito de uma das contrapartes do Banco em investimento, transações de títulos ou *swaps*. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. De acordo com suas políticas conservadoras o Banco investe exclusivamente em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos, órgãos gover-

namentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades privadas, incluindo títulos lastreados por ativos. O processo do Banco para o controle de seu risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitos; c) definição de limites de classificação de crédito aceitáveis; e d) especificação de limites aceitáveis para exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras, com base em porte e credibilidade.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente *swaps*, para fins de *hedging*. O uso de derivativos é limitado a distribuidoras e contrapartes autorizadas selecionadas com base em políticas conservadoras de gestão de riscos. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de *swap* e tem contratos mestre de *swap*, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também prevêem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos tetos quantitativos contratuais. Os contratos mestre com as contrapartes em *swaps* foram emendados para tornar as provisões de mitigação de riscos coerentes com os níveis mais conservadores exigidos pela política de gestão de risco de crédito de derivativos. Os limites de exposição às contrapartes são calculados e monitorados com base nas exposições de crédito potenciais modeladas durante a vida da carteira de cada contraparte. Para modelar as interações complexas dos fatores de risco de mercado, dinâmica da carteira e o impacto de mecanismos de mitigação de riscos, tais como tetos quantitativos para as garantias e para a rescisão, são usadas simulações completas que resultam em estimativas de exposição de crédito potencial. A monitoração das exposições do Banco e a gestão desses riscos são processos contínuos. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes entre em inadimplência.

O Banco trata a exposição de crédito atual como o custo de reposição do respectivo instrumento derivativo. Esse valor também é conhecido como risco de reposição ou valor da exposição do ajuste ao mercado. A exposição ao mercado é a medida, em um determinado momento, do valor de um contrato derivativo no mercado aberto. Quando o ajuste ao mercado é

positivo, indica que a contraparte deve ao Banco e, portanto, cria uma exposição para o Banco. Quando o ajuste ao mercado é negativo, o Banco deve à contraparte e não existe risco de reposição. Quando o Banco tem mais de uma transação com derivativos em curso com a mesma contraparte de *swap*, a exposição líquida de ajuste ao mercado representa o valor líquido das exposições positivas e negativas com a mesma contraparte. Se o valor do ajuste ao mercado for negativo, a exposição do Banco à contraparte é considerada nula.

A **Figura 8** oferece detalhes da exposição de crédito estimada sobre os investimentos por categoria de crédito do emissor. Em 31 de dezembro de 2005, a exposição de crédito da carteira de investimentos totalizava US\$13,6 bilhões, em comparação com os US\$13,0 bilhões de 31 de dezembro de 2004. A qualidade de crédito da carteira de investimentos para 2005 continua alta, já que 85% dos emissores foram classificados como AAA e AA e outros 10% da carteira tinham as mais altas classificações a curto prazo, comparadas com os 91% e 4%, respectivamente, em 2004. A **Figura 9** apresenta detalhes sobre a exposição de crédito estimada (líquida por contraparte) da carteira de *swaps*, de acordo com as classificações de crédito. Em 31 de dezembro de 2005, a exposição de crédito por *swaps* caiu de US\$1,8 bilhão no ano anterior para US\$1,3 bilhão. A qualidade de crédito da carteira de *swaps* continua alta, porque 93% das contrapartes tinham classificação AAA e AA em 2005, em comparação com 92% em 2004. Essas exposições de crédito em *swaps* estão garantidas. Em 31 de dezembro de 2005, um total de US\$885 milhões de garantias qualificadas tinha sido colocado com o custodiante do Banco (em comparação com US\$1 bilhão em 2004), algo que significativamente reduziu a exposição de crédito em *swaps* discutida acima.

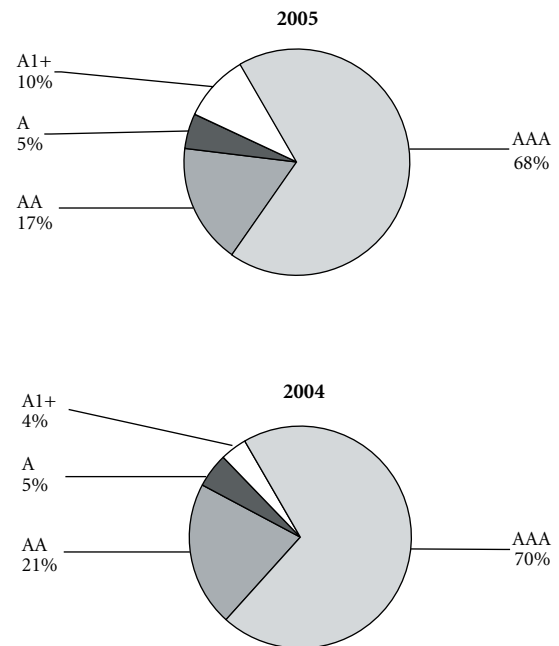
Risco de mercado

O Banco enfrenta riscos resultantes das flutuações de mercado, principalmente alterações nas taxas de juros e de câmbio. Entretanto, a exposição aos riscos de mercado é pequena, porque o Banco conta com uma estrutura integrada para a gestão de ativos e passivos.

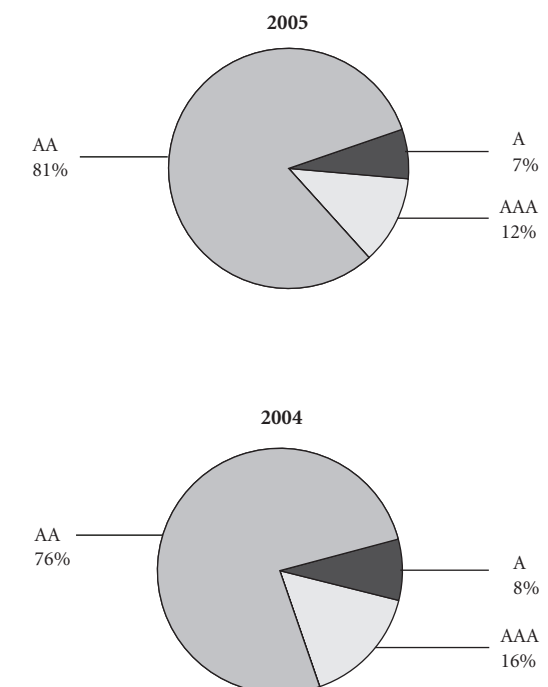
Gestão de ativos e passivos: O objetivo da gestão de ativos e passivos é garantir a captação de fundos suficientes para cada produto, ao melhor custo disponível, e gerir as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros da carteira de captações, dando a cada produto de crédito um apoio de acordo com as necessidades particulares daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. O Banco emprega derivativos para gestão e alinhamento das características de seus ativos e passivos, aumento do retorno sobre os investimentos e redução dos custos de captação.

Risco de taxa de juros: O Banco está exposto a duas fontes potenciais de risco de taxa de juros. A primeira é a sensibilidade à taxa de juros associada à diferença líquida entre a taxa auferida sobre os ativos e o custo da captação dos fundos que financiam esses ativos. A segunda é a sensibilidade à taxa de juros apresentada pela receita auferida pelo financiamento de parte dos ativos com recursos patrimoniais.

**Figura 8: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DO EMITENTE
31 de dezembro de 2005 e 2004**



**Figura 9: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO EM SWAPS, POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE
31 de dezembro de 2005 e 2004**



O Banco mitiga essa exposição à sensibilidade da diferença líquida por meio de uma formulação de repasse de custos incorporada às taxas de empréstimo sobre a maior parte dos empréstimos existentes, além de uma gestão de estrutura de prazos cuidadosamente projetada. Esses empréstimos com repasse de custos representam aproximadamente 88,5% da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2005; os 11,5% restantes são empréstimos de emergência, empréstimos ao setor privado e empréstimos com taxas fixas. Alguns dos empréstimos com repasse de custos, principalmente os empréstimos com taxa reajustável, têm algum risco de taxa de juros residual, devido à defasagem de seis meses inerente ao cálculo da taxa de juros sobre os empréstimos (ver “Operações de desenvolvimento — Condições financeiras dos empréstimos”, acima). O Banco financia e investe sua liquidez por meio de estruturas de taxas conjugadas, usando restrições específicas às diferenças de duração (“*duration gaps*”), de modo a evitar a exposição excessiva a riscos de taxa de juros.

O Banco mitiga sua exposição à sensibilidade dos resultados induzida pelo patrimônio investindo esses fundos em empréstimos a longo prazo, produzindo retornos relativamente estáveis.

Risco de taxa de câmbio: Para minimizar o risco de taxa de câmbio em um ambiente onde são usadas várias moedas, o Banco conjuga as obrigações por captações após os *swaps* em qualquer moeda com ativos na mesma moeda, de acordo com o que prescreve o Convênio. Além disso, o Banco adota a política de minimizar a sensibilidade da TELR a flutuações na taxa de câmbio por intermédio de conversões periódicas com o obje-

tivo de manter as moedas de seu patrimônio e das provisões para perdas com empréstimos e garantias alinhadas com as das exposições em empréstimos e garantias líquidas. Para minimizar os desalinhamentos de moedas, o Banco também alinha a composição de moedas dos ativos da reserva especial com os saldos das captações.

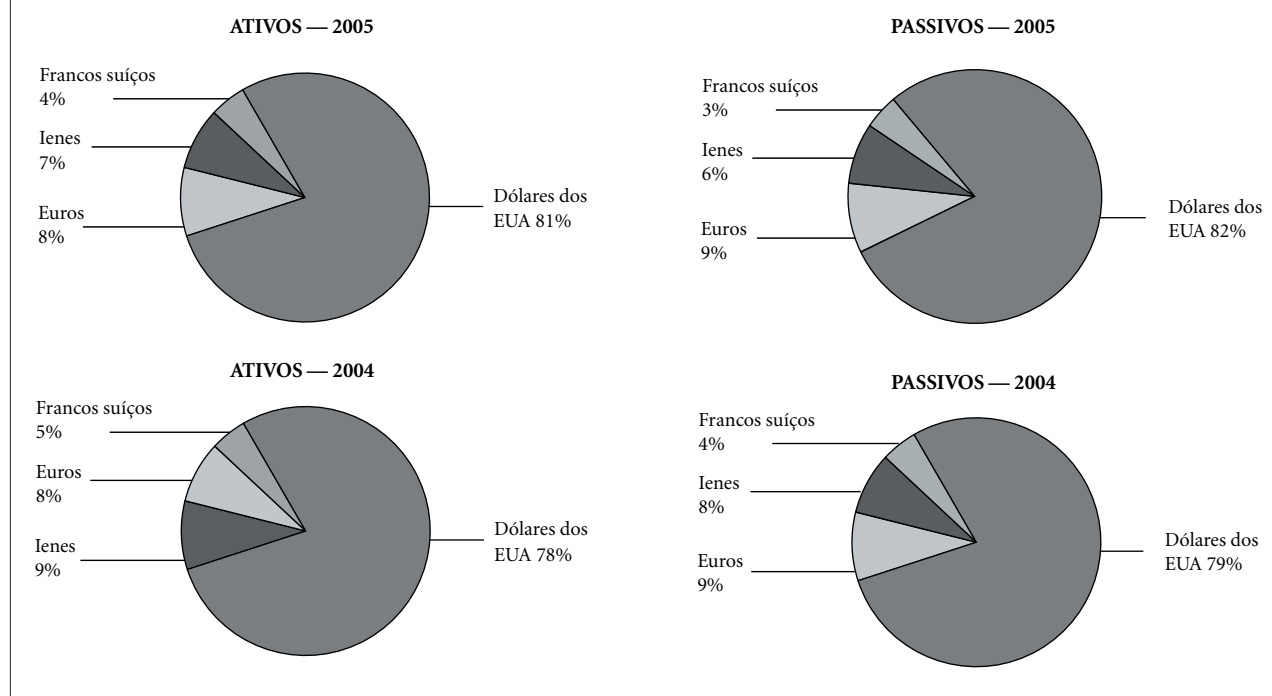
A **Figura 10** apresenta a composição dos ativos e passivos do Banco por moedas (após os *swaps*) no final de 2005 e 2004.

Risco de liquidez

O risco de liquidez deriva das necessidades gerais de financiamento do Banco e da gestão de seus ativos e passivos. Inclui o risco de ver-se incapaz de financiar a carteira de ativos com vencimentos e taxas apropriados (risco de financiamento); o risco de não poder liquidar uma posição em tempo hábil a um preço razoável (risco de liquidação); e a exacerbação de ambos os riscos derivada de ter uma parte substancial dos ativos ou passivos alocada a um tipo específico de instrumento (risco de concentração).

A gestão do risco de liquidez é feita por meio da política de liquidez, política de gestão de ativos e passivos e do programa de captações a curto prazo. A política de liquidez do Banco determina a liquidez mínima projetada para permitir que o Banco possa se eximir de captar fundos durante um determinado período sem deixar de atender às suas obrigações. A gestão de ativos e passivos do Banco, além de otimizar a alocação de patrimônio e endividamento para o financiamento dos diversos ativos do Banco, determina a diferença apropriada de prazo e duração entre empréstimos e captações para reduzir custos de financiamento e risco de refinanciamento. Finalmente, dentro

Figura 10: MOEDAS EM QUE ESTÃO DENOMINADOS OS ATIVOS E PASSIVOS
31 de dezembro de 2005 e 2004



do programa de captações a curto prazo, são emitidas notas com deságio e vencimento inferior a um ano, para cobrir necessidades de fluxo de caixa a curto prazo, sempre que não for desejável liquidar uma posição.

Risco operacional

Risco operacional é a perda potencial que pode resultar de atividades internas ou eventos externos, causada por rupturas em informações, comunicações, salvaguardas físicas, continuidade de negócios, supervisão, processamento de transações, precificação, movimentos de saldos de caixa e títulos e sistemas de liquidação. Além disso, o risco operacional inclui fraudes e descumprimento de responsabilidades legais, fiduciárias e de agência.

Dentro do Banco, há em vigor políticas e procedimentos que cobrem todos os aspectos significativos do risco operacional. Essas políticas e procedimentos incluem, em primeiro lugar, os altos padrões de ética nos negócios do Banco e seu sistema estabelecido de controles internos. Além disso, há os procedimentos de recuperação de desastres, planejamento para contingências, pela Política de Divulgação de Informações, procedimentos de diligência devida relacionada com integridade de cliente e projeto, bem como políticas de aprovisionamento e compras.

O Banco está atualmente implementando a Estrutura Integrada de Controle Interno do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadwell (COSO) e está estabelecendo um processo anual para que a administração informe a respeito da eficácia de controles internos sobre os relatórios financeiros e para que os auditores independentes atestem o relatório da administração. O primeiro relatório da administração sobre controles internos, com o respectivo atestado dado pelos auditores externos, deve ser emitido em fevereiro de 2007, em conjunto com as informações financeiras para 31 de dezembro de 2006.

DIVULGAÇÕES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Base de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, que exigem da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados (ver Nota B das demonstrações financeiras).

Políticas contábeis cruciais

O Banco acredita que algumas das principais políticas contábeis que aplica na apresentação de seus resultados financeiros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos envolvem um grau de julgamento e complexidade relativamente altos e se relacionam com questões inerentemente incertas.

Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco utiliza estimativas de valor justo na contabilização da carteira de investimentos de curto prazo e de todos os derivativos (prin-

cipalmente *swaps* cambiais e de taxa de juros) bem como na divulgação de instrumentos financeiros. Até 31 de dezembro de 2003, o Banco também utilizava estimativas de valor justo para determinar os ajustes dos valores escriturais dos empréstimos e captações protegidos por *hedge*, designados nos relacionamentos contábeis de *hedge* (nomeadamente, os ajustes de bases de empréstimos e obrigações, respectivamente). Os valores justos se baseiam em preços de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços de distribuidoras, e em preços cotados pelo mercado para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados usando modelos de precificação. Os modelos de precificação usam dados de fontes de mercado, tais como curvas de taxa de juros, taxas de câmbio e volatilidade de opções. Esses pressupostos podem ter um efeito significativo sobre os valores justos divulgados para os ativos e passivos (incluindo derivativos) e as respectivas receitas e despesas. A administração acredita que as estimativas de valor justo sejam razoáveis, dados os processos utilizados para obter preços e parâmetros externos, bem como a aplicação uniforme dessa abordagem em períodos sucessivos.

As alterações no valor justo dos títulos de curto prazo e respectivos derivativos são refletidas em Receita de investimento, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. As mudanças no valor justo de todos os derivativos, exceto derivativos usados para investimento e, até 31 de dezembro de 2003, dos ativos e passivos atrelados a derivativos e apresentados como *hedges* de valor justo de acordo com o SFAS 133, são apresentadas como Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio. Ver “Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio” adiante.

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: O Banco mantém provisões para perdas com sua carteira de empréstimos e garantias em valores que a administração acredita adequados para absorver as perdas estimadas inerentes à carteira como um todo na data do encerramento do exercício. O estabelecimento do nível das provisões requer um grau de julgamento significativo. O uso de diferentes estimativas ou pressupostos, bem como alterações em fatores externos, podem produzir níveis de provisões relevantemente diferentes. Em razão da natureza das mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana sejam liquidados. Sendo assim, o nível da provisão para perdas com empréstimos e garantias é relativamente baixo e principalmente relacionado com a carteira de empréstimos ao setor privado.

Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio

Como exigido pelo SFAS 133, o Banco ajusta ao mercado todos os instrumentos derivativos, e as mudanças em seus valores justos são reconhecidas no resultado do exercício. Até 31 de dezembro de 2003, o Banco designava como relações de *hedging* a maior parte dos derivativos relacionados com suas atividades de captação e crédito, de acordo com os critérios do SFAS 133. Sendo assim, as alterações nos valores justos dos ativos e passivos protegidos por *hedge* também se refletiram no resultado, o que resultou em uma compensação quase total dos ajustes de

derivativos ao mercado havidos em anos anteriores. As alterações no valor justo do instrumento derivativo e da captação objeto incluíam mudanças no valor justo devidas a alterações de taxas de câmbio, que se compensam reciprocamente quase que em sua totalidade, de acordo com os procedimentos de contabilidade de *hedge*.

Em 1º de janeiro de 2004, o Banco decidiu cessar a contabilização de *hedge* para todos os relacionamentos de *hedging* do SFAS 133, porém continuou a medir todos os derivativos ao seu valor justo e a reconhecer as alterações do valor justo no resultado do exercício. Além disso, o efeito das alterações nas taxas de câmbio que tinham sido incluídas nos ajustes de valor justo das captações é agora reconhecido como ajustes de transações de câmbio. A administração considera esses dois elementos economicamente correlatos e, portanto, apresenta ambos conjuntamente em uma linha separada da Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

A cessação da contabilidade de *hedge* exigiu que o Banco começasse a amortizar os ajustes de base sobre captações e empréstimos contabilizados anteriormente. Além disso, a aplicação dos procedimentos do SFAS 133 pelo Banco atualmente limita a exigência de ajuste ao mercado aos instrumentos derivativos. Durante 2005, a amortização de ajustes da base de captações e empréstimos, juntamente com o impacto líquido das taxas de câmbio sobre as transações de captação e o impacto das taxas de juros sobre *swaps* de captações e empréstimos, ocasionaram aumentos (reduções) no resultado de US\$85 milhões, US\$(32) milhões e US\$5 milhões, respectivamente (2004 — US\$250 milhões, US\$27 milhões e US\$48 milhões, respectivamente) (para mais informações, ver a Nota H das demonstrações financeiras). Como resultado, os Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio foram substancialmente mais altos em 2005 e 2004 do que nos anos anteriores (positivo em US\$50 milhões e US\$314 milhões em 2005 e 2004, respectivamente, e negativo em US\$1 milhão em 2003). A administração acredita que essa volatilidade refletida nas demonstrações financeiras não seja representativa dos aspectos econômicos subjacentes da transação, porque o Banco de modo geral mantém os *swaps* até o vencimento.

Audidores externos

Informações gerais: Os auditores externos são nomeados pela Assembléia de Governadores, de acordo com um processo de concorrência internacional. Em 2002, a Ernst & Young LLP

(E&Y) foi nomeada auditora externa. Conforme o acordo entre o Banco e a E&Y, as partes podem prorrogar a nomeação atual anualmente até 2006.

Os honorários contratados para os serviços de auditoria prestados ao Banco pela E&Y em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras para 2005 totalizaram US\$424.000. Além disso, a E&Y recebeu US\$161.000 em 2005 em honorários por serviços relacionados com a emissão de obrigações e serviços de assessoria referentes à implementação da Estrutura Integrada de Controle Interno COSO e outros serviços de consultoria relacionados com os projetos de financiamento do Banco. A E&Y também presta serviços de auditoria a fundos fiduciários administrados pelo Banco e aos planos de aposentadoria do pessoal do Banco. Os honorários contratados que o Banco espera pagar pelos serviços relacionados com a auditoria desses fundos fiduciários e planos para 2005 totalizam US\$388.000.

Independência dos auditores externos: O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras coisas, pela assistência dada à Diretoria Executiva na supervisão da função de auditoria externa, inclusive a garantia da independência dos auditores externos. Nesse sentido, o Comitê é orientado pelos seguintes princípios fundamentais:

- O plano de trabalho dos auditores externos, incluindo serviços de auditoria e correlatos, deve ser aprovado pela Diretoria Executiva, com base em recomendação feita pelo Comitê de Auditoria.
- Quaisquer outros serviços a ser prestados pelos auditores externos em base excepcional podem ser contratados pela administração de acordo com os critérios estabelecidos pelo Comitê de Auditoria.
- Os auditores externos e os sócios revisores devem passar por rotação a cada cinco anos, pelo menos.
- O desempenho dos auditores externos é avaliado anualmente.
- A independência dos auditores externos precisa ser confirmada anualmente pelo Comitê de Auditoria.
- Os auditores externos terão pleno acesso ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPITAL ORDINÁRIO

As demonstrações financeiras do Capital Ordinário do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de			
	2005		2004	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 223		\$ 210	
Investimentos				
Carteira de curto prazo	10.183		9.162	
Detidos até o vencimento	3.414	\$13.820	3.809	\$13.181
Saldo de empréstimos	48.135		49.842	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(175)	47.960	(199)	49.643
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	85		84	
Sobre empréstimos	587		621	
Sobre swaps, líquido	73	745	170	875
Valores a receber de países membros				
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas	370		393	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	73	443	64	457
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos—carteira de curto prazo	3		—	
Empréstimos	5		—	
Captações	1.596	1.604	2.366	2.366
Outros ativos				
Imobilizado, líquido	326		318	
Custos de captação a amortizar	218		246	
Outros	266	810	260	824
Ativo total		\$65.382		\$67.346
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Captações				
Curto prazo	\$ 926		\$ 308	
Médio e longo prazos	44.167	\$45.093	46.505	\$46.813
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos—carteira de curto prazo	61		115	
Empréstimos	10		33	
Captações	491	562	697	845
Valores a pagar sobre compra de títulos para investimento		45		20
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários		188		362
Juros acumulados sobre captações		607		683
Contas a pagar e despesas acumuladas		160		112
Total do passivo		46.655		48.835
Patrimônio				
Capital acionário				
Subscritas 8.368.563 ações (2004—8.368.379 ações)	100.953		100.951	
Menos parcela exigível	(96.613)		(96.611)	
Capital acionário realizado	4.340		4.340	
Lucros retidos	14.199		13.437	
Outros resultados abrangentes acumulados	188	18.727	734	18.511
Total do passivo e patrimônio		\$65.382		\$67.346

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 2.368	\$ 2.446	\$ 2.602
Outras receitas de empréstimos	45	52	109
	2.413	2.498	2.711
Investimentos	403	288	298
Outros	14	11	19
Receita total	2.830	2.797	3.028
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps	1.678	1.526	1.577
Amortização de custos de captação	55	46	50
Custo de recompra de instrumentos de dívida	—	—	9
	1.733	1.572	1.636
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	(14)	21	(1.370)
Despesas administrativas	387	342	328
Programas especiais	12	—	—
Despesas totais	2.118	1.935	594
Resultado antes da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	712	862	2.434
Efeito da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	50	314	(1)
Resultado líquido	762	1.176	2.433
Alocação ao Fundo para Operações Especiais	—	(27)	(27)
Adições aos lucros retidos do exercício	762	1.149	2.406
Lucros retidos, início do exercício	13.437	12.288	9.882
Lucros retidos, encerramento do exercício	\$14.199	\$13.437	\$12.288

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Resultado líquido	\$ 762	\$1.176	\$2.433
Outros resultados abrangentes			
Ajustes de tradução	(554)	239	449
Valores reclassificados para resultado— <i>hedges</i> de fluxo de caixa	8	11	—
Perdas líquidas com <i>hedges</i> de fluxo de caixa sob o SFAS 133	—	—	(11)
Total de outros resultados abrangentes	(546)	250	438
Resultado abrangente	\$ 216	\$1.426	\$2.871

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Fluxo de caixa de atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações)	\$(4.899)	\$(3.768)	\$(8.416)
Liquidações de empréstimos (líquidos de participações)	5.224	5.199	7.279
Recuperação de empréstimos.	9	—	—
Fluxo de caixa gerado por (usado em) atividades de empréstimo	334	1.431	(1.137)
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento	(2.392)	(4.448)	(1.291)
Produto bruto de investimentos detidos até o vencimento	2.531	4.420	1.582
Aquisição de imobilizado	(24)	(34)	(24)
Ativos e passivos diversos	(6)	17	(5)
Fluxo de caixa gerado por (usado em) atividades de empréstimo e investimento	443	1.386	(875)
Fluxo de caixa originado de atividades de financiamento			
Captações a médio e longo prazos:			
Produto bruto	5.039	4.519	7.295
Amortizações	(5.711)	(7.798)	(8.938)
Captações a curto prazo:			
Produto bruto	8.602	6.059	4.623
Amortizações	(7.969)	(7.325)	(3.795)
Valores recebidos de países membros	26	35	82
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(13)	(4.510)	(733)
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(14.670)	(15.901)	(22.017)
Produto bruto da venda ou de investimentos de curto prazo	13.329	17.977	22.487
Receita de empréstimos.	2.405	2.426	2.876
Juros e outros custos de captações, após os <i>swaps</i>	(1.544)	(1.412)	(1.568)
Receita de investimentos	395	273	296
Outras receitas	14	10	10
Despesas administrativas.	(335)	(352)	(320)
Programas especiais.	(1)	—	—
Caixa líquido gerado por (usado em) atividades operacionais	(407)	3.021	1.764
Alocação de caixa ao Fundo para Operações Especiais.	—	(27)	(27)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o caixa.	(10)	(7)	12
Aumento (redução) de caixa, líquido	13	(137)	141
Caixa, início do exercício	210	347	206
Caixa, encerramento do exercício	\$ 223	\$ 210	\$ 347

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas pelo Capital Ordinário e essas operações são suplementadas pelo Fundo para Operações Especiais (FOE) e pelo Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI). O FOE foi instituído com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário a certos mutuários.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, na determinação da adequação das provisões para perdas com empréstimos e garantias, na determinação do custo do benefício periódico líquido dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria e no valor presente de obrigações por benefícios.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em de maio de 2005, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) 154, “Contabilização de alterações e correções de erros”, que modifica as exigências relacionadas à contabilização e informações de alterações em princípios contábeis. Para o Banco, o SFAS 154 será aplicável às alterações contábeis e correções de erros feitas em 2006 e anos subsequentes; entretanto, esse pronunciamento exige que as alterações de princípios contábeis ocorridas em anos futuros, incluindo a adoção de novas normas que não incluam provisões específicas com respeito a transações, tenham aplicação retroativa.

Em novembro de 2005, o FASB publicou o Documento de Posição da Equipe FASB (FSP) FAS 115-1, “O sentido de ‘prejuízo não temporário ao valor de um investimento’ e sua aplicação a certos investimentos”, que trata da determinação do momento em que um investimento fica prejudicado, da

classificação do prejuízo como temporário ou não, bem como da medição da perda sofrida em razão do prejuízo ao investimento. O FSP FAS 115-1 se aplica aos períodos de relatório iniciados depois de 15 de dezembro de 2005. A administração acredita que as disposições desse pronunciamento não virão a ter impacto significativo sobre a posição financeira e sobre os resultados das operações do Banco.

Reclassificações

Certas informações prestadas nos anos anteriores foram reclassificadas para ficar em conformidade com a apresentação do ano corrente.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são consideradas moedas funcionais quando as operações são conduzidas nessas moedas. Os recursos do Capital Ordinário são derivados de capital, captações e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos expressos em moedas funcionais são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Exceto pelos haveres em moedas resultantes da integralização de capital que têm manutenção de valor como descrito abaixo, os ajustes líquidos resultantes da tradução de valores em moedas funcionais são debitados ou creditados a Ajustes de tradução¹ e apresentados como componente separado de Outros resultados abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. Os ganhos e perdas de tradução com captações de moedas não funcionais são registrados como Efeitos do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. As receitas e despesas são traduzidas a taxas praticadas pelo mercado durante cada mês.

Avaliação do capital

O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) estipula que o Capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão

¹As referências a títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome do título com inicial maiúscula sempre que aparecem nas notas das demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

de valor para o capital acionário do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários detidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer da assessoria jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos atuais.

Manutenção de valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do Capital Ordinário detidos em sua moeda, exceto quanto à parcela derivada de captações. Da mesma forma, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro, exceto quanto à parcela derivada de captações. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros que não tomaram empréstimos do Banco é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.

Lucros retidos

Os lucros retidos incluem a reserva geral e a reserva especial. A reserva geral consiste nos resultados de anos anteriores, retidos para as operações do Banco. De acordo com as decisões da Assembléia de Governadores, o resultado líquido é, de modo geral, adicionado à reserva geral, para cobrir o possível excesso de despesas sobre receitas durante o exercício.

A reserva especial consiste em comissões sobre empréstimos reservadas, de acordo com o Convênio, as quais são mantidas em forma de investimentos. Esses investimentos podem ser usados exclusivamente para cobrir as obrigações do Banco por captações e garantias em caso de inadimplência com relação a empréstimos que o Banco tenha concedido, dos quais participe ou os quais garanta com recursos do Capital Ordinário. A alocação dessas comissões à reserva especial cessou em 1998 e não estão sendo feitas novas adições.

Investimentos

Os investimentos em títulos são classificados de acordo com as intenções da administração na data de aquisição e são registrados na data da operação. Os títulos que a administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento são incluí-

dos na carteira de títulos para manutenção até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado. Todos os outros títulos são mantidos em uma carteira de curto prazo. Os títulos e respectivos instrumentos derivativos (em sua maior parte *swaps* de taxa de juros e cambiais), detidos na carteira de curto prazo, são contabilizados e apresentados ao valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita de investimento, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Empréstimos

O Banco concede empréstimos aos países membros em desenvolvimento, a órgãos ou divisões políticas desses países e a empresas privadas que estejam realizando projetos em seus territórios. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. No máximo 10% do saldo de empréstimos e garantias (exceto empréstimos de emergência) podem beneficiar diretamente entidades do setor privado sem garantia governamental, com base nas condições de preços vigentes no mercado (Programa do Setor Privado). Esses financiamentos estão sujeitos a certas restrições. Antes de 30 de dezembro de 2005, essas restrições incluíam um teto aos financiamentos equivalente ao menor entre 25% (para certos países, 40%) dos custos totais do projeto em questão ou US\$75 milhões. Havia também um teto para garantias parciais de risco, equivalente ao menor entre 50% dos custos totais do projeto ou US\$150 milhões. Em 30 de dezembro de 2005, a Assembléia de Governadores aprovou mudanças nesses limites, incluindo um aumento no teto para o financiamento de projetos individuais para um valor equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto para os projetos de expansão e garantias, e 25% do custo total do projeto (40% para certos países) para novos projetos. Em condições excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos no valor de até US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor individual por operações do setor privado não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco.

Empréstimos que representam aproximadamente 37% do saldo da carteira estão sujeitos a amortização em diversas moedas determinadas com base em um sistema de fundo comum de moedas (Fundo Comum de Moedas—FCM). O principal dos empréstimos do Fundo Comum de Moedas é amortizável, no seu agregado, nas mesmas moedas do empréstimo. Os empréstimos em moeda única são amortizáveis na moeda em que foi feito o desembolso.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

financeiros do Banco. Os encargos iniciais sobre empréstimos de emergência são diferidos e amortizados durante os quatro primeiros anos do prazo do empréstimo, usando o método retilinear, que dá resultados semelhantes ao dos juros efetivos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um país membro ou por ele garantidos, se as amortizações do principal ou os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora superior a 180 dias. Além disso, quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de propriedade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a esse governo ou por ele garantidos também serão colocados em regime de caixa. Na data em que os empréstimos a um país membro são colocados em regime de caixa, o saldo de juros a pagar e outros encargos acumulados sobre o empréstimo concedido a esse membro são deduzidos do resultado do exercício corrente. Os juros e outros encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos forem efetivamente recebidos pelo Banco. Na data em que um membro quita o total dos valores em mora, os empréstimos concedidos a esse membro saem do regime de caixa, o país volta a qualificar-se para novos empréstimos, e todos os encargos em mora (incluindo os dos anos anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no exercício corrente.

No caso dos empréstimos do Programa do Setor Privado, a política do Banco é contabilizar pelo regime de caixa os empréstimos concedidos a um mutuário, quando os juros ou outros encargos devidos por esse mutuário estiverem em mora superior a 90 dias, ou antes, quando a administração tiver dúvidas sobre a possibilidade de recebimento futuro do principal ou dos juros. Desse momento em diante, as receitas são contabilizadas em regime de caixa até que o serviço seja regularizado e a administração não tenha mais dúvidas sobre o recebimento futuro dos valores envolvidos. Se o risco de inadimplência for considerado particularmente alto no momento da regularização das moras, a contabilização dos empréstimos concedidos ao mutuário não voltará automaticamente ao regime de competência.

O Banco considera prejudicado um empréstimo do Setor Privado quando, com base em informações e eventos correntes, for provável que o Banco não tenha condições de receber todos os valores previstos pelo contrato de empréstimo original. São constituídas provisões específicas para as perdas relacionadas com empréstimos prejudicados, com base em critérios de gestão baseados no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo, ou

com base no valor justo das garantias. A receita de empréstimos prejudicados é reconhecida em regime de caixa.

O Banco não reescalonar empréstimos soberanos garantidos e jamais teve de baixar um empréstimo desse tipo concedido pelo Capital Ordinário. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e garantias e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos e garantias, cujo valor está de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de empréstimos e garantias. Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana venham a ser liquidados.

Garantias

O Banco pode prestar garantias parciais de crédito ou risco político, seja sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% aplicável às operações do Programa do Setor Privado mencionadas acima, seja para operações do setor público, com contragarantia soberana de um país membro. Até a data, o Banco prestou garantias parciais de crédito e risco com o objetivo de encorajar investimentos do setor privado em infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento de comércio. As garantias parciais de riscos políticos e as garantias parciais de crédito podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias parciais de risco político cobrem eventos de risco específicos relacionados com fatores não comerciais, por exemplo, conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro, inadimplência governamental. As garantias parciais de crédito cobrem riscos de pagamento específicos para financiamentos de projetos de infra-estrutura selecionados, emissões de instrumentos de dívida ou transações de financiamento de comércio. Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente em cada um dos contratos de garantia e estão, principalmente, vinculados a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida, ou às transações de financiamento de comércio. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias, para reduzir sua exposição. As taxas de garantia, líquidas de prêmios de resseguro, são debitadas e reconhecidas como receita de empréstimos durante a vigência da garantia.

As garantias entram em vigor a partir do momento em que o mutuário incorre na obrigação financeira subjacente e

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

são exigidas quando a parte garantida exige pagamento sob os termos da garantia. O valor da garantia em vigor representa o máximo risco potencial no caso de os pagamentos garantidos para essas entidades não serem efetuados. O passivo contingente relacionado com as prováveis perdas relacionadas com garantias prestadas é refletido em Contas a pagar e despesas acumuladas.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições de um membro ao capital realizado e obrigações de Manutenção de Valor.

Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado ao custo. As benfeitorias de valor significativo são capitalizadas, enquanto substituições, manutenção e reparos de rotina são debitados ao resultado do exercício. A depreciação é calculada pelo método retilinear de acordo com a vida útil estimada de serviço dos respectivos ativos (30 a 40 anos para os prédios, 10 anos para as melhorias e software capitalizado, e entre 5 e 15 anos para equipamento).

Captações

Para assegurar a disponibilidade de fundos para operações de crédito e para manutenção de liquidez, o Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, oferecendo títulos de sua emissão a investidores públicos e privados. O Banco também emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas. Emite também notas a curto prazo com deságio, para gestão de liquidez. As captações são apresentadas no Balanço Patrimonial ao seu valor nominal (valor de face), ajustado para refletir os eventuais ajustes da base do SFAS 133, ágios e descontos a amortizar. Os ajustes de base, juntamente com os ágios e deságios, são amortizados segundo uma metodologia que oferece resultados próximos dos apresentados pelo método dos juros efetivos e são refletidos em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais e em Juros, no grupo Despesas de captação, respectivamente, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. Os custos de captação associados com ofertas de obrigações são diferidos e amortizados pelo método retilinear (que oferece resultados próximos dos apresentados pelo método dos juros efetivos), durante o prazo do respectivo instrumento de débito. O saldo a amortizar dos custos de captação é refletido separadamente sob Outros ativos no Balanço Patrimonial, e a amortização dos custos de captação é destacada sob Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Derivativos

Como parte de seu gerenciamento de ativos e passivos, o Banco usa derivativos, na sua maior parte *swaps* cambiais e de taxas de juros, em suas operações de investimentos, empréstimos e captações. Esses derivativos modificam as características de taxas de juros ou de câmbio da respectiva operação, para produzir o tipo de taxa de câmbio ou de juros desejado.

O Banco cumpre as exigências sobre contabilização de derivativos impostas pelo SFAS 133, "Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de *Hedging*", com sua redação atual (doravante mencionado como SFAS 133). Segundo as disposições do SFAS 133, todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao seu valor justo e classificados como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) de seu valor justo líquido.

As alterações no valor justo de derivativos para investimento e no respectivo componente de juros são registradas em Receita de investimentos. O componente de juros dos derivativos de empréstimos e captações é contabilizado como receitas de empréstimos e despesas de captação, respectivamente, durante a vida do contrato de derivativos.

Até 31 de dezembro de 2003, para a contabilização de *hedge* o Banco aplicava as disposições do SFAS 133 a todos os *swaps* de taxa de juros e cambiais, exceto para *swaps* de investimento e um pequeno número de *swaps* de base. Segundo os procedimentos de contabilidade de *hedge*, as mutações no valor justo de um derivativo designado e qualificado como *hedge* de valor justo, juntamente com o ganho ou perda no ativo ou passivo defendido atribuível ao risco defendido são contabilizadas como Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. A parcela efetiva das mutações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedges* de fluxo de caixa foi registrada como Outras receitas abrangentes, ao passo que a parcela ineficaz foi registrada como Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais.

O Banco ocasionalmente emite instrumentos de dívida que contêm um derivativo embutido. O Banco avalia se as características econômicas do derivativo embutido estão clara e intimamente relacionadas com as características econômicas do instrumento de dívida, excluindo as características do derivativo embutido, isto é, o contrato hospedeiro. Se o derivativo embutido tiver características econômicas que não estejam clara e intimamente relacionadas com as características econômicas do contrato hospedeiro, ainda não ajustado ao mercado através dos resultados, e separadamente satisfizer a definição de derivativo, o derivativo embutido será separado do contrato hospedeiro e contabilizado ao seu valor justo.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Despesas administrativas

Praticamente todas as despesas administrativas do Banco, incluindo depreciação, são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, segundo um método aprovado pela Diretoria Executiva. De acordo com esse método de distribuição, durante 2005, as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 81,5% para o Capital Ordinário e 18,5% para o FOE (2004—84,4% e 15,6%; 2003—84,6% e 15,4%).

Programas especiais

Os programas especiais financiam auxílio a fundo perdido e para recuperação contingente aos países membros mutuários. Os projetos individuais participantes desses programas são contabilizados como Despesas com programas especiais no momento da aprovação. Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos de recuperação contingente são compensados contra Despesas com programas especiais no período em que ocorrerem.

Impostos

O Banco, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são imunes a toda tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de Caixa incluía US\$137 milhões (2004—US\$143 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. Esses valores podem ser utilizados pelo Banco nas operações de empréstimo do Capital Ordinário e para o pagamento de despesas administrativas. O valor de US\$24 milhões (2004—US\$24 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, a ser usado para fazer pagamentos de bens e serviços produzidos em seu território.

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, títulos garantidos por ativos e hipotecas, e instrumentos derivativos correlatos, particularmente *swaps* cambiais e de taxas de juros.

No caso de títulos públicos e de órgãos governamentais, incluindo os emitidos por uma entidade da administração indireta ou qualquer outra entidade oficial de um governo, o Banco investe em títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelos governos de certos países com classificação mínima de qualidade de crédito equivalente a AA– (os títulos lastreados por ativos e hipotecas exigem uma classificação equivalente a

AAA). As obrigações de organizações multilaterais requerem qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias emitidas ou garantidas por uma entidade com classificação de pelo menos A+ para títulos de renda fixa sênior e em títulos privados lastreados por ativos ou hipotecas com qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. O Banco também investe em títulos a curto prazo lastreados por ativos e em papel comercial de curto prazo lastreado por ativos, exclusivamente quando tiverem a mais elevada classificação de crédito a curto prazo.

Um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é apresentado na Demonstração Resumida dos Investimentos a Curto Prazo e *Swaps*, no Anexo I-1. Além disso, um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento e o cronograma de vencimento da carteira, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, são apresentados na Demonstração Resumida dos Investimentos Mantidos até o Vencimento, no Anexo I-2.

Os ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2005 totalizavam US\$(3) milhões (2004—US\$(1) milhão; 2003—US\$5 milhões), e são refletidos em Receita de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco não tinha nenhum investimento classificável como prejudicado não temporariamente. Os investimentos detidos até o vencimento, com perdas a realizar acumuladas, que não foram considerados prejudicados senão temporariamente em dezembro de 2005 são resumidos abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Categoria de investimento	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de outros governos e órgãos ⁽¹⁾	\$853	\$(8)	\$174	\$(6)	\$1.027	\$(14)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas	—	—	39	(1)	39	(1)
Total	<u>\$853</u>	<u>\$(8)</u>	<u>\$213</u>	<u>\$(7)</u>	<u>\$1.066</u>	<u>\$(15)</u>

⁽¹⁾Inclui governos e instituições fora dos Estados Unidos.

O Banco investe exclusivamente em instrumentos com alta qualidade de crédito: 69% dos Investimentos mantidos até o vencimento têm a classificação AAA, 20%, AA e apenas 11%, A. As perdas a realizar em todas as categorias de investimentos resultam de aumentos nas taxas de juros e não se relacionam com qualidade de crédito. Como o Banco tem a possibilidade e intenção de manter esses investimentos em carteira até seu vencimento, não considera esses investimentos senão temporariamente prejudicados em 31 de dezembro de 2005, quer dizer, espera realizar todos os valores devidos de acordo com

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

os termos do contrato em vigor no momento da aquisição dos investimentos.

Nota E – Saldo de empréstimos e garantias

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual garantidor tomam certas medidas e fornecem ao Banco certos documentos. Os saldos de empréstimos a desembolsar em 31 de dezembro de 2005 incluíam aproximadamente US\$4 milhões de compromissos de desembolso irrevogáveis.

A carteira de empréstimos inclui empréstimos de fundo comum denominados em uma só moeda (Mecanismo de Moeda Única—MMU e Guichê em Dólares dos Estados Unidos) e empréstimos em fundo comum de moedas múltiplas (empréstimos CPS) com garantia soberana, e empréstimos individuais em moeda única com garantia soberana (Mecanismo de Empréstimos de Emergência) e sem garantia soberana (empréstimos do Programa do Setor Privado).

Os empréstimos do Mecanismo de Moeda Única são denominados em uma dentre quatro moedas: dólar dos Estados Unidos, euro, iene ou franco suíço, ou em uma combinação dessas moedas, com taxas de juros baseadas na LIBOR ou reajustáveis, em ambos os casos à discricão do devedor. As taxas de juros incidentes sobre os empréstimos do MMU, quando não se escolhe a alternativa de estabelecimento de preços com base na taxa LIBOR, são repactuadas semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os últimos seis meses, de cada um dos conjuntos de moeda única de captação alocado para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco. A taxa de juros sobre os empréstimos do MMU baseados na LIBOR é repactuada trimestralmente, com base na taxa LIBOR para três meses específica para a moeda utilizada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação subLIBOR para o Banco e o custo de mitigação de riscos, mais a margem do Banco.

O Banco mantém uma meta de composição para as moedas incluídas no CPS de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas européias. Os empréstimos do CPS concedidos entre 1º de janeiro de 1983 e 31 de dezembro de 1989 são remunerados a taxas fixas. As taxas de juros dos empréstimos do FCM concedidos após essa data são repactuadas semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os últimos seis meses, de cada um dos conjuntos de captações alocado para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco. Os empréstimos do CPS deixaram de ser oferecidos em setembro de 2003.

O Mecanismo de Empréstimos de Emergência fornece fundos para enfrentar emergências financeiras na região, num valor rotativo agregado máximo de US\$6 bilhões. Os emprés-

timos são denominados em dólares dos Estados Unidos, seu prazo não pode exceder cinco anos, e a amortização do principal tem de começar após três anos. Os juros sobre esses empréstimos são calculados à taxa LIBOR para seis meses, mais uma margem de 400 pontos base.

Os empréstimos do Programa do Setor Privado são denominados em dólares dos Estados Unidos, e os devedores podem optar entre taxas flutuantes ou fixas com base na LIBOR. A taxa de juros sobre os empréstimos de taxa fixa se baseia no custo de captação pela LIBOR, mais uma margem. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos sobre essas operações são calculados separadamente para cada empréstimo.

Durante 2005, o Banco aprovou um novo Mecanismo em Moeda Local, segundo o qual os mutuários têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) *swaps* diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Durante 2005, o Banco fez sua primeira conversão em moeda local do desembolso de um empréstimo no valor de US\$19 milhões.

Um resumo da posição do Banco em empréstimos, por país, é apresentado no Anexo I-3 e um resumo do saldo de empréstimos concedidos pelo Banco, por moeda e tipo de produto, juntamente com o cronograma de vencimento em 31 de dezembro de 2005 e 2004, é apresentado no Anexo I-4.

Corporação Interamericana de Investimentos (CII)

O Banco aprovou um empréstimo para a CII (uma organização internacional separada, cujos 43 países membros também são membros do Banco) de US\$300 milhões. Os desembolsos sob esse empréstimo devem ser feitos em dólares dos Estados Unidos e vencem juros baseados na LIBOR. Não havia saldo a receber em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

Garantias e participações de empréstimos

Segundo as provisões dos contratos de empréstimo com seus mutuários, o Banco pode vender participações em seus empréstimos a bancos comerciais ou outras instituições financeiras, mas reserva-se a administração dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2005, havia US\$1.628 milhões (2004—US\$1.947 milhões) de participações em empréstimos do Programa do Setor Privado não refletidas no Balanço Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2005, o Banco tinha aprovado garantias que não se referiam a operações de financiamento de

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

comércio, sem contragarantias soberanas, líquidas das canceladas e expiradas, no valor de US\$360 milhões (2004—US\$745 milhões). O Banco também tem um Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio para prestar garantias parciais de crédito sem contragarantias soberanas para transações de financiamento do comércio. Esse programa, cujas operações começaram em julho de 2005, autoriza até US\$40 milhões em apoio de crédito para cada banco aprovado para operações de financiamento ao comércio e um saldo agregado de até US\$400 milhões a qualquer tempo. Em 2005, foram autorizadas linhas de crédito de garantia para financiamento de comércio no valor de US\$270 milhões e foram emitidas garantias num total de US\$19 milhões.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizou US\$319 milhões (2004—US\$331 milhões). A maior parte dessas garantias tinha prazos de vencimento remanescentes que variavam de 5 a 20 anos. Em 31 de dezembro de 2005, nenhuma garantia prestada pelo Banco tinha sido exigida.

Subsídio ao MFI

O MFI foi constituído em 1983 pela Assembléia de Governadores do Banco, para subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Além disso, de acordo com a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) Reforçada, uma iniciativa internacional coordenada para lidar com os problemas de dívida de um grupo de países pobres identificados como altamente endividados, da qual o Banco participa, o MFI subsidia 100% de certas amortizações de principal e pagamentos de juros sobre empréstimos do Capital Ordinário. Durante 2005, o MFI pagou US\$43 milhões (2004—US\$50 milhões; 2003—US\$63 milhões) em juros e nenhum principal (2004—US\$8 milhões; 2003—US\$10 milhões) em favor de mutuários. O MFI é financiado principalmente pela reserva geral do FOE.

Empréstimos contabilizados em regime de caixa e prejudicados e provisão para perdas com empréstimos e garantias

Em 31 de dezembro de 2005, todos os empréstimos estavam adimplentes, exceto certos empréstimos do Programa do Setor Privado, que foram classificados como prejudicados e estavam em regime de caixa. Os investimentos em empréstimos prejudicados contabilizados em 31 de dezembro de 2005 totalizavam US\$196 milhões (2004—US\$216 milhões). O investimento médio contabilizado como empréstimos prejudicados durante 2005 foi de US\$216 milhões (2004—US\$246 milhões). Durante 2005, a receita reconhecida sobre empréstimos que se encontravam prejudicados totalizou US\$42 milhões, incluindo

US\$29 milhões relacionados com anos anteriores, como descrito abaixo (2004—US\$12 milhões; 2003—US\$5 milhões). Se esses empréstimos não estivessem prejudicados, a receita reconhecida teria sido de US\$16 milhões (2004—US\$18 milhões; 2003—US\$21 milhões). Todos os empréstimos prejudicados estão cobertos por provisões específicas para créditos incobráveis que totalizavam US\$105 milhões em 31 de dezembro de 2005 (2004—US\$83 milhões).

Em anos anteriores, certos recebimentos de rendimentos de empréstimos prejudicados foram contabilizados como redução do valor principal do empréstimo. Em 2005, esses recebimentos, totalizando US\$29 milhões, foram estornados e contabilizados como receita de empréstimos, com um aumento correspondente no saldo do principal e na provisão para perdas com empréstimos e garantias.

As mutações na provisão para perdas com empréstimos e garantias para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 foram as seguintes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Saldo, início do exercício	\$199	\$183
Provisão para perdas com empréstimos e garantias (crédito)	(14)	21
Programa do Setor Privado		
Baixas	(6)	(5)
Recuperações	9	—
Saldo, encerramento do exercício	<u>\$188</u>	<u>\$199</u>
Composição:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	\$175	\$199
Provisão para perdas com garantias ⁽¹⁾	13	—
Total	<u>\$188</u>	<u>\$199</u>

⁽¹⁾ A provisão para perdas com garantias é refletida em Contas a pagar e despesas acumuladas.

Em 2003, como resultado de alterações na avaliação de risco de perdas com empréstimos e garantias feita pela administração, a provisão para perdas com empréstimos em 31 de dezembro de 2003 foi reduzida em US\$1.370 milhões. O valor foi creditado a provisão para perdas com empréstimos e garantias (crédito).

Nota F – Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o Imobilizado líquido consistia no seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Terrenos, edificações, benfeitorias, equipamentos e software capitalizados, ao custo	\$ 568	\$ 544
Menos: depreciação acumulada	(242)	(226)
	<u>\$ 326</u>	<u>\$ 318</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota G – Captações

O objetivo da política de captação do Banco é obter acesso ao mercado de capitais a longo prazo, com volume e eficácia de custos. As captações do Banco a médio e longo prazos, em 31 de dezembro de 2005, consistem em empréstimos, promissórias e bônus emitidos em diversas moedas, com taxas de juros contratuais que variam entre 0,00% e 14,00%, antes dos *swaps*, e entre (0,51%) (equivalente a JPY-LIBOR menos 58 pontos base) e 12,25% após os *swaps*, com várias datas de vencimento até 2027. Um resumo da carteira de captações do Banco a médio e longo prazos e do respectivo cronograma de vencimento até 31 de dezembro de 2005 e 2004 é apresentado no Anexo I-5.

O Banco tem um sistema de captações a curto prazo que consiste em um Programa de Notas com Deságio e linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas é de US\$100.000, e seu prazo máximo é de 360 dias.

As despesas de captação foram reduzidas por juros líquidos recebidos das respectivas transações de *swaps* de captação no valor de US\$564 milhões durante 2005 (2004—US\$869 milhões; 2003—US\$1.003 milhões).

Nota H – Atividades com derivativos e de hedging

Estratégia de administração de riscos e uso de derivativos

A estratégia utilizada pelo Banco para administrar riscos financeiros foi projetada para reforçar a capacidade do Banco para atingir seus objetivos. Essa estratégia inclui principalmente o estabelecimento, implementação, atualização e acompanhamento do conjunto de políticas e diretrizes financeiras inter-relacionadas, bem como a utilização de instrumentos financeiros e estruturas organizacionais adequadas. Os instrumentos derivativos financeiros são um componente importante do conjunto de instrumentos financeiros usados pelo Banco para facilitar o aumento de sua eficiência financeira, ao mesmo tempo em que atinge seus objetivos de administração de risco. O Banco utiliza instrumentos derivativos financeiros, principalmente *swaps* cambiais e de taxas de juros, para fins de *hedging*, como parte de sua administração de ativos e passivos.

A maior parte das operações de captação atuais do Banco inclui *swaps* como *hedge* de um passivo-objeto específico, produzindo a captação necessária (isto é, moeda e taxa de juros apropriadas). As operações do Banco também incluem *swaps* de taxas de juros como *hedge* dos empréstimos com taxa fixa do setor privado e *swaps* de investimento como *hedge* de um título de investimento-objeto particular e produzem o veículo apropriado para investir os valores em numerário existentes. Além disso, o Banco usa *caps* de taxa de juros para se proteger contra elevações repentinas na taxa de juros sobre captações de taxa flutuante, para os empréstimos do MMU baseados na LIBOR.

Cessação da aplicação dos procedimentos de contabilização de hedge

Em 1º de janeiro de 2004, o Banco cessou a contabilização de *hedge* e desfez as designações para todos os relacionamentos de *hedging*. Com a cessação da contabilidade de *hedge*, os derivativos continuaram a ser medidos pelo seu valor justo, o valor escritural dos ativos ou passivos anteriormente designados como itens com *hedge* em *hedges* de valor justo deixou de ser ajustado para refletir as alterações no valor justo e os ajustes de base acumulados previamente começaram a ser amortizados durante a vida útil remanescente do ativo ou passivo. Da mesma forma, os ganhos e perdas de *hedges* de fluxo de caixa que estavam incluídos em Outros resultados abrangentes acumulados começaram a ser reclassificados como resultados do período em que as transações defendidas por *hedge* designadas em períodos anteriores tiveram efeito sobre os resultados.

Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais

Os efeitos da aplicação do SFAS 133 e dos ajustes de tradução de valores em moeda estrangeira na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 compreendem o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
(Redução) aumento no valor justo dos instrumentos derivativos devido a movimentos em:		
Taxas de câmbio	\$(568)	\$630
Taxas de juros	5	48
Mudança total no valor justo dos instrumentos derivativos	(563)	678
Ganhos (perdas) nas transações cambiais com captações	536	(603)
Amortização dos ajustes na base das captações e empréstimos	85	250
Valores reclassificados para resultado— <i>hedges</i> de fluxo de caixa	(8)	(11)
Total	\$ 50	\$314

As captações do Banco em moedas não funcionais são plenamente convertidas em moedas funcionais por meio de *swaps*, de modo a proteger o Banco contra flutuações de taxas de câmbio. Em 2005, movimentos negativos nas taxas de câmbio que afetaram o valor das transações relacionadas com *swaps* de captações no montante de US\$568 milhões (2004—movimentos positivos de US\$630 milhões) compensaram os ganhos em transações cambiais relacionadas com captações de US\$536 milhões (2004—perdas de US\$603 milhões).

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota I – Risco de crédito comercial

Risco de crédito comercial é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de uma das contrapartes do Banco em investimentos, operações de curto prazo ou *swaps*, ou da degradação da classificação de crédito de uma dessas contrapartes por uma agência especializada. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. O principal objetivo da administração dos ativos líquidos do Banco é a manutenção de uma exposição conservadora a riscos de mercado, crédito e liquidez. Conseqüentemente, o Banco somente investe em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por Estados soberanos, órgãos, bancos e entidades com personalidade jurídica própria. Além disso, o Banco limita suas atividades no mercado de capitais a contrapartes, emissores e distribuidores autorizados, selecionados com base em políticas conservadoras de administração de riscos, e estabelece limites de exposição e prazo para essas contrapartes, emissores e distribuidores, com base em seu porte e crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e administração de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente *swaps* de taxa de juros e cambiais, para fins de *hedging*. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de *swap* e tem contratos mestres de *swap*, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também prevêm a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos limites contratuais. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes entre em inadimplência. Em 31 de dezembro de 2005, o Banco tinha recebido garantias de US\$885 milhões (2004—US\$1.015 milhões) em conexão com seus contratos mestres de *swap*.

As exposições de risco de crédito com derivativos apresentadas abaixo representam o potencial de risco máximo, com base no valor justo bruto do instrumento financeiro, exclusive de disposições de compensação na liquidação em contratos mestres de *swap*, em que o Banco incorreria, se as partes dos instrumentos financeiros derivativos totalmente descumprissem os termos dos contratos e se a garantia ou outra eventual caução para o valor devido demonstrasse ser desprovida de valor. Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, tais exposições de risco de crédito, antes da consideração dos eventuais contratos

mestres de *swap* ou garantia, eram (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Investimentos—carteira de curto prazo		
<i>Swaps</i> cambiais.....	\$ 3	\$ —
<i>Swaps</i> de taxa de juros.....	4	2
Carteira de captações		
<i>Swaps</i> cambiais.....	1.459	2.094
<i>Swaps</i> de taxa de juros.....	190	419
Carteira de empréstimos		
<i>Swaps</i> de taxa de juros.....	4	—

Nota J – Capital e poder de voto**Capital**

O capital do Banco consiste em ações “realizadas” e “exigíveis”. O capital subscrito e “realizado” foi integralizado em ouro ou em dólares dos Estados Unidos e na moeda do respectivo membro, que, em certos casos, foi tornada plenamente conversível, de acordo com os termos do respectivo aumento de capital. Obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, foram aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições do membro ao “capital realizado”. A parcela do capital subscrito “exigível” somente pode ser exigida quando necessária para satisfazer obrigações assumidas pelo Banco com respeito a captação de recursos para inclusão nos recursos do Capital Ordinário do Banco ou garantias debitáveis a esses recursos e é integralizável, segundo opção do país membro, em ouro, em dólares dos Estados Unidos, em moeda do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco para os fins pelos quais o pagamento é exigido. O Anexo I-6 traz uma Demonstração das Subscrições de Capital em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

A composição de valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Membros regionais em desenvolvimento ...	\$419	\$ 444
Canadá	(95)	(66)
Membros extra-regionais.....	(69)	(283)
Total.....	\$255	\$ 95

Esses valores são representados no Balanço Patrimonial como se segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Valores a receber de países membros	\$ 443	\$ 457
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários	(188)	(362)
Total	\$ 255	\$ 95

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Poder de voto

De acordo com o Convênio, cada membro tem direito a 135 votos, mais um voto por ação do Banco detida pelo país. O Convênio, como emendado pelo Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, também estipula que nenhum aumento no valor do Capital Ordinário subscrito por qualquer país membro poderá reduzir o poder de voto dos países membros regionais em desenvolvimento para menos de 50,005%, dos Estados Unidos para menos de 30% e do Canadá para menos de 4% do total dos direitos de voto, deixando disponível para os membros extra-regionais o poder de voto de até 15,995%, incluindo 5%, aproximadamente, para o Japão.

As subscrições totais a ações do capital e o poder de voto dos países membros em 31 de dezembro de 2005 são apresentados na Demonstração das Subscrições de Capital e Poder de Voto, no Anexo I-7.

Aumento no número de membros do Banco

Em 16 de março de 2005, a República da Coreia ingressou no Banco como seu 47º membro e subscreveu oito ações de capital realizado e 176 de capital exigível.

Nota K – Lucros retidos

A composição de Lucros retidos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Reserva geral.....	\$11.534	\$10.772
Reserva especial	2.665	2.665
Total.....	<u>\$14.199</u>	<u>\$13.437</u>

Entre 2000 e 2004, o Banco fez transferências anuais do resultado líquido do Capital Ordinário para o FOE no valor de US\$27,2 milhões. Cada uma dessas transferências representou um quinto das contribuições especiais não distribuídas ao FOE, previstas no Convênio do Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. As transferências de lucro líquido reduzem a reserva geral do Banco.

Nota L – Outros resultados abrangentes acumulados

O valor de Outros resultados abrangentes compreende os efeitos da implantação do SFAS 133, e de ajustes de tradução de valores expressos em moeda estrangeira. Esses itens são apresentados na Demonstração do Resultado Abrangente.

Segue um resumo das alterações em Outros resultados abrangentes acumulados para os anos findos em 31 de de-

zembro de 2005 e 2004 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Distribuição de ajustes de tradução		Ajustes do SFAS 133	Total
	Reserva geral	Reserva especial		
Saldo em 1º de janeiro de 2004..	\$ 673	\$(163)	\$ (26)	\$484
Ajustes de tradução	206	33	—	239
Valores reclassificados para resultado— <i>hedges</i> de fluxo de caixa	—	—	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2004	879	(130)	(15)	734
Ajustes de tradução	(484)	(70)	—	(554)
Valores reclassificados para resultado— <i>hedges</i> de fluxo de caixa	—	—	8	8
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>\$ 395</u>	<u>\$(200)</u>	<u>\$ (7)</u>	<u>\$188</u>

Nota M – Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria

O Banco mantém dois planos de aposentadoria com benefícios definidos (Planos), o Plano de Aposentadoria dos Funcionários (PAF), que paga benefícios de pensão aos seus funcionários internacionais e aos funcionários da CII, e o Plano de Aposentadoria dos Funcionários Locais (PAFL), para os benefícios de pensão aos funcionários locais das representações. Os Planos são financiados por contribuições dos funcionários e do Banco, de acordo com as disposições dos próprios Planos. Todas as contribuições aos Planos feitas pelo Banco são irrevogáveis e são mantidas separadamente em fundos de aposentadoria, exclusivamente para o pagamento dos benefícios concedidos pelos Planos.

O Banco também presta certos benefícios aos aposentados, incluindo assistência médica e hospitalar. Todos os funcionários do Banco e da CII que contribuem para o PAF e PAFL durante o período de serviço ativo e que satisfazem certas outras exigências fazem jus aos benefícios pós-aposentadoria sob as disposições do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de saúde do Banco de acordo com uma tabela de prêmios estabelecida. O Banco contribui com o restante dos custos futuros dos benefícios de assistência médico-hospitalar e de outros benefícios em valores determinados por métodos atuariais. Embora todas as contribuições feitas pelo Banco e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam propriedade do Banco, esses valores são mantidos e administrados separadamente dos outros ativos do Banco, exclusivamente para fins de pagamento dos benefícios sob as disposições do plano do PBPA e não são incluídos no Balanço Patrimonial do Banco.

Como tanto o Banco como a CII participam dos Planos e do PBPA, cada empregador apresenta sua própria parte desses

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

planos. Os valores apresentados abaixo refletem a participação proporcional do Banco nos custos, ativos e obrigações dos Planos e do PBPA. Certas divulgações relacionadas com anos anteriores foram emendadas de modo a refletir a parcela proporcional do Banco nesses planos.

Obrigações e posição de financiamento

O Banco usa o dia 31 de dezembro como data de medição para os Planos e para o PBPA. O quadro abaixo resume a parcela do Banco da movimentação nas obrigações por benefícios, da movimentação dos ativos do Plano e da posição de financiamento dos Planos e do PBPA, bem como os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Variação nas obrigações por benefícios						
Obrigações por benefícios, início do exercício	\$1.794	\$1.671	\$1.572	\$733	\$703	\$645
Custo do serviço	56	47	44	28	22	20
Custo dos juros	105	96	97	42	39	40
Contribuições dos participantes	20	18	17	—	—	—
Perda (ganho) atuarial	136	10	(14)	23	(18)	—
Emendas ao Plano	—	7	7	—	1	11
Benefícios pagos	(65)	(55)	(52)	(16)	(14)	(13)
Obrigações por benefícios, encerramento do exercício	2.046	1.794	1.671	810	733	703
Mutações no ativo do plano						
Valor justo do ativo do plano, no início do exercício ...	2.259	2.015	1.656	899	811	663
Retorno real sobre o ativo do plano	255	253	373	99	95	161
Contribuição do empregador	30	28	19	12	7	—
Contribuições dos participantes	20	18	17	—	—	—
Benefícios pagos	(65)	(55)	(52)	(16)	(14)	(13)
Pagamentos líquidos recebidos de outros planos	—	—	2	—	—	—
Valor justo do ativo, encerramento do exercício	2.499	2.259	2.015	994	899	811
Posição de financiamento ...	453	465	344	184	166	108
Parcela não reconhecida:						
Ganho atuarial líquido. ...	(331)	(344)	(229)	(142)	(118)	(61)
Custo do serviço anterior	13	15	9	9	10	10
Valor líquido reconhecido...	\$135	\$136	\$124	\$51	\$58	\$57
Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial consistem em:						
Custo dos benefícios antecipados	\$136	\$136	\$124	\$51	\$58	\$57
Passivo de benefícios acumulado	(1)	—	—	—	—	—
Valor líquido reconhecido...	\$135	\$136	\$124	\$51	\$58	\$57

As obrigações de benefícios acumuladas para os Planos totalizavam US\$1,765 milhões e US\$1.567 milhões em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

Componentes do custo de benefícios líquido periódico

O custo (receita) de benefícios líquido periódico para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 consiste nos seguintes componentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Custo do serviço	\$ 56	\$ 47	\$ 44	\$ 28	\$ 22	\$ 20
Custo dos juros	105	96	97	42	39	40
Retorno esperado sobre o ativo do plano	(132)	(128)	(133)	(53)	(53)	(61)
Amortização de:						
Custo do serviço anterior	2	1	1	2	—	(2)
Ganho líquido a reconhecer	—	—	(1)	—	(2)	(7)
Custo (receita) de benefícios líquido periódico	\$ 31	\$ 16	\$ 8	\$ 19	\$ 6	\$(10)
Compostos de:						
Parcela do Capital Ordinário	\$ 25	\$ 13	\$ 6	\$ 15	\$ 5	\$ (8)
Parcela do FOE	6	3	2	4	1	(2)

O Banco aloca a receita e custos de benefícios líquidos periódicos ao Capital Ordinário e ao FOE, de acordo com o método de alocação aprovado pela Diretoria Executiva, para despesas administrativas. O custo dos benefícios é incluído em Despesas administrativas. A receita de benefícios do PBPA relativa aos exercícios anteriores foi incluída em Outras receitas.

Pressupostos atuariais

Os pressupostos atuariais utilizados se baseiam em taxas de juros do mercado financeiro, experiência histórica e na melhor estimativa das mutações em benefícios futuros e condições econômicas por parte da administração. As eventuais alterações nesses pressupostos afetarão as obrigações e custos dos benefícios futuros. Quando os resultados efetivos diferem dos esperados, ocorrem ganhos ou perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederem 10% do maior entre a obrigação de benefício ou o valor relacionado com o mercado dos ativos do plano no início do exercício são amortizados durante o período de serviço médio remanescente dos funcionários ativos que deverão receber benefícios sob o PAF, PAFL e PBPA, o que se aproxima de 10,5, 13,0 e 11,7 anos, respectivamente.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

O custo do serviço anterior não reconhecido é amortizado em 10,5 anos para o PAF, 13,0 anos para o PAFL e 7,5 anos para o PBPA.

As médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefício e custo de benefício periódico líquido eram as seguintes:

Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefícios em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	5,75%	5,50%	5,50%	5,75%
Taxa de aumento salarial						
PAF	5,10%	5,10%	5,30%			
Taxa de aumento salarial						
PAFL	7,30%	6,90%	7,20%			

Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo dos custos de benefício líquido periódico em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Taxa de desconto	5,50%	5,75%	6,25%	5,50%	5,75%	6,25%
Retorno a longo prazo esperado sobre o ativo do plano	6,75%	6,75%	7,25%	6,75%	6,75%	7,25%
Taxa de aumento salarial						
PAF	5,10%	5,30%	6,10%			
Taxa de aumento salarial						
PAFL	6,90%	7,20%	7,90%			

A taxa de retorno anual esperada sobre os ativos do plano reflete a taxa de retorno histórica de categorias de ativos empregadas pelos planos e a aplicação conservadora desses retornos para a formulação da alocação de ativos da política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas na determinação das obrigações por benefícios são selecionadas por consulta às taxas aplicáveis aos títulos de renda fixa privados com classificações AAA e AA no encerramento do exercício.

Para os participantes que se presume venham a aposentar-se nos Estados Unidos, a obrigação de benefícios pós-aposentadoria acumulada foi determinada usando-se as seguintes taxas de tendências de custo de assistência à saúde em 31 de dezembro:

	2005	2004	2003
Taxas de tendências de custos de assistência à saúde para o próximo ano:			
Médicos	8,00%	8,00%	8,75%
Medicamentos	9,50%	11,00%	14,75%
Dentários	6,50%	6,50%	7,25%
Taxa à qual se presume que a taxa de tendência de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final) . .	4,50%	4,50%	4,75%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2013	2013	2013

No caso dos participantes cuja aposentadoria presumivelmente ocorrerá fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência de custo de saúde de 8,00% (2004—8,00%; 2003—8,75%).

As taxas de tendências de custos de assistência médico-hospitalar presumidas têm um efeito significativo sobre os valores divulgados para o PBPA. Uma mudança de um ponto percentual nas taxas de tendência de custos de assistência médico-hospitalar em 31 de dezembro de 2005 teria os seguintes efeitos (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Aumento de 1 ponto percentual	Redução de 1 ponto percentual
Efeito nos componentes do custo total do serviço e juros	\$12	\$ (9)
Efeito sobre as obrigações de benefícios pós-aposentadoria . . .	99	(78)

Ativos dos Planos

As alocações médias ponderadas dos ativos dos Planos e do PBPA em 31 de dezembro de 2005 e 2004, por categoria de ativos, eram as seguintes:

Categoria de ativo	Planos		PBPA	
	2005	2004	2005	2004
Ações de empresas dos EUA	35%	36%	39%	41%
Ações de empresas de outros países	31%	32%	35%	32%
Obrigações e fundos de renda fixa	20%	18%	17%	18%
Obrigações reajustáveis do governo dos Estados Unidos	5%	6%	8%	9%
Fundos de investimento imobiliário e em ações	6%	5%	—	—
Futuros de índices de commodities	3%	2%	—	—
Outros	—	1%	1%	—
Total	100%	100%	100%	100%

Os ativos dos Planos e do PBPA são administrados, principalmente, por gestores de investimentos ligados ao Banco por vínculo empregatício, aos quais são fornecidas diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimentos dos Planos e do PBPA. Tais políticas de investimentos foram desenvolvidas de modo tal que, considerados os retornos históricos, exista uma alta alocação a ações com a expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de financiamento a longo prazo.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Os investimentos mantêm exposições médias entre 65% e 70% a um bem diversificado conjunto de ações. Também há ativos investidos em títulos de renda fixa (20%) para proteger contra os efeitos de grave desinflação, bem como um conjunto de outros tipos de investimentos (10% a 15%) que se espera reajam positivamente contra aumentos na taxa de inflação, para proteger contra perdas de poder aquisitivo. As metas de alocação das políticas de investimento em 31 de dezembro de 2005 eram:

	PAF	PAFL	PBPA
Ações de empresas dos Estados Unidos...	35%	40%	40%
Ações de empresas de outros países...	30%	30%	30%
Renda fixa	20%	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação ⁽¹⁾	15%	10%	10%

⁽¹⁾ Compreende obrigações reajustáveis do governo dos EUA (5% a 15%), fundos de investimento imobiliário e ações (0% a 6%) e futuros de índices de commodities (0% a 4%) para o PAF, obrigações reajustáveis do governo dos EUA (5% a 10%) e fundos de investimentos em imóveis e ações (0% a 5%) para o PAFL e obrigações reajustáveis do governo dos EUA (10%) para o PBPA.

A gestão de risco é realizada pelo contínuo monitoramento de cada nível de categoria de ativos e gestor de investimentos. Os investimentos são rebalanceados em direção às alocações-meta das políticas na medida do permitido pelos fluxos de caixa. Caso os fluxos de caixa não sejam suficientes para manter os pesos-meta, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Os gestores de investimento, de modo geral, somente têm permissão para investir mais do que 5% de suas carteiras em títulos de um único emissor, se este for o governo dos Estados Unidos. O uso de derivativos, por parte de um gestor de investimentos, exige aprovação expressa para cada instrumento.

Fluxos de caixa

Contribuições

As contribuições do Banco aos Planos e ao PBPA durante 2006 devem somar aproximadamente US\$35 milhões e US\$16 milhões, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em numerário.

Pagamentos de benefícios futuros estimados

A tabela abaixo apresenta os pagamentos de benefícios que refletem o serviço futuro esperado, como apropriado, que o Banco espera pagar em cada um dos próximos cinco anos e seu valor agregado para os cinco anos subsequentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Esses valores se baseiam nos mesmos pressupostos usados para medir as obrigações por benefícios em 31 de dezembro de 2005.

Ano	Planos	PBPA
2006	\$ 70	\$ 23
2007	76	26
2008	83	28
2009	90	31
2010	97	34
2011–2015	585	206

Nota N – Conciliação de Resultado líquido com Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido e Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Resultado líquido	\$ 762	\$1.176	\$2.433
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de empréstimos	(8)	(72)	171
Receita de investimentos	(7)	(1)	2
Ganho líquido a realizar sobre investimentos de curto prazo	(1)	(14)	(4)
Juros e outros custos de captações, após os swaps	188	124	(159)
Despesas administrativas, incluindo depreciação	53	(10)	(1)
Programas especiais	11	—	—
Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	(50)	(279)	222
(Aumento) redução líquida em investimentos a curto prazo	(1.341)	2.076	470
Provisão para perdas com empréstimos e garantias (crédito)	(14)	21	(1.370)
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais	<u>\$ (407)</u>	<u>\$3.021</u>	<u>\$1.764</u>

Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa

(Redução) aumento resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos de curto prazo	\$ (272)	\$ 170	\$ 383
Investimentos mantidos até o vencimento	(271)	194	451
Saldo de empréstimos	(1.377)	624	1.621
Captações	(1.229)	665	1.883
Valores a receber de países membros, líquido	187	(164)	(342)

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota O – Informações sobre segmentos

A administração determinou que o Banco tem somente um segmento para fins de relatório, já que não administra suas operações alocando recursos com base na determinação das contribuições ao resultado líquido feitas pelas operações individuais. O Banco não distingue entre a natureza dos produtos fornecidos ou serviços prestados, o processo de preparação ou o método usado para prestar esses serviços aos diversos países. No ano de 2005, os empréstimos feitos a três países ou garantidos por eles individualmente geraram mais de 10% da receita de operações de crédito. A receita de operações de crédito desses três países foi de US\$478 milhões, US\$460 milhões e US\$333 milhões, respectivamente.

Nota P – Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para estimar o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços cotados pelos distribuidores para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Não existe mercado secundário para os empréstimos de desenvolvimento. Para todos os empréstimos e operações correlatas, o Banco é de opinião que, dada sua posição singular em operações de crédito e a ausência de um mercado secundário, não é praticável estimar o valor justo de sua carteira de crédito.

Swaps: Os valores justos dos *swaps* de taxa de juros e cambiais são baseados em modelos de determinação de preços e representam o custo de reposição estimado para esses contratos.

Captações: Os valores justos das captações são baseados nos preços cotados pelo mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços cotados pelos distribuidores para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados.

A tabela abaixo demonstra as estimativas do Banco quanto ao valor justo dos instrumentos financeiros em carteira, juntamente com seus valores escriturais, em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005		2004	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa	\$ 223	\$ 223	\$ 210	\$ 210
Investimentos				
Carteira de curto prazo	10.183	10.183	9.162	9.162
Detidos até o vencimento	3.414	3.414	3.809	3.854
Saldo de empréstimos, líquido..	47.960	N/D	49.643	N/D
Swaps de taxa de juros e cambiais a receber				
Investimentos—carteira de curto prazo	3	3	—	—
Empréstimos	5	5	—	—
Captações	1.596	1.596	2.366	2.366
Captações				
Curto prazo	926	926	308	308
Médio e longo prazos	44.167	44.918	46.505	47.876
Swaps de taxa de juros e cambiais a pagar				
Investimentos—carteira de curto prazo	61	61	115	115
Empréstimos	10	10	33	33
Captações	491	491	697	697

n/d = não disponível

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:			
Valor escritural.....	196	132	328
Saldo médio durante o exercício.....	183	140	323
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	1	(4)	(3)
Obrigações de outros governos e órgãos:			
Valor escritural.....	99	256	355
Saldo médio durante o exercício.....	181	225	406
Perda líquido durante o exercício.....	(7)	(3)	(10)
Obrigações bancárias:			
Valor escritural.....	1.845	415	2.260
Saldo médio durante o exercício.....	2.052	499	2.551
Ganho líquido durante o exercício.....	2	—	2
Títulos privados:			
Valor escritural.....	323	161	484
Saldo médio durante o exercício.....	198	160	358
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	—	—	—
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:			
Valor escritural.....	4.674	2.082	6.756
Saldo médio durante o exercício.....	4.042	1.476	5.518
Ganho líquido durante o exercício.....	27	1	28
Total dos investimentos a curto prazo:			
Valor escritural.....	7.137	3.046	10.183
Saldo médio durante o exercício.....	6.656	2.500	9.156
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	23	(6)	17
Swaps cambiais a receber:			
Valor escritural ⁽¹⁾	251	—	251
Saldo médio durante o exercício.....	215	—	215
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:			
Valor escritural ⁽¹⁾	—	(304)	(304)
Saldo médio durante o exercício.....	—	(278)	(278)
Ganho líquido durante o exercício.....	—	4	4
Swaps de taxa de juros, líquidos:			
Valor escritural ⁽¹⁾	(2)	(3)	(5)
Saldo médio durante o exercício.....	(4)	(4)	(8)
Ganho líquido durante o exercício.....	7	1	8
Total dos investimentos a curto prazo e swaps:			
Valor escritural.....	7.386	2.739	10.125
Saldo médio durante o exercício.....	6.867	2.218	9.085
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	30	(1)	29
Retorno do exercício (%).....	3,53	2,38	3,27

⁽¹⁾ O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta a receber (a pagar), classificado por sua moeda. Como explicado na Nota B das demonstrações financeiras, os contratos de swaps cambiais e de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido desses contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE INVESTIMENTOS A CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Ienes	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:				
Valor escritural.....	253	157	—	410
Saldo médio durante o exercício.....	258	188	70	516
Ganho líquido durante o exercício.....	1	2	—	3
Obrigações de outros governos e órgãos:				
Valor escritural.....	240	261	39	540
Saldo médio durante o exercício.....	255	259	637	1.151
Perda líquida durante o exercício.....	(12)	(1)	(1)	(14)
Obrigações bancárias:				
Valor escritural.....	2.583	179	—	2.762
Saldo médio durante o exercício.....	2.401	581	71	3.053
Perda líquida durante o exercício.....	—	(1)	—	(1)
Títulos privados:				
Valor escritural.....	165	56	—	221
Saldo médio durante o exercício.....	190	26	82	298
Perda líquida durante o exercício.....	(2)	—	—	(2)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:				
Valor escritural.....	3.512	1.717	—	5.229
Saldo médio durante o exercício.....	3.270	1.624	68	4.962
Ganho líquido durante o exercício.....	6	4	—	10
Total dos investimentos a curto prazo:				
Valor escritural.....	6.753	2.370	39	9.162
Saldo médio durante o exercício.....	6.374	2.678	928	9.980
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	(7)	4	(1)	(4)
Swaps cambiais a receber:				
Valor escritural ⁽¹⁾	221	—	—	221
Saldo médio durante o exercício.....	401	—	—	401
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	—	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:				
Valor escritural ⁽¹⁾	—	(284)	(39)	(323)
Saldo médio durante o exercício.....	—	(435)	(87)	(522)
Ganho líquido durante o exercício.....	—	2	—	2
Swaps de taxa de juros, líquidos:				
Valor escritural ⁽¹⁾	(9)	(4)	—	(13)
Saldo médio durante o exercício.....	(16)	(4)	(3)	(23)
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	13	(1)	1	13
Total dos investimentos a curto prazo e swaps:				
Valor escritural.....	6.965	2.082	—	9.047
Saldo médio durante o exercício.....	6.759	2.239	838	9.836
Ganho líquido durante o exercício.....	6	5	—	11
Retorno do exercício (%).....	1,66	2,55	0,12	1,72

⁽¹⁾ O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta a receber (a pagar), classificado por sua moeda. Como explicado na Nota B das demonstrações financeiras, os contratos de swaps cambiais e de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido desses contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO – NOTA D

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíços	Ienes	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:						
Valor escritural líquido	5	114	—	—	—	119
Ganhos brutos a realizar	—	1	—	—	—	1
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	5	115	—	—	—	120
Obrigações de outros governos e órgãos:						
Valor escritural líquido	411	628	91	331	759	2.220
Ganhos brutos a realizar	—	5	1	—	5	11
Perdas brutas a realizar	9	2	—	—	3	14
Valor justo	402	631	92	331	761	2.217
Obrigações bancárias:						
Valor escritural líquido	103	299	50	95	191	738
Ganhos brutos a realizar	—	1	—	—	—	1
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	103	300	50	95	191	739
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	130	35	—	11	161	337
Ganhos brutos a realizar	1	—	—	—	1	2
Perdas brutas a realizar	1	—	—	—	—	1
Valor justo	130	35	—	11	162	338
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	649	1.076	141	437	1.111 ⁽¹⁾	3.414
Ganhos brutos a realizar	1	7	1	—	6	15
Perdas brutas a realizar	10	2	—	—	3	15
Valor justo	640	1.081	142	437	1.114	3.414
Retorno do exercício (%)	4,21	3,61	2,10	0,12	4,34	3,33

⁽¹⁾ O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$ 851
Libras esterlinas	182
Outros	78
Total	<u>\$1.111</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2006	\$1.432	\$1.435
2007 to 2010	1.982	1.979
Total	<u>\$3.414</u>	<u>\$3.414</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO – NOTA D

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:						
Valor escritural líquido	5	178	—	—	—	183
Ganhos brutos a realizar	—	3	—	—	—	3
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	5	181	—	—	—	186
Obrigações de outros governos e órgãos:						
Valor escritural líquido	368	631	137	513	812	2.461
Ganhos brutos a realizar	4	11	3	—	13	31
Perdas brutas a realizar	2	—	—	—	1	3
Valor justo	370	642	140	513	824	2.489
Obrigações bancárias:						
Valor escritural líquido	79	399	40	77	114	709
Ganhos brutos a realizar	—	6	—	—	—	6
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	79	405	40	77	114	715
Títulos privados:						
Valor escritural líquido	14	—	—	10	—	24
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	14	—	—	10	—	24
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	155	41	—	72	164	432
Ganhos brutos a realizar	4	1	—	—	4	9
Perdas brutas a realizar	1	—	—	—	—	1
Valor justo	158	42	—	72	168	440
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	621	1.249	177	672	1.090 ⁽¹⁾	3.809
Ganhos brutos a realizar	8	21	3	—	17	49
Perdas brutas a realizar	3	—	—	—	1	4
Valor justo	626	1.270	180	672	1.106	3.854
Retorno do exercício (%)	4,25	3,77	1,45	0,22	4,44	3,32

⁽¹⁾ O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$ 789
Libras esterlinas	213
Outros	88
Total	<u>\$1.090</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2005	\$1.477	\$1.483
2006 a 2009	2.313	2.352
2010	19	19
Total	<u>\$3.809</u>	<u>\$3.854</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo 2005 ⁽¹⁾	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		Saldo	Parcela a desembolsar 2004 ⁽¹⁾
		Moedas de países não mutuários	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 8.474	\$ 8.399	\$ 75	\$ 3.233	\$ 8.593
Bahamas.....	71	71	—	83	71
Barbados.....	150	150	—	99	165
Belize.....	71	71	—	12	70
Bolívia.....	282	282	—	—	366
Brasil.....	10.820	10.780	40	3.717	10.506
Chile.....	535	533	2	128	569
Colômbia.....	3.570	3.545	25	1.194	4.824
Costa Rica.....	569	569	—	285	770
El Salvador.....	1.099	1.099	—	506	1.101
Equador.....	1.286	1.286	—	229	1.418
Guatemala.....	874	874	—	439	887
Guiana.....	9	9	—	—	12
Honduras.....	120	120	—	—	151
Jamaica.....	594	594	—	162	647
México.....	7.597	7.597	—	2.355	7.429
Nicarágua.....	92	92	—	—	108
Panamá.....	767	767	—	295	777
Paraguai.....	627	627	—	283	655
Peru.....	3.401	3.400	1	709	3.212
República Dominicana.....	999	999	—	369	923
Suriname.....	44	44	—	43	42
Trinidad e Tobago.....	414	414	—	188	437
Uruguai.....	2.230	2.230	—	533	2.241
Venezuela.....	1.723	1.706	17	1.137	1.966
Membros regionais.....	579	579	—	69	658
Programa do Setor Privado.....	1.138	1.138	—	632	1.244
Corporação Interamericana de Investimentos.....	—	—	—	300	—
Total 2005.....	<u>\$48.135</u>	<u>\$47.975</u>	<u>\$160</u>	<u>\$17.000</u>	
Total 2004.....		<u>\$49.675</u>	<u>\$167</u>	<u>\$16.093</u>	<u>\$49.842</u>

⁽¹⁾ Este quadro não inclui empréstimos do Programa do Setor Privado, que totalizavam US\$1.628 milhões em 31 de dezembro de 2005 (2004—US\$1.947 milhões). Este quadro também não inclui garantias no valor de \$319 milhões em vigor em 31 de dezembro de 2005 (2004—US\$331 milhões).

Os seguintes países têm empréstimos de Programas do Setor Privado (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	31 de dezembro			31 de dezembro	
	2005	2004		2005	2004
Argentina.....	\$141	\$161	México.....	\$ 275	\$ 316
Bolívia.....	123	94	Nicarágua.....	8	9
Brasil.....	298	368	Panamá.....	12	14
Chile.....	21	35	Peru.....	92	88
Colômbia.....	10	9	Uruguai.....	12	15
Costa Rica.....	12	13	Regional.....	104	92
Jamaica.....	30	30		<u>\$1.138</u>	<u>\$1.244</u>

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos em moeda única			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Taxa fixa	\$ 729	7,26	\$ —	—	—	\$ 729	7,26
Taxa reajustável	8.656	4,23	23.279	4,95	8,11	31.935	4,75
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	833	6,78	4,14	833	6,78
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	6.079	6,22	6,38	6.079	6,22
Euros							
Taxa fixa	154	7,27	—	—	—	154	7,27
Taxa reajustável	1.811	4,23	11	3,92	6,22	1.822	4,23
Francos suíços							
Taxa fixa	173	7,29	—	—	—	173	7,29
Taxa reajustável	2.008	4,23	—	—	—	2.008	4,23
Ienes							
Taxa fixa	328	7,25	—	—	—	328	7,25
Taxa reajustável	3.911	4,23	3	1,60	5,89	3.914	4,23
Outras							
Taxa fixa	160	4,01	—	—	—	160	4,01
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa	1.544	6,93	—	—	—	1.544	6,93
Taxa reajustável	16.386	4,23	23.293	4,95	8,11	39.679	4,65
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	833	6,78	4,14	833	6,78
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	6.079	6,22	6,38	6.079	6,22
Total	<u>\$17.930</u>	<u>4,46</u>	<u>\$30.205</u>	<u>5,26</u>	<u>7,65</u>	<u>\$48.135</u>	<u>4,96</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa fixa ⁽¹⁾	Reajustável ⁽¹⁾	Taxa fixa	Taxa reajustável	Total
2006	\$ 379	\$ 1.816	\$110	\$ 2.154	\$ 489	\$ 3.970	\$ 4.459
2007	292	1.819	114	2.684	406	4.503	4.909
2008	225	1.824	104	2.300	329	4.124	4.453
2009	153	1.824	99	1.825	252	3.649	3.901
2010	130	1.749	97	1.881	227	3.630	3.857
2011 a 2015	334	5.360	279	8.824	613	14.184	14.797
2016 a 2020	26	1.686	30	6.450	56	8.136	8.192
2021 a 2025	5	294	—	2.737	5	3.031	3.036
2026 a 2030	—	14	—	517	—	531	531
Total	<u>\$1.544</u>	<u>\$16.386</u>	<u>\$833</u>	<u>\$29.372</u>	<u>\$2.377</u>	<u>\$45.758</u>	<u>\$48.135</u>
Vencimento médio (anos)	<u>3,16</u>	<u>5,26</u>	<u>4,14</u>	<u>7,75</u>	<u>3,50</u>	<u>6,86</u>	<u>6,69</u>

⁽¹⁾ Inclui empréstimos baseados na LIBOR.⁽²⁾ Vencimento médio—empréstimos em moedas múltiplas: A seleção de moedas usada pelo Banco para fins de cobrança não permite a determinação do vencimento médio para empréstimos em moedas múltiplas por moeda individual. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos em moedas múltiplas e vencimento médio para a carteira total de empréstimos em moedas múltiplas pelo seu equivalente combinado em dólares dos Estados Unidos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos em moeda única			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Taxa fixa	\$ 1.031	7,28	\$ —	—	—	\$ 1.031	7,28
Taxa reajustável	9.355	4,62	21.937	4,99	8,46	31.292	4,88
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	975	7,10	4,68	975	7,10
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	5.547	5,16	3,99	5.547	5,16
Euros							
Taxa fixa	277	7,30	—	—	—	277	7,30
Taxa reajustável	2.469	4,62	13	4,63	7,08	2.482	4,62
Francos suíços							
Taxa fixa	293	7,32	—	—	—	293	7,32
Taxa reajustável	2.594	4,62	—	—	—	2.594	4,62
Ienes							
Taxa fixa	513	7,27	—	—	—	513	7,27
Taxa reajustável	4.666	4,62	3	1,65	6,63	4.669	4,62
Outras							
Taxa fixa	169	4,02	—	—	—	169	4,02
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa	2.283	7,04	—	—	—	2.283	7,04
Taxa reajustável	19.084	4,62	21.953	4,99	8,46	41.037	4,82
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	975	7,10	4,68	975	7,10
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	5.547	5,16	3,99	5.547	5,16
Total	<u>\$21.367</u>	<u>4,88</u>	<u>\$28.475</u>	<u>5,10</u>	<u>7,46</u>	<u>\$49.842</u>	<u>5,00</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ⁽²⁾		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa fixa ⁽¹⁾	Reajustável ⁽¹⁾	Taxa fixa	Taxa reajustável	Total
2005	\$ 551	\$ 1.912	\$ 84	\$ 1.152	\$ 635	\$ 3.064	\$ 3.699
2006	433	1.926	123	2.405	556	4.331	4.887
2007	341	1.924	123	3.212	464	5.136	5.600
2008	259	1.929	113	2.488	372	4.417	4.789
2009	182	1.927	105	1.685	287	3.612	3.899
2010 a 2014	466	6.793	382	7.870	848	14.663	15.511
2015 a 2019	43	2.203	45	5.866	88	8.069	8.157
2020 a 2024	8	435	—	2.404	8	2.839	2.847
2025 a 2029	—	35	—	418	—	453	453
Total	<u>\$2.283</u>	<u>\$19.084</u>	<u>\$975</u>	<u>\$27.500</u>	<u>\$3.258</u>	<u>\$46.584</u>	<u>\$49.842</u>
Vencimento médio (anos)	<u>3,17</u>	<u>5,62</u>	<u>4,68</u>	<u>7,56</u>	<u>3,62</u>	<u>6,77</u>	<u>6,56</u>

⁽¹⁾ (2) Ver notas da página anterior.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS A MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS G E H

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos) ⁽¹⁾
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$ 24.671	5,41	5,47	\$ 1.377	5,77	2,79	\$ 459	4,77	5,65	\$26.507	5,42	5,34
	—	—	—	(1.015)	5,07	1,97	(7.810)	4,60	6,99	(8.825)	4,66	6,41
Taxa reajustável	150	2,46	8,73	12.435	4,12	5,44	9.046	4,20	6,89	21.631	4,14	6,07
	—	—	—	(1.494)	4,18	3,14	(1.695)	3,89	6,09	(3.189)	4,02	4,71
Euros												
Taxa fixa	3.035	5,25	4,29	—	—	—	412	4,22	1,31	3.447	5,13	3,94
	—	—	—	(1.043)	5,28	3,98	(1.331)	3,98	4,77	(2.374)	4,55	4,42
Taxa reajustável	711	5,38	8,19	2.246	2,16	2,18	1.331	2,66	4,77	4.288	2,85	3,98
	—	—	—	(792)	4,95	7,45	(412)	2,24	1,31	(1.204)	4,02	5,34
Franco suíço												
Taxa fixa	760	3,27	1,81	—	—	—	—	—	—	760	3,27	1,81
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taxa reajustável	—	—	—	434	0,46	3,52	—	—	—	434	0,46	3,52
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ienes												
Taxa fixa	2.569	3,07	4,18	765	0,93	2,82	42	1,71	2,37	3.376	2,56	3,85
	—	—	—	(468)	3,45	2,51	(1.125)	1,92	3,58	(1.593)	2,37	3,27
Taxa reajustável	229	2,35	13,41	246	(0,28)	2,68	1.108	(0,21)	3,84	1.583	0,15	5,04
	—	—	—	(627)	0,61	6,75	(25)	1,23	12,83	(652)	0,63	6,99
Outras moedas												
Taxa fixa	14.195	5,97	5,33	—	—	—	—	—	—	14.195	5,97	5,33
	—	—	—	(14.195)	5,95	5,33	—	—	—	(14.195)	5,95	5,33
Taxa reajustável	113	10,07	5,80	—	—	—	—	—	—	113	10,07	5,80
	—	—	—	(113)	10,07	5,80	—	—	—	(113)	10,07	5,80
Total												
Taxa fixa	45.230	5,41	5,21	2.142	—	—	913	—	—	48.285	5,33	5,08
	—	—	—	(16.721)	—	—	(10.266)	—	—	(26.987)	5,19	5,48
Taxa reajustável	1.203	4,88	9,02	15.361	—	—	11.485	—	—	28.049	3,69	5,65
	—	—	—	(3.026)	—	—	(2.132)	—	—	(5.158)	3,73	5,17
Principal, ao valor nominal	46.433	5,39	5,31	(2.244)	—	—	—	—	—	44.189	4,55	5,18
SFAS 133												
Ajuste de base	168	—	—	—	—	—	—	—	—	168	—	—
Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	—	—	—	(223)	—	—	67	—	—	(156)	—	—
Desconto líquido a amortizar	(2.434)	—	—	1.295	—	—	—	—	—	(1.139)	—	—
Total	<u>\$ 44.167</u>	<u>5,39</u>	<u>5,31</u>	<u>\$(1.172)</u>	—	—	<u>\$ 67</u>	—	—	<u>\$43.062</u>	<u>4,55</u>	<u>5,18</u>

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2005, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de quatro meses.

⁽²⁾ Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados, no seu total, ao valor justo, como indicado. O montante do valor justo líquido a receber de swaps cambiais de US\$1.172 milhões e o montante do valor justo líquido a pagar de swaps de taxa de juros de \$67 milhões, apresentados no quadro acima, são representados por ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$1.596 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$491 milhões, incluídos no Balanço Patrimonial.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE SALDO DE CAPTAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZOS

31 de dezembro de 2005

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2006	\$ 6.563	2011 até 2015	\$14.840
2007	6.091	2016 até 2020	2.313
2008	5.320	2021 até 2025	1.316
2009	4.595	2026 a 2027	800
2010	4.595	Total	<u>\$46.433</u>

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS A MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS G E H

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (receber)	Custo médio ponderado (%)	Venci-mento médio (anos) ⁽¹⁾
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$ 26.771	5,33	5,52	\$ 1.401 (515)	5,70	3,73	\$ 284 (9.811)	5,45	4,12	\$ 28.456 (10.326)	5,35	5,41
Taxa reajustável	150	2,46	9,73	9.723 (1.147)	2,09	5,81	10.747 (1.220)	2,10	6,78	20.620 (2.367)	2,10	6,34
Euro												
Taxa fixa	3.852	5,42	4,48	— (1.207)	—	—	475 (1.535)	4,22	2,31	4.327 (2.742)	5,29	4,24
Taxa reajustável	926	5,26	9,73	1.681 (1.019)	1,98	2,26	1.535 (475)	2,49	5,77	4.142 (1.494)	2,90	5,23
Francos suíços												
Taxa fixa	1.237	3,61	2,25	—	—	—	—	—	—	1.237	3,61	2,25
Taxa reajustável	—	—	—	504	0,40	4,52	—	—	—	504	0,40	4,52
Ienes												
Taxa fixa	3.476	3,51	4,47	876 (585)	0,93	3,82	49 (1.289)	1,71	3,37	4.401 (1.874)	2,97	4,33
Taxa reajustável	107	3,23	6,61	282 (563)	(0,29)	3,68	1.269 (29)	(0,22)	4,84	1.658 (592)	(0,01)	4,76
Outras												
Taxa fixa	12.367	5,76	6,00	— (12.329)	—	—	—	—	—	12.367 (12.329)	5,76	6,00
Total												
Taxa fixa	47.703	5,27	5,40	2.277 (14.636)	—	—	808 (12.635)	—	—	50.788 (27.271)	5,20	5,28
Taxa reajustável	1.183	4,72	9,45	12.190 (2.729)	—	—	13.551 (1.724)	—	—	26.924 (4.453)	2,05	6,04
Principal, ao valor nominal	48.886	5,26	5,49	(2.898)	—	—	—	—	—	45.988	3,96	5,29
SFAS 133												
Ajuste de base	315	—	—	—	—	—	—	—	—	315	—	—
Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	—	—	—	(119)	—	—	(98)	—	—	(217)	—	—
Desconto líquido a amortizar	(2.696)	—	—	1.446	—	—	—	—	—	(1.250)	—	—
Total	<u>\$ 46.505</u>	<u>5,26</u>	<u>5,49</u>	<u>\$ (1.571)</u>	—	—	<u>\$ (98)</u>	—	—	<u>\$44.836</u>	<u>3,96</u>	<u>5,29</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2004, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de quatro meses.

(2) Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados, no seu total, ao valor justo, como indicado. O montante do valor justo líquido a receber de swaps cambiais de US\$1.571 milhões e o montante do valor justo líquido a receber de swaps de taxa de juros de US\$98 milhões, apresentados no quadro acima, são representados por ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$2.366 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$697 milhões, incluídos no Balanço Patrimonial.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE SALDO DE CAPTAÇÕES A MÉDIO E LONGO PRAZOS

31 de dezembro de 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2005	\$ 5.841	2010 até 2014	\$14.607
2006	6.836	2015 até 2019	4.815
2007	4.982	2020 até 2024	888
2008	5.103	2025 até 2027	1.250
2009	4.564	Total	<u>\$48.886</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL – NOTA J

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos⁽¹⁾

Membros	Ações	Parcela integralizada do capital subscrito		Parcela exigível do capital subscrito	Total 2005	Total 2004
		Moedas convertíveis	Outras moedas			
Alemanha	158.638	\$ 82,3	\$ —	\$ 1.831,4	\$ 1.913,7	\$ 1.913,7
Argentina	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Áustria	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
Bahamas	17.398	7,5	4,1	198,3	209,9	209,9
Barbados	10.767	3,9	1,8	124,3	129,9	129,9
Bélgica	27.438	14,2	—	316,8	331,0	331,0
Belize	9.178	3,6	3,6	103,5	110,7	110,7
Bolívia	72.258	29,0	8,4	834,4	871,7	871,7
Brasil	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Canadá	334.887	173,7	—	3.866,2	4.039,9	4.039,9
Chile	247.163	99,1	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Colômbia	247.163	99,2	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Coreia, República da	184	0,1	—	2,1	2,2	—
Costa Rica	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Croácia	4.018	2,1	—	46,4	48,5	48,5
Dinamarca	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
El Salvador	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Equador	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Eslovênia	2.434	1,3	—	28,1	29,4	29,4
Espanha	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Estados Unidos	2.512.529	1.303,0	—	29.006,7	30.309,7	30.309,7
Finlândia	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
França	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Guatemala	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Guiana	13.393	5,2	2,6	153,8	161,6	161,6
Haiti	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Honduras	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Israel	13.126	6,8	—	151,5	158,3	158,3
Itália	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Jamaica	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Japão	418.642	217,1	—	4.833,2	5.050,3	5.050,3
México	578.632	232,1	66,9	6.681,3	6.980,3	6.980,3
Nicarágua	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Noruega	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
Países Baixos	28.207	14,6	—	325,6	340,3	340,3
Panamá	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Paraguai	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Peru	120.445	48,3	14,0	1.390,7	1.453,0	1.453,0
Portugal	4.474	2,3	—	51,7	54,0	54,0
Reino Unido	80.551	41,8	—	929,9	971,7	971,7
República Dominicana	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Suécia	27.268	14,1	—	314,8	328,9	328,9
Suíça	39.347	20,4	—	454,2	474,7	474,7
Suriname	7.342	3,5	2,2	82,9	88,6	88,6
Trinidad e Tobago	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Uruguai	96.507	38,7	11,2	1.114,3	1.164,2	1.164,2
Venezuela	482.267	216,0	33,3	5.568,5	5.817,8	5.817,8
Total antes das alocações	8.367.264	3.870,6	468,8	96.598,5	100.937,9	100.935,7
Valor a alocar ⁽²⁾	1.299	0,9	—	14,8	15,7	15,7
Total 2005	<u>8.368.563</u>	<u>\$ 3.871</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$ 96.613</u>	<u>\$ 100.953</u>	
Total 2004	<u>8.368.379</u>	<u>\$ 3.871</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$ 96.611</u>		<u>\$ 100.951</u>

⁽¹⁾ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.

⁽²⁾ Representa as ações remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia. A possível participação da Sérvia e Montenegro ainda está pendente.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-7

DEMONSTRAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL E PODER DE VOTO

31 de dezembro de 2005

Países membros	Ações subscritas	Número de votos	% do número de votos ⁽¹⁾
Membros regionais em desenvolvimento			
Argentina	900.154	900.289	10,752
Bahamas	17.398	17.533	0,209
Barbados	10.767	10.902	0,130
Belize	9.178	9.313	0,111
Bolívia	72.258	72.393	0,865
Brasil	900.154	900.289	10,752
Chile	247.163	247.298	2,953
Colômbia	247.163	247.298	2,953
Costa Rica	36.121	36.256	0,433
El Salvador	36.121	36.256	0,433
Equador	48.220	48.355	0,577
Guatemala	48.220	48.355	0,577
Guiana	13.393	13.528	0,162
Haiti	36.121	36.256	0,433
Honduras	36.121	36.256	0,433
Jamaica	48.220	48.355	0,577
México	578.632	578.767	6,912
Nicarágua	36.121	36.256	0,433
Panamá	36.121	36.256	0,433
Paraguai	36.121	36.256	0,433
Peru	120.445	120.580	1,440
República Dominicana	48.220	48.355	0,577
Suriname	7.342	7.477	0,089
Trinidad e Tobago	36.121	36.256	0,433
Uruguai	96.507	96.642	1,154
Venezuela	482.267	482.402	5,761
Total dos membros regionais em desenvolvimento ..	<u>4.184.669</u>	<u>4.188.179</u>	<u>50,016</u>
Canadá	334.887	335.022	4,001
Estados Unidos	2.512.529	2.512.664	30,007
Membros extra-regionais			
Alemanha	158.638	158.773	1,896
Áustria	13.312	13.447	0,161
Bélgica	27.438	27.573	0,329
Coreia, República da	184	319	0,004
Croácia	4.018	4.153	0,050
Dinamarca	14.157	14.292	0,171
Eslovênia	2.434	2.569	0,031
Espanha	158.638	158.773	1,896
Finlândia	13.312	13.447	0,161
França	158.638	158.773	1,896
Israel	13.126	13.261	0,158
Itália	158.638	158.773	1,896
Japão	418.642	418.777	5,001
Noruega	14.157	14.292	0,171
Países Baixos	28.207	28.342	0,338
Portugal	4.474	4.609	0,055
Reino Unido	80.551	80.686	0,964
Suécia	27.268	27.403	0,327
Suíça	39.347	39.482	0,472
Total membros extra-regionais	<u>1.335.179</u>	<u>1.337.744</u>	<u>15,976</u>
Total antes das alocações	<u>8.367.264</u>	<u>8.373.609</u>	<u>100,000</u>
Valor a alocar ⁽²⁾	<u>1.299</u>	<u>1.434</u>	
TOTAL GERAL	<u>8.368.563</u>	<u>8.375.043</u>	

⁽¹⁾ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e do total geral.

⁽²⁾ Representa as ações remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia. A possível participação da Sérvia e Montenegro ainda está pendente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

As demonstrações financeiras do Fundo para Operações Especiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO, PASSIVO E SALDO DO FUNDO PARA FINS ESPECIAIS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2005		2004	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 378		\$ 387	
Investimentos	<u>1.182</u>	\$1.560	<u>1.172</u>	\$1.559
Saldo de empréstimos		6.873		7.041
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	4		4	
Sobre empréstimos	<u>38</u>	42	<u>37</u>	41
Valores a receber de países membros				
Quotas de contribuição	—		1	
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas	628		727	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	<u>272</u>	900	<u>286</u>	1.014
Saldo a receber sobre vendas de títulos mantidos como investimento		4		—
Outros ativos		<u>7</u>		<u>7</u>
Ativo total		<u>\$9.386</u>		<u>\$9.662</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 11		\$ 3	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar	94		99	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários ..	<u>240</u>	\$ 345	<u>366</u>	\$ 468
Saldo do fundo				
Quotas de contribuição autorizadas e subscritas	9.671		9.802	
Reserva geral (déficit)	(627)		(562)	
Ajustes de tradução acumulados	<u>(3)</u>	9.041	<u>(46)</u>	9.194
Total do passivo exigível e saldo do fundo		\$9.386		\$9.662

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras para fins especiais.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES NA RESERVA GERAL PARA FINS ESPECIAIS (DÉFICIT)

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 135	\$ 131	\$ 137
Outras receitas de empréstimos	14	14	16
	149	145	153
Investimentos	38	21	16
Outros	—	—	2
Receita total	187	166	171
Despesas			
Despesas administrativas	86	62	58
Despesas totais	86	62	58
Superavit antes das despesas de cooperação técnica e da Iniciativa HIPC	101	104	113
Despesas de cooperação técnica	28	31	23
Alívio da dívida dos HIPC	76	486	37
Superavit (déficit)	(3)	(413)	53
Reserva geral (déficit), início do exercício	(562)	(76)	(54)
Alocações à conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	(62)	(73)	(75)
Reserva geral (déficit), encerramento do exercício	<u>\$(627)</u>	<u>\$(562)</u>	<u>\$ (76)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA FINS ESPECIAIS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Superavit (déficit)	\$ (3)	\$(413)	\$ 53
Ajustes de tradução dos ativos e passivos	(89)	57	123
Receita (perda) abrangente	<u>\$(92)</u>	<u>\$(356)</u>	<u>\$176</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA FINS ESPECIAIS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Fluxo de caixa de atividades de empréstimo			
Empréstimos			
Desembolsos de empréstimos	\$ (424)	\$ (463)	\$ (486)
Liquidações de empréstimos	301	294	296
Participações em empréstimos, líquidas	(1)	—	(8)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(124)	(169)	(198)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	130	150	161
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	130	150	161
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(2.269)	(2.527)	(2.078)
Produto bruto da venda ou vencimento de investimentos	2.237	2.556	2.047
Receita de empréstimos	146	136	131
Receita de investimentos	38	19	18
Outras receitas	—	—	2
Despesas administrativas	(77)	(83)	(44)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(34)	(31)	(42)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	41	70	34
Alocações de caixa à conta do Mecanismo de			
Financiamento Intermediário	(62)	(73)	(75)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o caixa	6	5	—
Redução de caixa, líquida	(9)	(17)	(78)
Caixa, início do exercício	387	404	482
Caixa, encerramento do exercício	\$ 378	\$ 387	\$ 404

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras para fins especiais.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e programas de reforma econômica. O Fundo para Operações Especiais (FOE) foi instituído sob as disposições do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O FOE também presta assistência técnica relacionada com projetos e sem conexão com empréstimos específicos. O FOE complementa as atividades do Capital Ordinário e do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI). O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário a certos mutuários. O FOE faz alocações anuais à reserva geral do MFI, como indicado na Nota H.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

Devido à natureza e organização do FOE, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas sob um regime contábil especial. Como se descreve abaixo, essa base especial não é consistente com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos no que se refere a certos itens. As demonstrações financeiras para fins especiais foram preparadas de acordo com as disposições do Artigo IV, Seção 8(d) do Convênio.

Regime contábil

As demonstrações financeiras para fins especiais são preparadas em regime de competência no caso da receita de empréstimos, receita de investimentos e despesas administrativas. Em outras palavras, o efeito de transações e outros eventos é reconhecido quando os eventos ocorrem (não no momento da transação de caixa) e os eventos são contabilizados e informados nas demonstrações financeiras anuais no exercício a que se referem. O FOE contabiliza os empréstimos e quotas de contribuição de acordo com o regime especial descrito abaixo.

Uso de estimativas

A preparação destas demonstrações financeiras exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Reclassificações

Certas informações prestadas nos anos anteriores foram reclassificadas para manter conformidade com a apresentação do ano corrente.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são consideradas moedas funcionais. Os recursos do FOE são derivados de cotas de contribuição e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos denominados em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos são traduzidos às taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas da Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais. As receitas e despesas denominadas nessas moedas são traduzidas a taxas de câmbio praticadas pelo mercado durante cada mês. As flutuações de taxas de câmbio não têm efeito sobre o valor equivalente desses saldos expresso em dólares dos Estados Unidos, por causa das disposições de manutenção de valor (MV) descritas abaixo. Os ajustes líquidos resultantes da tradução para dólares dos Estados Unidos dos ativos e passivos expressos em moedas para as quais não há proteção de manutenção de valor, os quais derivam dos aumentos nas quotas de contribuição ocorridos em 1983, 1990 e 1995, são apresentados como componente da Receita abrangente (perda)¹ na Demonstração do Resultado Abrangente para Fins Especiais. Os ajustes resultantes da tradução de quotas de contribuição autorizadas e subscritas, sem proteção de MV, são debitados ou creditados diretamente a Ajustes de tradução acumulados, na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais. De acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, o valor das quotas de contribuição autorizadas e subscritas deve ser apresentado à taxa de câmbio praticada na data em que a respectiva reposição foi aprovada.

Investimentos

Os títulos para investimento são contabilizados pelo método das datas de negociação e detidos em uma carteira de curto prazo contabilizada ao seu valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita de investimento.

¹As referências a títulos nas demonstrações financeiras para fins especiais são identificadas pelo nome do título com inicial maiúscula sempre que aparecem nas notas às demonstrações financeiras para fins especiais.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

Empréstimos

O FOE concede empréstimos altamente privilegiados, denominados nas moedas dos países não mutuários, aos membros do Banco menos desenvolvidos, a órgãos ou divisões políticas desses países. Em anos passados, o Banco também concedeu empréstimos privilegiados em moedas locais a países mutuários. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. De acordo com as disposições dos contratos de financiamento com os mutuários, o Banco vende participações em certos empréstimos ao Fundo Fiduciário de Progresso Social (FFPS), reservando-se o direito de administrar esses empréstimos.

Os empréstimos geralmente têm prazos totais de até 40 anos com até 10 anos de carência para amortizações do principal e de modo geral são remunerados à taxa de 1% durante o período de carência e 2% posteriormente. O principal dos empréstimos e os juros acumulados são amortizáveis na mesma moeda do empréstimo.

É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um governo membro a partir de qualquer fundo de propriedade do Banco ou por ele administrado, quando o serviço de qualquer empréstimo concedido a tal governo ou por ele garantido estiver mais de 180 dias em mora. Na data em que um empréstimo a um país membro for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos a esse país membro são colocados em regime de caixa. Na data em que um empréstimo a um país membro for colocado em regime de caixa, os encargos que tiverem sido acumulados mas não pagos são deduzidos do resultado do exercício corrente. Os encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos são efetivamente recebidos. Na data em que um membro quita o total dos valores em mora, os empréstimos concedidos a esse membro saem do regime de caixa, o país volta a qualificar-se para novos empréstimos e todos os encargos em mora (incluindo os dos anos anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no exercício corrente. Exceto no que tange às baixas de empréstimos resultantes da implementação da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), discutida na Nota M, o Banco nunca teve de considerar incobrável nenhum dos empréstimos do FOE e tem uma política de não reescalonar amortizações de empréstimos.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros.

De acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, os empréstimos devem ser contabilizados ao seu valor realizável líquido, incluindo uma provisão para os valores considerados incobráveis. A administração decidiu apresentar os empréstimos sob um regime contábil especial que permite registrar os empréstimos e juros acumulados ao valor nominal total do saldo a receber dos mutuários. As eventuais perdas com empréstimos serão debitadas ao resultado do exercício.

O componente de principal dos empréstimos afetados pela Iniciativa HIPC Reforçada é reconhecido como alívio às dívidas dos Países Pobres Altamente Endividados na Demonstração de Mutações na Reserva Geral para Fins Especiais (Déficit) e como uma redução em Saldo de empréstimos na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais, quando a Diretoria Executiva determina que um país atingiu o ponto de conclusão. O alívio interino ao endividamento, que é revogável durante o período entre os pontos de decisão e conclusão (como definidos na Nota M), é reconhecido quando prestado ao país. Os empréstimos aos Países Pobres Altamente Endividados continuam a acumular juros e outros encargos até a prestação do alívio ao principal do endividamento. O eventual componente de juros e outros encargos do alívio à dívida é reconhecido como alívio à dívida de Países Pobres Altamente Endividados no período em que for perdoado.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, das obrigações de cada membro com relação a suas quotas de contribuição e Manutenção de Valor.

Quotas de contribuição

Reconhecimento: De acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, as quotas de contribuição autorizadas e subscritas somente devem ser contabilizadas quando for recebida uma nota promissória à demanda, garantida pelo país membro, como pagamento do valor devido. Para apresentar o valor pleno do compromisso do país membro, a administração decidiu contabilizar as quotas de contribuição sob um regime contábil especial, que prevê a contabilização das quotas de contribuição de cada membro pelo seu valor integral como quotas de contribuição a receber quando da aprovação da reposição pertinente pela Assembléia de Governadores.

As quotas de contribuição a receber devem ser integralizadas durante o período de reposição, de acordo com um cronograma de subscrição e integralização estabelecido pelas partes. A subscrição e o pagamento efetivos dos valores a receber de

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

certos membros quando se tornarem devidos depende da apropriação orçamentária do respectivo país. As quotas de contribuição são liquidadas pelo pagamento em espécie ou em promissórias à vista, não negociáveis e não remuneradas. As promissórias recebidas como liquidação das quotas de contribuição são realizadas como previsto na resolução de reposição de recursos pertinente.

Avaliação: O Convênio estipula que as quotas de contribuição sejam expressas em termos de dólar dos Estados Unidos com o peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Conseqüentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para as contribuições dos membros e para fins de manter o valor dos ativos monetários detidos pelo FOE. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos diretivos do Banco e de acordo com o parecer da assessoria jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos atuais.

Manutenção de valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos no FOE em sua moeda, na medida do estabelecido nos termos dos respectivos aumentos nas quotas de contribuição. Da mesma forma, e sujeito aos mesmos termos de aumento de quotas de contribuição, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro detida pelo FOE. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959. Os ativos monetários derivados dos aumentos nas quotas de contribuição em 1983, 1990 e 1995 não contam com manutenção de valor.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros não mutuários é apresentado como ativo ou passivo na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais, incluído em Valores necessários/a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.

Despesas administrativas

Praticamente todas as despesas administrativas do Banco, incluindo depreciação, são distribuídas entre o FOE e o Capital

Ordinário de acordo com um método de distribuição aprovado pela Diretoria Executiva. De acordo com esse método de distribuição, durante 2005, as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 18,5% para o FOE e 81,5% para o Capital Ordinário (2004—15,6% e 84,4%; 2003—15,4% e 84,6%).

Cooperação técnica

Os projetos de cooperação técnica a fundo perdido, bem como certos financiamentos cuja recuperação depende explicitamente de eventos que podem não ocorrer, são contabilizados como Despesas de cooperação técnica quando de sua aprovação.

Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos recuperáveis contingentemente são compensados contra Despesas de cooperação técnica no exercício em que ocorrerem.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para estimar o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais se aproxima de seu valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços cotados pelas distribuidoras para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O Banco é uma das poucas fontes de empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Não existe mercado secundário para os empréstimos de desenvolvimento. Os juros sobre todos os empréstimos são acumulados a taxas fixas. Para todos os empréstimos e operações correlatas, o Banco é de opinião que, dada sua posição singular em operações de crédito e a ausência de um mercado secundário, não é praticável estimar o valor justo de sua carteira de crédito.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de Caixa incluía US\$368 milhões (2004—US\$365 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. O valor de US\$36 milhões (2004—US\$25 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, no que se refere ao uso para o pagamento de bens e serviços produzidos em seu território.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas e títulos garantidos por ativos e hipotecas. O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

No caso de títulos públicos e de órgãos governamentais, incluindo os emitidos por uma entidade da administração indireta ou qualquer outra entidade oficial de um governo, o Banco investe em títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelos governos de certos países com classificação mínima de qualidade de crédito equivalente a AA– (os títulos lastreados por ativos e hipotecas exigem uma classificação equivalente a AAA). As obrigações de organizações multilaterais requerem qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias emitidas ou garantidas por uma entidade com classificação de pelo menos A+ para títulos de renda fixa sênior e em títulos privados lastreados por ativos ou hipotecas com qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. O Banco também investe em títulos a curto prazo lastreados por ativos e em papel comercial de curto prazo lastreado por ativos exclusivamente quando tiverem a mais elevada classificação de crédito a curto prazo.

Um resumo da posição em títulos a curto prazo em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é apresentado na Demonstração Resumida de Investimentos—Anexo II-1. Os ganhos e perdas líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo não são significativos. O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, durante 2005, foi de 3,09% (2004—1,83%; 2003—1,34%).

Nota E – Saldo de empréstimos

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual garantidor tomam certas medidas e fornecem ao Banco certos documentos. Um resumo da posição de empréstimos é apresentado na Demonstração Resumida do Saldo de Empréstimos—Anexo II-2. O prazo médio de vencimento dos empréstimos pendentes em 31 de dezembro de 2005 e 2004 era de 13,9 anos e 14,2 anos, respectivamente, e a taxa de juros média foi de 1,73% e 1,71%, em 2005 e 2004, respectivamente.

Em julho de 2003, o Banco recebeu o pagamento de todos os valores em mora devidos por mutuários no Haiti, e esses empréstimos voltaram a ser contabilizados pelo regime de competência. Como resultado, a receita de empréstimos para 2003 aumentou em US\$12 milhões, correspondentes à receita

que teria sido reconhecida em anos anteriores. Em 2004 e 2005, não havia transações com nenhum país contabilizadas pelo regime de caixa.

Nota F – Valores a receber de países membros

A composição de valores a receber líquidos de países membros em 31 de dezembro de 2005 e 2004 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Membros regionais em desenvolvimento . . .	\$ 849	\$ 946
Canadá	2	13
Membros extra-regionais	(191)	(311)
Total	<u>\$ 660</u>	<u>\$ 648</u>

Esses valores são apresentados na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais, como se segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Valores a receber de países membros	\$ 900	\$1.014
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários	(240)	(366)
Total	<u>\$ 660</u>	<u>\$ 648</u>

Nota G – Quotas de contribuição autorizadas e subscritas

Obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, foram ou serão aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das quotas de contribuição de cada membro. O pagamento das quotas de contribuição depende dos processos orçamentários dos membros e, em alguns casos, de seu processo legislativo. A quota de contribuição do Canadá está sendo aumentada por recebimentos de principal, juros e encargos de serviço sobre empréstimos concedidos pelo Fundo Fiduciário Canadense administrado pelo Banco. Para uma Demonstração de Quotas de Contribuição em 31 de dezembro de 2005 e 2004, ver o Anexo II-3.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

Mutações durante o exercício

O quadro abaixo resume as mutações nas quotas de contribuição autorizadas e subscritas para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhares de dólares dos Estados Unidos):

	Quotas de contribuição autorizadas e subscritas
Saldo em 1º de janeiro de 2004.....	\$9.735
Contribuição do Canadá—Recebimentos do Fundo Fiduciário	1
Ajuste de tradução das contribuições aprovadas em 1983, 1990 e 1995 devido a flutuações de taxa de câmbio	66
Saldo em 31 de dezembro de 2004.....	9.802
Contribuição do Canadá—Recebimentos do Fundo Fiduciário	1
Ajuste de tradução das contribuições aprovadas em 1983, 1990 e 1995 devido a flutuações de taxa de câmbio	(132)
Saldo em 31 de dezembro de 2005.....	<u>\$9.671</u>

Em 31 de dezembro de 2005, o decréscimo cumulativo em equivalentes das quotas de contribuição em dólares dos Estados Unidos devido a flutuações nas taxas de câmbio totalizava US\$112 milhões (2004—US\$20 milhões de acréscimo).

Entre 2000 e 2004, o Banco fez transferências anuais do resultado líquido do Capital Ordinário para o FOE no valor de US\$27,2 milhões por ano. Cada uma dessas transferências representou um quinto das contribuições especiais não distribuídas previstas no acordo do Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. De acordo com os termos do acordo, essas transferências foram creditadas ao total de quotas de contribuição de cada membro, na proporção do número de ações do Capital Ordinário detidas.

Poder de voto

Na tomada de decisões com respeito a operações do FOE, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos aplicáveis a decisões que envolvem o Capital Ordinário.

Nota H – Reserva geral (déficit)

De acordo com as decisões da Assembléia de Governadores, o superavit deve ser adicionado à reserva geral.

Em 2005, a Assembléia de Governadores alocou o equivalente a US\$62 milhões (2004—US\$73 milhões; 2003—US\$75 milhões) em moedas conversíveis da reserva geral do FOE ao MFI para subsidiar parte dos pagamentos de juros e principal sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. As alocações projetadas, segundo as disposições de vários convênios da Assembléia de Governadores, são apresentadas no quadro abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Ano	Aumentos de capital ⁽¹⁾	Iniciativa HIPC ⁽²⁾	Acordo de recursos privilegiados ⁽³⁾	Total
2006	\$ 30	\$11	\$ 20	\$ 61
2007	30	11	20	61
2008	30	11	20	61
2009	30	11	20	61
2010	30	6	20	56
2011 a 2015	30	—	315	345
2016 a 2019	—	—	260	260
Total	<u>\$180</u>	<u>\$50</u>	<u>\$675</u>	<u>\$905</u>

⁽¹⁾ Segundo os termos do Sexto e Sétimo Aumentos Gerais de Recursos do Banco.

⁽²⁾ Transferências para financiar pagamentos de subsídios adicionais sobre empréstimos do Capital Ordinário para a Bolívia e Guiana. Ver a descrição da Iniciativa HIPC na Nota M.

⁽³⁾ As alocações obrigatórias sob o acordo de recursos privilegiados aprovado pela Assembléia de Governadores em 1999 totalizam US\$20 milhões anualmente, de 2000 a 2012, e US\$15 milhões em 2013. Serão necessárias também transferências adicionais de aproximadamente US\$65 milhões anuais entre 2012 e 2019 para financiar os empréstimos do MFI entre 2000 e 2008, segundo o acordo de recursos privilegiados de 1999. O nível dessas transferências adicionais pode mudar, à medida que os pressupostos forem revistos no futuro.

Essas alocações estão sujeitas a aprovações anuais pela Assembléia de Governadores e a ajustes pelas razões apropriadas relacionadas com a disponibilidade de fundos para o MFI.

Segue-se um resumo das mutações da Reserva geral (déficit) para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Iniciativa HIPC	Receita, exceto Iniciativa HIPC	Total da Reserva geral (déficit)
Saldo em 1º de janeiro de 2004	\$ (822)	\$746	\$ (76)
Alocação ao MFI	(12)	(61)	(73)
Alívio da dívida dos HIPC	(486)	—	(486)
Receita, exclusive HIPC	—	73	73
Saldo em 31 de dezembro de 2004	(1.320)	758	(562)
Alocação ao MFI	(1)	(61)	(62)
Alívio da dívida dos HIPC	(76)	—	(76)
Receita, exclusive HIPC	—	73	73
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>\$(1.397)</u>	<u>\$770</u>	<u>\$(627)</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

Nota I – Ajustes de tradução acumulados

Segue um resumo dos ajustes de tradução acumulados para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Ativos e passivos	Quotas de contribuição autorizadas e subscritas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2004.....	\$ (83)	\$ 46	\$(37)
Ajustes de tradução	57	(66)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2004..	(26)	(20)	(46)
Ajustes de tradução	(89)	132	43
Saldo em 31 de dezembro de 2005..	<u>\$(115)</u>	<u>\$112</u>	<u>\$ (3)</u>

Nota J – Despesas administrativas

De acordo com a política descrita na Nota B, o FOE participa de todas as despesas em que o Banco incorre, incluindo as relacionadas com planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria. Durante 2003, o Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria do Banco teve receita de benefícios de US\$10 milhões. A participação do FOE nessa receita, refletida em Outras receitas, totalizou US\$2 milhões.

Nota K – Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar

Segue-se um resumo das alterações em Projetos de Cooperação Técnica e Outros Financiamentos a desembolsar para os anos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2005	2004
Saldo em 1º de janeiro	\$ 99	\$100
Aprovações	36	36
Cancelamentos	(5)	(3)
Desembolsos	<u>(36)</u>	<u>(34)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$ 94</u>	<u>\$ 99</u>

Nota L – Conciliação de superavit (déficit) com Caixa líquido gerado por atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre Superavit (déficit) e Caixa líquido gerado por atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa para Fins Especiais (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Superavit (déficit)	\$ (3)	\$(413)	\$ 53
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de empréstimos	(3)	(8)	(22)
Receita de investimentos	—	(2)	1
Perda líquida a realizar sobre investimentos	—	—	1
Despesas administrativas	9	(21)	14
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(6)	(1)	(19)
(Aumento) redução líquida em investimentos	(32)	29	(31)
Alívio da dívida dos HIPC	76	486	37
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	<u>\$ 41</u>	<u>\$ 70</u>	<u>\$ 34</u>

Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa

(Redução) aumento resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos	\$ (18)	\$ 15	\$ 22
Saldo de empréstimos	(217)	131	274
Valores a receber de países membros, líquido	142	(94)	(174)
Quotas de contribuição autorizadas e subscritas	(132)	66	150

Nota M – Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC)

O Banco concordou em participar da Iniciativa HIPC, uma iniciativa internacional coordenada pelo Grupo dos Sete (G-7), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, para tratar dos problemas de endividamento de um grupo de países identificados como países pobres altamente endividados, para assegurar que os esforços de reforma nesses países não sejam postos em risco pelo ônus contínuo da dívida externa. Segundo a Iniciativa HIPC, todos os credores bilaterais e multilaterais devem aliviar o endividamento dos países que demonstrarem bom desempenho em suas políticas econômicas durante um período extenso, de modo a reduzir o serviço da dívida a níveis sustentáveis.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS ESPECIAIS (continuação)

A participação do Banco na HIPC compreende a HIPC I aprovada em 1998 e a Iniciativa HIPC Reforçada aprovada em 2001. Os países que se qualificam são Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua. O alívio deve totalizar um valor presente líquido de aproximadamente US\$1,1 bilhão, calculado para a data de entrada do HIPC em vigor para cada país. Esse alívio, com vigência entre 1998 e 2019, está sendo implementado mediante uma combinação de baixas do principal e juros de empréstimos do FOE, transferências da reserva geral do FOE para o MFI, conversão de parcela substancial de valores em moeda local do FOE para dólares dos Estados Unidos e subsídios de países membros pelo Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os HIPC.

Como parte da Iniciativa HIPC I, de 1998, o Banco baixou empréstimos do FOE à Bolívia e à Guiana no valor de US\$177,1 milhões. Além disso, durante o período de 1998 a 2010, o Banco está transferindo o equivalente a US\$138 milhões em moedas conversíveis de sua reserva geral do FOE para o MFI, para fazer face ao aumento nos pagamentos de subsídios do MFI para empréstimos do Capital Ordinário entre 1998 e 2015. Desse valor, US\$88 milhões já tinham sido transferidos em 31 de dezembro de 2005.

Iniciativa HIPC Reforçada

Como parte da Iniciativa HIPC Reforçada, o Banco aliviará o serviço da dívida perdendo uma parcela das obrigações do serviço das dívidas de países qualificados no seu vencimento. Um alívio de endividamento adicional, para prestação entre 2001 e 2008, será financiado por valores recebidos pelo Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os HIPC. O valor desse alívio, incluindo a eventual receita de investimentos, é mantido separado dos recursos do FOE na conta do HIPC, para uso exclusivo na satisfação de obrigações do serviço das dívidas dos países qualificados. Esses recursos não são incluídos nas demonstrações financeiras do FOE nem afetam suas operações.

De acordo com os termos da Iniciativa HIPC Reforçada, o ponto de decisão é alcançado quando o país estabelece um histórico de políticas econômicas adequado. O ponto de conclusão é atingido quando o país demonstra um forte desempenho contínuo em suas políticas econômicas. Durante o período entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão, referido como o período interino, o país poderá receber um alívio parcial que não exceda um terço do alívio total. Esse alívio interino é revogável e depende de o país fazer um progresso satisfatório em direção a um forte desempenho nas políticas econômicas. Uma vez que um país atinja o ponto de conclusão, o alívio da dívida a ele concedido torna-se irrevogável.

Devido a sua natureza revogável, o alívio interino da dívida é reconhecido somente quando o alívio real for prestado ao país. Assim que a Assembléia de Governadores determinar

que um país atingiu o ponto de conclusão, o valor nominal remanescente do componente de principal do total do alívio da dívida a ser prestado a esse país é registrado como redução no Saldo de empréstimos na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais e como alívio da dívida dos HIPC na Demonstração de Mutações na Reserva Geral para Fins Especiais (Déficit). Os eventuais juros e outros encargos componentes do alívio da dívida a ser prestado serão reconhecidos como alívio da dívida dos HIPC durante o período em que o alívio for prestado e quando forem determinados os eventuais ajustes a valores anteriormente reconhecidos.

Guiana e Nicarágua atingiram o ponto de conclusão em 2004 e Honduras, em 2005. Atingido o ponto de conclusão, o alívio da dívida dos HIPC de US\$64 milhões, US\$409 milhões e US\$85 milhões, respectivamente, foi reconhecido como representando o valor nominal estimado do componente de valor principal do total de alívio remanescente a ser prestado a cada país.

Em 2005, 2004 e 2003, os seguintes valores de alívio da dívida dos HIPC foram reconhecidos segundo a política contábil descrita acima (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

País	Posição dos HIPC em 31 de dezembro de 2005	Alívio da dívida dos HIPC		
		2005	2004	2003
Bolívia.....	Conclusão	\$ (4)	\$ (5)	\$ 1
Honduras.....	Conclusão	85	—	6
Guiana.....	Conclusão	(1)	68	5
Nicarágua.....	Conclusão	(4)	423	25
Total.....		<u>\$ 76</u>	<u>\$486</u>	<u>\$37</u>

Novo quadro provável para alívio da dívida e empréstimos concessionais

O Grupo de Oito Países propôs a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI) pela qual seria perdoada a dívida dos HIPC com a Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional e com o Fundo Africano de Desenvolvimento. A MDRI não inclui o Banco. A administração está analisando as implicações de diferentes opções que poderiam levar a uma proposta a ser apresentada à Diretoria Executiva, e mais tarde à Assembléia de Governadores, que poderia incluir alívio adicional da dívida a certos mutuários do FOE e um realinhamento do guichê concessional do Banco. A Diretoria Executiva formou um Comitê *Ad Hoc* para estudar o assunto.

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA D

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2005	2004
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos.	\$ 166	\$ 107
Obrigações de outros governos e órgãos.	63	73
Obrigações bancárias.	186	504
Títulos privados.	59	56
Títulos lastreados por ativos e hipotecas.	708	432
	<u>\$1.182</u>	<u>\$1.172</u>

Os investimentos acima estão denominados nas seguintes moedas:

Moedas	2005	2004
Coroas suecas.	\$ —	\$ 2
Dólares canadenses.	—	35
Dólares dos Estados Unidos.	1.103	963
Euros.	14	100
Franco suíço.	—	2
Libras esterlinas.	65	70
	<u>\$1.182</u>	<u>\$1.172</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DO SALDO DE EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País membros em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo 2005	Moedas em que o saldo devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar	Saldo 2004
		Moedas de países não mutuários	Moedas de países mutuários		
Argentina.	\$ 118	\$ —	\$ 118	\$ 2	\$ 125
Barbados.	13	13	—	—	15
Bolívia.	889	842	47	424	824
Brasil.	309	—	309	10	342
Chile.	1	—	1	—	3
Colômbia.	140	30	110	5	168
Costa Rica.	81	75	6	—	96
El Salvador.	467	447	20	—	504
Equador.	525	467	58	—	566
Guatemala.	344	295	49	—	374
Guiana.	402	401	1	225	371
Haiti.	550	539	11	455	509
Honduras.	1.167	1.127	40	489	1.250
Jamaica.	48	40	8	—	55
México.	20	—	20	—	23
Nicarágua.	922	894	28	421	845
Panamá.	50	42	8	—	61
Paraguai.	311	286	25	—	337
Peru.	66	29	37	—	79
República Dominicana.	366	349	17	—	403
Suriname.	1	—	1	—	1
Trinidad e Tobago.	9	—	9	—	9
Uruguai.	22	10	12	—	25
Regional.	52	50	2	20	56
Total 2005.	<u>\$6.873</u>	<u>\$5.936</u>	<u>\$937</u>	<u>\$2.051</u>	
Total 2004.		<u>\$6.017</u>	<u>\$1.024</u>	<u>\$2.083</u>	<u>\$7.041</u>

Os saldos desses empréstimos são pagáveis nas seguintes moedas de países não mutuários:

Moedas	2005	2004
Coroas dinamarquesas.	\$ 33	\$ 38
Coroas norueguesas.	24	28
Coroas suecas.	44	53
Dólares canadenses.	418	374
Dólares dos Estados Unidos.	4.952	4.873
Euros.	930	983
Francos suíços.	68	78
Ienes.	358	418
Libras esterlinas.	92	103
	6.919	6.948
Menos: Alívio da dívida dos HIPC não prestado ⁽¹⁾	983	931
	<u>\$5.936</u>	<u>\$6.017</u>

⁽¹⁾ Representa o componente de principal de empréstimos reconhecidos como alívio da dívida dos HIPC na Demonstração de Mutações na Reserva Geral para Fins Especiais (Déficit) e como uma redução em Saldo de empréstimos na Demonstração do Ativo, Passivo e Saldo do Fundo para Fins Especiais, para os quais o alívio do serviço da dívida ainda não foi prestado e, conseqüentemente, a moeda correspondente do serviço da dívida a ser perdoado ainda não foi determinada.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-3

DEMONSTRAÇÃO DE QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO – NOTA G

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos⁽¹⁾

Membros	Quotas de contribuição autorizadas e subscritas				
	Sujeitas a manutenção de valor		Não sujeitas a manutenção de valor	Total 2005	Total 2004
	Antes dos ajustes	Ajustes ⁽²⁾			
Alemanha	\$ 136,7	\$ —	\$ 101,0	\$ 237,7	\$ 243,2
Argentina	402,8	29,5	75,4	507,7	512,4
Áustria	11,0	—	8,6	19,6	20,9
Bahamas	8,8	—	1,8	10,6	10,6
Barbados	1,4	—	0,4	1,8	1,8
Bélgica	27,1	—	17,7	44,8	47,5
Belize	—	—	7,6	7,6	7,6
Bolívia	32,5	9,7	6,5	48,7	48,7
Brasil	402,8	62,2	79,4	544,4	544,4
Canadá	223,1	12,6	81,0	316,7	313,3
Chile	111,4	24,0	22,3	157,7	157,7
Colômbia	111,4	20,1	22,3	153,7	153,7
Costa Rica	16,2	4,0	3,2	23,4	23,4
Croácia	3,1	—	2,6	5,7	6,1
Dinamarca	11,7	—	9,1	20,8	22,2
El Salvador	16,2	2,0	3,2	21,4	21,4
Equador	21,7	4,2	4,4	30,3	30,3
Eslovênia	1,8	—	1,6	3,4	3,4
Espanha	133,4	—	84,7	218,1	230,7
Estados Unidos	4.100,0	243,7	495,3	4.839,0	4.839,0
Finlândia	11,0	—	8,1	19,0	19,8
França	133,4	—	97,5	230,9	245,4
Guatemala	21,7	6,8	4,3	32,8	32,8
Guiana	7,0	—	1,3	8,3	8,3
Haiti	16,2	2,4	3,2	21,8	21,8
Honduras	16,2	7,1	3,2	26,5	26,5
Israel	10,8	—	7,8	18,6	19,1
Itália	133,4	—	86,2	219,6	232,4
Jamaica	21,7	2,7	4,4	28,8	28,8
Japão	148,8	—	431,2	580,0	641,7
México	259,2	15,0	54,8	329,0	329,0
Nicarágua	16,2	4,8	3,2	24,2	24,2
Noruega	11,7	—	8,4	20,1	20,8
Países Baixos	20,3	—	18,1	38,4	41,2
Panamá	16,2	5,9	3,3	25,4	25,4
Paraguai	16,2	8,5	3,2	27,9	27,9
Peru	54,5	14,3	11,0	79,8	79,8
Portugal	5,0	—	2,6	7,6	7,8
Reino Unido	133,4	—	44,2	177,6	182,8
República Dominicana	21,7	7,9	4,4	33,9	33,9
Suécia	23,7	—	15,1	38,8	41,7
Suíça	37,6	—	27,3	64,9	69,2
Suriname	5,3	—	1,0	6,3	6,3
Trinidad e Tobago	16,2	1,5	3,2	20,9	20,9
Uruguai	43,5	3,7	8,7	55,9	55,9
Venezuela	250,1	12,1	53,1	315,3	315,3
Total antes da alocação	7.223,9	504,6	1.936,9	9.665,4	9.797,0
Valor a alocar ⁽³⁾	4,0	—	1,2	5,2	5,4
Total 2005	<u>\$ 7.228</u>	<u>\$ 505</u>	<u>\$ 1.937</u>	<u>\$ 9.671</u>	
Total 2004	<u>\$ 7.227</u>	<u>\$ 505</u>	<u>\$ 2.071</u>		<u>\$ 9.802</u>

⁽¹⁾ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.

⁽²⁾ Representa ajustes de manutenção de valor resultantes das mudanças dos valores de moedas ocorridas em 1972 e 1973, devido à desvalorização do dólar dos Estados Unidos nesses anos.

⁽³⁾ Representa as contribuições remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia pertencentes à Sérvia e Montenegro, cuja possível participação ainda está pendente.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO

As demonstrações financeiras da Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2005	2004
ATIVO		
Caixa e investimentos		
Caixa	\$ 5	\$ 3
Investimentos	<u>298</u>	<u>272</u>
	\$303	\$275
Saldo a receber sobre vendas de títulos mantidos como investimento.	—	1
Juros acumulados sobre investimentos.	<u>1</u>	<u>1</u>
Ativo total	<u>\$304</u>	<u>\$277</u>
SALDO DO FUNDO		
Saldo do fundo	<u>\$304</u>	<u>\$277</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Adições			
Alocações do Fundo para Operações Especiais	\$ 62	\$ 73	\$ 75
Receita de investimentos	<u>9</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
Total das adições	71	77	79
Deduções			
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário.	<u>43</u>	<u>58</u>	<u>73</u>
Outras mutações no saldo do fundo, antes dos ajustes de tradução.	28	19	6
Ajustes de tradução	<u>(1)</u>	<u>—</u>	<u>6</u>
Outras mutações no saldo do fundo, após os ajustes de tradução	27	19	12
Saldo do fundo, início do exercício	<u>277</u>	<u>258</u>	<u>246</u>
Saldo do fundo, encerramento do exercício	<u>\$304</u>	<u>\$277</u>	<u>\$258</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Alocações do Fundo para Operações Especiais	\$ 62	\$ 73	\$ 75
Receita de investimentos	<u>9</u>	<u>14</u>	<u>1</u>
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário	(43)	(59)	(72)
Aumento em investimentos, líquido	<u>(26)</u>	<u>(29)</u>	<u>(2)</u>
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais.	2	(1)	2
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o caixa.	—	(1)	1
Aumento (redução) de caixa, líquido	2	(2)	3
Caixa, início do exercício	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>2</u>
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ 5</u>	<u>\$ 3</u>	<u>\$ 5</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional estabelecida em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco (Convênio) prevê que suas operações serão conduzidas por intermédio do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário. Em 1983, a Assembléia de Governadores do Banco estabeleceu a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) para subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. O MFI recebe alocações anuais do FOE, como indicado na Nota D.

Nas decisões sobre operações do MFI, o número de votos e o percentual de direito a voto de cada país membro são os mesmos determinados para o Capital Ordinário, exceto que a autoridade de voto para a concessão de subsídios de empréstimos do MFI é determinada de acordo com a contribuição proporcional de cada país membro ao FOE.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o MFI conduz suas operações em diversas moedas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Os ativos e passivos denominados em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos são traduzidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas dos balanços. As receitas e despesas denominadas nessas moedas são traduzidas a taxas de câmbio praticadas pelo mercado durante cada mês. Os ajustes resultantes da tradução de ativos e passivos são apresentados na Demonstração das Mutações do Saldo do Fundo como Ajustes de tradução¹.

¹As referências a títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome do título com inicial maiúscula sempre que aparecem nas notas às demonstrações financeiras.

Investimentos

Os títulos para investimento são contabilizados pelo método das datas de negociação e detidos em uma carteira de curto prazo contabilizada ao seu valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita de investimento.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do MFI são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com um método aprovado pela Diretoria Executiva.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços cotados pelo mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, eles se baseiam em preços cotados pelas distribuidoras para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados.

Nota C – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do MFI em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos garantidos por ativos e hipotecas com classificações de crédito entre AAA e A+.

O Banco limita as atividades de investimento em títulos do MFI a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

Os investimentos da carteira de curto prazo são contabilizados ao valor justo, como mostra a Demonstração Resumida dos Investimentos, Anexo III-1. O retorno médio sobre os investimentos durante 2005, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, foi de 3,04% (2004—1,54%; 2003—1,32%).

Nota D – Contribuições ao Fundo

O MFI é financiado principalmente por transferências do FOE. O MFI ainda está autorizado a receber contribuições adicionais de qualquer país membro.

Para fins de financiamento inicial, o equivalente a US\$61 milhões em moedas conversíveis foi transferido da reserva geral do FOE para o MFI em 1983. As alocações projetadas e reais,

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

segundo as disposições de vários convênios da Assembléia de Governadores, são apresentadas no quadro abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Ano	Aumentos de capital ⁽¹⁾	Iniciativa HIPC ⁽²⁾	Acordo de recursos privilegiados ⁽³⁾	Total
Até 2005	\$485	\$131	\$132	\$ 748
2006	30	11	20	61
2007	30	11	20	61
2008	30	11	20	61
2009	30	11	20	61
2010	30	6	20	56
2011 a 2015	30	—	315	345
2016 a 2019	—	—	260	260
Total	<u>\$665</u>	<u>\$181</u>	<u>\$807</u>	<u>\$1.653</u>

⁽¹⁾ Segundo os termos do Sexto e Sétimo Aumentos Gerais de Recursos do Banco.

⁽²⁾ Como parte da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), o MFI está aumentando os pagamentos de subsídios sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos à Bolívia e Guiana. Para financiar esses pagamentos de subsídios adicionais, o Banco está fazendo outras transferências anuais em moedas conversíveis da reserva geral do FOE para o MFI.

⁽³⁾ As alocações obrigatórias sob o acordo de recursos privilegiados aprovado pela Assembléia de Governadores em 1999 totalizam US\$20 milhões anualmente de 2000 a 2012, e US\$15 milhões em 2013. Serão necessárias transferências adicionais de aproximadamente US\$65 milhões anuais entre 2012 e 2019 para financiar os empréstimos do MFI entre 2000 e 2008, segundo o acordo de recursos privilegiados. O nível dessas transferências adicionais pode mudar, à medida que os pressupostos forem revistos no futuro.

As alocações futuras estão sujeitas a aprovações anuais pela Assembléia de Governadores e a ajustes por razões apropriadas relacionadas com a disponibilidade de fundos para o MFI.

Nota E – Ajustes de tradução

Como indicado na Nota B, os ajustes resultantes da tradução de ativos e passivos para dólares dos Estados Unidos são apresentados na Demonstração das Mutações do Saldo do Fundo como Ajustes de tradução. O valor desses ajustes para os anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 (em milhões de dólares dos Estados Unidos) é apresentado abaixo:

	2005	2004	2003
Ajustes cumulativos em 1º de janeiro ...	\$44	\$44	\$38
Ajustes de tradução	(1)	—	6
Ajustes cumulativos em 31 de dezembro ..	<u>\$43</u>	<u>\$44</u>	<u>\$44</u>

Nota F – Compromissos

O pagamento por parte do MFI de uma parcela dos juros devidos pelos mutuários depende da disponibilidade de fundos. Em 31 de dezembro de 2005, os valores desembolsados e pendentes e os valores não desembolsados, classificados por país, na rubrica de empréstimos sobre os quais o MFI pagaria parte dos juros (e principal, no caso da Nicarágua), eram os seguintes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

País	Desembolsados em carteira	Parcela a desembolsar
Barbados	\$ 49	\$ —
Bolívia	147	—
Costa Rica	97	—
El Salvador	295	209
Equador	355	69
Guatemala	272	172
Guiana	9	—
Jamaica	249	126
Nicarágua	92	—
Panamá	89	—
Paraguai	196	92
República Dominicana	337	57
Suriname	44	42
Trinidad e Tobago	91	—
Uruguai	76	—
Regional	39	—
	<u>\$2.437</u>	<u>\$767</u>

O subsídio da taxa de juros sobre certos empréstimos do Capital Ordinário é estabelecido duas vezes ao ano pela Diretoria Executiva. O valor do subsídio não pode exceder 5% ao ano, e a taxa efetiva paga pelos mutuários deve estar pelo menos 1,5% acima da taxa de juros média do FOE sobre moeda conversível. Para certos empréstimos com subsídio aumentado sob o plano de implementação da Iniciativa HIPC I, a taxa mínima efetivamente paga pelo mutuário é equivalente à taxa de juros média do FOE para moedas conversíveis. Sob as disposições da Iniciativa HIPC Reforçada, o MFI subsidiará 100% de certos pagamentos do serviço da dívida (principal e juros) de empréstimos do Capital Ordinário devidos pela Nicarágua. Ao longo do tempo, o Banco pretende distribuir todo o saldo do MFI como subsídio parcial aos pagamentos de juros e principal dos empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota G – Conciliação das Outras Mutações no Saldo do Fundo Antes dos Ajustes de Tradução com o Caixa Líquido Gerado por (Usado em) Atividades Operacionais

Segue-se uma conciliação do valor de Caixa no saldo do fundo antes dos ajustes de tradução com o valor do Caixa líquido gerado por (usado em) atividades operacionais, como mostrado na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Anos findos em 31 de dezembro de		
	2005	2004	2003
Mutações no saldo do fundo, antes dos ajustes de tradução	\$ 28	\$ 19	\$ 6
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de investimentos	—	(1)	—
(Ganho) perda líquida a realizar sobre investimentos	—	11	(3)
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário	—	(1)	1
Aumento líquido em investimentos	(26)	(29)	(2)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	<u>\$ 2</u>	<u>\$ (1)</u>	<u>\$ 2</u>
Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa			
(Redução) aumento em investimentos resultante de flutuações na taxa de câmbio	\$ (1)	\$ —	\$ 5

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO III-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA C

31 de dezembro de 2005 e 2004

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

<u>Investimentos</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos	\$ 39	\$ 41
Obrigações de outros governos e órgãos	21	13
Obrigações bancárias	64	99
Títulos privados	13	11
Títulos lastreados por ativos e hipotecas	<u>161</u>	<u>108</u>
	<u>\$298</u>	<u>\$272</u>

Os investimentos acima estão denominados nas seguintes moedas:

<u>Moedas</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Dólares dos Estados Unidos	\$295	\$264
Euros	3	6
Franco suíço	—	2
	<u>\$298</u>	<u>\$272</u>

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE

País	Governador	Governador Suplente
ALEMANHA	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
ARGENTINA	Felisa Josefina Miceli	Martín P. Redrado
ÁUSTRIA	Karl-Heinz Grasser	Kurt Bayer
BAHAMAS	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
BARBADOS	Owen S. Arthur, MP	Grantley Smith
BÉLGICA	Didier Reynders	Franciscus Godts
BELIZE	Mark A. Espat	Carla Barnett
BOLÍVIA	Waldo M. Gutiérrez Iriarte	Rodrigo Castro
BRASIL	Paulo Bernardo Silva	José Carlos Rocha Miranda
CANADÁ	Pierre Pettigrew	Alister M. Smith
CHILE	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
COLÔMBIA	Alberto Carrasquilla Barrera	Santiago Montenegro
CORÉIA, REPÚBLICA DA	Duck-Soo Han	Seung Park
COSTA RICA	David Fuentes	Francisco de Paula Gutiérrez
CROÁCIA	Ivan Suker	Ana Hrastovic
DINAMARCA	Ole E. Moesby	Bo Lidegaard
EL SALVADOR	Eduardo Zablah-Touché	Guillermo López Suárez
EQUADOR	Magdalena Barreiro Riofrío	Fausto Ortiz De la Cadena
ESLOVÊNIA	Andrej Bajuk	Andrej Kavcic
ESPANHA	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
ESTADOS UNIDOS	John W. Snow	(Vago)
FINLÂNDIA	Marjatta Rasi	Anneli Vuorinen
FRANÇA	Thierry Breton	Xavier Musca
GUATEMALA	María Antonieta de Bonilla	Lizardo Sosa
GUIANA	Bharrat Jagdeo	Saisnarine Kowlessar
HAITI	Henri Bazin	Roland Pierre
HONDURAS	William Chong Wong	María Elena Mondragón de Villar
ISRAEL	Stanley Fischer	Dan Catarivas
ITÁLIA	Giulio Tremonti	Vincenzo Desario
JAMAICA	Omar Davies, MP	Colin Bullock
JAPÃO	Sadakazu Tanigaki	Toshihiko Fukui
MÉXICO	Francisco Gil Díaz	Alonso P. García Tamés
NICARÁGUA	Mario Arana Sevilla	Mario Alonso
NORUEGA	Anne Margareth Fagertun Stenhammer	Nils Haugstveit
PAÍSES BAIXOS	Gerrit Zalm	Agnes van Ardenne van der Hoeven
PANAMÁ	Ricaurte Vásquez	Héctor Alexander
PARAGUAI	Ernst Ferdinand Bergen Schmidt	Jorge Luis Von Horoch Casamada
PERU	Fernando Zavala Lombardi	Waldo Mendoza Bellido
PORTUGAL	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
REINO UNIDO	Hilary Benn	Gareth Thomas
REPÚBLICA DOMINICANA	Héctor Valdez Albizu	Temístocles Montás
SUÉCIA	Ruth Jacoby	Stefan Emblad
SUÍÇA	Oscar Knapp	Peter Bischof
SURINAME	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
TRINIDAD E TOBAGO	Camille R. Robinson-Regis	Joseph Howard
URUGUAI	Danilo Astori	Carlos Viera
VENEZUELA	Nelson J. Merentes D.	Jorge Giordani

Em 31 de dezembro de 2005

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE

			Votos	Porcentagem
Charles Bassett, CANADÁ Jill Johnson (Suplente), CANADÁ	Eleito por: Canadá		335.022	4,001
Adina Bastidas, VENEZUELA Fernando Eleta Casanovas (Suplente) PANAMÁ	Eleita por: Panamá Venezuela		518.658	6,194
Havelock Brewster, GUIANA Jerry Christopher Butler (Suplente) BAHAMAS	Eleito por: Bahamas Barbados Guiana	Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Luis Cosenza Jiménez, HONDURAS Nelly Lacayo-Anderson (Suplente) EL SALVADOR	Eleito por: Belize Costa Rica El Salvador	Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
Jorge Crespo Velasco, BOLÍVIA Hugo Rafael Cáceres Agüero (Suplente) PARAGUAI	Eleito por: Bolívia Paraguai Uruguai		205.291	2,452
Eugenio Díaz-Bonilla, ARGENTINA Martín Bès (Suplente), ARGENTINA	Eleito por: Argentina Haiti		936.545	11,185
Luis Guillermo Echeverri, COLÔMBIA Gustavo A. Palacio (Suplente) EQUADOR	Eleito por: Colômbia Equador		295.653	3,531
Agustín García-López, MÉXICO Roberto B. Saladín (Suplente) REPÚBLICA DOMINICANA	Eleito por: México República Dominicana		627.122	7,489
Giorgio Leccesi, ITÁLIA Ina-Marlene Ruthenberg (Suplente) ALEMANHA	Eleito por: Alemanha Bélgica Israel	Itália Países Baixos Suíça	426.204	5,089
Luis Linde, ESPAÑA Olivier Myard (Suplente), FRANÇA	Eleito por: Áustria Dinamarca Espanha Finlândia	França Noruega Suécia	400.427	4,783
Héctor E. Morales, ESTADOS UNIDOS Jan E. Boyer (Suplente) ESTADOS UNIDOS	Designado pelos: Estados Unidos		2.512.664	30,007
Jaime Pinto Tabini, PERU Germán Quintana (Suplente), CHILE	Eleito por: Chile Peru		367.878	4,393
Rogério Studart, BRASIL Arlindo Villaschi (Suplente), BRASIL	Eleito por: Brasil Suriname		907.766	10,841
Tsuyoshi Takahashi, JAPÃO Stewart Mills (Suplente) REINO UNIDO	Eleito por: Coréia, República da Croácia Eslovênia	Japão Portugal Reino Unido	511.113	6,105
TOTAL			8.373.609	100,00*
Escritório de Avaliação e Supervisão Stephen A. Quick, Diretor Sixto Felipe Aquino, Subdiretor				

Em 31 de dezembro de 2005

* Devido ao arredondamento, o total de 100% pode não refletir a soma das porcentagens individuais da lista.

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS

País Membro	Órgão de Ligação	Depositário
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministerio de Economía	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal das Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Ministry of Finance	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Financial Secretary, Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Banco Central de Bolivia	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais—SEAIN	Banco Central do Brasil
CANADÁ	Institution Financière Internationale, Succursale Multilatérale de Programmes, Agence Canadienne pour le Développement International	Banque du Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
CORÉIA, REPÚBLICA DA	Ministério da Fazenda e da Economia	Banco da Coréia
COSTA RICA	Ministerio de Relaciones Exteriores	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	Banco Nacional da Croácia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Banco da Eslovênia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Departamento do Tesouro	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Banco da Finlândia
FRANÇA	Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAITI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Banco de Israel
ITÁLIA	Ministério de Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Banco do Japão
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Banco da Noruega
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUIÇA	Office Fédéral des Affaires Économiques Extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Ministério das Finanças	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS DO BANCO

Presidente

Vice-Presidente Executivo

Vice-Presidente de Finanças e Administração

Coordenador do Setor Privado

Chefe, Gabinete da Presidência

Assessora Principal, Gabinete do Vice-Presidente Executivo

Escritório do Secretário do Banco

Secretário

Sub-Secretária

Auditora Geral

Escritório de Integridade Institucional

Chefe

Assessora de Relações Externas

Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos

Gerente

Subgerente

Subgerente

Departamento de Operações da Região 1

Gerente

Subgerente

Departamento de Operações da Região 2

Gerente

Subgerente

Subgerente, Serviços de Apoio Financeiro

Departamento de Operações da Região 3

Gerente

Subgerente

Departamento de Eficácia no Desenvolvimento e Planejamento Estratégico

Gerente a.i.

Subgerente

Subgerente

Departamento Financeiro

Gerente

Subgerente Geral-Tesoureiro

Subgerente

Subgerente

Departamento Jurídico

Consultor Jurídico

Consultora Jurídica Adjunta

Consultor Jurídico Adjunto

Departamento de Orçamento e Aquisições Institucionais

Gerente

Departamento de Integração e Programas Regionais

Gerente

Subgerente

Departamento do Setor Privado

Gerente

Subgerente

Departamento de Desenvolvimento Sustentável

Gerente a.i.

Subgerente

Subgerente

Subgerente

Departamento de Pesquisa

Economista-Chefe

Departamento de Informática e Serviços Gerais

Gerente

Subgerente e Chefe de Informática

Subgerente

Departamento de Recursos Humanos

Gerente

Luis Alberto Moreno

Ciro De Falco

João Sayad

Carlos N. Guimarães

José Luis Lupo

Ana María Rodríguez

Carlos M. Jarque

Gabriela Sotela

Elizabeth Joy Folsom

Stephen S. Zimmermann

Mirna Liévano de Marques

Donald F. Terry

Yohei Nishiyama

Fernando Jiménez-Ontiveros

Manuel Rapoport

Luisa C. Rains

Máximo Jeria Figueroa

Lionel Yves Nicol

Keisuke Nakamura

Alicia S. Ritchie

Christian Gómez Fabling

Camille E. Gaskin-Reyes

Camille E. Gaskin-Reyes

Martin Francisco Stabile

John R. Hauge

Eloy B. García

Ira J. Kaylin

Hiroshi Naka

J. James Spinner

Ana-Mita Betancourt

Carlos N. Melo

William E. Schuerch

Nohra Rey de Marulanda
(Vago)

Hiroshi Toyoda

Bernardo Frydman

Antonio Vives

Marco Ferroni

Daniel Malkin

Antonio Vives

Guillermo Calvo

Simon Gauthier

Erico de Oliveira e Silva

Frank G. Vukmanic

Manuel Labrado

Em 31 de dezembro de 2005

REPRESENTAÇÕES E REPRESENTANTES

ARGENTINA, Daniel Oliveira

Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4320-1800

BAHAMAS, Richard J. Herring

IDB House, East Bay Street
(P.O. Box N-3743)
Nassau Tel: 393-7159

BARBADOS, Bruce Juba

Maple Manor, Hastings
(P.O. Box 402)
Christ Church Tel: 427-3612

BELIZE, Rodrigo Mayén-Girón

1024 Newtown Barracks
101 1st Floor
Marina Towers Building
(P.O. Box 1853)
Belize City Tel: 223-3900

BOLÍVIA, Joel Branski

Edificio "BISA", piso 5
Avda. 16 de Julio, 1628
(Casilla 5872)
La Paz Tel: 235-1221

BRASIL, Waldemar F. Wirsig

Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802 Conjunto F
Lote 39 - Asa Norte
70.800-400 Brasília, D.F. Tel: 3317-4200

CHILE, Luis E. Echebarría

Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11
(Casilla 16611)
Correo 9 (Providencia)
Santiago Tel: 431-3700

COLÔMBIA, Rodrigo Parot

Carrera 7, 71-21
Torre B, piso 19
Edificio Bancafe
Bogotá Tel: 325-7000

COSTA RICA, Jorge E. Requena

Edificio Centro Colón, piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
San José Tel: 233-3244

EL SALVADOR, Philippe Dewez

Edificio World Trade Center, piso 4
89 Avda. Norte y Calle El Mirador
Colonia Escalón
San Salvador Tel: 233-8900

EQUADOR, Marta Tvardek

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9
(Apartado postal 17-07-9041)
Quito Tel: 299-6900

GUATEMALA, Gerard S. Johnson

Edificio Géminis 10
12 Calle 1-25, Zona 10, Nivel 19
(Apartado postal 935)
Guatemala Tel: 335-2650

GUIANA, Sergio A. Varas-Olea

47 High Street, Kingston
(P.O. Box 10867)
Georgetown Tel: 225-7951

HAITI, Emilio C. Cueto

Banque interaméricaine
de développement
Bourdon 389
(Boîte postale 1321)
Port-au-Prince Tel: 45-5711

HONDURAS, Andrés Marchant

Boulevard Morazán
Edificio Los Castaños, pisos 5 y 6
Colonia Los Castaños
(Apartado postal 3180)
Tegucigalpa Tel: 232-4838

JAMAICA, (Vago)

40-46 Knutsford Blvd., 6th floor
(P.O. Box 429)
Kingston 10 Tel: 926-2342

MÉXICO, Lawrence Harrington

Avda. Horacio, 1855
Piso 6 (Esquina Periférico)
Los Morales-Polanco
11510 México, D.F. Tel: 9138-6200

NICARÁGUA, Eduardo Balcarcel

Edificio BID
Km. 4-1/2 Carretera a Masaya
(Apartado postal 2512)
Managua Tel: 67-0831

PANAMÁ, Jeremy S. Gould

Avda. Samuel Lewis, Obarrio
Torre HSBC, piso 14
(Apartado postal 7297)
Panamá 5 Tel: 263-6944

PARAGUAI, Álvaro Cubillos

Calle Quesada esq. Legión Civil
Extranjera
(Casilla 1209)
Asunción Tel: 616-2000

PERU, Christof Kuechemann

Paseo de la República 3245, piso 13
(Apartado postal 270154)
San Isidro, Lima 27 Tel: 215-7800

REPÚBLICA DOMINICANA

Moisés A. Pineda

Calle Luis F. Thomen esq. Winston
Churchill
Torre BHD, piso 10
(Apartado postal 1386)
Santo Domingo Tel: 562-6400

SURINAME, Pablo E. Adam

Peter Brunetlaan 2-4
Paramaribo Tel: 46-2903

TRINIDAD E TOBAGO

William Robinson

17 Alexandra Street, St. Clair
(P.O. Box 68)
Port of Spain Tel: 622-8367

URUGUAI, Juan José Taccone

Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre
(Casilla de correo 5029)
11000 Montevideo Tel: 915-4330

VENEZUELA, Román Mayorga

Edificio Central Federal, piso 3
Avda. Venezuela, El Rosal
Caracas 1060 Tel: 951-5533

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Ricardo R. Carciofi

Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17
(Casilla de correo 39)
Sucursal 1
Buenos Aires Tel: 4320-1850

ESCRITÓRIO NA EUROPA

Ricardo L. Santiago

Banque interaméricaine
de développement
66, Avenue d'Iéna
75116 Paris, France Tel: 40 69 31 00

ESCRITÓRIO NO JAPÃO

Takeo Shikado

Fukoku Seimei Building 16-F
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku
Tokyo 100 Tel: 3591-0461

LIVROS PUBLICADOS EM 2005

Em português:

• **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**, editado por Mayra Buvinic e Jacqueline Mazza com Ruthanne Deutsch, ISBN: 8535215948, 366 pp. Co-publicado com Elsevier Editora. (Publicado em espanhol e inglês em 2004)

• **Libertar o crédito: como aprofundar e estabilizar o financiamento bancário**. Progresso econômico e social na América Latina. Relatório 2005, ISBN: 8535216340, 286 pp. Co-publicado com Elsevier Editora. (Publicado em espanhol e inglês em 2004)

Em espanhol:

• **La agenda ética pendiente de América Latina**, por Bernardo Kliksberg, ISBN: 9505576501, 365 pp. Co-publicado com Fondo de Cultura Económica.

• **Alianzas sociales en América Latina—Enseñanzas extraídas de colaboraciones entre el sector privado y organizaciones de la sociedad civil**, James Austin, Ezequiel Reficco et alii, ISBN: 1597820075, 424 pp. Co-publicado com Harvard University e SEKN. Edição em português no prelo.

• **Alianzas tripartitas: Reconocimiento del tercer sector—Tripartite Partnerships: Recognizing the Third Sector**, editado por Catherine Fox, ISBN: 1597820016, 88 pp. (Edição bilingüe)

• **Ciudadanía activa—Gestión de presupuestos locales en Asia Oriental y América Latina**, editado por Isabel Licha, ISBN: 1597820032, 410 pp. (Publicado em inglês em 2004)

• **Cuando Oriente llegó a América—Contribuciones de inmigrantes chinos, japoneses y coreanos**, ISBN: 1931003734, 360 pp.

• **Diálogo social—Un camino hacia la democracia ciudadana**, editado por Ada Piazzze y Nicolás Flaño, ISBN: 1597820083, 156 pp.

• **Gobernar las metrópolis**, editado por Eduardo Rojas, Juan R. Cuadrado-Roura y José Miguel Güel, ISBN: 1597820156, 560 pp. Co-publicado com a Universidad de Alcalá de Henares.

• **Macro impacto con micro dinero— 25 años de apoyo a la microempresa**, editado por Elba Luna e María Victoria Sáenz, ISBN: 1931003742, 122 pp.

• **La política de las políticas públicas**—Progreso econômico y social en América Latina. Informe 2006, ISBN: 1597820091, 300 pp. Co-publicado com Harvard University. (Também em inglês. Edição em português no prelo)

• **Recaudar para crecer—Bases para la reforma tributaria en Centroamérica**, editado por Manuel R. Agosin, Alberto Barreix e Roberto Machado, ISBN: 1597820024, 302 pp.

• **Remesas de inmigrantes—Moneda de cambio económico y social**, editado por Donald F. Terry e Steven R. Wilson, ISBN: 1597820121, 451 pp. (Também em inglês)

• **Sin herencia de pobreza—El Programa Progreso-Oportunidades de México**, por Santiago Levy y Evelyn Rodríguez, ISBN: 159782013X, 246 pp. Co-publicado com Editorial Planeta.

• **Una sólida alianza para el desarrollo—Centroamérica y el BID desde 1990**, editado por William R. Large, ISBN: 1931003939, 414 pp. (Também em inglês)

Em inglês:

• **Asymmetries in Regional Integration and Local Development**, editado por Paolo Giordano, Francesco Lanzafame e Jörg Meyer-Stamer, ISBN: 1597820040, 272 pp.

• **Corporate Social Responsibility in the Promotion of Social Development—Experiences from Asia and Latin America**, editado por Manuel E. Contreras, ISBN: 1597820008, 256 pp.

• **Developing Entrepreneurship—Experience in Latin America and Worldwide**, editado por Hugo Kantis, Pablo Angelelli e Virginia Moor Koenig, ISBN: 193100398X, 222 pp. (Publicado em espanhol em 2004)

• **From Bullets to Blackboards—Education for Peace in Latin America and Asia**, editado por Emily Vargas-Barón e Hernando Bernal Alarcón, ISBN: 1931003998, 295 pp.

• **Gas Market Integration in the Southern Cone**, editado por Paulina Beato e Juan Benavides, ISBN: 1931003904, 332 pp.

• **The Millennium Development Goals in Latin America and the Caribbean—Progress, Priorities and IDB Support for Their Implementation**, ISBN: 1597820059, 92 pp.

• **Priorities and Strategies in Rural Poverty Reduction—Experiences from Latin America and Asia**, editado por Diana Alarcón, ISBN: 1931003882, 315 pp.

• **A Quarter Century of Pension Reform in Latin America and the Caribbean—Lessons Learned and Next Steps**, editado por Carolin A. Crabbe, ISBN: 1597820202, 410 pp.

• **Sources of Growth in Latin America—What is Missing?**, editado por Eduardo Fernández-Arias, Rodolfo Manuelli e Juan S. Blyde, ISBN: 1597820164, 478 pp.

• **An Unequal Democracy?—Seeing Latin America through European Eyes**, editado por Carlo Binetti e Fernando Carrillo-Flórez, ISBN: 1597820199, 150 pp.

• **Women's Participation in Social Development—Experiences from Asia, Latin America and the Caribbean**, editado por Karen Mokate, ISBN: 1931003947, 324 pp.

• **Workable Pension Systems — Reforms in the Caribbean**, editado por P. Desmond Brunton e Pietro Masci, ISBN: 1931003777, 467 pp.

Discursos do Presidente:

http://www.iadb.org/ar/moreno_sp

Publicações do BID:

<http://www.iadb.org/pub>

PAÍSES MEMBROS

Alemanha	Costa Rica	Honduras	República
Argentina	Croácia	Israel	Dominicana
Áustria	Dinamarca	Itália	Suécia
Bahamas	El Salvador	Jamaica	Suíça
Barbados	Equador	Japão	Suriname
Bélgica	Eslovênia	México	Trinidad e
Belize	Espanha	Nicarágua	Tobago
Bolívia	Estados	Noruega	Uruguai
Brasil	Unidos	Países Baixos	Venezuela
Canadá	Finlândia	Panamá	
Chile	França	Paraguai	
Colômbia	Guatemala	Peru	
Coréia,	Guiana	Portugal	
República da	Haiti	Reino Unido	

O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, A MAIOR E MAIS ANTIGA instituição multilateral de desenvolvimento regional, foi fundado em dezembro de 1959 para ajudar a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. Hoje, são 47 as nações membros do Banco, compreendendo 26 países da América Latina e do Caribe, Estados Unidos, Canadá e 19 países extra-regionais.

No desempenho de sua missão, o Banco aprovou mais de US\$137 bilhões para projetos que representam um investimento total de US\$325 bilhões. As operações do Banco abrangem o espectro completo do desenvolvimento econômico e social, com ênfase em programas que beneficiam diretamente as populações de baixa renda. O BID empresta até 10% dos recursos do capital ordinário diretamente ao setor privado, sem garantia de governos.

O Grupo do BID inclui a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), filiada autônoma que promove o desenvolvimento econômico mediante o financiamento de pequenas e médias empresas privadas, e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), que apóia reformas de mercado e o desenvolvimento de microempresas e pequenos negócios.

Os recursos financeiros do Banco consistem na conta do capital ordinário — que inclui o capital subscrito, as reservas e os fundos levantados mediante captações — e nos fundos em administração, constituídos de contribuições feitas por países membros. O convênio constitutivo do Banco garante a posição de acionista majoritário ao grupo de países membros mutuários. O Banco também conta com o Fundo para Operações Especiais para empréstimos em termos concessionais a países classificados como economicamente menos desenvolvidos. As subscrições de capital dos países membros ao capital ordinário do Banco consistem em capital realizado e capital exigível. O capital realizado, em forma de dinheiro e títulos, representa 4,3% do total das subscrições. A dívida do Banco recebe a classificação AAA dos três principais serviços de classificação de valores dos Estados Unidos e tem status semelhante nos outros grandes mercados financeiros.

A autoridade máxima do Banco é a Assembléia de Governadores, em que cada país membro está representado. A Assembléia de Governadores delegou muitos de seus poderes operativos à Diretoria Executiva, a qual é responsável pelas operações do dia a dia da instituição.



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

1300 New York Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20577

Estados Unidos

Tel. (202) 623-1000 Fax (202) 623-3096

www.iadb.org

ISSN: 0253-6048